

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA



DISSERTAÇÃO

**A "TRADIÇÃO GAÚCHA" NA "EUROPA BRASILEIRA": UM OLHAR CRÍTICO
PARA A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL**

LEOPOLDINE RADTKE BERGMANN

Pelotas, 2022

Leopoldine Radtke Bergmann

**A "TRADIÇÃO GAÚCHA" NA "EUROPA BRASILEIRA": UM OLHAR CRÍTICO
PARA A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Antropologia, da Universidade
Federal de Pelotas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Louise Prado Alfonso

Pelotas, 2022

Leopoldine Radtke Bergmann

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito ao título de Mestre.

Data da Defesa: 28 de julho de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Louise Prado Alfonso (Orientadora)
Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

Prof.^a Dr.^a. Flávia Maria Silva Rieth
Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a. Dalila Rosa Hallal
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof.^o. Dr.^o. Daniel Vaz Lima
Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Foi uma longa trajetória até a entrega desta pesquisa, que sinto que ainda não acabou, ainda resta uma imensidão a descobrir. Ainda assim, já aprendi tanto até aqui.

Muitas pessoas me acompanharam, mas ninguém se compara a minha querida orientadora Louise Prado Alfonso. Sem ela eu jamais teria desenvolvido esta pesquisa, não só porque ela é uma das únicas pessoas que a entende completamente, mas por literalmente me orientar por todos os caminhos. Por toda a gentileza e dedicação que sempre recebi nas nossas conversas. Tenho muita sorte com certeza.

Agradeço aos professores(as) do turismo pelos primeiros aprendizados, por instigarem as minhas primeiras reflexões sobre formas melhores de fazer turismo. Aos meus professores(as) da Antropologia por toda a paciência e acolhimento nessa nova área que eu estava descobrindo.

Agradeço a minha família que sempre cuidou de mim. Em especial a minha mãe que sempre me apoiou e acreditou em mim mais do que ninguém, e ao meu marido pelo apoio, amparo e compreensão, me ouvindo nas minhas reflexões.

Enfim, agradeço a Deus, por tudo de maravilhoso que me proporciona cada dia, incluindo essas pessoas que comigo estão.

Agradeço a todos com todo o amor do meu coração.

Devo muito a vocês.

Resumo

BERGMANN, Leopoldine Radtke. A "tradição gaúcha" na "Europa brasileira": Um olhar crítico para a construção da imagem turística do Rio Grande do Sul. 2022. 225p. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

O estudo apresenta as narrativas presentes nos folders e outros materiais de divulgação turística do estado do Rio Grande do Sul, investigando as dinâmicas de construção desse material e sua relação com representações de Rio Grande do Sul e da figura do gaúcho. Especialmente no que envolve os estereótipos que definem o estado como sendo um destino que mantém a “tradição” e sendo a "Europa no Brasil". Através do estudo foi possível estabelecer um esboço sobre as relações de poder engendradas na narrativa turística e a forma como a mesma é construída a partir da articulação com uma extensa gama de instituições público e privadas no estado do Rio Grande do Sul. Para isso, apresenta-se a trajetória dessas instituições do estado e os atores inseridos na rede sociotécnica e seus interesses. Seguindo assim, as pessoas que detém o poder de fala e tomada de decisão nestes processos, o que engloba gestores (as) da Secretaria de Turismo e Cultura do Rio Grande do Sul, e sua direta relação com instituições que reforçam estas narrativas, como é o caso das instituições culturais, museológicas e patrimoniais e a articulação direta dessas instituições com órgãos de fomento ao tradicionalismo gaúcho, (até mesmo sua inserção nas demais instituições a partir de cargos públicos). Essa relação permitiu que por quase um século, interesses tradicionalistas e/ou com foco farroupilha da classe estancieira fossem colocados em pauta nas políticas públicas, desde a legislação à projetos culturais específicos. Assim, através de divulgação turística, exposições museológicas, tombamentos patrimoniais, imprensa, eventos, ações educacionais, etc. foi possível inserir a narrativa estereotipada nas políticas culturais do estado. Desta forma, os interesses da rede têm se mostrado excludentes ao priorizarem: raça, gênero, classe, território e temporalidade específicas. O método empregado foi a etnografia virtual através da análise dos materiais de divulgação turística, entrevistas, comentários e interações nas redes sociais e outros sites. Propõem-se que o estudo permita pensar políticas públicas mais inclusivas, em conjunto a comunidade, para que os grupos invisibilizados pela narrativa oficial possam também reformulá-la, eliminando assim esses processos de seleção e exclusão.

Palavras-chave: imagem turística; estereótipo; políticas públicas; rede sociotécnica, Rio Grande do Sul.

Abstract

BERGMANN, Leopoldine Radtke. The "gaucho tradition" in "Brazilian Europe": A critical look at the construction of the tourist image of Rio Grande do Sul. 2022. 225p. Dissertation – Postgraduate Program in Anthropology, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2022.

The study presents the narratives in folders and other tourist materials in the state of Rio Grande do Sul, investigating the dynamics of construction of this material and its relationship with representations of Rio Grande do Sul and the figure of the gaucho. Especially when it comes to the stereotypes that define the state as a destination that maintains the “tradition” and being “Europe in Brazil”. Through the study, it was possible to establish an outline of the power relations engendered in the tourist narrative and the way in which it is built from the articulation with a wide range of public and private institutions in the state of Rio Grande do Sul. For this, the trajectory of these state institutions and the actors inserted in the sociotechnical networks and their interests are presented. Thus, the people who have the power of speech and decision-making in these processes, which includes managers of the Secretary of Tourism and Culture of Rio Grande do Sul, and their direct relationship with institutions that reinforce these narratives, as is the case of cultural, museological and heritage institutions and the direct articulation of these institutions with agencies that promote gaucho traditionalism (even their insertion in other institutions through public office). This relationship allowed that for almost a century, traditionalist and/or farroupilha-focused interests of the rancher class were put on the agenda in public policies, from legislation to specific cultural projects. Thus, through tourist advertising, museum exhibitions, heritage listings, press, events, educational actions, etc. it was possible to insert the stereotyped narrative in the cultural policies of the state. In this way, the interests of the network have been excluding when prioritizing: race, gender, class, territory and specific temporality. The method used was virtual ethnography through the analysis of tourist dissemination materials, interviews, comments and interactions on social networks and other sites. It is proposed that the study makes it possible to think about more inclusive public policies, together with the community, so that groups made invisible by the official narrative can also reformulate it, thus eliminating these selection and exclusion processes.

Keywords: tourist image; stereotype; public policy; sociotechnical network, Rio Grande do Sul.

Lista de Figuras

| | | |
|-----------|---|----|
| Figura 1 | Mapa do Centro Histórico de Pelotas..... | 14 |
| Figura 2 | Mapa situando o município de Pelotas..... | 22 |
| Figura 3 | Capa e primeiras páginas do folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino..... | 43 |
| Figura 4 | Capa e primeiras páginas do folder Conheça as atrações turísticas que fazem do Rio Grande do Sul um Grande Destino..... | 44 |
| Figura 5 | Frente e verso do Mapa Turístico e Rodoviário..... | 44 |
| Figura 6 | Frente e verso do Mapa Termas e Lagos..... | 45 |
| Figura 7 | Frente e verso do Mapa Campos de Cima da Serra..... | 46 |
| Figura 8 | Frente e verso do Mapa Uva e Vinho..... | 47 |
| Figura 9 | Frente e verso do Mapa Litoral e Costa Doce..... | 48 |
| Figura 10 | Frente e verso do Mapa Águas e Pedras..... | 49 |
| Figura 11 | Frente e verso do Mapa Pampa Gaúcho..... | 50 |
| Figura 12 | Imagens parte do Mapa Pampa Gaúcho, e Capa da seção sobre o Pampa Gaúcho no Folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino respectivamente..... | 53 |
| Figura 13 | Páginas do Folder Descubra as atrações que fazem do Rio Grande do Sul um grande destino..... | 54 |
| Figura 14 | Imagens de captura de tela da página Serra Gaúcha - Canela e Gramado no facebook..... | 60 |
| Figura 15 | Páginas do Folder Descubra as atrações que fazem do Rio Grande do Sul um grande destino sobre a serra..... | 61 |
| Figura 16 | Capa e imagens da seção sobre a Serra no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino respectivamente..... | 62 |
| Figura 17 | Capa da seção sobre as Rotas das Terras Encantadas Rio Grande do Sul Um Grande Destino..... | 63 |
| Figura 18 | Imagem da seção sobre a Pampa no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino..... | 66 |
| Figura 19 | Imagem no Mapa Pampa Gaúcho..... | 66 |
| Figura 20 | Imagem no Mapa Pampa Gaúcho..... | 69 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| Figura 21 | Capa da seção sobre a Costa Doce no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino..... | 71 |
| Figura 22 | Imagem do folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino na seção sobre a Costa Doce e imagem do Mapa Litoral Norte e Costa Doce respectivamente..... | 71 |
| Figura 23 | Imagem do folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino na seção sobre a Costa Doce..... | 76 |
| Figura 24 | Capa da seção sobre a região Central do folder Rio Grande do Sul..... | 77 |
| Figura 25 | Página do Folder Descubra as atrações que fazem do Rio Grande do Sul um grande destino sobre Porto Alegre..... | 78 |
| Figura 26 | Imagem do Mapa Águas e Pedras e imagem do folder Descubra as atrações que fazem do Rio Grande do Sul um grande destino respectivamente..... | 78 |
| Figura 27 | Captura de tela de postagem em perfil pessoal no facebook..... | 82 |
| Figura 28 | Capturas de tela de publicação nas páginas Discipulos de Rao e BBC News Brasil no Facebook respectivamente..... | 84 |
| Figura 29 | Imagem do Mapa Pampa Gaúcho..... | 87 |
| Figura 30 | Capa e imagens da seção sobre Porto Alegre no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino respectivamente..... | 88 |
| Figura 31 | Capa e imagens da seção sobre as Missões no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino respectivamente..... | 89 |
| Figura 32 | Capa e imagens da seção sobre a Rota do Yucumã no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino respectivamente..... | 93 |
| Figura 33 | Capa e imagens da seção sobre os Vales no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino respectivamente..... | 94 |
| Figura 34 | Imagens do Mapa Termas e Lagos..... | 95 |
| Figura 35 | Imagem do Mapa Termas e Lagos..... | 95 |
| Figura 36 | Capa e imagens da seção sobre o Litoral Norte no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino respectivamente..... | 97 |
| Figura 37 | Imagens do Mapa Campos Acima da Serra..... | 97 |
| Figura 38 | Página do Folder Descubra as atrações que fazem do Rio Grande do Sul um grande destino sobre os Campos de Cima da Serra..... | 98 |
| Figura 39 | Página do Folder Descubra as atrações que fazem do Rio Grande do Sul um grande destino sobre os Campos de Cima da Serra..... | 132 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| Figura 40 | Capa e página do material turístico da Embratur edição de 1975..... | 137 |
| Figura 41 | Primeiras páginas do material turístico “Os Doze Rio Grandes”..... | 149 |
| Figura 42 | Imagem da seção sobre as Missões no folder Os Doze Rio Grandes 1982..... | 150 |
| Figura 43 | Imagem da seção sobre Zona Sul no folder Os Doze Rio Grandes 1982..... | 152 |
| Figura 44 | Imagem da seção sobre a Campanha no folder Os Doze Rio Grandes, 1982..... | 154 |
| Figura 45 | Imagem da seção sobre Região Metropolitana no folder Os Doze Rio Grandes, 1982..... | 156 |
| Figura 46 | Imagem da seção sobre a Região Colonial dos Vales e a Região Colonial da Serra no folder Os Doze Rio Grandes, 1982..... | 157 |
| Figura 47 | Material turístico da EMBRATUR de 1982..... | 158 |
| Figura 48 | Capa do folder da EMBRATUR de 1983..... | 162 |
| Figura 49 | Página interna de folder da EMBRATUR de 1984, com eventos..... | 163 |
| Figura 50 | Capa do folder produzido pela EMBRATUR em 1987..... | 165 |
| Figura 51 | Capa e página do folder turístico da EMBRATUR de produzido em 1996..... | 171 |
| Figura 52 | Páginas do folder turístico da EMBRATUR de produzido em 1996, trecho sobre Porto Alegre..... | 172 |
| Figura 53 | Capa do folder Dicas Turísticas do Rio Grande do Sul, 1999..... | 176 |
| Figura 54 | Capa e páginas de folder nacional sobre a Região Sul..... | 178 |
| Figura 55 | Livreto Turismo Rural 2010..... | 184 |
| Figura 56 | Mapa turístico e rodoviário 2011-2015..... | 186 |
| Figura 57 | Mapa turístico e rodoviário em 3 idiomas 2011..... | 186 |
| Figura 58 | Mapa turístico e rodoviário em espanhol 2011-2015..... | 186 |
| Figura 59 | Mapa turístico e rodoviário 2019..... | 189 |
| Figura 60 | Livreto 2021..... | 189 |
| Figura 61 | Bens tombados pelo IPHAN e IPHAE no RS..... | 195 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| Figura 62 | Mapa dos Museus no RS..... | 200 |
| Figura 63 | Mapa das melhores atrações do RS segundo o TripAdvisor..... | 204 |
| Figura 64 | Redes sociotécnicas entre instituições públicas do Rio Grande do Sul..... | 206 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-----------|---|
| ABA | Associação Brasileira de Antropologia |
| ABAV | Associação Brasileira de Agências de Viagem |
| ABIH | Associação Brasileira da Indústria Hoteleira |
| CAT | Centro de Atendimento ao Turista |
| CBTG | Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha |
| CBTT | Comunidade Beneficente Tradicional de Terreiro Caboclo Rompe Mato Ile Axé Xangô e Oxalá |
| CET | Conselho Estadual de Turismo |
| CITUR | Comissão Inter-setorial de Turismo |
| CNPC | Conselho Nacional de Políticas Culturais |
| CNTur | Conselho Nacional do Turismo |
| COMBRATUR | Comissão Brasileira de Turismo |
| COMPAHC | Conselho do Patrimônio Histórico Cultural |
| COMTUR | Conselho Municipal de Turismo |
| CONETUR | Conselho Estadual de Turismo |
| COREDES | Conselhos Regionais de Desenvolvimento |
| CPHAE | Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado |
| CRInter | Coordenação de Relações Internacionais |
| CTG | Centro de Tradições Gaúchas |
| DPHAE | Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul |
| DPHAN | Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| EMBRATUR | Empresa Brasileira de Turismo |
| FEARTE | Feira do Artesanato |
| FENAC | Festa Nacional do Calçado |
| FENADOCE | Feira Nacional do Doce |
| FIGTF | Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore |
| FPA | Frente Parlamentar da Agropecuária Gaúcha |
| FUNARTE | Fundação Nacional de Artes |
| FURG | Universidade Federal do Rio Grande |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBPC | Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural |

| | |
|--------------|--|
| IGTF | Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore |
| IHGB | Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro |
| IHGBRS | Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio Grande do Sul |
| INRC | Inventário Nacional de Referências Culturais |
| IPHAE | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| MHN | Museu Histórico Nacional |
| MINC | Leitura do Ministério da Cultura |
| MP | Mercado Público de Pelotas |
| MTG | Movimento Tradicionalista Gaúcho |
| OMT | Organização Mundial do Turismo |
| ONG | Organização Não Governamental |
| PIEM | Programa de Integração Estado-Município |
| PLANTUR | Plano Nacional de Turismo |
| PMT | Plano Municipal de Turismo |
| PNMT | Plano Nacional de Municipalização do Turismo |
| PRODETUR SUL | Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil |
| PUCRS | Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul |
| RS | Rio Grande do Sul |
| SDET | Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo |
| SECULT | Secretaria de Cultura e Turismo |
| SEDAC | Secretaria do Estado da Cultura |
| SEDAC | Secretaria de Assuntos Culturais |
| SEDACTEL | Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer |
| SEDETUR | Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo |
| SEM | Sistema Estadual de Museus |
| SETEL | Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer |
| SETUR | Secretaria de Turismo |
| SETUR | Serviço Estadual de Turismo |
| SPHAN | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| SUDESUL | Superintendência de Desenvolvimento do Extremo Sul |
| UFPEL | Universidade Federal de Pelotas |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| <i>Introdução</i> | 14 |
| <i>Metodologia</i> | 28 |
| 1. Materiais de divulgação turística do estado | 35 |
| 1.1. O gaúcho..... | 51 |
| 1.2. “Um Brasil diferente”..... | 57 |
| 1.3. A pampa..... | 65 |
| 1.4. Costa Doce..... | 70 |
| 1.5. Revolução Farroupilha..... | 79 |
| 1.6. Missões..... | 88 |
| 1.7. Paisagem natural..... | 92 |
| 2. A imagem turística do estado | 99 |
| 3. O planejamento turístico e a trajetória das Políticas Públicas culturais | 102 |
| 3.1. Identidade, Nação e Estado Novo (XIX – 1946)..... | 104 |
| 3.2. Folclore e Tradicionalismo (1947 – 1949)..... | 112 |
| 3.3. A formalização do planejamento turístico e cultural no estado (1950-1963)..... | 116 |
| 3.4. Ditadura militar, Embratur e a publicidade (1964-1979)..... | 123 |
| 3.5. Últimos anos da ditadura, Barbosa Lessa e imigração (1980-1990)..... | 141 |
| 3.6. Ações suspensas da década de 1990 e as políticas do séc. XXI (1990-atual)..... | 167 |
| 4. A rede e suas intersecções | 192 |
| <i>Considerações finais</i> | 214 |
| <i>Referências</i> | 218 |

Introdução

Olá, meu nome é Leopoldine, sou do Turismo da Universidade Federal de Pelotas (RS), sou do projeto de extensão “Visitas Pedagógicas” e hoje vou te guiar no roteiro a pé pelo Centro Histórico de Pelotas. [O texto que apresentarei é completamente baseado no roteiro que era narrado em 2016/2017, e deve ser lido com olhar crítico, pois propõe uma reflexão]. Peço que leia o trajeto se imaginando pelas ruas que visitaremos. Esse pequeno mapa (FIGURA 1) irá te ajudar a te situar no roteiro e ver fotos de alguns dos prédios que iremos conhecer hoje. Mas vamos seguir uma ordem um pouquinho diferente, ok?



Figura 1 - Mapa do Centro Histórico de Pelotas

Bom, antes de começarmos farei uma pequena introdução sobre a história do município de Pelotas. A primeira referência histórica do surgimento do município é de 1758, quando o Conde de Bobadela, doou para o coronel Thomáz Luiz Osório, as terras que ficavam às margens da lagoa dos Patos. Fugindo da invasão espanhola, em 1763, muitos dos habitantes da Vila de Rio Grande (no extremo sul do Brasil) buscaram refúgio nas terras do Osório.

Em 1780, o português José Pinto Martins, que abandonou o Ceará em consequência da seca, fundou às margens do Arroio Pelotas a primeira charqueada, por conta da abundância de gado que tinha pelos campos. A prosperidade desse estabelecimento,

favorecida pela localização, estimulou a criação de outras charqueadas e o crescimento da região, dando origem à povoação que demarcaria o início da cidade de Pelotas.

Em 1812, foi fundada a Freguesia de São Francisco de Paula por iniciativa do padre Pedro Pereira de Mesquita, passou para vila em 1830 e três anos depois, foi elevada à categoria de cidade com o nome de Pelotas, em homenagem às embarcações feitas com couro animal e vara de corticeira, para a travessia dos rios.

A fundação da cidade foi uma consequência da prosperidade da atividade de produção de carne salgada que se desenvolveu no extremo sul do Rio Grande do Sul desde o final do século XVIII. Já em 1812 a produção e exportação do “charque” proporcionava um alto nível de acumulação de riquezas nas mãos da elite de estancieiros que viviam na cidade de Rio Grande ou nas charqueadas localizadas nas margens do Canal de São Gonçalo, do Arroio Pelotas e do Arroio Santa Bárbara. Fatores de ordem econômica, política e social confluíram para a fundação da cidade de Pelotas. Pelotas prosperou, transformando-se, nas primeiras décadas do século XIX em verdadeira capital econômica da região, mantendo-se durante todo aquele século como uma das mais ricas e adiantadas cidades da Província. Habitaram a cidade nove barões, dois viscondes e um conde, o que rendeu à sua sociedade a pecha de “aristocracia do charque” ou os “barões da carne-seca”.

Longe das charqueadas, essas ruas e esses prédios que vamos conhecer hoje, foram construídos para serem moradia e “centro” da cidade de Pelotas, a ideia era construir no entorno da praça todos os prédios necessários para a vida na cidade: prefeitura, mercado, biblioteca, igreja e teatro [O que está achando dessa história? Será que é isso mesmo?].

Vamos começar então com o Mercado Público: Foi construído para abrigar lojas e o pátio para abrigar comércio informal, caracteriza-se como local de comércio, bem como ponto de encontro. Como a elite pelotense tinha muito dinheiro, ela queria ter sempre as coisas mais modernas e quando via, em viagens, revistas e jornais algo novo na Europa, trazia para Pelotas. Tempos após a construção do mercado, o ferro começou a representar tecnologia de ponta na Europa, ou seja, virou moda. E aí, claro, a elite trouxe isso para Pelotas e um dos lugares com maior destaque foi o Mercado Público, onde foram colocadas estruturas metálicas para a cobertura. Também foi nessa época que foi instalada a torre do relógio e o farol de ferro que veio da Alemanha (mais precisamente de Hamburgo), que imita a Torre Eiffel de Paris.

Vamos agora em direção ao Antigo Banco do Brasil, o grande prédio da esquina: o prédio começou a ser construído em 1926 e foi inaugurado em 14 de julho de 1928. O objetivo inicial da construção do prédio era sediar o Banco do Brasil, que funcionou ali

durante 58 anos. Seus dois primeiros pavimentos eram destinados ao banco e a mansarda servia como residência para a família do gerente. O relógio orientava o povo. Em 1927 sofreu modificações em seu telhado. Em 1972 instalou-se nele a Secretaria Municipal de Finanças, atual Secretaria Municipal da Receita, há alguns anos está em desuso.

Vamos nos direcionar para aquela fachada branca ali em frente. Que é a Fachada da antiga casa do Marechal Osório. O Manuel Luis Osório, foi o primeiro e único barão, visconde e marquês do Herval (Conceição do Arroio, atual cidade de Osório). Foi um militar, político e monarquista, é o patrono da arma de cavalaria do exército brasileiro. Lutou em várias guerras, como na Guerra dos Farrapos e na Guerra do Paraguai. Lutou ao lado de Duque de Caxias. Somente se preservou a fachada (parte da frente) de sua residência, pois não conseguiram cuidar do resto da sua casa e ela acabou sendo demolida, restando somente a fachada.

O próximo prédio é o Grande Hotel: O prédio teve a sua construção iniciada em 1925, por iniciativa da “Companhia Incorporadora Grande Hotel”, que tinha como objetivo construir um hotel de grandes proporções para a cidade de Pelotas. O edifício tem quatro andares, construção de esquina com subsolo habitável, andar térreo mais elevado em relação ao passeio, andar nobre evidenciado na fachada. Possuía 76 quartos com banheiros coletivos, seis apartamentos tipo suíte, salão de chá, um grande vestíbulo coberto por claraboia de vidros coloridos (importada da França) e restaurante. No grande Hotel costumavam ser oferecidos banquetes homenageando grandes figuras nacionais e bailes de carnaval. Um jantar no restaurante do Grande Hotel era classificado como o que havia de mais grã-fino. Entre os hóspedes ilustres do grande Hotel estão Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Getúlio Vargas. Atualmente o prédio pertence à Universidade Federal de Pelotas e abriga o Curso de Tecnologia em Hotelaria.

Vamos conhecer também as Casas Geminadas, construídas pelo Comendador Joaquim Assumpção para suas filhas Judith e Francisca Augusta. O projeto foi trazido da Inglaterra e executado por Caetano Casaretto. São duas casas que aparentam ser apenas uma, se vista externamente, mas dentro possuem as mesmas proporções.

O casarão de esquina que vemos mais a frente, é o casarão da família Assumpção: mandado construir pelo Barão de Jarau para seu filho Joaquim Augusto Assumpção para sua residência entre os anos de 1881 e 1882. Na sala onde há um grande lustre (que pode ser visto pela janela), eram realizados casamentos, aniversários, festas e velórios. As noivas se arrumavam na “sala dourada” situada ao lado. Mais tarde no Rio de Janeiro, faleceram a irmã de Joaquim e seu esposo, então trouxe seus 5 sobrinhos para morarem com ele, sendo

que passou a ocupar a casa ao lado que pertencia a família. Joaquim já tinha 9 filhos. Assim os meninos moravam na casa ao lado e as meninas no casarão. O sobrado pertenceu à Família Assumpção até 2005, quando foi vendido ao Banco Santander, atualmente funciona a CRInter (Coordenação de Relações Internacionais) da UFPel.

Mais a frente vemos o Theatro Guarany: fundado por Francisco Vieira Xavier, Francisco Santos e Rozauro Zambrano. De acordo com relato de seus descendentes, quando o capitalista charqueador Rozauro Zambrano chegou ao Teatro Sete de Abril e viu que estava lotado, que haviam vendido seu lugar e que não poderia assistir ao espetáculo, prometeu nunca mais entrar naquele teatro e mandou construir outro mais rico e elegante. Sua construção foi iniciada em março de 1920, sendo inaugurado em 30/04/1921. O teatro possui 930 poltronas, 39 camarotes de primeira e 36 camarotes de segunda ordem, todos com capacidade para 5 pessoas. A armação do teto veio da Argentina, e o palco construído para atender todas as necessidades das grandes companhias que se apresentavam na cidade. Seu primeiro espetáculo ocorreu no dia 1º de Maio de 1922, com a companhia lírica italiana de Óperas Marranti, cantando O Guarani, de Carlos Gomes. Um fato que marcou, foi a não exigência de casaca para entrar no teatro, porém as pessoas teriam que utilizar as arquibancadas localizadas no último andar. A inauguração teve muita pompa, quem não entrou ficou na rua olhando o grande movimento.

Na fachada do prédio, pode-se ver a figura de um indígena ao centro, que simboliza a obra o Guarani, uma harpa que simboliza a música e uma máscara que simboliza o teatro. Possui terraços laterais que dão acesso ao “foyer”, para recreio dos ocupantes dos camarotes. No hall do teatro há um busto de Zambrano, presente de sua esposa que antes ficava em sua residência. Na parte externa há um relógio, que marcava os horários dos espetáculos, que iniciavam pontualmente, quando se fechavam as portas, não entrava mais ninguém. Próximos ao palco existem pequenos camarotes escondidos, que eram destinados aos viúvos que assistiam aos espetáculos, sem que as pessoas os vissem.

Durante um período, o teatro também foi cinema. Na parte superior localiza-se a cabine, onde passavam os filmes. Duas proprietárias, bisnetas de Zambrano, administram atualmente o teatro, e realizaram algumas reformas e tem trazido muitos espetáculos para o teatro. Pode ser alugado para eventos, porém é necessário que se respeite algumas regras, tais como não utilizar pregos para ornamentar, não colar cartazes, entre outras restrições.

Aqui para quem quiser, pode passar a mão no prédio do Teatro: O cimento penteado é de uma época de transição entre o reboco à base de cal - utilizado na construção dos casarões neoclássicos da cidade - e o reboco à base de cimento. Sabe-se que a técnica

construtiva veio da Europa, adotada principalmente para revestir grandes prédios, monumentais, devido ao seu baixo custo. Como sempre ocorre, o método passou a ser utilizado na arquitetura civil. Seu emprego em determinadas regiões brasileiras resultou de uma cultura de época que importava tecnologia, materiais e mão-de-obra dos países europeus, da presença de baixas temperaturas e do seu baixo custo de manutenção.

Vamos agora até o prédio azul aqui ao lado, é o Casarão 2: foi construído para o charqueador José Vieira Viana no início do século XIX. Mais tarde foi adquirido pelo charqueador José Antonio Moreira (Barão de Butuí), que presenteou ao seu primogênito, Ângelo Gonçalves Moreira. A construção em estilo luso-brasileiro/colonial de 1830 passou por uma grande reforma em 1880, atribuída ao arquiteto italiano José Izella. A operação tinha dois objetivos básicos: “modernizar” a aparência, tornando-a clássica e adequá-lo à linguagem dos seus vizinhos (residências 6 e 8, ambas atribuídas a Izella). Percebe-se isso, pois o primeiro andar tem suas janelas e portas bem simples, sem ornamentos. Já o segundo andar foi construído com mais desenhos e ornamentos. A pintura e decoração são em tons de azul que representavam a riqueza, mas apesar da família ser muito rica essa casa não possuía porão que também era uma forma de ostentação de poder e riqueza. Essa casa possui um mirante que servia para avistar as embarcações que chegavam no porto.

Em 1977, aconteceu o tombamento do prédio, que é um dos únicos com nível de proteção nacional. Criou-se então a Fundação Museu de Pelotas, pela Lei Municipal 2365/77, com a finalidade de restaurar, formar e preservar um acervo de bens de enorme valor cultural para exposição ao público. Atualmente o prédio pertence à prefeitura de Pelotas, nele se encontra a Secretaria de Cultura e o Espaço de Arte Adail Bento Costa.

O prédio ao lado, é o Casarão 6: antiga residência de Leopoldo Antunes Maciel (Barão de São Luiz), filho do Tenente-Coronel Elyseu Antunes Maciel e Leopoldina Amália de Freitas da Rosa, casou-se com Cândida Gonçalves Moreira (Baronesa de São Luiz) e filha de José Antônio Moreira (Barão de Butuí). Com um porão alto típico do século XIX. O primeiro proprietário foi Leopoldo Antunes Maciel (Barão de São Luiz), sendo quem o construiu, mais tarde a casa foi residência de sua filha Othilia Maciel, casada com o antigo prefeito de Pelotas, José Júlio Albuquerque de Barros. É a casa central do maior conjunto renascentista da América Latina. A planta da casa se vista do alto tem seu formato em "H".

Já o outro prédio em sequência é o Casarão 8: foi construído pelo arquiteto José Izella, para servir de residência à família do Conselheiro Francisco Antunes Maciel (segundo Barão de Cacequi), filho do tenente-coronel Eliseu Antunes Maciel, casado com Francisca de

Castro Moreira (filha do Barão de Butuí). Construção de esquina possui porão alto com sacadas ornamentada com vasos e estátuas. Há uma claraboia sobre um hall. No interior possui forros trabalhados em estuque com relevos em gesso. As varandas são decoradas e protegidas por lambrequins confeccionados em madeira. O primeiro módulo ocupa a esquina da quadra, onde interiormente se desenvolvia a área social e íntima da residência e recebeu maior número de ornamentações. O segundo módulo abrigava a área de serviços e possui decoração simples. Nesse módulo, grandes portões de madeira davam entrada para as cocheiras e eram também utilizados para os serviços domésticos, a circulação de escravos e a retirada das águas servidas e materiais fecais. Isto ocorreu até o ano de 1914, quando foram implantados os esgotos e as residências tiveram os interiores reformados para receber essa modernização.

O prédio escuro que vemos mais a frente na outra quadra é a empresa de Pompas Fúnebres Moreira Lopes: foi fundada em 1882, sendo o prédio construído no mesmo ano. Já em 1922 a fachada foi reformada com ornamentos “art nouveau”. Atualmente, permanece com o uso original. O proprietário Loir Louzada Luz, hoje com 70 anos de idade, cresceu em meio aos caixões e diz estar acostumado com os mortos. O negócio, que ele mantém praticamente sozinho, é herança da família, desde 1882.

O sobrado verde mais a frente, foi o antigo quartel das forças legalistas, no primeiro período do século XIX. Teve várias utilidades, foi quartel general na guerra dos Farrapos, câmara municipal, redação do jornal diário de Pelotas, colégios, estação telegráfica, sede da União Republicana, sede da Igreja Evangelista, quartel de policia, prisão do Dr. Miguel Barcelos quando ali funcionava a câmara, sede da sociedade musical Eutherpe, prisão de chefes federalistas, residência do Dr. Antonio Gastal. Em 1936, Manoel Marques de Souza, Conde de Porto Alegre, ficou ali durante a Revolução Farroupilha com dois batalhões, um deles de soldados portugueses, resistindo durante dias e ameaçado pela fome e sede, entregou-se e foi preso. Atualmente é conhecida como Casa da Banha, pois já foi um açougue e todas as pessoas compravam a banha por vários motivos, até para gel nos cabelos, então todos se referiam à casa da Banha quando falavam desse prédio.

O prédio em sequência é o Clube Caixerai: fundado por caixeiros viajantes (vendedores ambulantes), que conquistaram o direito de descansar a partir das 15 horas nos domingos e feriados. O prédio possui três andares com terraços e pavilhões. Têm duas musas, uma com um livro, outra com uma lira representando a literatura e a musica, que são atividades do clube. Além disso, possui as estátuas de Hermes e Hefesto, que representam o comércio e a indústria. Na esquerda, apresenta instrumentos musicais e mascaras em alusão

ao teatro, poesia e bailes de carnaval. Na direita, mastros com bandeiras, âncoras e espadas, representando as conquistas marítimas. As palavras “economia”, “atividade” e “prudência” estão gravadas na fachada, porém não sendo visíveis. Antigamente tinha duas torres que foram derrubadas para que o prédio não fosse confundido com uma igreja. Atualmente o Clube Caixeiral está em plena atividade, acontecem festas e eventos. Apresenta uma belíssima arquitetura e diversos detalhes interessantes em sua constituição. No seu interior encontramos um luxuoso salão, palco que aconteciam inúmeras festividades importantes para Pelotas.

Vamos andando mais um pouco, e chegamos então no Theatro Sete de Abril: o primeiro teatro construído no Rio Grande do Sul. Inaugurado em 02 de Dezembro de 1833, em formato de ferradura, próspero ciclo econômico das “charqueadas”. Seu nome é em homenagem ao dia em que Dom Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho Dom Pedro de Alcântara (Dom Pedro II). É a única instituição com o nome de “Sete de Abril”, data nacionalista que nasceu junto com o Hino Nacional. Por algum tempo, em 1844 na Revolução Farroupilha, o teatro foi requisitado para uso dos militares de Bento Gonçalves. O Sete de Abril já recebeu três visitas imperiais: o Imperador D. Pedro II e a Imperatriz foram aclamados e a corte ceou ou no salão do teatro durante o intervalo do primeiro e segundo atos. Em 1865 o Imperador e a Princesa Izabel foram aplaudidos. Em 1885, o conde D’Eu e a Princesa Izabel compareceram a vários espetáculos. Passou por várias reformas e restaurações, buscando ao máximo manter sua forma original. É o teatro mais antigo da cidade e até 2010 era o teatro mais antigo do Brasil em funcionamento. Atualmente encontra-se em processo de reforma.

Vamos atravessar a rua então e conhecer a Biblioteca Pública Municipal: esse foi o segundo prédio público da cidade, as famílias pelotenses doaram materiais e dinheiro para a construção. Vieram vários materiais de construção da Europa, e o povo contribuiu com pregos, cortinas e dinheiro arrecadado em quermesses e bazares. A biblioteca foi fundada em 1875 por Antonio Joaquim Dias. Em 1914 foi ampliada para a construção de um segundo piso onde passou a funcionar a câmara de vereadores, o globo na parte de cima significa sabedoria é um exemplo de arquitetura neo-renascentista. A Biblioteca Pública Pelotense (BPP) abrigou nas suas dependências cursos noturnos de alfabetização, de 1877 até 1915. A iniciativa da elite pelotense de criar os cursos noturnos de instrução primária, direcionada aos homens adultos e meninos pobres, tinha “o intuito de disciplinar, de inculcar normas e valores referentes à necessidade do trabalho como forma de combater o ócio e à vagabundagem”.

A Biblioteca Pública Pelotense possui o segundo maior acervo de livros técnicos, didáticos e de ficção do estado, possui também aproximadamente 100.000 volumes e coleções de todos os jornais editados em Pelotas e região, assim como revistas nacionais colocados à disposição da população para leitura e consulta. Possui também um museu, com várias peças históricas desde o período pré-histórico, até o século XX.

Em sequência vemos o prédio da Prefeitura Municipal: que foi construída para ser sede da câmara de vereadores, porém não foi ocupada para este fim. Nela foi assinada a Lei de libertação dos escravos de Pelotas, havia 3.000 escravos. Trata-se de um prédio imponente que, juntamente com vários outros, complementam o riquíssimo conjunto arquitetônico da praça. Um fato curioso sobre o prédio é que ele foi projetado pelo engenheiro Romualdo de Abreu e Silva, o próprio Romualdo do livro de Simões Lopes Neto, "Casos do Romualdo".

Bom, vamos agora nos direcionar para a praça Coronel Pedro Osório: no centro da praça vemos o Chafariz Fonte das Neireidas, que foi importado da França, para ornamentar e abastecer de água potável as residências em entorno da praça. É o maior dos três chafarizes existentes em Pelotas, foi montado por Charles Zanota em 1874, atualmente serve de ornamento central da praça e faz parte do patrimônio público. No local onde atualmente está o chafariz, antes se localizava o pelourinho, que era o local onde os criminosos eram amarrados e açoitados publicamente, e também era onde se vendiam escravos. Dizem que as filhas dos senhores não gostavam de ouvir os gritos de dor e o pelourinho passou para um local atrás do mercado. No início, o chafariz não ficava no alto, com os degraus. Só que ele era alvo de muitas críticas, pois quando estava em funcionamento espalhava água pela praça. Como o governo queria que a praça fosse um lugar de lazer para as famílias mais abastadas e nobres, suspendeu o fornecimento de água para as casas da volta e gradeou o chafariz. No ano de 1915, com o intuito de tornar o chafariz mais "artístico", foi realizada a obra de levantamento da sua base com a colocação de ladrilhos hidráulicos nos degraus. Atualmente, no natal o chafariz é enfeitado e realiza o espetáculo de águas dançantes que faz parte evento anual "Natal doce Natal".

Para encerrar a nossa visita, nos deslocamos para o Monumento do Coronel Pedro Osório: esse homem da estátua, aos 17 anos, iniciou como caixeiro em uma loja de tecidos, e depois foi trabalhar em uma Charqueada. Aos poucos se tornou um dos maiores charqueadores empreendedores de Pelotas, além disso, foi pioneiro em introduzir o charque na região da Serra. É conhecido como o Rei do Arroz, pois investiu no plantio sem esperar o declínio do charque. Foi um dos maiores invernadores de gado de corte e ovinos de Pelotas e

na região serrana e um dos primeiros importadores e quem introduziu no estado a raça americana de suínos. Durante a 1ª guerra mundial exportou para a Europa. Foi pioneiro no Brasil no que diz respeito ao seguro de seus funcionários, criando em suas propriedades o atendimento médico, escolas, casas e salários justos. Morreu de derrame cerebral em 1931. Era uma pessoa tão querida que em seu enterro tinha aproximadamente 20.000 pessoas.

Obrigada pela participação, é aqui que encerramos nossa visita. [O que achou? Teve algum estranhamento com a narrativa?].

A narrativa contada neste roteiro foi retirada de um antigo arquivo¹ do projeto de extensão “Visitas Pedagógicas” do curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas no período entre 2016 e 2017, época em que colaborei com o projeto como voluntária e posteriormente como bolsista. O interesse pela presente pesquisa se deu, a partir de experiências na graduação em Turismo, inicialmente com a participação neste projeto, no município de Pelotas, região sul do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil (FIGURA 2).



Figura 2 - Mapa situando o município de Pelotas

Dentre as atividades propostas no projeto de extensão “Visitas Pedagógicas”, está a realização de visitas mediadas por alguns dos locais que integram o Conjunto Histórico de Pelotas/RS² a elaboração de roteiros e pesquisa de informações históricas sobre os prédios e

¹ O arquivo utilizado na época em que fui bolsista, em 2017, estava salvo ainda em meu computador, os trechos utilizados para composição da narrativa são fiéis ao arquivo original, sendo apenas mais resumido. É possível que alguns destes textos sejam cópia de sites ou outros arquivos, os mesmos porém, não se encontravam com referências, por se tratar apenas de um arquivo base para a narração oral. Acredito que a narrativa atual utilizada já estea bastante diferente.

² Centro histórico se refere ao núcleo dos edifícios mais antigos de uma cidade. Geralmente inclui os primeiros edifícios que marcaram o início do processo de urbanização do município em questão. É por isso que os centros históricos são geralmente protegidos pelas autoridades por meio de leis e regulamentos (CONCEITO.DE, 2019). No caso no Conjunto Histórico de Pelotas (RS), o mesmo foi tombado nacionalmente, em 2018, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O conjunto inclui: as praças José Bonifácio, Coronel Pedro

locais visitados. O roteiro da visita consiste em um trajeto realizado a pé pelos prédios ao redor da praça Coronel Pedro Osório³, (sendo esta região conhecida como o centro histórico da cidade) em que descrevíamos brevemente parte da história de cada construção que remete ao século XIX, incluindo na maioria das visitas: o Mercado Central; a Bibliotheca Pública Pelotense; a Prefeitura; o prédio do Antigo Banco do Brasil; o Grande Hotel; as casas geminadas; antiga residência da Família Assumpção; Casarão 2; Casarão 6; Casarão 8 (hoje abriga Museu do Doce); Casa da Banha; Clube Caixeiral e por fim a própria Praça Coronel Pedro Osório, que incluía o monumento (estátua) em homenagem ao Coronel Pedro Osório e o Chafariz das Neireidas, que está no centro da praça.

Apesar da liberdade que tínhamos em narrar os locais visitados, recebíamos treinamento e um arquivo de pesquisa produzido pelos antigos bolsistas responsáveis pelos projetos anteriormente. Eram textos que serviam como base para nossas falas sobre os lugares quando guiávamos o público participante durante o roteiro. A narrativa construída até a nossa chegada, salientava a arquitetura, a história oficial sobre a construção do mesmo, seus usos e a família ao qual pertenceu aquele prédio (ou sob qual contexto foi construído, no caso dos prédios públicos). Em alguns prédios era permitida a visita pelo seu interior, nesses casos éramos recebidos pelos guias desses locais que conduziam a visita (como no caso da Bibliotheca, o Casarão 8 e Casarão 2, por exemplo). As visitas eram agendadas conosco e tinham duração de 2 a 4 horas dependendo da quantidade de pessoas e público. Geralmente tínhamos participação de crianças de escolas públicas e privadas (tanto anos iniciais, quanto ensino médio), professores, servidores públicos e grupos de idosos. As narrativas também eram adaptadas ao público, para se adequar a linguagem de cada faixa etária e assim se tornar didático, compreensível e ao mesmo tempo instigar a participação do público.

Durante a realização das visitas mediadas, meus colegas do projeto e eu, percebemos aos poucos uma seletividade nas narrativas contadas durante o roteiro, e passamos a problematizar e questionar as narrativas do mesmo.

Notamos que a narrativa contada priorizava grandes homens brancos da elite, pessoas que mandaram construir aqueles casarões históricos ao redor da praça Coronel Pedro Osório. Ao passo, que deixavam de lado, narrativas sobre as pessoas que efetivamente construíram aqueles lugares e suas respectivas vivências. Onde estavam os homens negros

Osório, Piratinino de Almeida, Cipriano Barcelos e o Parque Dom Antônio Zattera, conjuntamente com a Charqueada São João e a Chácara da Baronesa.

³ A Praça Coronel Pedro Osório é a principal praça da zona central da cidade de Pelotas (RS). Situa-se entre as ruas XV de Novembro, Lobo da Costa, Princesa Isabel, Marechal Floriano, Anchieta e Félix da Cunha e Barão de Butuí. Sendo esta região conhecida como o centro histórico da cidade. Este local leva o nome do Coronel Pedro Osório. Ao redor da praça encontram-se inúmeros casarões e prédios considerados de importância histórica para o município.

escravizados que colocaram a “mão na massa” para construir aqueles prédios? As mulheres negras escravizadas que produziam os doces nos casarões, bem como outros trabalhos domésticos? As comunidades indígenas que ali viviam? Era uma cidade onde apenas a elite vivia? E os trabalhadores e trabalhadoras? Porque parecia faltar muita gente nessa narrativa contada?

Além da narrativa do roteiro, questionamo-nos sobre o discurso utilizado nos principais meios de informação “oficial” do município, como por exemplo, a página digital da prefeitura municipal (em 2016 e 2017, diferente da atual formatação). Bem como, nos materiais de promoção turística do município, como folders e mapas, (fontes muito utilizadas nas nossas pesquisas para a construção da narrativa do roteiro). Conforme alguns dos seguintes trechos dos materiais:

*O nome [da cidade de Pelotas] origina-se das embarcações de vara de corticeira forradas de couro, usadas para a travessia dos rios pelos indígenas, e posteriormente, **pelos trabalhadores das charqueadas** (FOLDER PELOTAS PARA VISITAR, MORAR E INVESTIR, 2019, [grifo do autor]) [grifo meu].*

*O poderio econômico e social dos charqueadores era tão forte que os mesmos mandavam construir no centro da cidade grandes casarões para serem ocupados nos períodos de entre safra do charque. Projetados por arquitetos de renome e tendo boa parte do material utilizado para construção importado da Europa, estes palacetes exibiam a opulência de seus proprietários. **A riqueza advinda da economia charqueadora era tanta que estes charqueadores mandavam construir prédios públicos e demais obras que julgassem necessárias ao desenvolvimento da cidade** (MAGALHÃES, 1993, citado no PLANO DE TURISMO MUNICIPAL, 2017-2024, pg.21) [grifo meu].*

*Os altos índices de exportação da carne de charque alavancaram a economia, gerando prosperidade social e cultural na região de Pelotas/RS. **As Charqueadas, grandes propriedades rurais onde viveram Barões da Carne Salgada, transformaram-se em atração turística e cultural – símbolo da cidade** (LIVRETO ENCANTE-SE COM PELOTAS, 2017) [grifo meu].*

*Com o crescimento da produção de charque, o poder econômico da sociedade pelotense eleva-se e o padrão de vida ganha toques de sofisticação. **A tradição doceira, enraizada na cultura da cidade, remete-se a esse período, década de 1860, quando os grandes charqueadores passam a oferecer doces finos portugueses em suas festas** (FOLDER PELOTAS PARA VISITAR, MORAR E INVESTIR, 2019) [grifo meu].*

*Sobre os atrativos turísticos, é possível realizar um passeio pelo **Centro Histórico de pelotas e notar uma forte influência da estética europeia, em suas edificações.** Seu belo conjunto arquitetônico, de **forte influência europeia**, é um dos maiores de estilo Eclético do Brasil, em qualidade e quantidade (LIVRETO PELOTAS TURISMO, 2017) [grifo meu].*

Notamos que esses materiais possuíam a mesma narrativa seletiva e excludente sobre a história da cidade e outros aspectos. Ignorando a presença de comunidades indígenas e

quilombolas no presente e no passado e romantiza o período da escravidão no qual a cidade de Pelotas teve grande participação através das charqueadas. O material deixa de lado a contribuição dessas comunidades negras tanto para o funcionamento da indústria charqueadora, quanto para a construção dos prédios da cidade durante o período de entressafas do charque que exigia o trabalho nas olarias, além de desconsiderar a contribuição das mulheres negras escravizadas no saber-fazer doceiro. Entre outros aspectos que consideram somente as representações da elite branca e influências europeias e deixam de lado outros tantos grupos.

Estas constatações direcionaram minha monografia final do curso, em que apresentei uma análise destes materiais de divulgação turística do município de Pelotas/RS e também materiais produzidos pelo Iphan a partir do Registro de Tradição Doceira e Conjunto Histórico de Pelotas, a fim de entender o modo como a cidade é imaginada e narrada através do turismo, tanto pelo poder público municipal e também fazer comparações sobre construções vindas de um órgão “de fora”, nesse caso o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A minha pesquisa buscou entender os elementos que são valorizados ou menosprezados, mobilizados ou abandonados, na promoção turística da cidade e a imagem que foi/está sendo construída. Em minha pesquisa apresentei não somente a narrativa que estava sendo contada no material, mas também as narrativas que (várias fontes) estão sendo deixadas de lado e sobre como se deu essa seleção.

Percebi que o discurso apresentado pelo turismo em Pelotas possui um caráter eurocêntrico, seletivo e excludente, que respalda a cultura da branquitude. Trata-se de uma história que valoriza temporalidades e espacialidades específicas e assim privilegia uma determinada história, classe social, gênero e etnia.

Durante esse período da construção da pesquisa passei a integrar o projeto “Margens: Grupos em Processos de Exclusão e Suas Formas de Habitar Pelotas”, que tem como objetivos evidenciar olhares de diferentes grupos para o passado de Pelotas - RS, identificar estratégias de legitimação identitária destes grupos e incentivar reflexões sobre a apropriação de elementos do passado e seu uso no presente. O projeto foi um grande condutor da minha pesquisa.

A partir dessas experiências, busquei ampliar minha pesquisa e compreender como essas questões são exploradas no estado do Rio Grande do Sul, desta vez sob um olhar antropológico mais aprofundado. Realizando uma análise a respeito da construção da imagem turística do estado do Rio Grande do Sul pela Secretaria de Turismo a partir do material

turístico confeccionado pela mesma. A fim de compreender como são construídas as representações do Rio Grande do Sul pelo turismo.

Parte-se da narrativa estereotipada sobre o gaúcho e elementos que operam no discurso do estado sobre si mesmo. Neste processo, existe uma escolha do que irá representar o estado, e alguns desses elementos são elevados a patrimônios, a atrativos e a símbolos.

É preciso considerar aqui, que esses processos de formação de imagens sobre o lugar, podem influenciar na reprodução de desigualdades, por serem seletivas, em relação ao que se quer ou não valorizar. O turismo e a mídia são espaços onde circulam muitas narrativas sobre grupos culturais, e o privilégio à algumas identidades, em detrimento de outras, podendo contribuir para a invisibilização dos grupos que não entraram na seleção (GOMES, 2008).

É importante nos atentarmos a maneira como a promoção turística está intimamente ligada a processos de seleção e visibilidade de certas características específicas da região e omissão e/ou desdém por outras. Além da construção de imagens, que possuem ou não coerência com a história daquele lugar, que podem/são usadas na formação da imagem atrativa do destino turístico (GOMES, 2008).

Os materiais de divulgação turística produzidos pela Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul demonstram esse carácter seletivo dos mesmos, e de seu papel na reafirmação de representações em torno do tradicionalismo. Essa imagem do gaúcho enfatiza a presença luso-brasileira no Rio Grande do Sul e o valor da imigração europeia e paralelamente omite a presença das pessoas negras (BARCELLOS, 1996) além de outros grupos que também constituem o estado, e que pouco ou nada aparecem nesses materiais, como: mulheres, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, entre outros. Ressaltando e valorizando assim: raça, gênero e território, o material opera com a ideia da existência de uma homogeneidade.

As questões levantadas no presente estudo tratam de descobrir como se dá a construção e seleção dessas representações de Rio Grande do Sul que respaldam no material turístico, e sobre quem as constrói? E ainda, como o estado se utiliza do turismo para “vender” uma imagem idealizada e estereotipada de “cultura gaúcha”, que valoriza grupos, temporalidades e territórios específicos, excluindo assim, outras narrativas componentes do estado.

Os folders turísticos são um tipo de mídia acessível ao público, que gera grande circulação de imagens e que pode favorecer a construção e reforço de imaginários a partir de ideias e representações veiculadas, ou reproduzir as já existentes. Tanto dentro das cidades em questão, quanto fora delas.

Busco, desta forma, apresentar em um primeiro momento, as narrativas presentes nos folders e outros materiais de divulgação turística do estado do Rio Grande do Sul. Investigando também indícios da construção destas representações de Rio Grande do Sul e da figura do gaúcho na imagem turística do estado. Para isso, apresento a trajetória das políticas públicas voltadas para turismo e cultura no Estado e os gestores envolvidos nesse processo, a fim de entender como se constroem estas representações; quem as constrói e porquê? Quais relações de poder estão engendradas nestes processos? E ainda, quem se beneficia?

Metodologia

Seguirei nesta pesquisa a perspectiva etnográfica, pensada como o meio para sistematizar o conhecimento antropológico, por meio do trabalho de campo. Nele é que se percebe o caráter empírico dos fenômenos sociais e/ou culturais presente nas interlocuções e observações.

A etnografia não é entendida apenas como método, mas considerada também uma teoria a partir dos contextos de observação, ou seja, as relações sociais, interações culturais, entre outros fenômenos. Assim, “nem sempre as observações serão lineares, quer dizer, não acontecerão naquele período de tempo selecionado como ‘momento de campo’. A antropologia está imersa na vida e em produção contínua por nós antropólogos (as) e grupos pesquisados” (CHAGAS, 2021).

Com o crescimento das tecnologias digitais, novos meios de coletar e produzir dados surgem no universo da pesquisa social. “E é nesse cenário de grandes e rápidas mudanças da ciência e da própria sociedade que surge a etnografia virtual como mais uma ferramenta de pesquisa no ambiente da internet” (SANTOS, PEREIRA, 2021, p.58). Em contraste ao contato físico, no trabalho de campo virtual a experiência se dá através de uma tela.

A etnografia virtual tem como proposta “investigar e analisar comunidades, costumes, práticas e cultura no chamado *ciberespaço*, que passa a ser alçado à condição de campo de pesquisa [...] que, frisa-se, mantem a mesma função epistemológica da etnografia tida como convencional” (SANTOS, PEREIRA, 2021, p.59) [grifo meu]. Ferraz e Alves, defendem que:

[...] desprezar a condição digital da cultura contemporânea, a qual se alastra em todas as esferas das relações sociais (se apresentando também como campo e/ou objeto de pesquisa) é ignorar as recentes mídias no cotidiano da relações sociais como o fato social da nossa era (2017, p. 5).

Assim como o conteúdo e validade de uma obra em formato físico ou digital (e-book) se mantém, o percurso etnográfico também continua fiel ao convencional, apenas expande suas fronteiras para adequar-se a uma sociedade que está cada vez mais complexa e conectada (SANTOS, PEREIRA, 2021).

No momento atual, marcado por uma grande apropriação das tecnologias da informação e da comunicação, mais precisamente dos dispositivos móveis e das plataformas de mídia social, os pesquisadores das áreas das ciências sociais estão se deparando com o desafio de encontrar métodos e técnicas de pesquisa capazes de captar as idiosincrasias dos fenômenos que emergem e/ou perpassam os ambientes digitais (CORRÊA; ROZADOSA, 2017).

A pesquisa realizada exclusivamente no meio virtual tem sido realidade para inúmeros pesquisadores (as) neste momento pandêmico da COVID-19, já que por questões

de segurança pública as interações sociais tem ocorrido majoritariamente através do meio digital.

Apesar da diminuição impactante e repentina das viagens – que para sua realização requer deslocamento – no contexto do turismo, o meio digital é uma forma importante de contato prévio com o destino através de pesquisas e leitura do material de divulgação disponível sobre o lugar. Por isso, a promoção turística atua como forma de disseminar imagens especialmente no meio digital, já que visitantes frequentemente buscam informações sobre os destinos na internet antes da viagem. Porém, a internet não é só um espaço onde o (a) futuro (a) visitante faz pesquisas sobre o destino que pretende conhecer, mas também deixa opiniões em sites e redes sociais posteriormente a visita – depoimentos que podem influenciar outras pessoas em futuras viagens.

Tal observação foi imprescindível para a realização da minha pesquisa, que pôde ser desenvolvida sem nenhum prejuízo direto do isolamento físico. Corrêa e Rozados (2017) explicam que “a etnografia virtual amplia as possibilidades oferecidas pela etnografia tradicional ao permitir o estudo de objetos, fenômenos e culturas que emergem constantemente no ciberespaço”, não necessitando um grande deslocamento geográfico, pois “nos estudos etnográficos tradicionais, o pesquisador precisa estar presente e atento aos eventos da comunidade ou cultura estudada a fim de registrar em notas de campo todos os detalhes mais importantes”. Já a etnografia virtual “adapta técnicas, procedimentos e padrões metodológicos tradicionalmente empregados na etnografia para o estudo de culturas e comunidades emergentes na Internet” (CORRÊA; ROZADOSA, 2017).

Através da etnografia virtual pude navegar pelo que Bruno Latour denomina como redes sócio técnicas, algo que para os objetivos da minha pesquisa não seria possível por mero deslocamento físico e geográfico, mas viável, porém, através do ciberespaço: a internet.

Para Latour (2012), a sociedade é substituída por redes de tecnologia social. Uma rede complexa que conecta o ser humano, seus objetivos e todos os meios técnicos utilizados para alcançá-los. Em seus estudos sobre o ator-rede, Latour (2012) define que o ator é quem possui um papel mais ativo e causa o maior impacto em sua rede, assim, pessoas, coisas, e instituições possam ser entendidas como atores. Para Latour, o que a rede representa é a interconexão entre as ligações das quais os atores participam. Essa rede se desenvolve em qualquer direção e estabelece conexões com atores relevantes para a relação. Latour pensa na teoria de redes enquanto pontos de intersecção.

Esses atores corresponderiam “ao poder público, corporações privadas, moradores, visitantes, equipamentos, entre outros”, e entre essas “redes de interações ocorrem trocas e

conflitos”. (PEREIRA, MENDES, 2020, p.204). Os atores⁴ agem mutuamente, interferem e influenciam o comportamento um do outro, e também da própria rede. O ator muda o funcionamento da vida humana, definindo a forma de se pensar e agir (LATOUR, 2012).

No âmbito do planejamento turístico do estado, o poder público quando entendido como ator, nos permite pensar a respeito desse caráter influente dos atores, defendido por Latour, podendo cristalizar e fixar certas ideias a respeito do lugar.

Uma das razões para o sucesso dessa fixação (no caso específico do turismo), é que por mais que a percepção dos(as) visitantes no destino seja importante na construção da imagem do lugar, nem sempre requer deslocamento, ou seja, a ideia que se tem do lugar pode ultrapassar as fronteiras do destino e moldar a imaginário do(a) futuro(a) visitante, que muitas vezes se limita a conhecer somente o “turístico”, aquilo que é recomendado pela divulgação turística do destino, especialmente se essa divulgação for criada por um órgão oficial do Estado, que é a Secretaria de Turismo Estadual. Desconhecendo assim, as entrelinhas que estão engendradas na narrativa turística e suas relações de poder.

Na perspectiva desta pesquisa, busco compreender a rede sócio técnica que se constrói em torno da promoção turística do Estado do Rio Grande do Sul através do Poder Público. Pensando nisso, em um primeiro momento desta pesquisa, apresento os materiais de divulgação turística do estado do Rio Grande do Sul, incluindo folders e mapas produzidos pelo *trade* turístico gaúcho, a partir de seus textos e fotografias. Foram considerados: Folder Rio Grande do Sul: um grande destino, e também os mapas sobre as regiões turísticas do estado: Termas e Lagos; Campos de Cima da Serra; Região Uva e Vinho; Litoral; Turístico e Rodoviário; Águas e Pedras e Pampa Gaúcho.

Trata-se de um material de grande circulação e fácil acesso, já que todos estão disponíveis no site da Secretaria de Turismo do estado, o que me permitiu um acesso imediato a esse material, sem necessitar o meu deslocamento para coleta do material físico. Folders turísticos também são fontes etnográficas da pesquisa, principalmente se queremos entender a construção de discursos oficiais e ações políticas de turismo mais amplas na dinâmica do estado.

O objetivo para com esse material foi entender as dinâmicas de sua construção e as influências do mesmo no reforço das suas narrativas junto aos (às) turistas. Considerando, que nestes materiais, diversas representações podem ser produzidas, veiculadas, partilhadas, cristalizadas e/ou dar origem a outras imagens. Para tanto, busquei trazer também comentários de visitantes sobre os lugares mencionados nos materiais e outras temáticas discutidas, para

⁴ O termo “ator” é utilizado nesta pesquisa exclusivamente sob o pronome masculino, para seguir o uso do termo conforme proposto pelo autor.

refletir sobre suas influências na construção desse imaginário. Os comentários foram coletados das redes sociais como o *Facebook* e sites de avaliação de destinos turísticos como o *TripAdvisor*, a fim de compreender as relações das pessoas e esses materiais.

Nessa perspectiva, os atores sociais fazem diferentes usos e apropriações através da internet, possuindo diversos significados culturais, por isso, a internet tem um papel importante na construção de práticas sociais (HINE, 2000 citado por PEREIRA; MENDES, 2020, p.205).

Para Konizetis (2010, p. 3), a abordagem virtual na etnografia é adaptada para ajudar o(a) pesquisador(a) “a estudar não apenas fóruns, *chats* e grupos de discussão, mas também *blogs*, audiovisuais, fotografias, [...] sites e redes sociais”. Fragozo, Recuero e Amaral (2011), discutem a complexidade e os limites metodológicos proporcionados por esse tipo de abordagem, já que o campo será realizado através da observação de documentos, comentários e entrevistas disponíveis ou realizadas no meio digital. No qual esses elementos terão que ser pensados a partir de seus contextos e construções, necessitando interpretação. Portanto, Kozinets (2010), explica que a técnica não trata as comunicações realizadas no ambiente digital como conteúdo, mas como interações sociais, expressões carregadas de significado e artefatos culturais. Sendo dessa forma um espaço repleto de possibilidades para a presente pesquisa.

A partir dessa primeira análise passei a construir efetivamente uma rede imaginária, através de um histórico da trajetória dos gestores públicos do Estado e outras instituições de apoio a Cultura e ao Turismo, e sua prioridade no que envolve políticas públicas dessas áreas no Rio Grande do Sul. Desde a formalização e execução de projetos até a institucionalização de órgãos. Neste contexto, procurei relacionar as políticas públicas estaduais voltando para uma interpretação de como foi construída a identidade gaúcha.

Para tanto, realizei também entrevistas por vídeo chamada com pessoas envolvidas com este cenário. Esse diálogo me foi proporcionado mais uma vez através do virtual, já que meu deslocamento físico para diferentes cidades do estado (no caso de entrevistas presenciais) seria inviável financeiramente e profissionalmente (em razão do meu emprego), mesmo sem a pandemia. Esse “mundo online” mediou meu trabalho de campo, solidificando percepções que já estavam em construção. Sendo assim, um aspecto positivo, e uma ótima possibilidade.

Realizei sete entrevistas com interlocutores(as) cuja experiência (atual ou anterior) envolve cargos de importância: no poder público do estado; representantes do IPHAN e/ou IPHAE; diretoria de importantes museus do Estado, como o Museu Júlio de Castilhos; representantes do Sistema Estadual de Museus e cargos de importância do Movimento

Tradicionalista Gaúcho e Comissão Gaúcha de Folclore. Por conta dessas pessoas estarem trabalhando (ou terem trabalhado) nestas instituições, algumas junto ao poder público, preferi não citar nomes para fins de proteção das fontes. Refiro-me a elas, portanto, como “interlocutor(a) A, B, D...”.

Todas as entrevistas envolveram um contato prévio com os(as) interlocutores(as) para explicar a pesquisa, agendamento da vídeochamada via *Google Meet*, acordos sobre gravação das entrevistas para fim de transcrição para a pesquisa e anonimato.

A escolha daqueles(as) que seriam meus(inhas) interlocutores(as) foi se dando no decorrer da pesquisa. Conforme conversava com as pessoas, elas me sugeriam outros nomes (e contatos) que julgavam ser interessantes para meu estudo e que pudessem acrescentar com falas a partir de suas amplas experiências. Considerei pessoas com experiências mais vastas que pudessem me passar uma visão mais geral de diferentes períodos e gestões, às vezes, havendo gerido diferentes instituições em sua trajetória.

Nessas entrevistas a ideia sempre foi fazer perguntas abertas e que iam sendo formuladas no decorrer da conversa, conforme as temáticas que eu estava buscando na pesquisa, mas permitindo que o(a) interlocutor(a) falasse livremente sobre sua experiência e opiniões.

Em paralelo, busquei trazer um debate a respeito das relações entre as políticas públicas de turismo e cultura e as instituições de apoio no reforço das narrativas veiculadas pelo, e no estado, o que inclui: as instituições patrimoniais (como o IPHAN, o IPHAE, IHGB, Conselhos de Patrimônio, entre outros), museológicas (incluindo a ampla gama de museus no estado) e culturais (como os Conselhos de Cultura e de Turismo, Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, o Movimento Tradicionalista Gaúcho, os Centros de Tradições Gaúchas, entre outros) do RS, (além de ferramentas utilizadas por essas instituições, como a imprensa e o ensino escolar). Todas essas instituições se mostraram conectadas entre si, no que envolve a temática das políticas públicas de turismo e cultura e por isso foram consideradas.

Apresento também nesta segunda parte da pesquisa, materiais de divulgação turística menos recentes, produzidos pelo estado em outros anos e também pela EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), a fim de comparar o contexto nacional nestes períodos. Alguns destes materiais, foram de difícil acesso, que só foi possível a partir de uma rede de contatos que me permitiu a confiança necessária para recebê-los.

O objetivo foi compreender quem constrói e reforça essas representações veiculadas pelos materiais de divulgação turística; quais as relações de poder inseridas nessa rede e como se articulam essas relações entre as diferentes áreas. Qual a relação entre essas áreas?

As instituições patrimoniais são entendidas aqui com instituições públicas que através das políticas de salvaguarda definem e dão legitimidade aos bens patrimoniais do estado. Estes ao adquirirem o status de atrativos turísticos tornam-se bens constituintes da narrativa turística, dando respaldo a essa construção de imaginário.

Assim são entendidas as instituições museológicas, que também fazem parte dos roteiros turísticos estaduais e, portanto, reforçam a narrativa contada pelo Estado através da exposição de seus acervos, que conversam com as representações turísticas. Os museus são considerados por Anderson (2008, p.30), como uma das importante ferramentas do Estado em sua estratégia de manutenção de poder (discussão que será tratada afundo, mais a frente).

Para dar embasamento a essa discussão, realizei um mapeamento de coleções e objetos etnográficos que estão sob a guarda de museus, centros culturais e outras iniciativas culturais comunitárias no sul do Rio Grande dos Sul, numa parceria realizada junto à ABA - Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 2018).

Diante da diversidade de objetos e/ou coleções representativos da vida cotidiana e festiva de inúmeros grupos sociais - povos indígenas, grupos afro-brasileiros, imigrantes, além de objetos de arte e cultura popular, entre outros - o principal objetivo do referido mapeamento é congrega informações preliminares gerais [...] para em etapa futura disponibilizá-las em um único local virtual, para acesso e consulta gratuitamente (ABA, 2018).

A iniciativa, contou com a articulação de um conjunto de pesquisadores (as) em instituições parceiras. Dentre elas, a disciplina de Patrimônio Cultural – uma disciplina extensionista do Curso de Bacharelado em Antropologia (articulada com o Projeto de Extensão Terra de Santo) – ministrado pela Profa. Dra. Louise Alfonso, ao qual fui estagiária docente. Realizamos o mapeamento de instituições do Sul do estado do Rio Grande do Sul como forma de avaliação e atividade extensionista da disciplina.

O mapeamento foi realizado de forma totalmente digital, através do preenchimento de fichas disponibilizadas pela ABA e contato direto com as instituições museológicas e seus responsáveis. Foi possível compreender através das entrevistas o caráter e tipologia do acervo que está sob a guarda desses museus e os grupos sobre o qual a narrativa trata. Além das demandas nestas instituições.

Por meio digital, a docente, estudantes da disciplina e eu, fizemos contato com as instituições de guarda, e entrevistas e reconhecemos o contexto atual dos acervos etnográficos da região.

Inicialmente enviamos e-mails para todas as instituições do sul do RS indicadas através da listagem disponibilizada pela ABA, a fim de explicar a ação e solicitar a participação das instituições museológicas. Em um segundo momento, as respostas aos e-mails foram encaminhadas aos (às) estudantes (que ficaram responsáveis por três instituições

de sua escolha, cada um (a)). Nos casos em que não houve retorno, os (as) alunos (as) buscaram outras formas de contato, através do meio digital (como sites, redes sociais, etc) ou telefone.

Depois do primeiro contato bem sucedido do (da) profissional responsável pelo museu (ou alguém que houvesse tido algum contato com o mesmo e que pudesse fornecer algumas informações), foram agendadas entrevistas por chamada de vídeo ou ligação. Em último caso, as informações foram coletadas via site da instituição ou outro meio digital. Após a entrevista, foram preenchidas as fichas para mapeamento conforme as questões propostas na mesma. No caso das instituições do município de Rio Grande houve o apoio da Diretoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande - FURG para o preenchimento dessas fichas.

As fichas com as informações foram encaminhadas para a ABA e os resultados foram a base para debates da disciplina e proposições, junto ao GT da ABA, de políticas públicas que favoreçam a preservação destes acervos. Posteriormente esses dados foram usados também para esta pesquisa, para compreendermos através dela, a tipologia do acervo presente nestes museus.

Além das instituições patrimoniais e museológicas, no decorrer da pesquisa busco demonstrar a relação direta que existe entre o setor público e órgãos de fomento ao Tradicionalismo Gaúcho. Ao contarem com pessoas vinculadas ao MTG, diretamente envolvidas com cargos públicos, estabelecendo e priorizando assim, pautas de interesse ao Movimento.

Assim, ao final do histórico, tracei uma rede a partir de todos os atores mencionados do decorrer da pesquisa, interligando-os a partir de suas relações com cada setor/instituição. Para isso, realizei uma extensa busca com nomes de pessoas que integraram diretorias ou foram membros das instituições mencionadas conectando-as conforme seus antigos cargos, vinculando-os dentro da rede proposta. Para a visualização desta rede, usei como ferramenta um *software* chamado Flourish, em que é possível inserir dados e linká-los uns com os outros, enquanto o próprio programa organiza e molda em um formato de rede infográfica.

1. OS MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO TURÍSTICA DO ESTADO

O roteiro da visita guiada apresentado na introdução desta pesquisa traz um exemplo de narrativa contada para turistas durante sua viagem a determinada cidade (neste caso, de Pelotas). Todo o processo da viagem em si, porém, começa antes dessa possível experiência. Inicia-se no processo de decisão do indivíduo pelo destino, em que este reflete sobre qual destino visitar, para onde irá se deslocar. Porque em um dado momento de lazer, folga, férias, (ou qualquer outro motivo), se escolhe visitar determinado estado ou cidade específicos, ao invés de tantos outros? O que influencia esse processo de escolha?

Inúmeros fatores podem contribuir para a decisão do (da) viajante, mas a principal delas, é a imagem. Alfonso (2006) explica a importância da imagem para o turismo:

O produto turístico é intangível, ou seja, características identificadas nos produtos tangíveis, como tamanho, cor, cheiro e quantidade, não podem ser verificadas no ato de escolha ou compra do produto. É algo que pode ser experimentado, mas não tocado, e o produto caracterizado basicamente por sua imagem. Assim, a escolha de um produto turístico se dá a partir de uma decisão de compra baseada em experiências tangíveis que fazem parte do produto, como o hotel, os meios de transporte, o clima, a vegetação, a população, entre outras (ALFONSO, 2006, p.75-76).

Isso quer dizer que a principal ferramenta do turismo é a imagem, e a decisão pelo destino e demais serviços turísticos irá se basear então, “numa expectativa, num sonho de consumo ou numa imagem construída anteriormente à decisão de compra” (ALFONSO, 2006, p.76). Podemos dizer que a viagem começa com a expectativa, nas primeiras pesquisas, ou sonhos imaginados sobre o destino que será visitado. Assim, a imagem que o (a) viajante possui sobre o destino é responsável por essas expectativas geradas em relação a viagem, influenciando suas decisões de compra. A autora ainda explica que:

Fatores como o clima, a posição geográfica, os atrativos histórico-sociais, e, em maior escala, a comunicação, fornecem imagens que em geral estão bem definidas na mente da maioria dos consumidores. Podemos citar, como exemplo, o Carnaval carioca. Quando alguém pensa nesta festa já tem em mente uma imagem do que seria o evento, mesmo que nunca tenha estado presente no Rio de Janeiro durante o período carnavalesco. O fato é que a imagem do Carnaval, do seu clima e da festa em si, já está formada e arraigada (ALFONSO, 2006, p.76).

Para Guerreiro (2005, p.8) “a imagem turística é uma das formas de construir, representar e tornar visível a cidade que, no contexto da cultura de consumo, torna-se mercadoria [...]”. A construção de uma imagem turística é importante para tornar o local atrativo, despertando o interesse de outras pessoas, para que as mesmas se desloquem e procurem pelo destino (SÁ, 2006, p.4). A OMT – Organização Mundial do Turismo diferencia “imagem” de “imagem turística”. A imagem turística é a ideia que o turista possui sobre os atrativos turísticos do lugar, seja o patrimônio histórico-cultural, o ambiente físico e as riquezas naturais até a infraestrutura básica e turística. Apenas uma parte da imagem total.

Seria “uma aura, um ângulo, uma construção subjetiva” (OMT, 1980, p.2), “formada por várias representações, muitas vezes pré-existentes, selecionadas pelo divulgador da imagem em questão, por sua vez, não apenas definida, avaliada e comparada, mas também manipulada, modelada e alterada por seu divulgador” (OMT citado por ALFONSO, 2006, p. 77).

A imagem turística modela a vontade do (a) turista de visitar um destino turístico e influencia no processo de escolha.

O imaginário turístico é constituído, dessa forma, de representações compartilhadas, alimentadas por ou associadas a imagens materiais (postais, cartões, blogs, filmes e vídeos, guias turísticos, folhetos, revistas de viagem, e também objetos artesanais e outros artefatos), e imateriais (lendas, contos, relatos, discursos, anedotas, memórias...), trabalhadas pelo imaginário e socialmente compartilhadas pelos turistas e/ou pelos atores turísticos (inclusive, às vezes, por uns ou por outros, ainda que o sentido dado não seja o mesmo) (GRAVARI BARBAS; GRABURN, 2012, p. 2).

Grinover (2007, p. 126) explica que as cidades e destinos turísticos oferecem informações de forma espontânea para o público através de materiais gráficos, que permitem que o indivíduo se oriente sem dificuldade e também conheça mais sobre o destino. Uma das principais ferramentas utilizadas pelas secretarias de turismo como forma de apresentar uma imagem sobre o destino para os (as) visitantes e também para os (as) moradores (as) locais são os materiais de divulgação turística, como: guias turísticos, *folders* e mapas. Compostos basicamente de texto e fotografias, trazendo aspectos referentes à história e cultura das regiões e cidades como um todo. Usados para contextualizar o destino e demonstrar sua importância social, cultural e histórica para o (a) visitante. Construindo assim uma narrativa, uma imagem turística do que se quer mostrar e daquilo que é considerado atrativo para o público turista em questão.

A narrativa (pensada no contexto turístico) é uma importante instância de provocação dessas imagens. A partir das narrativas que acompanham (ou não) as fotografias dos materiais turísticos é que se passam as mensagens de ideias que se quer transmitir para o (a) visitante.

No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa:

narrativa é definida como conto ou história, como a exposição de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos mais ou menos encadeados, reais ou imaginários, por meio de palavras ou de imagens. Desta ideia mais restrita, de narrativa como forma de contar uma história ou uma experiência, o conceito foi progressivamente ampliado, passando a ser usado em contextos variados para referir interpretações e relatos de diversos níveis (2003, citado por GOMES, 2008, p.62).

Gomes (2008, p.9) explica que na experiência turística, o (a) narrador (a) é substituído (a) por estes materiais que buscam apresentar aos (às) turistas informações sobre os municípios e estados do país. Essas informações envolvem desde “a infraestrutura básica local — como vias de acesso, segurança, hospitais, agências bancárias etc. — até a

infraestrutura turística — hospedagem (hotéis, pousadas), restaurantes, centros de informações turísticas e principais atrativos locais” (ALFONSO, 2006, p. 25).

Geralmente os mesmos possuem roteiros e/ou indicação dos locais a serem visitados com pequenos textos sobre aspectos históricos, culturais e paisagísticos, com muitas fotografias representando as narrativas dos textos. Em alguns casos, também são utilizados mapas com delimitações específicas, às vezes, indicando estradas rodoviárias, atrativos turísticos a serem visitados e também distâncias em relação a outras cidades. Buscando auxiliar o (a) visitante que não conhece a região e direcioná-lo (a) para as atividades turísticas propostas.

Os materiais podem estar em formato digital (permitindo seu *download*) ou mesmo físico, sendo impressos em papel e costumam ter várias dobraduras, para ficar em formato de bolso e de fácil manuseio. Sendo geralmente divididos por temáticas gerais (como história geral do município, cultura, gastronomia, entre outras), divisões geográficas (como zona urbana ou zona rural nas cidades, ou divisão por regiões em se tratando de um estado ou país), ou ainda segmentações turísticas (como por exemplo, turismo de aventura, ecoturismo, turismo cultural, turismo rural, etc) que buscam direcionar e separar o público conforme o seu interesse particular e preferências por produtos.

A segmentação turística parte de um fragmento da oferta turística, para assim definir um destino a partir de uma temática específica (história, cultura, aventura, gastronomia...). Buscando criar uma imagem forte daquele destino sobre um determinado tipo de prática turística. Como por exemplo uma cidade que tem como um de seus atrativos o cultivo de uva e produção de vinho e a divulgação turística da cidade se declara um destino de “enoturismo”, para atrair o público que busca essa experiência em suas viagens.

A OMT considera importante a análise de segmentação ou escolha de elementos formadores da imagem turística:

qualquer realização publicitária tem de se basear sobre consciencioso estudo do mercado, dos meios ambientes que se movem os possíveis compradores e sobre os elementos a utilizar como slogans, desenhos e fotos, bem como as épocas mais eficientes para sua aplicação (EMBRATUR, 1970, p.4)

Segundo a página digital da Secretaria de Turismo do estado do estado do RS:

A segmentação do turismo é uma importante ferramenta de planejamento, que possibilita oferecer as melhores experiências de acordo com o gosto do visitante, além de representar um importante instrumento para atingir aos mais diversos públicos, organizando a expectativa de cada um, com um serviço capaz de tornar a viagem uma grande vivência. Seja focando no produto a ser oferecido, seja focando no público a ser atendido, a segmentação do turismo possibilita as melhores experiências a serem oferecidas. Natureza, história, cultura, religiosidade, gastronomia, ruralidade, experiência para todos. Isso é o Rio Grande do Sul, em cada segmento, um Grande Destino (SETUR, 2022, S/P).

O papel destas ferramentas não é meramente citar os locais a serem visitados, mas acima de tudo “vender” uma ideia a partir do lugar (SÁ, 2009, p.6). Essas divisões impostas nos materiais buscam “encaixar” lugares, grupos e narrativas dentro das temáticas propostas, para “organizar” o destino na visão do (a) futuro (a) viajante. Buscando divulgar e atrair novas pessoas a conhecerem as cidades e atrativos mencionados. Chamando a atenção dos (as) turistas através de imagens que os (as) faça viajar para aquele lugar.

A segmentação faz parte de uma estratégia importantíssima usada pelos destinos na construção da imagem turística, que é a “diferença”, ou seja, o procedimento de “agregar valores” a lugares e atrações turísticas, descobrindo suas peculiaridades e transformando-os em atrativos potenciais. Essas “diferenças” são importantes pois influenciam os (as) possíveis visitantes a escolherem o destino em questão, ao invés de tantos outros, já que, segundo a oferta turística (a propaganda) tal lugar seria “único”, pois somente lá se vivencia determinada experiência, ou se visita tal atrativo. Como por exemplo, a segmentação de “sol e praia”, que por muito tempo foi a principal segmentação divulgada pelo Brasil, destacando as praias brasileiras.

Se o foco dos materiais de divulgação turística é encantar o (a) leitor (a), a imagem que se quer construir daquele destino é uma imagem singular e de qualidades especiais. Há um caráter seletivo destes materiais, por possuírem narrativas idealizadas sobre o lugar, a partir de como se espera que seja, uma expectativa criada, a partir de tudo aquilo que parece mais atrativo na visão única de quem criou o material, ao invés de pensar a localidade em sua pluralidade, levando em conta outros grupos constituintes daquela comunidade (BERGMANN, 2020).

Gomes (2008, p.10) explica a seletividade que existe na construção destes materiais: “são elaborados de forma a mostrarem certas fotografias da cidade e não outras, a contarem partes selecionadas da história do lugar, a revelarem determinadas palavras e não outras, a sugerirem algumas experiências urbanas possíveis entre muitas outras”. O problema, porém, está em criar um lugar 100% livre de problemas e de conflitos, o que acarreta muitas vezes na naturalização ou invisibilização de diversas questões históricas e culturais sobre os mesmos.

A eleição dos elementos a serem apresentados e a forma como são narrados (no caso dos guias, a partir de certa versão da história legitimada) não são feitas de forma ingênua nem aleatória, e sim, intencional. E esses elementos são escolhidos de acordo com o momento presente. No decorrer dos anos, elementos que eram desprezados podem passar a ser valorizados, de acordo com a mensagem que se busca transmitir (SÁ, 2009, p.1).

Esse detalhe é ainda mais importante, se pensarmos que o processo de formação de imagens dos lugares atua como instrumentos de mudanças de comportamento e visão de

mundo, bem como, relacionamento com a comunidade e com os valores e representações culturais da mesma (ALFONSO, 2006, p.12).

Os folders turísticos são materiais acessíveis para muitas pessoas, gerando circulação de imagens e narrativas e influenciando a construção de imaginários a partir das representações transmitidas, ou simplesmente reproduzindo as que já existem. Tanto dentro das cidades ou regiões em questão, quanto fora delas. É por isso que muitos destes materiais possuem traduções dos seus textos em outros idiomas, para alcançar um público não só de todo o país, mas também do exterior. Levando essa imagem construída sobre o destino para além das fronteiras nacionais.

Ao divulgar essa imagem turística para inúmeras pessoas, estas podem ser imensamente influenciadas em relação aos destinos que escolhem percorrer e também as suas percepções a respeito do destino visitado, já que o material é uma ferramenta de “apoio” ao turista, guiando-o e o direcionando para onde ir, o que conhecer, e dizendo para o turista quais informações são “relevantes” sobre o lugar, e qual a história oficial sobre o mesmo. Alfonso explica que: “os *folders* e materiais promocionais servem para estimular a imaginação do (a) consumidor (a) Porém, só terão o efeito desejado se e quando acompanhados de uma campanha com meios de promoção” incluindo inúmeros meios audiovisuais e relações pessoais. “Como qualquer artigo comercial, os bens e serviços turísticos precisam naturalmente de boa apresentação, para que o (a) “comprador (a)”, no caso o (a) turista, decida adquiri-lo, isto é, a visitar um lugar ou a passar suas férias em um determinado local. (OMT citado por ALFONSO, 2006, p. 82, grifo da autora).

A autora ainda explica que esses suportes imagéticos: “produtores e difusores de imagens, criam e divulgam sua representação sobre diferentes culturas, tornando-se necessário que o fazer antropológico analise não só a fabricação destas imagens, como também sua recepção e impactos” (ALFONSO, 2006, p.83). Sendo papel do Estado a criação de uma imagem turística (conforme veremos mais a frente), através de ações de *marketing* e divulgação via campanhas promocionais, torna-se então necessária uma análise dos materiais de divulgação turística do estado do Rio Grande do Sul, para que se verifique qual a imagem turística oficial do estado que foi/está sendo criada e divulgada.

Os materiais de divulgação turística aqui considerados⁵ foram coletados na página oficial de turismo do estado. Os documentos foram escolhidos por se tratarem de materiais de

⁵ Foram desconsiderados materiais da iniciativa privada para evitar qualquer tipo de propaganda a empresas ou empreendimentos específicos e privados. Os materiais considerados na pesquisa foram produzidos pelo governo do estado, sendo (supostamente) pensados para a população como um todo e não apenas iniciativas específicas e de caráter privado.

promoção e informação turística; serem gratuitos e estarem à disposição de forma digital⁶. Além disso, foram produzidos pela Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – SEDACTEL (2015-2019) e Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul - SETUR (2011-2015). Característica comum desse tipo de material, estes não possuem data, por serem criados para serem atemporais (para que sejam distribuídos em diferentes anos, sem que o público turista o considere “desatualizado” por conta da data). Portanto, reconhecer o período de sua distribuição só foi possível na etapa de finalização da pesquisa, graças ao reconhecimento das logos das gestões de governo presente na capa de cada um, ainda assim, o período exato está passível de equívoco.

O folder “Conheça as Atrações Turísticas Que Fazem o Rio Grande do Sul Ser um Grande Destino” da SETUR é uma espécie de folder em formato livreto. Dividido a partir de frases que buscam frizar temáticas (remetendo as regiões metropolitana, serra gaúcha, vales, missões, parques e pampa, além de uma seção sobre as festas e eventos: “Tem a variedade da capital”; “Tem o romantismo da serra”, (que indica algumas cidades nas páginas seguintes, incluindo Gramado, Canela, Nova Petrópolis, Bento Gonçalves, Garibaldi, e Caxias do Sul, com texto e imagens sobre as mesmas); “Tem o encanto dos Vales”; “Tem a história das missões”; “tem a paisagem dos parques”; “tem a tradição dos pampas” e por último “tem a alegria dos eventos e festas populares”.

A gestão da SEDACTEL também apresenta um folder em formato livreto: “Rio Grande do Sul: Um Grande Destino”, que divide o estado em 11 regiões turísticas, que são vinculados a subtítulos que buscam representar a temática e/ou segmentação proposta para a região, neste caso: Porto Alegre (Negócios e Eventos); Litoral Norte (Sol e Mar); Serra Gaúcha (Lazer, Bem-estar e Enoturismo); Hidrominerais (Bem-estar e Saúde); Rota do Yucumã (Ecoturismo); Missões (Turismo Cultural); Central (Cultural, Pré-história); Vales (Ecoturismo); Pampa Gaúcho (Turismo Rural); Costa Doce (Turismo Histórico-Cultural) e Rota das Terras Encantadas (Turismo Rural).

Os demais materiais da SEDACTEL se constituem como “mapas”, folderes individuais sobre cada uma das regiões, buscando localizar geograficamente o visitante em relação às cidades que compõe aquela região turística.

Além do folder “Mapa Turístico e Rodoviário”, que apresenta um mapa mais geral sobre com 27 microregiões (divisão adotada também por essa gestão). As 27 regiões são descritas em seguida uma a uma, com um pequeno texto e pequena imagem ao lado, são elas em ordem numérica: Alto da serra do Botucaraí; Campos de Cima da Serra; Carbonífera;

⁶ Materiais disponíveis em: <<https://www.turismo.rs.gov.br/downloads>>. Acesso em 8 de novembro de 2021.

Central; Centro-serra; Costa Doce; Cultura e Tradição; Delta do Jacuí; Fronteira; Hortênsias; Litoral Norte Gaúcho; Pampa Gaúcho; Porto Alegre; Rota Águas e Pedras; Rota das Araucárias; Rota das Terras Encantadas; Rota do Rio Uruguai; Rota do Yucumã; Rota das Missões; Termas e Lagos; Uva e Vinho; Vale do Caí; Vale do Jaguari; Vale do Paranhana; Vale do Rio dos Sinos; Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari.

Optou-se por investigar uma amostra significativa de materiais que fossem preferencialmente mais amplos, e que tivessem maior quantidade de texto e fotografias, para assim buscar entender a narrativa empregada nestes materiais.

A seguir apresento um quadro com os materiais de divulgação turística do estado considerados no presente estudo e as figuras dos respectivos materiais, a fim de situar o (a) leitor (a) sobre o formato dos mesmos (para informações mais detalhadas sobre materiais, consulte os apêndices). Na sequência apresento os principais debates sobre a imagem turística construída sobre o estado.

É importante frisar que adotarei em alguns momentos a divisão do estado por regiões turísticas conforme os próprios materiais o fazem, apenas para facilitar a compreensão do (a) leitor (a) quanto aos trechos do material ao qual me refiro em cada momento.

| MATERIAL | TIPO | ANO ESTIMADO | GESTÃO | IDIOMAS | BREVE DESCRIÇÃO |
|--|---------|--------------|----------|------------------------------|--|
| Folder Rio Grande do Sul: Um Grande Destino (FIGURA 3) | Livreto | 2015-2019 | SEDACTEL | Português, inglês e espanhol | Apresenta seções com texto e imagens sobre cada um das 11 regiões definidas pelo estado. |
| Folder Conheça as Atrações Turísticas Que Fazem o Rio Grande do Sul Ser um Grande Destino (FIGURA 4) | Livreto | 2011-2015 | SETUR | Português, inglês e espanhol | Há sessões com textos, imagens e titulação conforme as temáticas definidas para cada região. |
| Mapa Turístico ⁷ | Mapa | 2015-2019 | SEDACTEL | Português e espanhol | Apresenta um mapa com seções com um curto texto e |

⁷ Mapa turístico é um tipo de mapa com informações sobre atrativos ou regiões turísticas, geralmente com divisões ou sinalização de atrativos sugeridos para visitação. Pode possuir juntamente com o mapa, textos, imagens e índices.

| | | | | | |
|--|------|-----------|---|------------------------------|--|
| Rodoviário ⁸ (FIGURA 5) | | | | | imagem sobre cada um das 27 microregiões definidas pelo estado. |
| Mapa Termas e Lagos (FIGURA 6) | Mapa | 2015-2019 | SEDACTEL | Português, inglês e espanhol | Há um mapa da região com legenda das cidades, distância de aeroportos em relação a cidade de Erechim e principais atrativos turísticos sinalizados no mapa. Além disso, há pequenos parágrafos sobre os temas “turismo de negócios e eventos”, “termas e bem-estar” e “turismo de esportes ⁹ e aventura ¹⁰ ”. |
| Mapa Campos de Cima da Serra (FIGURA 7) | Mapa | 2015-2019 | SEDACTEL | português, inglês e espanhol | Há um mapa da região com legenda das cidades, distância de aeroportos em relação a cidade de Cambará do Sul e principais atrativos turísticos sinalizados no mapa. Além disso, há pequenos parágrafos sobre os temas “turismo rural”, “ecoturismo” e “aventura”. |
| Mapa Região Uva e Vinho (FIGURA 8) | Mapa | 2015-2019 | SETEL (antes da junção com a Secretaria da Cultura) | português, inglês e espanhol | Há um pequeno texto convidando à conhecer a região. Um mapa da região com legenda e contato das prefeituras das cidades da região e terminais rodoviários. |
| Mapa do Litoral e Costa Doce (FIGURA 9) | Mapa | 2015-2019 | SEDACTEL | Português e espanhol | O folder se divide em duas temáticas, a primeira com destaque para o litoral norte e a segunda sobre a Costa Doce com mapas representado cada temática. Ambos com legendas da distância de algumas cidades em relação a Porto Alegre. Além disso, há uma pequena listagem de roteiros da costa doce com contato com contato responsável. |
| Mapa Águas e Pedras | Mapa | 2015-2019 | SEDACTEL | Português, inglês e | Há um mapa da região com legenda das cidades, |

⁸ Mapa rodoviário é um tipo de mapa com estradas, rotas e/ou ruas, que exhibe principalmente estradas e conexões de transporte, em vez de informações geográficas naturais. Comumente inclui fronteiras e informações com distâncias.

⁹ O turismo esportivo ou turismo de esportes é uma segmentação turística, em que na viagem de lazer o esporte é incorporado ao plano de viagem de um turista.

¹⁰ Turismo de aventura é um segmento turístico que engloba a viagem cujo atrativo principal é a prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo.

| | | | | | |
|-------------------------------|------|-----------|----------|------------------------------|---|
| (FIGURA 10) | | | | espanhol | distância de aeroportos em relação a cidade de Frederico Westphalen e principais atrativos turísticos sinalizados no mapa. Além disso, há pequenos parágrafos em português, inglês e espanhol sobre os temas “pedras preciosas”, “termas e bem-estar” e “turismo religioso ¹¹ ”. |
| Mapa Pampa Gaúcho (FIGURA 11) | Mapa | 2015-2019 | SEDACTEL | português, inglês e espanhol | Há um mapa da região com legenda das cidades, distância de aeroportos em relação a cidade de Bagé e principais atrativos turísticos sinalizados no mapa. Além disso, há pequenos parágrafos sobre os temas “turismo histórico-cultural”, “turismo rural”, “enoturismo” e “turismo de aventura”. |



Figura 3 - Capa e primeiras páginas do folder: Rio Grande do Sul Um Grande Destino

¹¹ Turismo religioso é um segmento turístico, que tem como motivação fundamental a fé das pessoas. Ligado ao se deslocamento por motivos religiosos ou para participarem de eventos de significado religioso. Compreendem peregrinações, romarias, visitas a locais de caráter histórico-religioso, festas e espetáculos de cunho sagrado.



Figura 4 - Capa e primeiras páginas do folder: Conheça as atrações turísticas que fazem do Rio Grande do Sul um Grande Destino

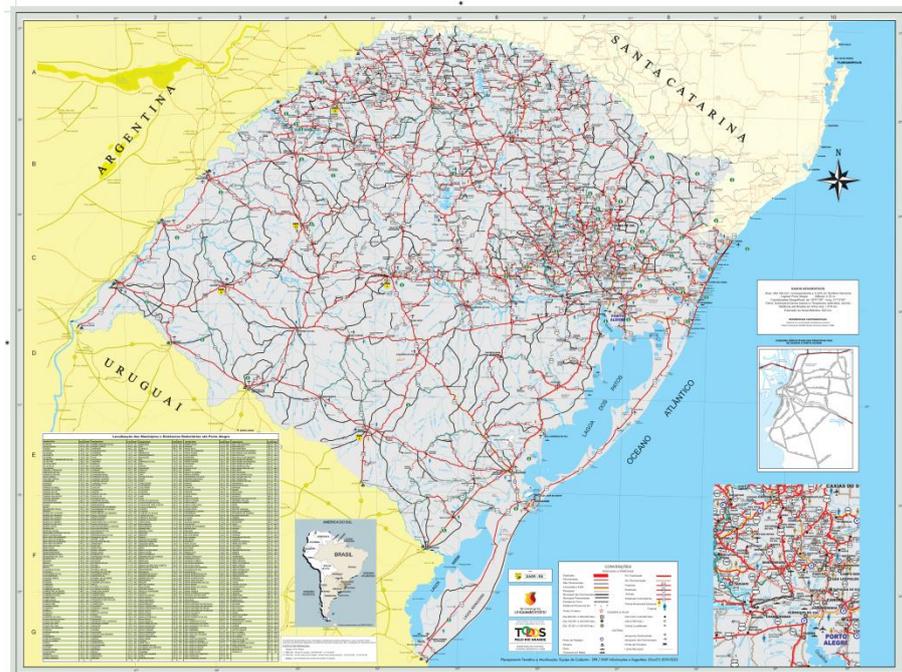


Figura 5 - Frente e verso do Mapa Turístico e Rodviário



RS - BRASIL
TERMAS E LAGOS

MAPA

CENTROS DE ATENÇÃO AO TURISTA | CAT
TOURIST INFORMATION CENTER
CENTROS DE ATENCIÓN AL TURISTA

PRINCIPAL AVISOS E CONTATO
Aeroporto Internacional Sérgio Buarque de Holanda
Av. Severo Gomes, 9023 | Fone: (51) 3274-8294

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GOVERNADOR LUIZ INACIO LULA DA SILVA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO
EDUARDO DE MOURA

SEDACTEL

turismo.rs.gov.br • sedaciel.rs.gov.br

REGIÃO TURÍSTICA
TERMAS E LAGOS

Residência e câmara de vídeo cultural e teatro tradicional

CONHEÇA A REGIÃO TERMAS E LAGOS **HOT SPRINGS AND LAKES** **CONOZCA LAS TERMAS Y LOS LAGOS**



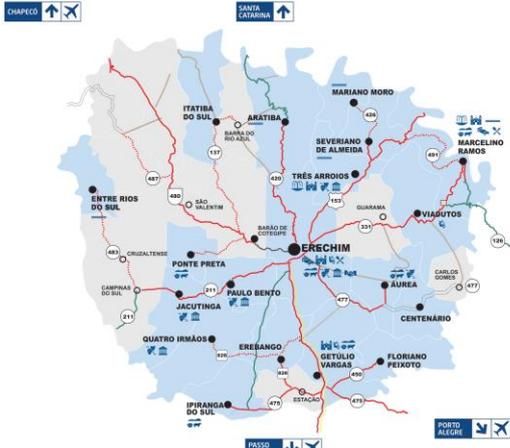
A Região Termas e Lagos é privilegiada pela natureza, cenário no qual se destaca Erechim pela qualidade da sua infraestrutura e dos serviços. Negócios e eventos, festas populares e um mosaico da cultura dos imigrantes italiano, português, alemão e sueco, entre muitos outros, compõem um ambiente regional de festas populares, manifestações culturais, religiosidade e a produção de los artesanatos regionais caros. Diversos, saúde e a energia de los aguas termales encantam al primer contacto, en la convivencia con la quietud y también en las opciones de entretenimiento. Deportes, aventura y supervivencia en los deportes hacen da região um polo de eventos esportivos no calendário internacional, com destaque para o triatlo e os esportes náuticos. Se você é uma festa, siga sua direção. Venha viver também. A Região Termas e Lagos te espera!

The Hot Springs and Lakes region is blessed by nature and forms a stunning backdrop wherein the city of Erechim stands out for the quality of its infrastructure and services. Business and events, beautiful vistas and a cultural mosaic: the result of its Italian, Polish, German and Jewish immigrants, among others, create a region known for its popular festivals, cultural manifestations, religious faith and the beautiful production of local craft properties. Good being, health and the energy of hot springs wash away all cares upon contact with the water, coupled with peace and quiet. There are also several entertainment options for enjoy. Entertainment and adventure abound in the extreme and motor sport modalities that make the region a hub of sporting events on the international calendar, with rally and water sports among the most popular. Other options include cycling, and walking and getting in touch with nature. If life is a one big party, head this way. The Hot Springs and Lakes region awaits you!

Termas y Lagos tienen el privilegio de la naturaleza, escenario en el cual se destaca Erechim por la calidad de su infraestructura y de los servicios. Negocios y eventos, fiestas populares y un mosaico de la cultura de los inmigrantes italianos, portugueses, alemanes e suecos, entre muchos otros, componen un ambiente regional de fiestas populares, manifestaciones culturales, religiosidad y la producción de los artesanatos regionales caros. Diversos, salud y la energía de los aguas termales encantam al primer contacto, en la convivencia con la quietud y también en las opciones de entretenimiento. Deportes, aventura y supervivencia en los deportes hacen da região um polo de eventos esportivos no calendário internacional, com destaque para el triatlo y deportes náuticos. Además de esta modalidad como el triatlo y los deportes, son opciones de interacción con la naturaleza. Si la vida es una fiesta, siga esa dirección. Venga disfrutar también, la región termas y lagos te espera!




Região Turística
TERMAS E LAGOS



| CIDADES | | | DISTÂNCIA DE AEROPORTOS EM RELAÇÃO A ERECHIM: |
|-------------------|-----------------|----------------------|---|
| Araúba | Getúlio Vargas | Ponte Preta | Chapcoço |
| Áurea | Ipiranga do Sul | Severiano de Almeida | Passo Fundo |
| Centenário | Itatiba do Sul | Quatro Irmãos | Porto Alegre |
| Entre Rios do Sul | Jacutinga | Três Arroios | Florianópolis |
| Erebango | Marcelino Ramos | Vladutos | |
| Erechim | Mariano Moro | | |
| Florianópolis | Paulo Bento | | |

TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS
As instituições de ensino, indústria e comércio oferecem os eventos técnicos, encontro a diversidade étnica e a forte religiosidade de los comunidades estão representadas nas festas populares. Festivals gastronômicos e culturais, manifestações religiosas, romarias e peregrinações diversificam a programação de eventos em todo o região.

BUSINESS AND EVENTS TOURISM
Education, industry and commerce offer technical events, meetings, ethnic diversity and the strong religiosity of the communities are represented in the folk festivals. Popular festivals, gastronomic and cultural, religious manifestations, pilgrimages and pilgrimages diversify the program of events throughout the region.

TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS
Las instituciones de enseñanza, industria y comercio ofrecen los eventos técnicos, muestra de la diversidad étnica y la fuerte religiosidad de las comunidades están representadas en las fiestas populares. Festivales gastronómicos y culturales, manifestaciones religiosas, romerías y peregrinaciones diversifican la programación de eventos en toda la región.

TERMAS E BEM-ESTAR
Cidade e empreendimentos de que as aguas termales são medicinais, beneficiando todas as idades. De acordo com as estatísticas de anos e oferecendo atividades e opções esportivas, sempre em meio a uma paisagem que convive ao convívio com a natureza e ao relaxamento físico e mental.

HOT SPRINGS AND WELL-BEING
The medicinal properties of hot springs benefit people of all ages. Depending on the season, there is a range of activities and options to enjoy, always set in the spectacular backdrop of nature, offering both physical and mental well-being.

TERMAS Y BIENESTAR
El ambiente de que aguas termales son medicinales, beneficiando a todos los edades. De acuerdo con las estadísticas de años ofreciendo actividades y opciones deportivas, siempre en medio a una paisagem que convive ao convívio com a natureza e al relaxamento físico y mental.

TURISMO DE ESPORTES E AVENTURA
Da cidade para o rio, há um rio adequado para pescar, caminhadas e passeios culturais, trilhas e movimentos mais esportivos como trilhas, raft, motorcross e automobilismo são opções interessantes e que oferecem ao visitante a vontade de retornar. As águas termais nos lagos de Entre Rios do Sul e do Sul são ideais para a prática de esportes náuticos, competições, pesca e passeios de barco.

SPORT AND ADVENTURE TRAVEL
From the lung gliding along in the fishing, rafting, walking and bicycle trails. In event more excitement with fishing, rafting, motorcross and four-wheeling. There are also other options like culture, hiking and nature.

TURISMO DE DEPORTES Y AVENTURA
De la ciudad para el río, hay un río adecuado para pescar, caminatas y paseos culturales. Trilhas e movimentos mais esportivos como trilhas, raft, motorcross e automobilismo são opções interessantes e que oferecem ao visitante a vontade de retornar. As águas termais nos lagos de Entre Rios do Sul e do Sul são ideais para a prática de esportes náuticos, competições, pesca e passeios de barco.

Figura 6 - Frente e verso do Mapa Termas e Lagos

Região Turística CAMPOS DE CIMA DA SERRA



| CIDADES | | DISTÂNCIA DE AEROPORTOS EM RELAÇÃO A CAMBARÁ DO SUL | |
|--------------------|-------------------------|--|--------|
| Bom Jesus | Monte Alegre dos Campos | Porto Alegre | 180 km |
| Cambará do Sul | Muitos Capões | Caxias do Sul | 125 km |
| Campestre da Serra | Pinhal da Serra | Florianópolis (SC) | 398 km |
| Esmeralda | São José dos Ausentes | | |
| Ipiê | Vacaria | | |
| Joaquim | | | |

TURISMO RURAL
São áreas cênicas conhecidas por preservar a natureza e as tradições. E para conhecer as belezas naturais, nada melhor que a inesquecível experiência de cavalgar nas fazendas, nos campos de altitude e à beira dos cânions.

ECOTURISMO
Uma natureza que encanta pela beleza. Cachoeiras, lagoas de águas transparentes e os cânions das Aparadas da Serra formam um dos complexos naturais mais ricos do Sul do Brasil.

AVENTURA
Aventura e natureza estão juntas na região que oferece aos viajantes atividades como rapel, rafting, travessia de cânions e trilhas para veículos 4x4.

RURAL TOURISM
There are eleven cities known for preserving nature and traditions. And to get to know the natural beauty, there is nothing better than the unforgettable experience of riding on farms through the high fields, and on the edge of the canyons.

ECOTOURISM
Nature that enchants with its beauty. Waterfalls, clear pools of water and the canyons of the Aparadas da Serra form one of the richest natural complexes in the Southern part of Brazil.

ADVENTURE
Adventure and nature come together in the region offering travelers activities such as abseiling, rafting, canyoning and 4x4 vehicle trails.

TURISMO RURAL
São áreas cênicas conhecidas por preservar a natureza e as tradições. E para conhecer as belezas naturais, nada melhor que a inesquecível experiência de cavalgar em las haciendas, en los campos de altitud y la orilla de los cañones.

ECOTURISMO
Una naturaleza que encanta por la belleza. Cascadas, arroyos con aguas limpias de aguas transparentes y los cañones de las Aparadas da Serra forman uno de los complejos naturales más ricos del sur de Brasil.

AVENTURA
Aventura y naturaleza están juntas en la región, que les ofrece a los viajeros actividades como rapel, rafting, travesía de cañones y senderos para vehículos 4x4.

RS - BRASIL
CAMPOS DE CIMA DA SERRA
MAPA

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA,
TURISMO, ESPORTE E LAZER

SEDACTEL

turismo.rs.gov.br | sedactel.rs.gov.br

aplicativo
TURISMO RS

CONHEÇA OS CAMPOS DE CIMA DA SERRA

Localizados na parte mais alta do nordeste do Rio Grande do Sul, os Campos de Cima da Serra é o destino para quem deseja sentir a natureza e viver momentos únicos. Conheça o dia a dia das fazendas, os costumes do gaúcho serrano e as incríveis belezas naturais dos cânions, intrigantes e misteriosos. Venha nos campos conhecer as Aparadas da Serra e da Serra Geral. Contemple o espetáculo da natureza, aventure-se nos esportes radicais ou simplesmente, saboreie a gastronomia camponesa e curta o frio que conquista a região como a mais fria do país. Viva a grandiosidade do paisagem e o acolhimento das fazendas e pousadas rurais.

Located in the highest part of the northeast of Rio Grande do Sul, the Campos de Cima da Serra is the destination for those who want to get in touch with nature and live unique moments. Get to know the day-to-day of the farms, the customs of the mountain gaucho and the incredible natural beauty of the canyons, intriguing and mysterious crevices of the Aparadas da Serra and Serra Geral mountains. Enjoy the wonder of nature, practice extreme sports or simply savor the countryside gastronomy and enjoy the cold in the region that is known as the coldest in the country. Live the grandeur of the landscape and the warmth of the rural farms and guesthouses.

Ubicados en la parte más alta del nordeste de Rio Grande do Sul, los Campos de Cima da Serra es el destino para quien desea sentir la naturaleza y vivir momentos únicos. Conozca el día a día de las haciendas, los costumbres del gaúcho serrano y las increíbles bellezas naturales de los cañones, intrigantes y misteriosos. Venha en los parques nacionales Aparadas da Serra y de la Serra Geral. Contemple el espectáculo de la naturaleza, aventurese en los deportes radicais o, simplemente, saboree la gastronomía camponesa y disfrute del frío que conquista la región como la más fría del país. Viva la grandiosidad del paisaje y el acogido de las haciendas y pousadas rurales.

GET TO KNOW CAMPOS DE CIMA DA SERRA

CONOZCA LOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA

CENTROS DE ATENÇÃO AO TURISTA | CAT
CENTROS DE ATENCIÓN AL TURISTA

BOM JESUS
Praça Rio Branco, 506, Centro | Fone: (51) 3237-1245

CAMBARÁ DO SUL
Praça Rio Bonito, 225, Centro | Fone: (51) 3251-1557
Casa de Turismo, Av. Getúlio Vargas, nº 1720 | Fone: (51) 3511-1330
Centro Cultural, Rua Adalberto Lima Simi, nº 78 | Fone: (51) 3553-1557

SÃO JOSÉ DOS AUSENTES
Av. Umbria Balthaz Ribeiro, nº 111, Centro | Fone: (51) 3234-1001

PORTO ALEGRE | CAPITAL
Aeroporto Internacional Salgado Filho
Av. Severo de Barros, nº 9003 | Fone: (51) 3274-0294
Estação Rodoviária
Largo Veloso, nº 9000, Centro | Fone: (51) 3225-0077

CAMPOS DE CIMA DA SERRA
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

Figura 7 - Frente e verso do Mapa Campos de Cima da Serra



Mapa Região UVA E VINHO

TELEFONES ÚTEIS
TELEFONES ÚTEIS
USEFUL TELEPHONES

Polícia Militar: 190
Polícia Civil: 197
Defesa Civil: 199
Polícia Federal: (51) 3235.9000
Polícia Rodoviária Federal: 191
Polícia Rodoviária Estadual: 198

Delegacia de Atendimento ao Turista
(Aeroporto de Porto Alegre): (51) 3371.2703

INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
TOURIST INFORMATION

Avenida Borges de Medeiros, 1501 - 10º Andar
Cep: 91130-000 - Porto Alegre - RS
Telefones: (51) 3288.5416 / (51) 3288.5400

CENTROS DE ATENÇÃO AO TURISTA
CENTRO DE ATENCIÓN AL TURISTA
TOURIST ATTENTION CENTER

BENTO GONÇALVES:
Via Del Vinho
Telefone: (54) 8130.2248 / (54) 9949.0593
Aberto diariamente das 9h às 19h

GARIBOLDI:
RST-470 Km 238 - 5ª Rm
Telefone: (54) 3464.0796
Aberto diariamente das 9h às 16h

CONHEÇA A REGIÃO UVA E VINHO



A região Uva e Vinho, na Serra Gaúcha, é composta por lindas paisagens. Seus morros, colinas, vales e rios atraem turistas do mundo inteiro. Além dos cenários naturais, a colonização europeia é uma das principais atrações da região, seja pela arquitetura, história ou pela gastronomia típica da época dos imigrantes, os quais construíram um destino incrível e cheio de experiências únicas.

Uma das principais produtoras de vinhos e espumantes do mundo, a região atrai apreciadores dessas bebidas o ano inteiro. Na Uva e Vinho, o turista encontra enoturismo, gastronomia, cultura, aventura, negócios e eventos, lazer, religião e muito mais. Tudo isso na tradicional e acolhedora hospitalidade da Serra Gaúcha.

CONOZCA LA REGIÓN UVA Y VINO

La Región Uva y Vino, de la Serra Gaúcha, está compuesta por hermosos paisajes. Sus montes, colinas, valles y ríos atraen a los turistas de todo el mundo. Además de los escenarios naturales, la colonización europea es una de las principales atracciones de la región, sea por la arquitectura, por la historia, sea por la gastronomía típica de la época de los inmigrantes, ellos que construyeron un destino increíble y lleno de experiencias únicas.

La región es una de las principales productoras de vino y vinos espumantes del mundo, recibiendo aficionados de estas bebidas durante todo el año. En la Uva y Vino se encuentra con enoturismo, gastronomía, cultura, aventura, negocios y eventos, ocio, religión y mucho más. Todo con la tradicional y acogedora hospitalidad de la Serra Gaúcha.

MEET THE REGION GRAPES AND WINE

The Grape and Wine Region, in the Rio Grande do Sul Highlands (Serra Gaúcha), is composed of beautiful landscapes, its hills, mountains, valleys and rivers attract tourists from all around the world. In addition to the natural scenery, European colonization is one of the main attractions of the region, whether through architecture, history or the typical cuisine that goes back to the time of the immigrants, who built an incredible destination, full of unique experiences.

The region is one of the leading producers of wines and sparkling wines in the world, attracting connoisseurs of these drinks during all year. The Grape and Wine tourists find wine tourism, gastronomy, culture, adventure, business and events, leisure, religion and much more. All this with the traditional and warm hospitality of the Serra Gaúcha.






Figura 8 - Frente e verso do Mapa Uva e Vinho

MAPA ÁGUAS E PEDRAS RS - BRASIL

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

SEDACTEL

turismo.rs.gov.br • sedacotel.rs.gov.br

aplicativo TURISMO RS

CONHEÇA A ROTA ÁGUAS E PEDRAS

A magia, a beleza e o poder da pedra ametista, aliados aos benefícios das águas hidrominerais e termas nos tradicionais banhos, criam um ambiente de bem-estar, saúde e energia. Esta região é reconhecida por possuir as maiores jazidas de ametista do mundo, pedra preciosa de grande valor na indústria de joias e peças decorativas no mercado internacional. As manifestações religiosas e culturais e as paisagens encantadoras das pequenas propriedades rurais, com aconchimento e deliciosos produtos artesanais, compõem a atratividade singular deste destino.

CENTROS DE ATENÇÃO AO TURISTA | CAT
TOURIST INFORMATION CENTER
CENTRO DE INFORMACIÓN AL TURISTA

PORTO ALEGRE | CAPITAL
Av. Assis Brasil, 5010 | Fone: (51) 3374-0204

ESTÂNCIA ROBERTINA
Linha Urussatim, 500 | Fone: (51) 3225-0077

CHAPERÃO
Av. Petrópolis, 500 | Fone: (51) 3616-3074

WATER AND STONE ROUTE

The magic, beauty and power of amethyst stones, combined with the healing waters of hot and mineral springs in traditional spots, create an environment of well-being, health and energy. This region is famed for its amethyst mines, the largest in the world. Amethysts are semi-precious stones highly valued in the jewelry industry and for decorative pieces aimed at the international market. Religious and cultural manifestations and the enchanting landscapes of small rural properties offer a warm welcome and delightful craft products, creating a singular attraction within this region.

CONOZCA LA RUTA AGUAS Y PIEDRAS

La magia, la belleza y el poder de la piedra ametista, aliados a los beneficios de las aguas hidrominerales y termas en los tradicionales baños, crean un ambiente de bienestar, salud y energía. Esta región es reconocida por tener los más grandes yacimientos de ametista del mundo, piedra preciosa de gran valor en la industria de joyas y piezas decorativas en el mercado internacional. Las manifestaciones religiosas y culturales y los paisajes encantadores de las pequeñas propiedades rurales, con acogida y deliciosos productos artesanales, componen la atractividad singular de este destino.

Região Turística ROTA ÁGUAS E PEDRAS

PEDRAS PRECIOSAS
Local Ametista do Sul é conhecido todo a cadeia produtiva de pedra ametista, desde a mineração, a extração nos garimpos, o beneficiamento e a confecção de peças de decoração e joias, o comércio e a distribuição como destino turístico. É uma cidade turística com a ametista e a produção no agronegócio e na decoração. Na cidade amethysta no grupo Ametista São Carlos, no município de Pinheiro do Sul, no Ametista Parque Flórua e também nos hotéis, restaurantes e atividades.

SEMI PRECIOUS STONES
Amethyst is the only color of the semi-precious stone production process. After gem and rough may only find rough extraction from garimpos, processing the manufacture of semi-precious jewelry and jewelry. It can be found in the region Ametista São Carlos destination. The semi-precious municipalities São Carlos in the mountain and the water is used in architecture and decoration. Further activities include the water resources of the Ametista São Carlos Church, the water and hydrothermal of the Crystal Springs and the Ametista Flórua Park, cat to mention the many hotels, restaurants and activities.

PEDRAS PRECIOSAS
Local Ametista do Sul é conhecido todo a cadeia produtiva de pedra ametista, desde a mineração, a extração nos garimpos, o beneficiamento e a confecção de peças de decoração e joias, o comércio e a distribuição como destino turístico. É uma cidade turística com a ametista e a produção no agronegócio e na decoração. Na cidade amethysta no grupo Ametista São Carlos, no município de Pinheiro do Sul, no Ametista Parque Flórua e também nos hotéis, restaurantes e atividades.

TERMAS E BIENESTAR
Reconhecida internacionalmente pela qualidade das águas minerais e termas, faz de esta região um destino hidrotermal, além de contar com a qualidade do Distrito Geológico Casado Cruz e uma variada oferta de moradias de hospedagem. Como nos balneários de Rio dos Índios, oferece instalações, equipamentos, atendimentos de lazer e tratamentos estéticos, com destaque especial para as propriedades de hidroterapia e sauna negra.

HOT SPRINGS AND WELL BEING
Its reputation worldwide for the quality of its mineral and hot springs, an important part of the landscape. Rio dos Índios has a variety of accommodation. And for the spa of Rio dos Índios, offers facilities, equipment, services of leisure and treatments esthetic, with the properties of hot mud therapy worthy of note.

TERMAS Y BIENESTAR
Reconocida internacionalmente por la calidad de las aguas minerales y termas, es una importante zona hidrotermal. Además de contar con la calidad del Distrito Geológico Casado Cruz y una variada oferta de medios de hospedaje. Como en los balnearios de Rio dos Índios, ofrece instalaciones, equipamientos, atendimientos de recreación y tratamientos estéticos, con destaque especial para las propiedades de hidroterapia y sauna negra.

TURISMO RELIGIOSO
A região é famosa pela forte religiosidade das comunidades urbanas e rurais e a si conta com sua arquitetura em estilo colonial. Santa Ana, em Frederico Westphalen, a devoção ao Martyr Padre Manuel Gonzales e Coração Alito Divino, em Rio dos Índios, o Santuário de Santa Fé, em Pinheiro do Sul, o Santuário de São Sebastião de Luz, em Rio dos Índios, e São Mateus, em Novo Tiradentes, são algumas das igrejas que compõem o patrimônio religioso da região.

RELIGIOUS TOURISM
The region is famous for the religious faith of its urban and rural communities, with the Catholic faith and architecture in the beautiful colonial style. Santa Ana, in Frederico Westphalen, the devotion to martyr Padre Manuel Gonzales and Coração Alito Divino, in Rio dos Índios, the Sanctuary of Santa Fé, in Pinheiro do Sul, the Sanctuary of São Sebastião de Luz, in Rio dos Índios, and São Mateus, in Novo Tiradentes, are some of the churches that compose the religious heritage of this region.

TURISMO RELIGIOSO
La región es famosa por su fuerte religiosidad de las comunidades urbanas y rurales. En la ciudad Ametista se encuentra en el estilo colonial. Santa Ana, en Frederico Westphalen. La devoción de Padre Manuel Gonzales y Corazón Alito Divino, en Rio dos Índios, el Santuario de Santa Fé, en Pinheiro do Sul, el Santuario de São Sebastião de Luz, en Rio dos Índios, y São Mateus, en Novo Tiradentes, son algunas de las iglesias que componen el patrimonio religioso de esta región.

| CIDADES | | | DISTÂNCIA DE AEROPORTOS EM RELAÇÃO A FREDERICO WESTPHALEN | |
|-------------------------|---------------------|----------------|---|--------|
| Alpestre | Nail | Rodeio Bonito | Chapaco | 119 km |
| Ametista do Sul | Nonoai | Seberi | Passo Fundo | 193 km |
| Caçara | Novo Tiradentes | Rio dos Índios | Porto Alegre | 426 km |
| Cristal do Sul | Palmitinho | Taguaçu do Sul | Santo Angelo | 212 km |
| Dois Irmãos das Missões | Pinhal | Vicente Dutra | Floianópolis (SC) | 671 km |
| Frederico Westphalen | Pinheirinho do Vale | Vista Alegre | | |

Figura 10 - Frente e verso do Mapa Águas e Pedras



Um Grande Destino
Rio Grande do Sul

MAPA PAMPA GAÚCHO
RS - BRASIL

CONHEÇA O PAMPA GAÚCHO

THE RIO GRANDE DO SUL PAMPAS

CONOZCA EL PAMPA GAÚCHO



Na Pampa, está a origem da cultura gaúcha. São os seus campos, os salões, os establos antigos e os seus costumes e tradições culturais típicas do Rio Grande do Sul. É assim que nasce a figura do adepto gaúcho, herdeiro de uma tradição milenar com "gaúchos argentinos e portugueses". A vida do rio gaúcho é harmoniosa e nasce de um modo natural e livre de condicionantes que permitem a povoar-se no equilíbrio da natureza. A qualidade dos animais, os produtos de destinação e o modo como os animais e as manifestações artísticas são mantidos por meio constante de experiências geracionais são exemplos de vida. Mas não é por acaso que a Revolução Farroupilha, a singular formação gaúcha que se iniciou depois da Revolução Farroupilha, a singular formação gaúcha que se iniciou depois da Revolução Farroupilha é um cenário único para a prática de esportes de aventura e contemplação da natureza.

The Pampas from the Gaúcho pampa, meaning "flat" is the region that gave rise to the caudero culture of Rio Grande do Sul state. Gaúcho, coming from the Spanish words for cattle and cowboy, comprise this iconic cultural tradition. The Gaúcho Gaúcho is native to this region, characterized by customs similar to the Cauchos of Argentina and Uruguay. The latter heritage persists more clearly in cattle, horseback, horsemanship and an exceptional love of the land, as well as a love of the Gaúcho Gaúcho that defines the people of Rio Grande do Sul. The traditions of ranches, livestock handling and herd and stock characteristics are defined by the historical and generational experiences of the cowboys and their gaúchos. Here, too, the patrimony of the 19th Farroupilha Revolution, the unique geographical location that forms the beginning of the Pampas Basin is an environment and patrimony suited to adventure sports and relaxing nature.

En el Pampa, está el origen de la cultura gaúcha. Son sus campos, los salones, los establos antiguos y sus tradiciones y costumbres culturales típicas del Rio Grande do Sul. Es así como surge la figura del adepto gaúcho, heredero de una tradición milenar y costumbres similares a los gaúchos argentinos y uruguayos. La vida del rio gaúcho es armoniosa y surge de un modo natural y libre de condicionantes que permiten a pueblo de Rio Grande do Sul en equilibrio. La tradición de los establos, las prácticas de destinação y el modo como los animales y las manifestaciones artísticas son mantenido por medio constante de experiencias geracionales son ejemplos de vida. Pero no es por casualidad que la Revolución Farroupilha, la singular formación gaúcha que se inició después de la Revolución Farroupilha, la singular formación gaúcha que se inició después de la Revolución Farroupilha es un escenario único para la práctica de deportes de aventura y contemplación de la naturaleza.

CENTROS DE ATENÇÃO AO TURISTA | CAT
TOURIST ATTENTION CENTER
CENTRO DE ATENÇÃO AL TURISTA

PORTO ALEGRE:
Número: Av. Santos Dumont, nº 5001 Fone: (51) 3378 8094
E-mail: turismo@rs.gov.br Site: www.turismo.rs.gov.br

PELOTAS:
Número: Praça João de Barros, nº 1275, Bairro 85 Fone: (51) 3225 1785
E-mail: turismo@rs.gov.br Site: www.turismo.rs.gov.br

Passo de Boqueirão - Av. João Goulart Fone: (51) 3225 1785
Número: Av. João Goulart, nº 2490 Fone: (51) 3225 1785

SANTANA DO LIVRAMENTO:
E-mail: turismo@rs.gov.br Site: www.turismo.rs.gov.br





GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

SEDACTEL

turismo.rs.gov.br • sedacatel.rs.gov.br

TURISMO RS
Posicione a câmera do seu celular e baixe o aplicativo.

PORTO ALEGRE

PELOTAS

SANTANA DO LIVRAMENTO

PAMPA GAÚCHO



Região Turística PAMPA GAÚCHO

TURISMO HISTÓRICO-CULTURAL
As cidades do Pampa Gaúcho nasceram de acampamentos militares portugueses que faziam o controle das fronteiras do extremo sul, respondendo ao avanço castelhano. Batalhas, fronteiras disputadas, guerras de fronteira e a Revolução Farroupilha. Esta referencial política e econômica - o gaúcho e a indústria do charque - for as marcas dos conflitos. Passar pelo Pampa Gaúcho é mergulhar profundamente na história do Rio Grande do Sul.

HISTORICAL-CULTURAL TOURISM
The municipalities that fall in the Pampas of Rio Grande do Sul arose from Portuguese military camps that controlled the borders to the far south, curbing the advance of the Spanish. Battles raged during the border wars and Farroupilha War. This political and economic "Gaúcho" - based on cattle and the charque (beef) industry - resulted in the scars of conflict leaving their mark on the architecture and collective memory of the region. Travelling through the Rio Grande do Sul Pampas means delving deep into the history of Brazil's southernmost state.

TURISMO HISTÓRICO-CULTURAL
Las ciudades del Pampa Gaúcho nacieron de campamentos militares portugueses que hacían el control de las fronteras del extremo sur, impidiendo el avance castellano. Se trabaron batallas durante las guerras de frontera y la Revolución Farroupilha. Esta referencia política y económica - el gaúcho y la industria del charque - son las marcas de los conflictos que dejaron su huella en la arquitectura y en las memorias colectivas de la región. Pasar por el Pampa Gaúcho es sumergirse profundamente en la historia del Rio Grande do Sul.



CIDADES

| | |
|------------------|--------------|
| Alegrete | Porto Alegre |
| Caçapava do Sul | Porto Alegre |
| Dom Pedrito | Porto Alegre |
| Lavras do Sul | Porto Alegre |
| Dom Pedrito | Porto Alegre |
| Bagé | Porto Alegre |
| Pinheiro Machado | Porto Alegre |
| Candiota | Porto Alegre |
| Aceguá | Porto Alegre |

DISTÂNCIA DE AEROPORTOS EM RELAÇÃO A BAGÉ.

| | |
|--------------|--------|
| Porto Alegre | 340 km |
| Porto Alegre | 377 km |

ENOTURISMO
O mistico Paralelo 31 Sul, que passa pelas zonas de produção de vinhos do Chile, Argentina e África do Sul, também no Pampa oferece características climáticas e geográficas perfeitas para o cultivo e produção de uvas e vinhos de qualidade. Harmonizados com os campos bovinos e ovinos de excelente qualidade, proporcionam momentos especiais de visitação e degustação nas vinícolas do Pampa.

WINE TOURISM
The Pampa do within the mystical 31st parallel south, which also encompasses wine production zones in Chile, Argentina and South Africa. The climate and geographical characteristics make it perfect for quality grape and wine production. Pairing superbly with beef or mutton, and having the finest quality, they add to the special moments enjoyed while touring and tasting in the vineyards of Pampas.

ENOTURISMO
El misterio Paralelo 31 Sul, que pasa por las zonas de producción de vinos de Chile, Argentina y Sudáfrica, también en el Pampa ofrece las características climáticas y geográficas perfectas para el cultivo y producción de uvas y vinos de calidad. Armónicos con los campos bovinos y ovinos de excelente calidad, proporcionan momentos especiales de visita y degustación en las vinícolas del Pampa.

TURISMO RURAL
Grandes extensões de campos, estâncias centenárias e uma vida refletida na vestimenta e nas tradições. O Turismo Rural oferece atividades de lazer, ride, campestre e cavalgadas, imersão em costumes, produtos locais e artesanato. A comida típica de origem luso-espanhola, o assado no fogo de chão, os destros no cavalo, no laço e nos "janelados", os "tapes" e lendas contadas em volta do fogo sob o céu limpo e estrelado do Pampa, são uma experiência incrível.

RURAL TOURISM
Vast stretches of plains, century ranches and a life reflected in typical clothing and traditions offer tourism offers nature activities, an immersion into ranch life and horse riding, offering an intimate glimpse into the old customs of farmhands and cowboys. Typical fare is heavily influenced by its Spanish and Portuguese roots, while accompanying care of beef and sheep raised over the past. Saddle horsemanship, with lassoing and roping, or tales and legends recounted around fires, set under the night star-filled skies of the Pampas, all form an unforgettable experience.

TURISMO RURAL
Grandes extensiones de campos, estancias centenarias y una vida reflejada en la vestimenta y en las tradiciones. El Turismo Rural ofrece actividades de ocio, vida campestre y cabalgatas: actividades consistentes de los peones y lincheros. La comida típica de origen hispanoamericano, el asado en el pando en cruz, los destros en el caballo, en el lazo y en las "janeladas", los "tapes" y leyendas contadas alrededor del fuego, bajo el cielo limpio y con estrellas del Pampa, son una experiencia increíble.

TURISMO DE AVENTURA
Talhados em paisagens incríveis, esportes de escalada, voo livre, rapel, caiaque, stand up paddle e até mesmo o mergulho são algumas das práticas possíveis, graças às formações geológicas existentes no Bioma Pampa. Um reino de sensas e valores forma o cenário espetacular das Gargantas de Caçapava, do Rio do Inferno e da Casa de Piedra.

ADVENTURE TRAVEL
Majestic built cut through incredible landscapes, with adventure sports including rock climbing, hang gliding, rapel, kayaking, stand up paddling and even diving. Among just a few of the options, thanks to the geological formations in the Pampa Biome, mountains and water create breath taking views of spectacular rock formations like Gargantas de Caçapava, Rio do Inferno and Casa de Piedra.

TURISMO DE AVENTURA
Sensibles en paisajes increíbles, deportes de escalada, vuelo libre, rapel, kayak, stand up paddle e incluso el buceo son algunas de las prácticas posibles, gracias a las formaciones geológicas existentes en el Bioma Pampa. un reino de sensas y valores forma el escenario espectacular de las Gargantas de Caçapava, del Rio do Inferno y de la Casa de Piedra.

Figura 11 - Frente e verso do Mapa Pampa Gaúcho

1. 1. O GAÚCHO

O estado do Rio Grande do Sul é geralmente considerado como envolto por uma série de características próprias e peculiares que o difere do restante do país. Isso se deve a sua posição geográfica e estratégica, à forma de seu povoamento, à sua economia, e ao modo pelo qual se insere na história nacional. Tais elementos se mostram fortemente presentes no discurso do estado sobre si mesmo, que se utiliza da estratégia da “diferença” para se apresentar no mercado turístico. As peculiaridades do Rio Grande do Sul influenciam na formação de inúmeras representações ao redor do estado, que refletem em ações e práticas na atualidade (OLIVEN, 1989).

Apesar da imensa diversidade presente na região, a historiografia regional, e outras esferas que se utilizam dessa narrativa - como a mídia, os museus, e o turismo – frequentemente representam o (a) seu (sua) habitante através de um único tipo social: o gaúcho¹².

Conforme as definições do dicionário Oxford Languages, o termo é um: “adjetivo substantivo masculino. Diz-se de ou o habitante da zona rural do Rio Grande do Sul e, por extensão, de todo o estado; rio-grandense. Substantivo masculino: o habitante da zona rural (pampas) do Uruguai e da Argentina, que se dedica à criação de gado”. Estas menções ao gaúcho como representante do habitante do estado, também são vistas em inúmeras canções:

*Eu sou gaúcho
Gaúcho macho
Comigo é bala no bucho
E o buraco é mais embaixo*
(LEONARDO - GAÚCHO MACHO).

*Pois é por isto que o gaúcho não se furta
Desses cuidado na convivência campeira
Quem traz o pingo e a mulher de rédeas curtas
Vai ter cavalo e um amor pra vida inteira*
(GAÚCHO DA FRONTEIRA - OS AMORES DO GAÚCHO).

*Eu sou um peão de estância
E nascido lá no galpão
E aprendi desde criança
A honrar a tradição*
(GAÚCHO DA FRONTEIRA - É DISSO QUE O VELHO GOSTA).

¹² Irei usar o termo “gaúcho” sob o pronome masculino, por se tratar de uma figura representada na maioria dos casos por um homem.

O enaltecimento desse gaúcho como visto acima, se mostra presente também em inúmeros trechos dos materiais de divulgação turística, como é o caso da seção sobre a Pampa Gaúcha¹³, no folder “Rio Grande do Sul: Um Grande Destino”, que frisa essa narrativa:

É por isso que o Pampa reflete perfeitamente a imagem do gaúcho autêntico. Figura mítica que resultou do contato constante com os irmãos argentinos e uruguaios e que mantém seus hábitos inalterados até os dias de hoje: a roda do chimarrão, o churrasco, o cavalo e o amor à terra. (FOLDER RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE O PAMPA GAÚCHO, 2015-2019.) [grifo meu].

O trecho refere-se ao gaúcho como “figura mítica”, enaltecendo essa figura, e idealizando-a como a imagem que representa o habitante do estado e seus hábitos característicos, como se os mesmos fossem imutáveis. Oliven (1989) explica, porém, que essa figura (do gaúcho) não era vista e pensada dessa forma, houve uma ressemantização do termo, em que um tipo social que era visto de forma pejorativa passou por um processo de elaboração cultural e apropriação, adquirindo assim, um novo significado positivo, que se manteve na atualidade, passando a ser um símbolo de identidade regional.

Conforme o termo foi transformado, o gaúcho passou a ser glorificado, para se tornar algo representativo do estado. Alguém visto como herói e símbolo do que seria o habitante “ideal”. Esse processo de construção desse gaúcho como herói bravo e campeador, é um fenômeno ideológico que se mostra presente em um espaço histórico em que a virilidade e a bravura, são exigidos. (CHAVES, 1983).

No que se refere a figura do gaúcho, os materiais frisam em diversos momentos a pampa como sendo a região turística onde se encontra o habitante com as características e estilo de vida que definem aquele que seria o gaúcho “autêntico”.

Para quem gosta de imersão cultural, de vivenciar em primeira mão com um povo, em sua terra natal, os seus costumes e o seu dia a dia, o Pampa é uma grande oportunidade para se descobrir o estilo de vida do gaúcho autêntico (FOLDER CONHEÇA AS ATRAÇÕES TURÍSTICAS QUE FAZEM O RIO GRANDE DO SUL SER UM GRANDE DESTINO, 2015-2019).

É comum em todos os materiais que tratam da pampa (seja nos mais específicos quanto os gerais sobre o estado como um todo) as menções ao que seria o gaúcho genuíno, puro, que preserva na atualidade os traços e costumes do habitante modelo do Rio Grande do Sul, em toda a sua “originalidade”.

¹³ O termo “pampa” foi usado nesta pesquisa sob o pronome feminino (a pampa) referindo-se a região pampa, ou seja, no sentido de território, abrangendo assim a população local e suas relações sociais. Remetendo a sua origem indígena (la pampa). Acredita-se que quando usado sob o pronome masculino, refere-se ao bioma pampa, remetendo a geografia, ao relevo. O termo aparece nesta pesquisa sob o pronome masculino (o pampa) em momentos em que se trata de citação.

No Pampa, está a origem da cultura gauchesca (FOLDER MAPA PAMPA GAÚCHO, 2015-2019) [grifo meu].

Os traços que são mencionados como sendo característicos dessa figura tratam de atividades que envolvem beber chimarrão, comer churrasco, do amor a terra, ou seja, ao estado do Rio Grande do Sul, e em alguns trechos sobre a habilidade de manejo dos animais e manifestações artísticas que envolvem danças.

As imagens e fotografias (FIGURA 12) presentes nos materiais remetem ao habitante da pampa e conseqüentemente, do gaúcho, especificamente a essa imagem estereotipada de um homem branco vestindo a indumentária típica dos CTGs, que inclui a bombacha, que são calções largos apertados acima dos tornozelos por meio de botões, um lenço amarrado ao pescoço, um poncho franjado ao redor do ombro e no cinturão largo de couro com bolsos (guaiaca), guarda dinheiro, armas¹⁴, além das botas e chapéu. Querendo demonstrar nas imagens uma figura de caráter bravo e valente, que montado em seu cavalo conduz e enlaça bois e outros cavalos no campo.



Figura 12 - Imagens parte do Mapa Pampa Gaúcho, e Capa da seção sobre o Pampa Gaúcho no Folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino respectivamente

Além dessas imagens, no folder “Conheça as atrações turísticas que fazem o Rio Grande do Sul ser um grande destino”, há também uma fotografia de um homem branco com a mesma vestimenta, assando churrasco no fogo de chão (FIGURA 13).

¹⁴ Conforme indumentária descrita no site Visite o Brasil. Disponível em: <https://www.visiteobrasil.com.br/sul/rio-grande-do-sul/folclore/conheca/gaucha-tipico#:~:text=O%20Ga%C3%BAcho%20em%20seu%20traje,guarda%20dinheiro%2C%20armas%2C%20etc>



Figura 13 - Páginas do Folder: Descubra as atrações que fazem do Rio Grande do Sul um grande destino sobre o Pampa

Esta imagem deste habitante do estado, pensada como sendo a do gaúcho, é construída e remetida a ideia de “tradição” como uma figura valente, desbravadora e que ao mesmo tempo mantém seus hábitos imutáveis e preservados nos dias de hoje.

Quando falamos em uma cultura regional no Rio Grande do Sul, sua maior expressão se constitui na cultura gaúcha, na tradição gaúcha e no tradicionalismo, sendo a mídia, a literatura, a música, o MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho e os CTGs - Centros de Tradições Gaúchas as principais instituições culturais incumbidas de construí-la, atualizá-la e preservá-la. Embora existam várias construções a respeito do que é o estado do Rio Grande do Sul, o MTG acaba sendo um elemento importante na construção dessa narrativa, (apesar de não ser o único), se pensado como um ator, a partir de seu papel na construção de narrativas e estereótipos, especificamente seu papel na construção do “gaúcho” (trarei outras perspectivas mais a frente).

Como visto anteriormente, os significados existentes sobre o gaúcho passaram por uma ressemantização através do qual, o termo adquiriu enorme valorização, principalmente através do MTG. Assemelhando-se a mudança causada por Gilberto Freyre sobre a mestiçagem. Mas ao contrário, pois o MTG preocupa-se com o autêntico e puro. Através deste processo, o resgate da historiografia, a invenção das tradições e do “gaúcho” e a ideologia em torno desses temas foram tomando forma (DAMO, 1999, p.95).

“Tradição inventada” é entendido por Eric Hobsbawm como:

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWN, 1984, p.9).

Nesse sentido, incluiria tanto as “tradições” realmente inventas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que apareceram em pouco tempo, mas mais difíceis de determinar o momento exato (HOBSBAWN, 1984).

Para o referido autor, as “tradições” seriam distintas de “costumes”, isso porque o principal objetivo das tradições seria o seu caráter invariável em que o passado real ou criado, exige práticas fixas, às vezes formalizadas, e com repetição (HOBSBAWN, 1984).

A repetição acaba por querer fixar a narrativa e essas menções à tradição, identidade gaúcha e sua invariabilidade, querendo sempre demonstrar a sua força e solidez, características que podem ser vistas em diversos trechos dos folders:

Figura mítica [...] que mantém seus hábitos inalterados até os dias de hoje [...] Elementos da tradição secular, vistos diariamente pelo Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE O PAMPA GAÚCHO, 2015-2019) [grifo meu].

A forte identidade cultural gaúcha se manifesta nos festivais de folclore, gastronomia, artes e no Turismo Rural (MAPA TURÍSTICO E RODOVIÁRIO, 2015-2019) [grifo meu].

Soledade se destaca pelo comércio e exportação de pedras preciosas e a forte tradição gaúcha; em seu entorno, municípios voltados ao agronegócio oferecem lindas paisagens e áreas de lazer (MAPA TURÍSTICO E RODOVIÁRIO, 2015-2019) [grifo meu].

Goldman defende que “toda tradição é inventada e que, em uma expressão como ‘invenção das tradições’, o primeiro termo (processo de invenção) deveria ser muito mais importante do que o segundo (o que acabou sendo inventado)” (2011, p.198). Isso quer dizer que, no presente estudo nos interessa muito mais compreender como se constroem as tradições e representações do estado, do que talvez o próprio tradicionalismo em si. Mas, refletir sobre as implicações destes estereótipos para inúmeros grupos que não se veem incluídos nessa narrativa.

O projeto de ‘invenção de tradições’ posto, então, em prática no Rio Grande do Sul pelo movimento tradicionalista operara com representações sociais de longa duração, incluindo as imagens literárias e historiográficas construídas pela escrita erudita local [...] Sua grande eficiência na ‘conquista de almas’, ao longo da década de 1950, se dera tanto pela utilização da imprensa rio-grandense quanto pela nova perspectiva ritual de civismo gaúcho, ancorada no aparato simbólico desenvolvido para encenação nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), o que incluiu uma sociabilidade inspirada na hierarquia idealizada da estância, dividida entre patrão e peões, o uso do folclore para a criação de danças tradicionais e, também, a invenção de um modelo de mulher tradicionalista, a ‘prenda’, cuja indumentária não tinha sequer correspondência histórica com o trajar das ‘gaúchas’ de outrora (ZALLA; MENEGAT, 2011, p.63).

Apesar de reconhecer a importância do MTG no resgate da historiografia, e de ser um caso muito bem sucedido de invenção de tradições, a academia demonstra que há diversas contradições a respeito deste “modelo” de gaúcho que o movimento veicula.

Oliveira (1996) mostra em suas pesquisas a forma como esta exaltação à figura do gaúcho, enquanto tipo representativo de todo o estado, acaba por excluir mais do que incluir, enquanto ignora a contribuição de mulheres, dos indígenas e negros na construção da identidade regional.

Seja como for, o MTG conseguiu impor no imaginário dos gaúchos sua própria visão do gauchismo. Como isso se tornou possível? As razões são muitas, mas a principal delas se deve à condição de verossimilhança entre as representações do Rio Grande do Sul como um estado diferenciado dos demais, ideias estas anteriores ao MTG, e os símbolos e ideologias veiculados por ele (DAMO, 1999, p 96).

Há inúmeros episódios históricos e também literatura que influenciaram na construção de ideias que viam o estado do Rio Grande do Sul como sendo “diferente” do restante do país. Esta é inclusive uma característica marcante que se mostra presente nos materiais, que frisam uma semelhança para com os argentinos e uruguaios e a vontade de se apresentar como “um Brasil diferente”. Uma forma se de afirmar um estado que se reconhece muito mais próximo e semelhante aos países vizinhos do que com o próprio país ao qual faz parte.

É nativa dessa região a figura do autêntico gaúcho, personagem de usos e costumes semelhantes aos “gauchos argentinos y uruguayos”. A roda do mate amargo, o churrasco, o cavalo e o amor incondicional à terra são características que definem o povo sul-rio-grandense na essência. (FOLDER MAPA PAMPA GAÚCHO, 2015-2019) [grifo meu].

Tais narrativas buscam colocar o Rio Grande do Sul numa posição diferenciada em relação aos demais estados e, às vezes, em contraposição ao Brasil, resgatando certos aspectos constitutivos da identidade social dos rio-grandenses do sul, deixando de lado, outros tantos como se a suposta divisão desaparecesse.

Nessa narrativa, é evocada com maior frequência a posição geográfica, buscando comparar aspectos múltiplos dos países do Prata (Argentina, Uruguai e Paraguai), distanciando-se da população dos demais estados brasileiros, assim, os gaúchos teriam forte influência hispânica.

[...] a tradição política de enfrentamento em relação ao poder central; a presença maciça dos imigrantes europeus e, como corolário, as noções de “civilidade” e “progresso” (que contrastam com o estereótipo rude e antiquado do gaúcho); a convivência permanente com os levantes armados; e, finalmente, a própria “essência” do gaúcho, tida como libertina e altiva, tal qual a dos remotos tropeiros forjados na lida com o gado xucro. De todos esses e outros tantos traços formadores da identidade gaúcha, são justamente os dois últimos os mais frequentemente evocados (DAMO, 1999, P. 95).

O isolamento geográfico torna-se um argumento importante da narrativa, transmitindo um sentimento de desvantagem em relação ao Brasil. Outros fatores como o clima hostil (frio, chuvoso) e portanto, muito mais europeu (respaldado nos processos de migração europeia

para o estado) do que propriamente brasileiro, também são usados como forma de se diferenciar do restante do país. Essa ênfase em afirmar as diferenças em relação ao país se mostram presentes em diversos momentos dos materiais:

[...] *Um Estado que, devido às suas diversidades climáticas, geográficas e culturais, oferece opções incríveis para turistas que buscam um Brasil diferente* (FOLDER RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE PORTO ALEGRE, 2015-2019) [grifo meu].

Oliven explica que:

Há uma constante evocação e atualização das peculiaridades do estado e da fragilidade de sua relação com o resto do Brasil. O Rio Grande do Sul pode ser visto como um estado onde o regionalismo é constantemente reposto em situações históricas, econômicas e políticas novas. Mas, embora as conjunturas sejam novas e a roupagem dos discursos se modernize, o substrato básico sobre o qual estes discursos repousam é surpreendentemente semelhante. Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que o gauchismo é um caso bem-sucedido de regionalismo, na medida em que consegue veicular reivindicações políticas que seriam comuns a todo um estado (1992, p. 65).

Luvizotto (2009) ainda explica, que esses discursos sempre acabam demonstrando o que a autora chama de uma “relativa superioridade”, dos habitantes da região sul do País.

Percebe-se, em vários momentos desses discursos, a utilização de conceitos filonazistas, enfatizando o forte regionalismo e o sentimento de superioridade da “raça europeia”, por tratar-se de uma região colonizada principalmente por alemães e italianos, uma vez que, na Região Sul, segundo eles, a miscigenação com o negro e com o índio ocorreu em menor grau se comparado com o resto do Brasil. Para eles, o “Rio Grande do Sul não é e nunca foi Brasil. É uma outra nação” (LUVIZOTTO, 2009, p 41).

O próprio processo de colonização e a vinda dos imigrantes europeus para o país e para o estado no século XIX, foi usada como forma de embranquecimento da população brasileira, até então majoritariamente negra e mestiça. A parcela significativa de imigrantes vindos da Europa foi incorporada à narrativa para que “raça branca” e “influência europeia” fossem novas razões para o estado se afirmar como “Um Brasil Diferente”.

1.2. “UM BRASIL DIFERENTE”

Os principais argumentos utilizados pelo estado para se definir diferente do restante do país, são o clima, mas especialmente, a raça que forma a população, que nesse caso, é enfatizada pela imigração europeia. Assim, a narrativa momentaneamente desloca o espaço do gaúcho autêntico do Pampa e coloca-o nas áreas de colonização europeia, buscando mesclar em alguns momentos ambas as representações, em que os migrantes europeus e os gaúchos teriam construído de forma conjunta esse destino:

A hospitalidade das pequenas pousadas e as propriedades de turismo rural oferecem o aconchego e as tradições dos antigos tropeiros. A culinária típica, inspirada nas receitas com pinhão, a paçoca e o queijo serrano enriquecem a diversidade gastronômica, contemporânea e internacional (MAPA TURÍSTICO E RODOVIÁRIO, 2015-2019)[grifo meu].

[...]Alemães, italianos, franceses, suíços e gaúchos construíram, juntos, um dos mais singulares e mais procurados destinos do país. (FOLDER RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE A SERRA GAÚCHA, 2015-2019) [grifo meu].

Em inúmeros trechos sobre as regiões turísticas, é possível notar a hiper valorização a imigração europeia, considerada o maior atrativo:

Além dos cenários naturais, a colonização europeia é uma das principais atrações da região, seja pela arquitetura, história ou pela gastronomia típica da época dos imigrantes, os quais construíram um destino incrível e cheio de experiências únicas (MAPA REGIÃO UVA E VINHO, 2015-2019) [grifo meu].

No trecho sobre a região turística da serra, o discurso sobre “um Brasil diferente” é reforçado, enaltecendo a herança deixada pelos imigrantes europeus:

Na Serra Gaúcha, você confirma um Brasil diferente. A região é um grande mosaico cultural, formado por anos de imigração europeia. [...] A Região das Hortênsias apresenta uma riquíssima herança dos europeus, presente na arquitetura e, principalmente, na gastronomia [...] (FOLDER RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE A SERRA GAÚCHA, 2015-2019) [grifo meu].

E inclusive, na seção sobre Porto Alegre e a região metropolitana do estado, a Serra é mencionada como “pedaço da Europa”:

A Região Metropolitana também tem suas atrações. No caminho da Serra, temos o berço da colonização alemã, o Vale do Sinos. A cultura e a gastronomia germânica estão fortemente presentes nesse “pedaço da Europa”, que pode ser conhecido por meio da charmosa Rota Romântica [...] (FOLDER RIO GRANDE DO SUL: UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE PORTO ALEGRE, 2015-2019) [grifo meu].

Esse caráter de super valorização às referências europeias também se mostra presente nas seções dedicadas a região dos Hidrominerais e região dos Vales:

Terra de diversidade cultural, sua religiosidade, festas populares e gastronomia têm fortes traços europeus, resultado da herança deixada pelos imigrantes italianos, poloneses e alemães. (FOLDER RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE OS HIDROMINERAIS, 2015-2019) [grifo meu].

Rodeada por extensos vales e montanhas e circundada pelas águas límpidas do Rio Taquari, a região preserva a arquitetura e os costumes herdados dos imigrantes europeus – em especial, dos italianos, germânicos e portugueses (FOLDER CONHEÇA AS ATRAÇÕES

TURÍSTICAS QUE FAZEM O RIO GRANDE DO SUL SER UM GRANDE DESTINO, 2011-2015).

Com forte influência europeia, a Região dos Vales é um destino riquíssimo em cultura [...] (FOLDER RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE OS VALES, 2015-2019) [grifo meu].

Há um trecho no Mapa da Região de Termas e Lagos que também enfatiza a colonização europeia, e menciona em um raro momento a influência israelita local, porém é um dos raros momentos em que é trazida alguma outra influência (nesse caso a asiática) nos materiais:

Negócios e eventos, belas paisagens e um mosaico da cultura dos imigrantes italianos, poloneses, alemães e israelitas, entre muitos outros, compõem um ambiente regional de festas populares, manifestações culturais, religiosidade e produtividade das pequenas propriedades rurais (MAPA TERMAS E LAGOS, 2015-2019) [grifo meu].

É importante refletirmos aqui a seletividade que se mostra presente na construção destes materiais, ao passo, que pouco ou nada se fala sobre outras contribuições culturais no estado e nas regiões citadas, além das de caráter europeu, e sua posição em afirmar os locais como sendo “riquíssimos em cultura”, como se a cultura pudesse ser medida e calculada.

Nota-se um posicionamento eurocêntrico nesta narrativa, na medida em que se tenta colocar a Europa como referência central da narrativa, como se as demais referências fossem inferiores se comparadas com as europeias. Quijano (2005, p.126) explica o eurocentrismo como sendo uma perspectiva de conhecimento hegemônico, que busca sobrepor-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo. Sendo assim, qualquer aspecto que faça referência à Europa seria instantaneamente valorizado.

Este acaba sendo mais um reflexo das políticas de branqueamento da população, resultando diretamente na exclusão da população negra e indígena das narrativas, como se estas pessoas não existissem no estado. Essa valorização aos elementos ligados a imigração europeia nas cidades está diretamente ligada com a imagem que se quer construir sobre o (a) habitante ideal do estado, criando a ilusão de que ele (a) seria branco (a). Não só as regiões são definidas a partir dessas referências como também as cidades que compõem essas regiões. Como é o caso de São João do Polênise e de Caxias do Sul, cidade que faz parte (de acordo com o folder) da região da Serra, sendo chamada de “pequena Itália do Brasil”.

Centro da região da uva e do vinho, a cidade foi colonizada exclusivamente pelos imigrantes italianos, sendo considerada a “pequena Itália do Brasil”. O espetáculo Som e Luz é um ótimo passeio, além dos vastos parreirais, suas vinícolas, seu variado parque industrial e um comércio rico e dinâmico (FOLDER CONHEÇA AS ATRAÇÕES

TURÍSTICAS QUE FAZEM O RIO GRANDE DO SUL SER UM GRANDE DESTINO, 2011-2015).

*Já em São João do Polêsine, município que faz parte da **Quarta Colônia de Imigração Italiana**, até hoje se cultiva a tradição e a cultura deixadas pelo seu povo. O destino valoriza muito o turismo, a natureza e o embelezamento da cidade, com suas praças floridas e ambientes arborizados* (FOLDER RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE A REGIÃO CENTRAL, 2015-2019) [grifo meu].

A importância desses materiais em reafirmar e fixar essas ideias no imaginário do público turista – que não apenas busca conhecer esses destinos, mas também os que já visitaram – se torna mais evidente através dos próprios comentários desses (as) turistas em páginas das redes sociais, como por exemplo essas duas publicações em uma página digital sobre a Serra Gaúcha (FIGURA 14):



Figura 14 - Imagens de captura de tela da página Serra Gaúcha - Canela e Gramado no Facebook

Em ambas publicações há comentários que reproduzem essa mesma narrativa dos materiais, ressaltando a sua relação com a Europa:

“Parece que estamos na Europa.. é demais...”

“Gramado é a Europa dentro do Brasil.”

“Europa Brasileira”.

“Muito lindaaa parece que realmente saiu de um conto de fadas. Sou apaixonada por Gramado”

(TRECHOS RETIRADOS DA PÁGINA SERRA GAÚCHA – CANELA E GRAMADO NO FACEBOOK, 2021).

Nestas publicações nenhum dos comentários (escritos até 08 de novembro de 2021) traz alguma narrativa que contrarie essas ideias ou traz outro olhar para o destino. O que demonstra o poder da divulgação turística em contribuir para as visões das pessoas sobre os destinos.

As próprias narrativas e imagens sobre essas regiões turísticas buscam direcionar o leitor à ideia de que estas cidades possuem um charme especial, um romantismo, um clima frio e aconchegante, uma arquitetura diferente, que só poderia haver em razão de sua imigração, como no trecho sobre a região de uva e vinho:

A arquitetura, a história e a gastronomia típica da imigração italiana constroem o ambiente de aconchego e hospitalidade na paisagem deslumbrante da serra gaúcha. As encostas desenhadas pelos vinhedos e as charmosas instalações das vinícolas abrem suas portas e recebem, como ninguém, para a experiência mais tradicional e atraente do mundo: a degustação dos vinhos e espumantes, a harmonização, a gastronomia, tudo isso acompanhado da alegria e das manifestações artísticas. O relevo e os rios de corredeiras garantem a emoção da aventura, a religiosidade traz a meditação e a paz espiritual; as pequenas cidades e os roteiros rurais proporcionam a volta ao passado, ao sabor, à simplicidade das antigas colônias. (MAPA TURÍSTICO E RODOVIÁRIO, 2015-2019) [grifo meu].

E especialmente nas fotografias dos folders, com suas plantações de uva, flores e casas de campo ao fundo em meio a vegetação (FIGURAS 15 E 16):



Figura 15 - Páginas do Folder: Descubra as atrações que fazem do Rio Grande do Sul um grande destino sobre a serra



Figura 16 - Capa e imagens da seção sobre a Serra no folder: Rio Grande do Sul Um Grande Destino respectivamente

Uma das raras imagens que traz pessoas nos materiais (além das que envolvem a figura do gaúcho ou a imagem “capa” do litoral norte) é a “capa” da seção sobre a região Rota das Terras Encantadas (FIGURA 17), sendo representada por uma criança branca, loira e de olhos claros, segurando trigo em uma lavoura rural, reforçando a narrativa que remete a região às suas “suas raízes europeias”.



Figura 17 - Capa da seção sobre as Rotas das Terras Encantadas no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino

Além disso, existem diversos museus e monumentos que valorizam a história local e homenageiam suas raízes europeias. (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE A ROTA DAS TERRAS, 2015-2019) [grifo meu].

Essa região é talvez a única que faz menção a referências europeias, africanas e indígenas ao mesmo tempo em um pequeno trecho do folder “Mapa Turístico e Rodoviário”, mas acaba utilizando a mesma imagem acima para representar a seção, não demonstrando através da fotografia a representatividade que a narrativa do trecho poderia criar:

A vocação econômica é a agricultura. A população de diversas origens e a força do trabalho desenvolveram a produção de alto rendimento; a criatividade e as habilidades manuais criaram as esculturas em arbustos enfeitando as praças, e as comunidades preservam antigas casas de madeira com lambrequins. Esta região tem as cores da gastronomia de origem indígena, açoriana, africana, alemã e italiana, apresentadas no farto café colonial, na produção de embutidos, nos doces, nas cucas e nos queijos e vinhos (MAPA TURÍSTICO E RODOVIÁRIO, 2015-2019).

Esse debate se torna mais importante ao voltarmos a pensar sobre a relação entre a chegada de imigrantes europeus e as políticas de “branqueamento” instauradas no Brasil no século XIX. Em que houve inúmeras mortes e conflitos violentos à indígenas causadas nesse período, para desalojar as comunidades e “dar espaço” para instalação de imigrantes, o que abrange a região da serra gaúcha e outras (BUENO, 2003).

Essa prioridade dada ao “branco”, não envolveu apenas espaço territorial, mas segue abrangendo inúmeras outras esferas, dentre elas, a narrativa. Em todos esses trechos e

imagens percebemos nessa exaltação a elementos e referências europeias o esforço dos materiais em demonstrar as representações consideradas como ideais do estado.

Edward Said (1996) nos permite fazer reflexões sobre o tema ao pensar sobre a forma como representamos “o outro”, e sobre visões eurocêntricas. Um dos temas tratados no livro “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente”, é sobre a forma como os(as) pesquisadores (as) europeus(ias) consideram o Oriente um “outro ontológico.” Ele explica que, ao invés de procurarem compreender as culturas e religiões asiáticas, eles(as) simplesmente, acabaram projetando seus preconceitos e estereótipos no "Oriente". Para eles(as) foi mais importante inverter qualquer qualidade do Ocidente e o direcionar para o Oriente, do que a investigação empírica. Enquanto o Ocidente era entendido como desenvolvido e superior, o Oriente era entendido como sendo subdesenvolvido e inferior. Alimentando estereótipos que têm pouca conexão com a realidade dos países asiáticos.

Na introdução da obra, o autor esclarece que o:

[...] Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma das suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro. Além disto, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem ideia, personalidade, experiência contrastantes. Mas nada nesse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia. O Orientalismo expressa e representa essa parte em termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais (SAID, 1996, p. 13-14).

Em sua obra Said demonstra como este “outro” foi importante para consolidar o Ocidente e que nunca houve uma contrapartida, não foi criado um ocidentalismo pelos intelectuais árabes. O Orientalismo tratou de representar o Oriente, de definir suas características e vocações, à margem da perspectiva e interesse dos habitantes do Oriente. Quem criou e mantém o orientalismo, não são os orientais, mas sim os ocidentais. Para Said o que chama atenção é a exterioridade dos estudiosos em relação ao que descrevem, é a representação e as visões distorcidas que são geradas (SAID, 1996).

A “relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa...” (SAID, 1996). O Oriente seria uma invenção ocidental, uma imagem distorcida para tentar tornar legítimo o ideal eurocêntrico, como superior, em uma tentativa de diferenciação que busca servir os interesses do colonialismo. Para ele, essa representação (aprovada pela comunidade científica e pelo imaginário ocidental) influenciou para que o ocidente pudesse se auto definir, e se elevar através da diferença encontrada no Outro (Oriente).

Através de Said, além da construção ocidental sobre o oriental, podemos pensar nessa construção de representações do “de fora” sobre o outro, do branco sobre o indígena, do branco sobre o negro. A partir dessa construção que se faz a partir da visão que se tem do outro, e dessa representação que é pensada do europeu como superior e ideal. Essa idealização que é construída sobre o estado acaba se utilizando de inúmeras facetas, incluindo o eurocentrismo.

Deve-se questionar a forma como é representada a outra cultura e sobre o papel do (a) pesquisador (a) quando este (a) atua como mediador (a) e pretende traduzir termos culturais para outra cultura. Pois ao desconsiderarmos outras referências e outros grupos – não apenas habitantes, mas também envolvidos na construção do estado como um todo – acabamos excluindo e invisibilizando outras narrativas e o lugar dessas pessoas nessa construção.

1.3. A PAMPA

Os materiais ao mencionarem a paisagem considerada representativa e “ícone” do estado, a região da pampa é trazida como sendo referência:

Suas suaves coxilhas, os campos de savana, os rebanhos bovinos e ovinos compõem a paisagem cultural ícone do Rio Grande do Sul.[...] (FOLDER MAPA PAMPA GAÚCHO, 2015-2019) [grifo meu].

As descrições feitas sobre a região tratam de enfatizar a todo momento o seu caráter “plano” e extenso, com pouquíssimas árvores:

Localizado na região da Campanha, o Pampa já foi descrito como “deserto verde”: longas extensões de terra de vegetação muito rasteira, com pouquíssimas árvores, tanto que os nativos designam como “campo sujo” a maior ocorrência de árvores. Qualquer das duas opções, intercalada por coxilhas, compõe paisagens oníricas (FOLDER CONHEÇA AS ATRAÇÕES TURÍSTICAS QUE FAZEM O RIO GRANDE DO SUL SER UM GRANDE DESTINO, 2011-2015) [grifo meu].

A narrativa construída sobre a pampa e reafirmada nas narrativas dos materiais turísticos atribui a região características sobre campos verdes e planos, com leves ondulações, onde o qual pastam boi e cavalos, cuidados por homens gaúchos montados em cavalos, cuidando dos bois (FIGURA 18).



Figura 18 - Imagem da seção sobre a Pampa no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino

A paisagem pampiana é descrita a partir de sua horizontalidade e a uniformidade do seu relevo.

Grandes extensões de campos, estâncias centenárias e uma vida refletida na vestimenta e nas tradições. O Turismo Rural oferece atividades de lazer, lidas campeiras e cavalgadas: vivenciar antigos costumes dos peões e tropeiros. A comida típica de origem luso espanhola, o assado no fogo de chão, as destrezas no cavalo, no laço e nas "paleteadas", os "causos e lendas" contados em volta do fogo, sob o céu límpido e estrelado do Pampa, são uma experiência incrível (MAPA PAMPA GAÚCHO, 2015-2019) [grifo meu].

Essa mesma narrativa é reforçada também nas imagens, em que são selecionados os campos extensos com cavalos correndo soltos (FIGURA 19):



Figura 19 - Imagem no Mapa Pampa Gaúcho

Estas generalizações desconsideram inúmeros detalhes sobre o lugar, que incluem conformações geológicas de milhões de anos, ainda hoje em constante transformação, além do dia a dia vivido por inúmeros grupos que habitam a região.

Lima (2020) ao citar os estudos de Verdum (2016) explica que essa “aparente homogeneidade, carrega uma diversidade em formações de campos e matas em composições herbáceas e arbustivas e em combinações de clima, relevos e solos gerando diferentes socializações entre humanos, bichos, paisagens e coisas” (LIMA, 2020, p. 31).

O relevo da pampa é múltiplo, diferentemente do que a homogeneidade passada nas narrativas e imagem dos folders busca enfatizar, possuindo aspectos também ondulados, com planícies e várzeas ao longo de rios e arroios; solos pedregosos; matos; cerros, e lavouras, espalhados por toda a região.

Há os chamados campos “dobrados”, “sujos” ou “de pedras”, com inúmeras coxilhas, e formações íngremes, algumas recobertas por vegetação arbustiva e arbórea de pequeno e médio porte, além de gramíneas lenhosas, estas crescem em conjunto, próximo aos banhados e sangas, aos campos, matos e às pedras (LIMA, 2020, p. 35).

Lima (2020, p.35 e 36) explica que “a topografia acidentada constituiu-se como um local estratégico para diversos grupos humanos ao longo da sua formação tais como pecuaristas e agricultores (as) familiares, comunidades quilombolas e indígenas que convivem com a biodiversidade de fauna e flora e associam as práticas agrícolas e pecuárias”. Demonstrando que a diversidade que constitui a região refere-se tanto à paisagem quanto ao habitante pampiano, envolvendo grupos que não são mencionados na narrativa turística.

Apesar de mencionar a agropecuária, os trechos enfatizam a presença desta prática somente no que envolve as grandes estâncias, ou seja, remetendo mais uma vez somente uma parte da pampa, a dos “campos lisos” e de fronteira, dos grandes donos de propriedades, desconsiderando assim os grupos a pouco mencionados:

Esse mesmo cenário, que serviu para a história ser escrita, hoje serve a uma economia fértil. A agropecuária, realizada em grandes estâncias, é a principal atividade econômica. Recentemente, a produção de frutas, de celulose e a vitivinicultura vêm tomando destaque. (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE O PAMPA GAÚCHO, 2015-2019) [grifo meu].

Os chamados “campos lisos” ou “limpos”, são campos mais planos, com pequenas coxilhas no horizonte. Nesses espaços “característicos das regiões de fronteira com os países platinos, é comum a existência de grandes propriedades de terras que articulam pecuária extensiva com monoculturas agrícolas” (LIMA, 2020, p. 36). Estes campos recebem esse nome por serem compostos por gramíneas, que não servem de alimento para o gado.

Essas noções de campos “sujos” ou “limpos” surgem em contextos que envolvem habilidades de humanos e animais e suas relações com o espaço. Espaço este que está em constantes transformações.

A imagem construída a respeito do habitante da região traz esse pampiano (a) – e sendo esta a referência idealizada sobre o habitante “autêntico” do estado, inclui o gaúcho – como sendo esse homem montado a cavalo remetendo “a uma ideia de nobreza e heroísmo, com a imagem do ‘monarca das coxilhas’ que, sobre o trono do cavalo, domina a imensidão da pampa e sua natureza rebelde” (LIMA, 2020, p.41). Enquanto que ao habitante que anda a pé, é remetida a “uma imagem de depreciação do modo de viver campeiro, como se o sujeito, ‘apartado’ do cavalo, não pudesse mais ganhar caminhos e manter os domínios do território” (p. 41).

Nota-se que o material turístico enfatiza a narrativa que se refere ao campo “limpo”, plano e horizontal, enquanto os campos “sujos”, com vegetações e pedras, que constituem a parcela onde habitam uma diversidade de grupos sociais – desde pecuaristas e agricultores familiares, comunidades quilombolas e indígenas – são desconsiderados da narrativa sobre a região. Em parte por não se encaixarem na narrativa estereotipada sobre o gaúcho “autêntico”, em parte também, por não se encaixarem na narrativa estereotipada sobre a paisagem da pampa gaúcha.

Essa narrativa construída sobre a pampa e o pampiano, traz a ideia errônea de que para torna-se parte da região, seria preciso retirar as árvores (conforme a seleção de imagens que é feita para representar a região nos materiais turísticos); usar botas e bombachas, andar a cavalo e ser viril e bravo. Zalla e Menegat, explicam que:

Quem consome, desde fora, algum tipo de imagem sobre a região precisa lidar com representações tão estereotipadas quanto produtos de uma história de conflitos bélicos e, principalmente, simbólicos entre o centro e a periferia. Quer dizer, ao contrário do que a naturalização do ‘perfil cultural’ citado indica, os atributos hoje creditados ao gaúcho gentilício são frutos de seleção memorialística, alheios, portanto, a fatalismos geográficos. O que se apresenta como ‘típico’ do Sul poderia muito bem não sê-lo (ZALLA; MENEGAT, 2011, p.50).

Há inúmeros trechos sobre a pampa em que é possível notar essa forte relação que se procura criar e constantemente reafirmar com a “tradição”, trazendo esse habitante como característico da região a partir da sua comunhão com a terra e autonomia no cuidado dos animais:

A tradição das estâncias, as provas de destreza e manejo com os animais e as manifestações artísticas são enriquecidas por novos cenários e as experiências gastronômicas dos vinhedos e olivais (FOLDER MAPA PAMPA GAÚCHO, 2015-2019) [grifo meu].

Tradição e comunhão com o campo são os traços marcantes do Pampa Gaúcho. E eles podem ser vistos de perto nos passeios turísticos. (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE O PAMPA GAÚCHO, 2015-2019) [grifo meu].

Esta idealização do que se quer como habitante representante do estado, acaba por influenciar aquilo que se constrói como a própria pampa. Querendo encaixar essa imagem construída sobre o gaúcho em um cenário que consiga condizer com o papel empregado. Porque para a narrativa, esse personagem do gaúcho não combina com o ambiente urbano, com a serra ou o litoral, então, resta colocar o gaúcho em seu cavalo na pampa plana e horizontal, para legitimar em alguma parte do mapa o personagem e seu cenário dito ideal.

Entre as temáticas que os materiais trazem sobre as características da pampa, estão o Enoturismo, prática que aparece em vários dos materiais e que tem sido usado como um dos grandes e novos atrativos da região, juntamente com o Turismo de Aventura, numa tentativa

de segmentar a região da Pampa a fim de torna-la mais atrativa turisticamente e atrair assim mais visitantes (algo entendível inclusive a partir da raríssima oferta turística sobre a região disposta nas redes sociais, o que demonstra essa possível baixa procura):

O místico Paralelo 31 Sul, que passa pelas zonas de produção de vinhos do Chile, Argentina e África do Sul, também no Pampa encontra características climáticas e geográficas perfeitas para o cultivo e produção de cepas e vinhos de qualidade. Harmonizados com as carnes bovina e ovina de excelente qualidade, proporcionam momentos especiais de visitação e degustação nas vinícolas do Pampa (MAPA PAMPA GAÚCHO, 2015-2019).

*Trilhas em paisagens incríveis, esportes de escalada, voo livre, rapel caiaque, stand up paddle e até mesmo o mergulho são algumas das práticas possíveis, **graças às formações geológicas existentes no Bioma Pampa: um relevo de serras e vales** forma o cenário espetacular das Guaritas de Caçapava, do Rincão do Inferno e da Casa de Pedra (MAPA PAMPA GAÚCHO, 2015-2019) [grifo meu].*

Apesar de mencionar neste trecho as formações geológicas existentes no bioma pampa e a existência de serras e vales, estas características são são mencionadas no último parágrafo do folder “Mapa Pampa Gaúcho” e somente na se ção sobre o Turismo de Aventura. Esse é o único momento em que há uma imagem (FIGURA 20) que “destoa” do restante das imagens e narrativas, mostrando as formações íngremes de pedra:

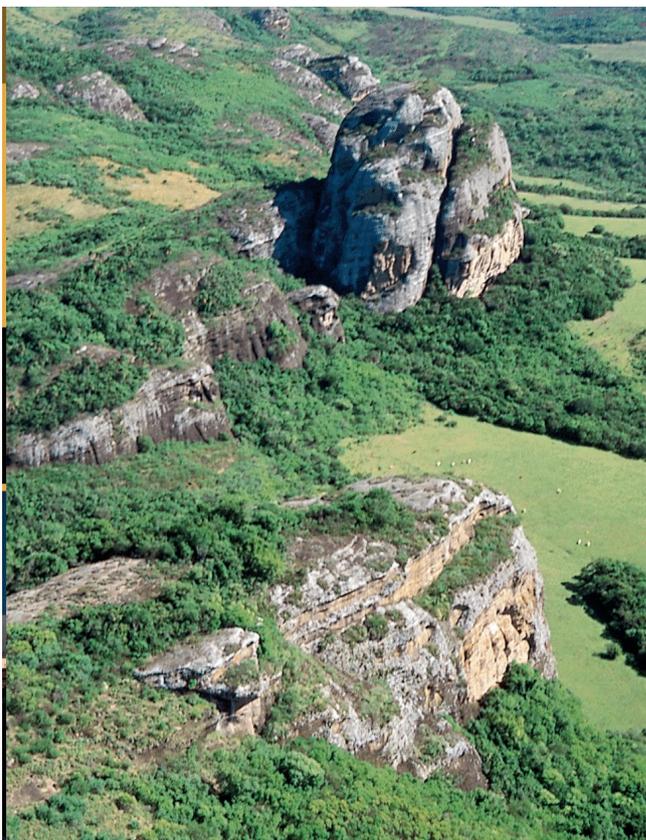


Figura 20 - Imagem no Mapa Pampa Gaúcho

Em meio a essas construções sobre a pampa e o pampiano, surgem inúmeras contra-narrativas que tem mostrado distintas perspectivas sobre a região, com é o caso do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC: Lida Campeira. Buscando apresentar um olhar mais amplo para as relações entre pessoas, animais, coisas e paisagens na pampa brasileira.

O termo “lida campeira” refere-se a um conjunto de trabalhos exercidos no meio rural e que ultrapassam a categoria laboral para fazerem parte de um modo de vida, o campeiro. Essas lidas estão centradas na atividade do pastoreio, na produção pecuária de rebanhos de forma extensiva em regiões do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. São essas lidas, essa vida campeira, referências culturais de comunidades habitantes dos pampas sul-riograndenses, que são observadas e estudadas no processo do Inventário Nacional de Referências Culturais (BILHALVA; RODRIGUES, 2019, p.8).

A lida campeira se relaciona com várias dimensões da vida na pampa, seja nos campos sujos ou limpos, levando em conta o posicionamento de fronteira e suas implicações. Na perspectiva do inventário, é considerado o sistema da pecuária extensiva (criação de bovinos, de ovinos, de caprinos e de equinos, para fins econômicos) mas, também, “implica as práticas agrícolas, as relações com os campos, matos, quintas e casas, e as chamadas *lidas caseiras*, que se referem a produção de doces de leite e de frutas e salgados derivados de bichos e plantas” (LIMA, 2020, p.43).

Tais iniciativas tem servido para trazer um novo olhar em relação a pampa e as práticas culturais das comunidades que habitam a região. Expondo as diferenças em contradição a essa homogeneidade das narrativas turísticas.

1.4. COSTA DOCE

A romantização criada ao redor de inúmeros elementos históricos se mostra presente também na seção que se refere à região da Costa Doce: a imagem “capa” da seção, trazida no folder é de uma charqueada da cidade de Pelotas (FIGURA 21):



Figura 21 - Capa da seção sobre a Costa Doce no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino

As demais imagens sobre a região (FIGURA 22) trazem paisagens naturais¹⁵, da praia do Cassino da cidade de Rio Grande e a Laguna dos Patos, como se todas as imagens da região estivessem ligadas a partir de suas “belas paisagens”:

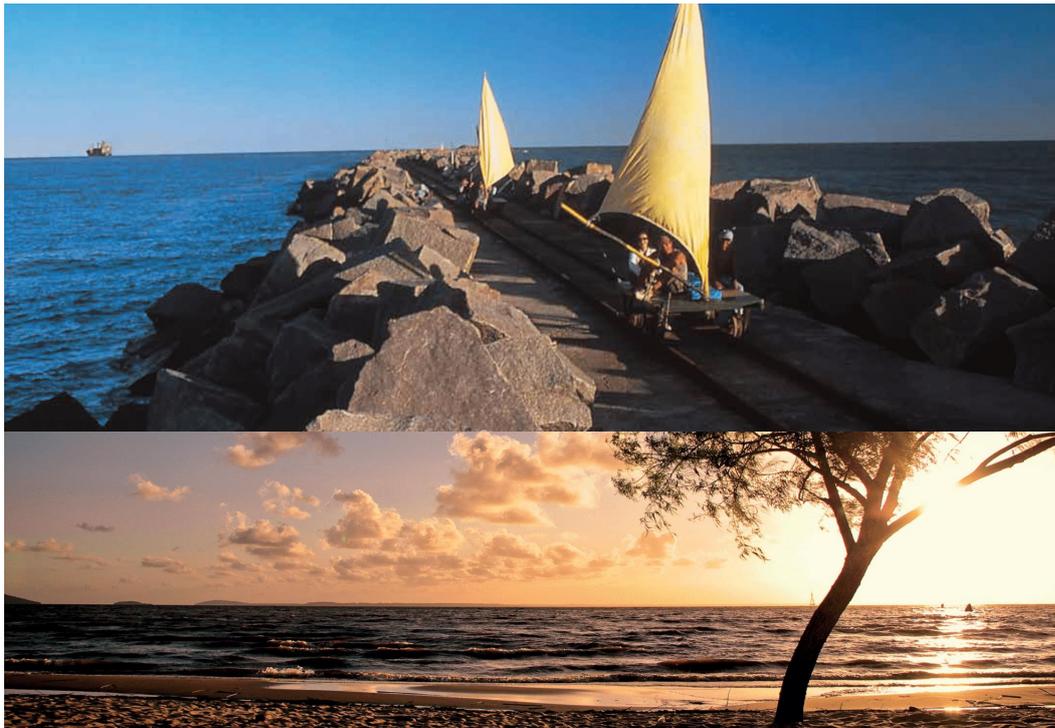


Figura 22 - Imagem do folder “Rio Grande do Sul Um Grande Destino” na seção sobre a Costa Doce e imagem do Mapa Litoral Norte Gaúcho e Costa Doce respectivamente

¹⁵ Paisagem natural refere-se ambientes que não sofreram influência humana, mantendo preservados os elementos e características típicas da natureza, como praias, cachoeiras, florestas, etc.

A narrativa que segue no folder “Rio Grande do Sul Um Grande Destino” sobre a região enfatiza o chamado ciclo do charque, apresentando esse momento como “época de ouro” para a economia do estado.

Viajar à Costa Doce é viajar no tempo. Pelas ruas da cidade, nos centros históricos e na arquitetura característica, é possível ver os ecos do ciclo econômico do charque, uma das épocas de ouro do Rio Grande do Sul.

Um passado de riqueza, que resultou em um povo alegre, educado e orgulhoso de suas origens, que estão muito bem preservadas nas cidades, com museus e prédios históricos, e nos campos e charqueadas (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE A COSTA DOCE, 2015-2019) [grifo meu].

A Costa Doce reúne a beleza arquitetônica da imigração ibérica em uma região tocada pela imensidão das águas lagunares e pela costa oceânica, destino de sol e praia consagrado por gaúchos, uruguaios e argentinos. Suas cidades relembram a riqueza do Ciclo do Charque, a época de ouro da economia rio-grandense, formando uma sociedade sofisticada e com elevado nível cultural e político (MAPA TURÍSTICO E RODOVIÁRIO, 2015-2019).

As charqueadas eram fazendas onde se produzia charque, a carne de gado salgada ao sol. Essa carne era vendida e utilizada para alimentar pessoas escravizadas. Os trechos dos materiais desconsideram as condições das charqueadas e se referem a esse período como sendo de prosperidade e desenvolvimento econômico, ressaltando a forma como este proporcionou um novo estilo de vida à elite, através da arquitetura, cultura e da gastronomia, proporcionando riqueza e poder econômico. Deixando de citar o sustento exclusivo desta indústria saladeril pela mão de obra escrava.

O Rio Grande do Sul ocupou um lugar de destaque no contexto escravagista brasileiro, onde a instalação da indústria saladeril no século XIX trouxe significativo contingente de africanos e africanas escravizados (as) utilizados (as) como mão-de-obra para desenvolvimento desta atividade (RECH; ROBERTT, 2014, p.507) a região contou com pessoas negras escravizadas em seu processo de formação desde o início de sua ocupação portuguesa no final do século XVII, “em 1814, a população estadual era de 70.653 habitantes, sendo 20.611 escravos” (SURITA; BUCHWEITZ, 2007, p. 25). No mesmo período, nas cidades de Pelotas, Piratini e Porto Alegre a população negra era maior do que a população branca, “em Piratini, de 3.673 habitantes, 1.615 eram escravos (as) e 352, ‘libertos (as)’. Em Pelotas, de 2.419 habitantes, 1.302 eram escravos (as) e 247 eram ‘libertos (as)’” (SURITA; BUCHWEITZ, 2007, p. 25), ou seja, 64% da população.

Pelotas e Rio Pardo se tornaram destaques, na época, como grandes centros charqueadores.

Até 1780, a maioria da população escrava trabalhava nas fazendas que tinham uma produção agrícola de subsistência; depois deste ano, com a consolidação da indústria saladeiril e por ocasião da criação da primeira charqueada em Pelotas, os escravos passaram a ser utilizados em grande escala. Até 1780, o ato de charquear era artesanal. Um processo de caráter industrial ocorreu, pelo que consta, a partir daquele ano, com as atividades do primeiro charqueador, Pinto Martins, nas regiões do Arroio Pelotas (SURITA; BUCHWEITZ, 2007, p. 25).

Gutierrez, (p.55) explica que somente no quadrilátero definido pelo arroio Pavão, e a laguna dos Patos; o arroio Grande e o sangradouro da Mirim, ou canal São Gonçalo, funcionaram mais de 40 charqueadas.

As autoras Surita e Buchweitz ainda comentam as condições de exploração extrema ao qual essas pessoas eram submetidas nas charqueadas, incluindo horas extensas de trabalho para a produção do charque. Crianças (a partir dos 12 anos) e mulheres também entravam na produção, apesar de em menor escala. O trabalho que incluía horas de sol e feridas causadas pelo sal, além de todo tipo de tortura física, moral e psicológica, fazia com que as pessoas escravizadas tivessem curta expectativa de vida (2007, p. 25), especialmente nesta região onde a tortura era estendida a praça pública, como forma de repreensão das tentativas de fuga. Fugas que eram recorrentes da resistência:

o cerne do núcleo charqueador pelotense, formado pelos matos na Serra dos Tapes, o Arroio Quilombo, o Passo dos Negros, proporcionava a concentração de um grande número de escravos. A fuga de cativos que aparecia diariamente nos jornais da época indica a probabilidade de terem existido na região, em diferentes períodos, diversas concentrações quilombolas. O Arroio Quilombo, afluente do Arroio Pelotas, foi o espaço adequado para a formação de quilombos (SURITA; BUCHWEITZ, 2007, p. 25).

A problematização a respeito da forma como o estado lida com a narrativa sobre a escravidão alcança outros patamares ao pensarmos também um trecho do hino rio-grandense:

*Mas não basta para ser livre
Ser forte aguerrido e bravo
Povo que não tem virtude
Acaba por ser escravo*
(HINO DO RIO GRANDE DO SUL).

O trecho de conotação racista já levanta debates a alguns anos por comunidades negras, que criticam o hino pelo fato destes versos remeterem ao processo de escravidão no estado, legitimando a desumanização das pessoas negras ao afirmar a ausência de virtudes do povo escravizado. Enquanto alguns grupos defendem a mudança destes versos, outros defendem a sua permanência, afirmando um mau entendimento da palavra “escravo”, que para eles não deveria ser entendida pelo seu sentido literal, mas, figurado.

As narrativas, porém, ao invisibilizarem os debates sobre a escravidão e romantizarem a narrativa sobre as charqueadas, sem questionar ou refutar, não demonstrando

o quão prejudicial esse momento histórico foi para as pessoas negras do estado, reproduzem discriminação étnica e racial.

Aqui, mais uma vez se torna importante a reflexão a respeito da imagem que se pretende passar sobre o habitante representativo do estado, uma vez que, como visto anteriormente, a branquitude é frequentemente reposta nas narrativas, seja sobre a imagem do habitante ideal como as narrativas que enfatizam as referências europeias: a imagem construída sobre o estado é de um habitante branco. Não são mencionadas outras representações ou possíveis contribuições de pessoas negras na construção do estado.

A eficácia dessas construções se mostra mais efetiva quando percebemos o senso comum que existe sobre o estado, como sendo branco. Como habitante do estado, já ouvi inúmeras falas vindas de pessoas de outros estados brasileiros, afirmando pensarem que no Rio Grande do Sul não existem pessoas negras e as mesmas ficam surpresas ao descobrir o oposto.

Além disso, ao pouco se refletir sobre as condições das charqueadas, os (as) próprios (as) visitantes reproduzem muitas das narrativas sobre esses lugares. Como é o caso das avaliações do site *TripAdvisor*¹⁶ sobre a charqueada São João na cidade de Pelotas, que recebe pessoas para visitação e também realiza eventos como formaturas e casamentos:

“O local   histórico, pois retrata uma época importante na história do Rio Grande do Sul. Vale a visita.[...]”

“Uma paisagem bonita, em um ambiente agradável e de valor histórico.

“A casa   remanescente do período áureo das charqueadas em Pelotas. A arquitetura, os utensílios e aspectos históricos do local, como o fato de ter hospedado o naturalista francês Saint Hilaire, valorizam a visita. A visita o é feita com guia [...]”.

“  um dos mais belos e íntegros exemplares da arquitetura do Ciclo do Charque, a Charqueada São João, por toda a sua história, pela beleza externa e interna. E por todo o acervo que conta a história da cidade”.

“ timo local para se visitar com a família! Tem uma visita guiada, contando a história da charqueada e a grava o da casa das sete mulheres da Globo.”

“Casarão histórico onde funcionou uma charqueada importantíssima para o desenvolvimento da cidade e do estado. Você encontra mobiliário da época, utensílios utilizados pelos e nos escravos, além de muita história [...]”
(AVALIA OES NO TRIPADVISOR SOBRE A CHARQUEADA SÃO JOÃO EM PELOTAS).

¹⁶ Tripadvisor.com é um site de viagens que fornece informa es e opiniões de conteúdos relacionados ao turismo. Ele também inclui fóruns de viagens interativos.

Apesar de alguns comentários até mencionarem a questão da escravidão nas charqueadas, percebe-se que existe um sentimento de encanto por parte dos (as) visitantes que conhecem o lugar, frisando a importância das charqueadas para o desenvolvimento da cidade e do estado, além de admiração pela história e beleza do local. Detalhes que se mostram presentes nos materiais turísticos.

Ao exaltar o ciclo do charque como “época de ouro” nestes materiais e apagando as menções a escravidão, são reduzidas metaforicamente estas cidades, pois são reduzidas as representatividades das pessoas que as constroem. Essa constatação pode ser entendida inclusive por uma percepção literal, levando em conta, que em períodos de entressafra do charque, a mão de obra cativa era direcionada para a confecção de tijolos e telhas nas olarias das charqueadas, além da construção civil, a fim de erguer e dar manutenção as edificações hoje parte do centro histórico das cidades, literalmente “construindo as cidades” (GUTIERREZ, 2001, p. 79).

[...] esse trabalho, ao mesmo tempo que ocupou os cativos, no período de entressafra da charqueada, produziu a cidade. Não só os palacetes que serviam de residência urbana aos charqueadores, como uma série de casas de aluguel, destinadas à moradia, ao comércio e aos serviços. Essas edificações abrigavam a população, que crescia, na cidade, e as pessoas que ali chegavam, para os negócios da carne salgada, e em busca de tudo o que um centro produtivo oferecia (GUTIERREZ, 2001, p. 79).

Além disso, a manutenção desses casarões era realizada, principalmente, por mulheres escravizadas, relacionado ao trabalho doméstico até o fim do século XIX, (RODRIGUES; ALFONSO; RIETH, 2017, p.11) que desde cedo (muitas na infância) precisavam cuidar de todas as tarefas domésticas, servindo as famílias dos charqueadores e outras pessoas da elite, tendo inclusive que cuidar das crianças dessas pessoas.

Entre estas tarefas, na cidade de Pelotas, estas mulheres negras produziam doces finos para serem servidos em festas e saraus, e devido ao clima úmido da cidade tiveram que adaptar as receitas portuguesas e incorporar outros conhecimentos na produção.

Na seção sobre a Costa Doce, há um trecho que menciona a Fenadoce, evento dedicado aos doces de Pelotas:

[...] Além disso, é uma região com infraestrutura pronta para receber eventos como a Fenadoce, **de tradição portuguesa**, que acontece anualmente em Pelotas. (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE A COSTA DOCE, 2015-2019) [grifo meu].

Vemos no trecho, esse caráter seletivo em enfatizar a cultura doceira como sendo portuguesa, ignorando outras referências, como a africana no caso dos doces finos e as alemãs, pomeranas, italianas, etc, na produção de doces coloniais, também característicos da

região e que fizeram a mesma se tornar reconhecida pela produção doceira (ALFONSO, RIETH, 2016). A narrativa é reforçada também na imagem do folder que traz somente doces finos na fotografia (FIGURA 23), não fazendo nenhuma menção aos doces coloniais produzidos na zona rural da região:



Figura 23 - Imagem do folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino na seção sobre a Costa Doce

Em contrapartida a essas narrativas, o INRC das Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu) abrange a diversidade étnica, cultural e religiosa do saber fazer, buscando amarrar a diversidade de grupos étnicos e sociais que a compõe. Incluindo a feitura dos doces coloniais na zona rural, e as contribuições culturais na feitura dos doces finos, tanto no passado como no presente, no que envolve a relação do doce e as práticas religiosas mais diversas.

Os doces de Pelotas se relacionam com a religiosidade, pois estão presentes hoje nos quartos de santos, nas casas de religião de matriz africana, pois é grande a produção dos doces finos para estes rituais (ALFONSO, RIETH, 2016). A poeta e antropóloga Marília Floor Kosby, traz esse assunto em seu livro “Nós cultuamos todas as Doçuras” (KOSBY, 2015). Explicando através do “culto à doçura” a contribuição negra para a continuação da tradição doceira na cidade de Pelotas. Através da sacralidade dos doces nas terreiras oferecido aos Orixás como oferenda, é afirmada a sua contribuição no processo de disseminação do saber fazer os doces de Pelotas, que circulam fortemente no terreno do sagrado. Ao fazer a menção a esses doces somente a partir das contribuições portuguesas, é excluída a participação de tantos outros grupos no saber fazer doceiro. Além disso, no que envolve o caráter religioso dessa prática, os materiais deixam de mencionar qualquer atividade religiosa afro-brasileira nas narrativas e imagens, mesmo havendo inúmeros trechos ressaltando a religiosidade de algumas das regiões:

Terra de diversidade cultural, sua religiosidade, festas populares e gastronomia têm fortes traços europeus, resultado da herança deixada pelos imigrantes italianos, poloneses e alemães (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE OS HIDROMINERAIS, 2015-2019) [grifo meu].

As instituições de ensino, indústria e comércio lideram os eventos técnicos, enquanto a diversidade étnica e a forte religiosidade das comunidades estão representadas nas festas populares. Festivais gastronômicos e culturais, manifestações religiosas, romarias e peregrinações diversificam a programação de eventos em toda a região (MAPA TERMAS E LAGOS, 2015-2019) [grifo meu].

Apesar de enfatizar fortemente nas narrativas os seus sítios paleontológicos e atrações arqueológicas, a própria imagem “capa” da região Central é representada pela Basílica Menor da Nossa Senhora da Medianeira (FIGURA 24), mencionada acima, e considerada padroeira do estado.

Na Região Central, o conhecimento está por todos os lados. Além do importante polo acadêmico da bela Santa Maria (cidade “coração do Rio Grande do Sul”), a região também possui um dos maiores sítios paleontológicos do mundo, rico em fósseis do período Triássico (entre 250 a 200 milhões de anos atrás). É o berço do Staurikosaurus Pricei, considerado o mais primitivo dinossauro do planeta. No turismo religioso, destaca-se a Basílica Menor da Nossa Senhora da Medianeira, padroeira do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE A REGIÃO CENTRAL, 2015-2019) [grifo meu].



Figura 24 - Capa da seção sobre a região Central do folder Rio Grande do Sul

Há também uma imagem em destaque da Catedral Metropolitana de Porto Alegre representando a capital (FIGURA 25); e imagem da Catedral Diocesana Santo Antônio (do mapa Rota Águas e Pedras) (FIGURA 26) e de um templo budista (no folder Conheça as

Atrações que Fazem do Rio Grande do Sul Um Grande Destino - trecho sobre o Vale do Paranhama):



Figura 25 - Página do Folder Descubra as atrações que fazem do Rio Grande do Sul um grande destino sobre Porto Alegre

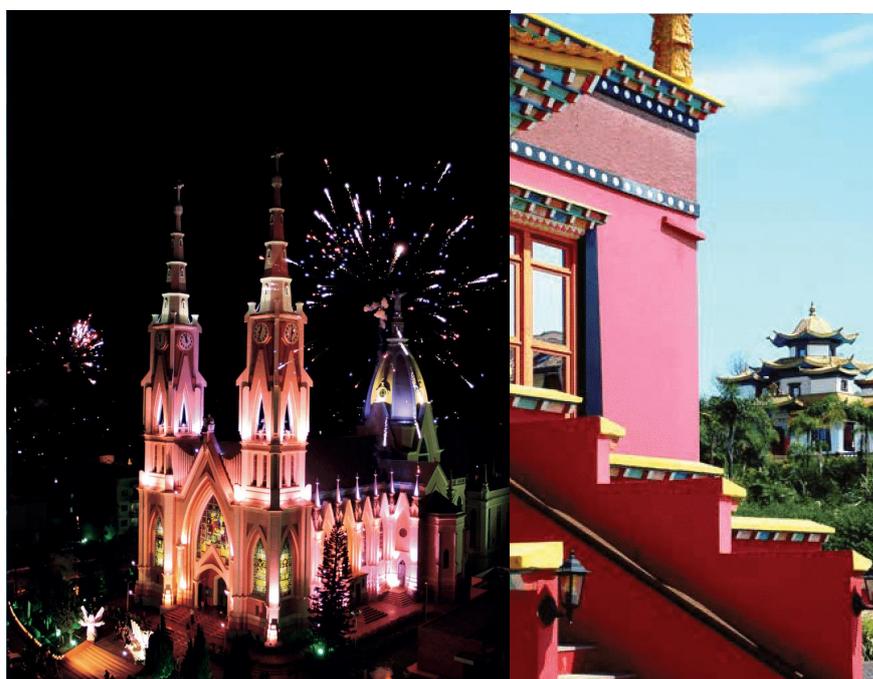


Figura 26 - Imagem do Mapa Águas e Pedras e imagem do folder Descubra as atrações que fazem do Rio Grande do Sul um grande destino respectivamente

A região das Hidrominerais (ou Rota das Águas e Pedras) é marcada como sendo a região das pedras preciosas, suas jazidas de ametista e águas termais, e pelas menções sobre religiosidade, considerada o destino do Turismo Religioso:

A região é marcada pela forte religiosidade das comunidades urbanas e rurais e a fé católica tem sua referência na belíssima Catedral Santo Antônio, em Frederico Westphalen. A devoção aos Mártires Padre Manuel González e Coroinha Adilio Daronch, reconhecidos como Beatos pela Santa Sé, se manifesta na Paróquia Nossa Senhora da Luz, em Nonoai, e são realizadas anualmente romarias, peregrinações e cavalgadas, refazendo o último percurso dos dois religiosos, em direção à cidade de Três Passos (MAPA ROTA DAS ÁGUAS E PEDRAS, 2015-2019).

Conforme veremos mais a frente, existe maior valorização às práticas religiosas cristãs (em razão da imigração europeia) e também budista (em razão de sua considerada exotividade no estado). Estas narrativas ao não levarem em consideração outras representações culturais e práticas religiosas das comunidades negras reforçam o discurso colonialista que considera apenas um único olhar específico (BERGMANN, 2019, p, 75-76).

1.5. REVOLUÇÃO FARROUPILHA

No decorrer das narrativas dos materiais são mencionados em inúmeros momentos as batalhas travadas pelos gaúchos e sua relação com a tradição e identidade do estado. Como é o caso do trecho da região Costa Doce:

Grandes estâncias, com tapetes verdes a perder de vista. E que, além de férteis e produtivos, guardam as histórias dos heróis farrapos que bravamente lutaram para receber os ideais de uma liberdade no Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE A COSTA DOCE, 2015-2019) [grifo meu].

E também em trechos sobre a Pampa:

Com o Pampa, foi cenário da Revolução Farroupilha - o mais longo conflito armado do Brasil pela independência de do território gaúcho. (MAPA TURÍSTICO E RODOVIÁRIO, 2015-2019).

Os vastos campos do Pampa Gaúcho já foram palcos da história do Rio Grande do Sul. Guerras entre índios, espanhóis e portugueses, batalhas para defender as fronteiras, lutas pelos ideais libertários dos gaúchos. (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE A PAMPA, 2015-2019) [grifo meu].

As cidades do Pampa Gaúcho nasceram de acampamentos militares portugueses que faziam o controle das fronteiras do extremo sul impedindo o avanço castelhano. Batalhas foram travadas durante as guerras de fronteiras e a Revolução Farroupilha. Esta efervescência política e econômica - o gado e a indústria do charque - fez as marcas dos conflitos ficarem na arquitetura e nas memórias coletivas da região. Passear pelo Pampa Gaúcho é mergulhar profundamente na história do Rio Grande do Sul (FOLDER CONHEÇA AS

ATRAÇÕES TURÍSTICAS QUE FAZEM O RIO GRANDE DO SUL SER UM GRANDE DESTINO, 2011-2015).

Conforme a historiografia oficial, a Revolução Farroupilha foi iniciada a partir da insatisfação por parte dos produtores de charque e pecuaristas que não dispunham de meios para influenciar as linhas de conduta político-econômica do centro e a instabilidade econômica gerada pela concorrência da produção platina. Além disso, havia também a carga tributária sobre a produção de charque e couro, que supostamente era pouco revertida para o estado.

Iniciado por estanceiros e liberais, a fim de formarem uma nova república no sul do Brasil (caráter separatista) e liderada pelo deputado provincial e coronel Bento Gonçalves da Silva, a guerra dos farrapos, como também é conhecida, durou dez anos (de 19 de setembro de 1835 até 1 de março de 1845), quando foi assinada a paz com o governo de D. Pedro II, depois que Luís Alves de Lima e Silva, então barão de Caxias, assumiu a província e o comando de suas armas.

Zalla e Menegat, explicam que a “Revolução Farroupilha (1835-1845) se configurou, historicamente, como evento emblemático da memória pública no Rio Grande do Sul”, a batalha continua sendo “narrada em tom épico, e seus protagonistas transformados em heróis da ‘pequena’ e da ‘grande’ pátria”, em parte pela resistência criada contra a suposta opressão do centro político e econômico do Brasil, em parte pela aspiração à liberalização e ‘republicanização’ do país, o que incorre na afirmação de seu caráter nacionalista (ZALLA; MENEGAT, 2011).

As queixas sobre as suportas injustiças do governo, eram dirigidas ao restante da população como apelo à adesão da causa. Há um esquecimento dessa dimensão do discurso, como se houvesse uma homogeneidade da província na revolta, fato que fez com que se tornasse símbolo de identidade (ZALLA; MENEGAT, 2011). As autoras ainda explicam que o “processo de construção do fato como patrimônio simbólico percorre diferentes momentos da produção intelectual local. Além disso, a disputa entre as diferentes versões sobre o evento e sua consolidação como momento fundador da identidade gaúcha tem sido objeto de estudo da historiografia científica” (ZALLA; MENEGAT, 2011).

As alegações sobre o elo fundador da identidade gaúcha estar atrelada a Revolução Farroupilha se mostram presentes na própria narrativa dos folders, em que um trecho remete os conflitos bélicos como sendo,

Todos capítulos que ajudaram a forjar a tradição e a identidade desse Estado. (FOLDER RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE A PAMPA, 2015-2019) [grifo meu].

Zalla e Menegat explicam que na época da Revolução essa disputa discursiva caminhou paralelamente ao conflito armado:

Para além da análise realizada à exaustão pela historiografia e por estudiosos não ligados ao meio acadêmico, que criou e cristalizou polêmicas, os discursos correntes durante a revolta também estavam inseridos em batalhas, travadas em diferentes dimensões do conflito. Seriam essas mesmas dimensões que persistiriam depois e alimentariam muitas das narrativas construídas em momentos posteriores (ZALLA; MENEGAT, 2011).

Atualmente, as narrativas seguem sendo propagadas em inúmeras instâncias, tendo como ponto alto o feriado estadual do dia 20 de setembro, ocorrendo a chamada Semana Farroupilha. Em que são organizados inúmeros eventos no estado em comemoração a Revolução, incluindo: acendimento da Chama Crioula¹⁷; desfiles (com a vestimenta “típica” dos CTGs); cavalgadas em que são percorridas longas distâncias por grandes grupos de pessoas montadas a cavalo; competições de danças coreografadas, além dos Acampamentos Farroupilhas¹⁸. Estes “eventos tradicionais” também aparecem nas narrativas:

A diversidade característica do Rio Grande do Sul também é expressa nas muitas festas típicas de um calendário repleto de eventos nas quatro estações. São festas que celebram a cultura e a tradição gaúchas e o cosmopolitismo das artes, do esporte, dos prazeres da mesa e também o ecumenismo das religiões.[...] Estes eventos, de todos os tamanhos, em centros urbanos e rurais, são marcados pela presença de elementos tradicionais e folclóricos, danças, músicas e trajes típicos (FOLDER CONHEÇA AS ATRAÇÕES QUE FAZEM O RIO GRANDE DO SUL SER UM GRANDE DESTINO, 2011-2015) [grifo meu].

O próprio hino do estado é reproduzido nas festividades da Semana Farroupilha e sua composição remete a data e ao conflito farroupilha:

*Como a aurora precursora
Do farol da divindade
Foi o 20 de Setembro
O precursor da liberdade*

*Mostremos valor, constância
Nesta ímpia e injusta guerra
Sirvam nossas façanhas
De modelo a toda Terra
(HINO DO RIO GRANDE DO SUL)*

Também nas redes sociais a data é comemorada anualmente. Em uma publicação (em um perfil pessoal de uma figura política do estado), em comemoração a Revolução, inúmeros comentários reforçam o enaltecimento do episódio (FIGURA 27):

¹⁷ É o acendimento de uma tocha, que percorre inúmeras cidades do estado do RS durante a Semana Farroupilha, os portadores da chama se deslocam a cavalo de uma cidade a outra.

¹⁸ O Acampamento Farroupilha é o maior evento alusivo ao tradicionalismo gaúcho, para comemorar a Revolução Farroupilha. É composto por quase 400 piquetes (entidades tradicionalistas), montados e organizados por grupos tradicionalistas, que realizam inúmeras atividades (muitas que remetem a atividades campeiras) no mês de setembro.



Figura 27 - Captura de tela de postagem em perfil pessoal no facebook

“[...] Parabéns para nós gaúchos [...] Viva nosso Rio Grande do Sul viva quem cultiva a tradição!!”.

“[...] parabéns a nós gaúchos que damos exemplo aos demais estados pelo nosso civismo e patriotismo [...]”.

“[...] Parabéns a todos nós que cultivamos a tradição gaúcha... carregamos no coração este lindo sentimento patriótico gaúcho”.

“Povo que não tem virtude acaba por ser escravo. Feliz 20 de setembro [...]”.
(COMENTÁRIOS EM PUBLICAÇÃO DO FACEBOOK).

É visível nestes comentários esse “patriotismo gaúcho”, de pessoas que defendem o estado como uma nação, um país independente, através dos ideais que se materializaram na Revolução Farroupilha, mas permanecem presentes nos movimentos hoje e se perpetuam também nas narrativas turísticas.

No trecho sobre a região da Pampa e a Fronteira (regiões que foram mescladas no Mapa Turístico e Rodoviário), há uma menção que fala em “impérios” que seriam o Brasil e o Rio Grande do Sul, remetendo a essa ideia de que o estado se vê como uma nação de mesmo nível e ora independente do país:

Duas regiões se integram na paisagem cultural do Pampa: Fronteira e Pampa Gaucho. [...]. Apresenta também a memória de outras guerras e revoluções. É a história da defesa de um território disputado por dois impérios e por fortes convicções políticas (MAPA TURÍSTICO E RODOVIÁRIO, 2015-2019).

Estes trechos reafirmam as narrativas no que envolve o separatismo e, portanto, também o MTG, que utiliza os conflitos bélicos, para falar do espírito livre e combativo do povo do Rio Grande do Sul. Representando o episódio como momento de bravura, guerrilha por heróis. O MTG tem um papel importantíssimo na manutenção destas narrativas, especialmente porque é o MTG que coordena as ações dos Centros de Tradições Gaúchas (CTG) e outras entidades do tipo, organizando todos os anos, inúmeros eventos tanto na Semana Farroupilha, quanto no restante do ano, incluindo o Congresso Tradicionalista, e

assessora eventos como rodeios, festas campeiras e festivais nativistas. Os CTGs são inclusive mencionados nas narrativas:

É possível experimentar as famosas cavalgadas, o genuíno chimarrão e o churrasco feito no fogo de chão. Nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), o turista pode admirar e eventualmente aprender a confeccionar utensílios e trajés ou aprender as danças de prendas e peões (FOLDER CONHEÇA AS ATRAÇÕES QUE FAZEM O RIO GRANDE DO SUL SER UM GRANDE DESTINO, 2011-2015) [grifo meu].

Em paralelo a essas influências, as polêmicas ao redor do episódio da Revolução envolvem além de seu caráter separatista, mas também discussões a respeito das versões sobre o conflito e a forma como o mesmo é narrado, especialmente em relação aos seus embates internos. Como é o caso das narrativas a respeito do Massacre de Porongos, episódio em que no Cerro de Porongos foram dizimados os Lanceiros Negros, pessoas escravizadas que eram integrantes das forças rebeldes, que lutavam sob promessa de libertação, mas foram traídos e mortos pelas tropas aliadas durante a Revolução Farroupilha. Fato que não é mencionando em nenhum momento nos materiais.

Uma parte considerável da historiografia tradicional, omite o papel essencial que os negros tiveram com as forças rebeldes farroupilhas no conflito. Havia de um terço à metade do exército rebelde, que era formado por pessoas negras livres e escravizadas libertas pela República com a promessa de lutarem nas fileiras do exército (CARVALHO, 2005).

Carvalho (2005) explica que há um primeiro grupo que defende ideia de que o general farroupilha David Canabarro teria planejado a morte dos lanceiros, retirando suas armas e separando os lanceiros do restante das tropas que estavam no acampamento perto do Cerro de Porongos, para que fossem mortos pelo exército imperial sem que pudessem apresentar nenhuma resistência. Atitude que seria parte do acordo realizado com o líder imperial Barão de Caxias, pois a morte dos soldados negros facilitaria a assinatura do tratado de paz que estava sendo negociado. Isso porque o Império do Brasil não concordava com a ideia de premiar os escravos com liberdade que havia lhes sido prometida.

Além disso, a elite gaúcha tinha medo que esses negros politizados e militarizados pudessem se rebelar a partir de sua liberdade. O indício que corrobora a tese é uma carta escrita pelo Barão de Caxias e enviada ao coronel Francisco Pedro de Abreu, que foi o comandante da força imperial que atacou os lanceiros. Esse enfoque vê esse episódio como uma traição do general com os soldados negros que faziam parte de suas tropas e estavam subordinados a ele. Tal posição é adotada na atualidade por alguns pesquisadores e por integrantes do movimento negro (CARVALHO, 2005).

Por outro lado, um segundo grupo de estudiosos defende que a citada carta teria sido “forjada pelos imperiais com o intuito de desmoralizar David Canabarro e criar cisões entre os farrapos. Nessa perspectiva, o assassinato dos soldados negros teria sido uma surpresa e não uma traição, já que teriam sido pegos desprevenidos. Tal enfoque é adotado principalmente pelos tradicionalistas¹⁹” (CARVALHO, 2005, p. 147).

Também nas redes sociais esses detalhes do episódio são debatidos e trazem posições controversas sobre o ocorrido. Como é o caso de uma publicação de uma página que faz menção ao massacre de porongos e também critica o trecho do hino do estado, além de uma publicação da página da BBC News Brasil (portal de notícias) que tem como manchete “A esquecida história da traição que levou a chacina de soldados negros no Rio Grande do Sul” (FIGURA 28):



Figura 28 - Capturas de tela de publicação nas páginas Discípulos de Rao e BBC News Brasil no Facebook respectivamente

Os comentários na sequência criticam o episódio e também o MTG, em concordância com as publicações:

“Falta espírito bravura e todo Respeito aos Negros que colocaram em batalhas suas vidas e tenho certeza que um dia vão ser mais reconhecidos como um ser importante

¹⁹ O Movimento Tradicionalista já se apropriou da questão dos lanceiros negros há algum tempo. O movimento colocou um marco em homenagem aos “bravos farrapos” à beira da estrada dos Cerros de Porongos em 1983, em um projeto de levar a chama crioula a diversos pontos do estado significativos para os gaúchos. Em 1996, um piquete do município de Pinheiro Machado apresentou no desfile de 20 de setembro o tema dos lanceiros negros, causando surpresa e curiosidade no público.

em todo o território BRASILEIRO VIVA A NOSSA REPÚBLICA RIO GRANDENSE”.

“Foram entregues a morte, pelos grandes coronéis que encheram os bolsos com propina do império!!”.

“Curiosamente os tradicionalistas gaúchos nunca falam dessa parte. ‘orgulho de nossa terra’ Quer terra? Terra roubadas dos charruas? Povo que não tem virtude acaba por ESCRAVIZAR”.

“Uma mancha horrível na história do nosso estado e que muitos tradicionalistas fazem questão de esconder”.

“Tocas nesse assunto com os metidos a tradicionalistas de CTG é o mesmo que mexer num ninho de marimbondo”.

(COMENTÁRIOS RETIRADOS NA PUBLICAÇÃO DA PÁGINA DISCIPULOS DE RAO NO FACEBOOK, ATÉ DEZ DE 2020).

“Sou gaúcha e tenho consciência que o 20 de setembro é apenas uma comemoração da vitória do agronegócio, conquistado com o sangue dos Lanceiros Negros. Essa data precisa ser revista urgente pois é um engano na população gaúcha e não há honra alguma na forma como o fato é lembrado”.

“realmente não lembro de estudar eles na escola, triste isso”.

“nunca tinha ouvido falar sobre esse episódio da nossa história”.

“com a promessa de ser livres os lanceiros negros entraram na guerra que sem eles não iria tão longe quanto foi. Deveriam ser mais reconhecidos em todo Rio Grande do Sul.”

(COMENTÁRIOS RETIRADOS NA PUBLICAÇÃO DA PÁGINA BBC NEWS BRASIL NO FACEBOOK, ATÉ DEZ DE 2020).

Há outros comentários que, porém, discordam da publicação:

“E esse povo sempre alimentando a discórdia racial com essas notícias, traições sempre houveram na história...”

“É uma farsa implantada pela coroa. Nem todos os lanceiros morreram em Porongos. Até uma carta o Império forjou para incriminar Canabarro. Esse lutou a vida toda pela sua inocência, a qual morreu jurando.”

“Tanto brancos como negros sofreram massacre”.

“Os hipócritas do mi mi mi não podem esquecer que era uma guerra, será que contaram também os soldados brancos assassinados?”

“E viva a República Riograndense... o resto é o resto! Tentam manchar a história do povo batalhador e que segurou a fronteira na ponta da espada, mas não vão conseguir”.

(COMENTÁRIOS RETIRADOS NA PUBLICAÇÃO DA PÁGINA BBC NEWS BRASIL NO FACEBOOK, ATÉ DEZ DE 2020).

Os comentários que se posicionam de forma contrária à discussão, provém de um grupo que defende que o episódio não foi uma traição, afirmando que esse debate seria apenas uma forma de desmoralizar a importância da revolução como um todo, ignorando as lutas dos movimentos negros.

Depois de anos de luta de movimentos negros pelo reconhecimento do episódio pela história oficial e assim buscando reforçar a presença das pessoas negras na Revolução, entre 2004 e 2007, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN realizou o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC do Massacre dos Porongos, por intermédio de pesquisadores (as), que retornaram as coletividades envolvidas no estudo, para debater seus sentidos e perspectivas.

A pesquisa realizada no âmbito do INRC Massacre de Porongos discute aspectos acerca do evento controverso nos municípios de Pinheiro Machado, Guaíba, Caçapava do Sul, Piratini e Porto Alegre. O Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC é um instrumento de produção de conhecimento e documentação utilizados pelo Iphan para a identificação de bens culturais de natureza imaterial. Através dele são identificadas as referências culturais, ou seja, aquelas práticas e bens culturais considerados os mais importantes para uma comunidade porque articulam sentidos de pertencimento e de identificação, dizem respeito à memória e à identidade das pessoas que neles se reconhecem (INRC).

Este trabalho assume importância social particular ao reconhecer a participação da população negra na formação histórica e social do Rio Grande do Sul justamente a partir do evento histórico considerado de maior significância para a formação da identidade regional, que foi a Revolução Farroupilha. Infelizmente, porém, a narrativa sobre as comunidades negras continua sendo invisibilizada em diversos âmbitos sociais do estado, o que inclui o planejamento turístico, que deixa de mencionar essa participação nos materiais.

Não apenas os conflitos bélicos são usados para manter essa ideia de grandeza e imponência, mas também o patrimônio edificado, buscando demonstrar a pujança econômica do estado. As narrativas convidam o (a) visitante a conhecer o patrimônio edificado, e suas atrações como “imutáveis” mesmo na atualidade, e seus grandes eventos de negócios, remetendo também essa relação do estado com a atividade pecuária:

Esta efervescência política e econômica - o gado e a indústria do charque - fez as marcas dos conflitos ficarem na arquitetura e nas memórias coletivas da região (MAPA PAMPA GAÚCHO, 2015-2019).

Porto Alegre é o centro cultural, político e econômico do Rio Grande do Sul. [...] A capital dos gaúchos é moderna e singular, com um povo alegre e hospitaleiro, preparada para

eventos, negócios e turismo (FOLDER RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE PORTO ALEGRE, 2015-2019).

*No centro da cidade, atrações como o Mercado Público e o Theatro São Pedro são paradas obrigatórias que **mostram como a história da cidade permanece viva nos dias de hoje*** (FOLDER RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE PORTO ALEGRE, 2015-2019).

Todas essas características fazem da Grande Porto Alegre um palco para eventos. Esteio recebe a Expointer, uma das maiores exposições do setor agropecuário e de máquinas e implementos agrícolas (FOLDER RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE PORTO ALEGRE, 2015-2019).

As imagens que andam ao lado da narrativa dos materiais trazem também o patrimônio edificado. No caso da região da pampa (que remete a Revolução Farroupilha e ao Gaúcho), uma das imagens presentes no Mapa Pampa Gaúcho retrata o prédio que abriga o museu Dom Diogo de Souza na cidade de Bagé, prédio conhecido por ser uma réplica do Palácio de Queluz em Portugal (FIGURA 29). Enquanto que a capital gaúcha Porto Alegre, traz em todas as suas imagens o patrimônio edificado também (FIGURA 30):



Figura 29 - Imagem do Mapa Pampa Gaúcho



Figura 30 - Capa e imagens da seção sobre Porto Alegre no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino respectivamente

O estilo arquitetônico da maioria dos prédios retratados nas imagens é de origem mais uma vez europeia, seguindo a mesma perspectiva. Buscando demonstrar “riqueza” econômica e cultural em torno da capital gaúcha, algo que as próprias narrativas enfatizam.

1.6. MISSÕES

Nas narrativas sobre a região das Missões, há maior foco dado ao caráter arquitetônico e arqueológico das ruínas de São Miguel das missões. Especialmente nas imagens dos folders (FIGURA 31). Procurando trazer uma ideia de algo do passado que se mantém materialmente erguido no presente:

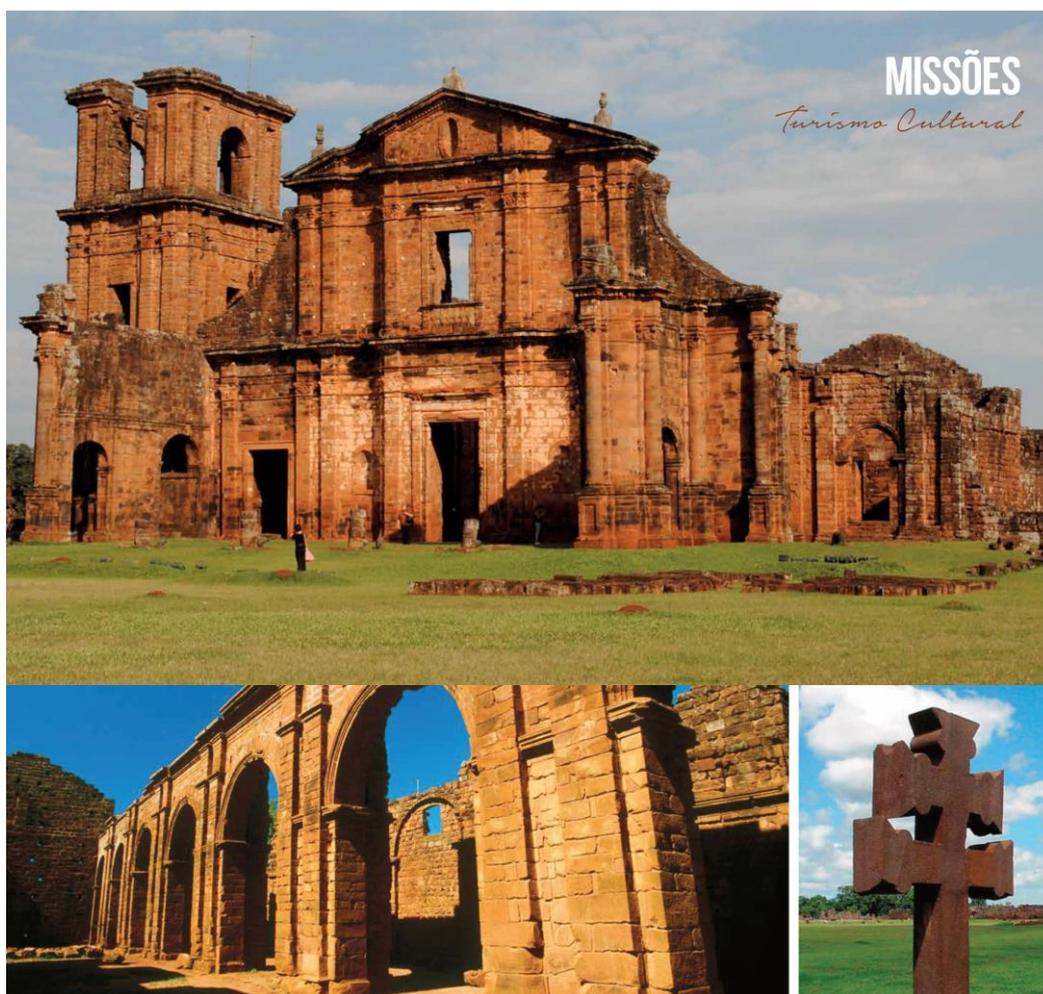


Figura 31 - Capa e imagens da seção sobre as Missões no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino respectivamente

Destaque para o Patrimônio Cultural da Humanidade, o Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo e as ruínas da Igreja transmitem a energia e a emoção de uma volta ao passado, aos séculos XVII e XVIII, e constituem o mais representativo conjunto arquitetônico dos antigos 7 Povos das Missões em território brasileiro. São João Batista, Santo Angelo Custódio, São Lourenço Mártir, São Nicolau, São Luiz Gonzaga e São Francisco de Borja eram as denominações das demais reduções jesuíticas. Alguns preservam remanescentes das ruínas e acervos de obras de arte em centros culturais e museus (MAPA TURÍSTICO E RODOVIÁRIO, 2015-2019) [grifo meu].

No que se refere às comunidades indígenas da região, que pouco reflete sobre as mesmas e suas condições atuais de habitação no local.

Caminhar pelas Missões é caminhar por um dos grandes capítulos da história do Rio Grande do Sul. Em seus quatro sítios arqueológicos – São João Batista, São Miguel do Arcanjo, São Lourenço Mártir e São Nicolau –, vemos os resquícios da saga dos jesuítas, que buscavam converter os índios Guaranis à fé cristã, expostos na arte sacra, nas ruínas, que são o orgulho da população (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE AS MISSÕES, 2015-2019) [grifo meu].

São Miguel Arcanjo, um dos sítios arqueológicos, foi declarado pela UNESCO como Patrimônio Histórico-Cultural da Humanidade. É nele que está o grande programa turístico

da região: o *Espetáculo Som & Luz*, que conta **a história dos Sete Povos das Missões em seu próprio berço** (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE AS MISSÕES, 2015-2019) [grifo meu].

Conhecer as Ruínas de São Miguel das Missões é passear por um dos grandes capítulos da história ocidental, é testemunhar uma tentativa única: a conversão dos indígenas ao Cristianismo pelos jesuítas espanhóis, com uma abordagem humanista e artística. As Missões são Patrimônio Cultural da Humanidade há 30 anos e recebem milhares de visitantes de todas as partes do mundo; é, inclusive, objeto de um longa-metragem vencedor de um Oscar e vários grandes prêmios do cinema. Indígenas e jesuítas construíram ali um dos conjuntos de arquitetura e arqueologia mais importantes do Novo Mundo. As Missões também apresentam uma natureza particularmente interessante, com destaque para a geografia em torno do Rio Uruguai, repleta de quedas d'água. Uma dica imperdível é o espetáculo Som e Luz nas ruínas de São Miguel das Missões, à noite. (FOLDER CONHEÇA AS ATRAÇÕES TURÍSTICAS QUE FAZEM O RIO GRANDE DO SUL SER UM GRANDE DESTINO, 2011-2015).

A rara narrativa que aparece sobre o (a) indígena aqui enfatiza a sua relação com a colonização e o esforço dos jesuítas em converter os (as) indígenas ao Cristianismo, sem trazer algum tipo de reflexão sobre essas implicações da época.

Os jesuítas aparecem junto com os guaranis na narrativa dos materiais como construtores de uma grande obra, sem demonstrar uma possível contrariedade quanto à utilização da mão de obra indígena e da forma como foi "destruída sua cultura pelo colonizador europeu, representado nessas paragens pelo jesuíta e a Igreja Católica" (BATISTA NETO, 2009, p.14).

Oliveira (2009) explica que na maioria dos roteiros turísticos das missões "a venda de artesanato é o único momento em que o turista entra realmente em contato com os guaranis, em uma relação marcada pela troca comercial e que não cumpre o papel que o conceito de Turismo Cultural deveria cumprir" (p. 169). Tanto na narrativa, quanto na prática dos roteiros desenvolvidos na região das Missões, indígenas são apenas "figurantes silenciosos, implantados no cenário histórico" (OLIVEIRA, 2009, p. 169).

Para Marcon, "o Turismo implica relacionamento humano e o conhecimento do outro, e a forma como hoje a comunidade guarani é representada nos sítios arqueológicos para a atividade turística não demonstra que esse contato esteja acontecendo" (MARCON, 2007, p. 350).

As avaliações dispostas sobre as ruínas de São Miguel no site de turismo *TripAdvisor*, também seguem a mesma linha narrativa, trazendo um olhar para as ruínas, mas sem contato com as comunidades indígenas diretamente:

“Estar aonde o Rio Grande do Sul e talvez até mesmo berço do nosso país iniciou não tem preço. Quando você passa através das paredes das ruínas, tem uma energia muito diferente, é como estar em outro mundo. É incrível pra quem gosta de historia. O lugar é único”.

“Ruínas de parte da nossa história ou o que restou dela na parte preservada. História de uma povo e conhecer a cultura e locais bonitos e com boa estrutura para os visitantes.”

“ruínas da missão jesuítica de São Miguel, impressionante lembrança do adiantamento cultural e político alcançado pelos índios guaranis sob comando dos padres jesuítas, na região. dá para ter uma ideia do que foram estes aldeamentos, que chegaram a ter 7.000 almas cada um”.

“O parque arqueológico é incrivelmente belo, ótimo para passar o dia com a família e/ou amigos. Oportunidade única para aprender um pouco mais da história do Rio Grande do Sul e dos jesuítas”.

“Lindo lugar, excelente para conhecer mais da nossa história. O Show de som e luzes é lindo e emocionante. O que senti falta foi da população indígena, pois a localidade era deles e não vemos índios no local, poderia ter uma aldeia nas ruínas, para que fosse possível interagir com a cultura indígena” (AVALIAÇÕES RETIRADAS DO TRIPADVISOR SOBRE AS RUÍNAS DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES).

Os (as) visitantes do local acabam reproduzindo em sua maioria, as narrativas dos folders, trazendo menções históricas e arquitetônicas das ruínas, e também sua relação com os jesuítas. A terceira avaliação trazida aqui menciona “o adiantamento cultural e político alcançado pelos índios guaranis” por conta do comando dos padres jesuítas, remetendo a ideia de que os jesuítas teriam “levado” cultura e organização política à essas populações, como se tivessem contribuído para seu desenvolvimento. Partindo assim de um ideal colonizador, que considera as comunidades indígenas como “atrasadas” e não-civilizadas.

Outra avaliação reforça a ausência ou rara presença das comunidades indígenas no local, ressaltando a pouca participação que essas pessoas tem hoje na administração desse espaço e atrativo turístico.

Em contrapartida a essa situação, surge a proposta de registro do sítio histórico (Tava Miri), pelos(as) próprios representantes das comunidades M'Byá Guarani, com apoio da Superintendência do Iphan, como lugar de importância e referência cultural para essa comunidade.

Para os Guarani-Mbyá, a Tava Miri (ou sagrada aldeia de pedra) é um local onde viveram seus antepassados, que construíram estruturas em pedra nas quais deixaram suas marcas, e parte de suas corporalidades, por conter os “corpos” dos ancestrais que se transformaram em imortais; onde são lembradas as 'belas palavras' do demiurgo Nhanderu. Nesses locais, é possível vivenciar o bom modo de ser Guarani-Mbyá e esse modo de viver permite tornar-se imortal e alcançar Yvy Mara Ey (a Terra sem Mal) (IPHAN, 2014).

O INRC, realizou um inventário sobre os (as) Guarani no Rio Grande do Sul, e que se estendeu a todos os estados brasileiros em que vivem povos dessa cultura. O Instituto participa, ainda, de uma negociação para realizar um inventário do universo cultural Guarani envolvendo Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai.

Este tipo de iniciativa contribui para que as comunidades indígenas possam se fortalecer nessas regiões, mas muito ainda falta para que haja mais espaço concedido a essas pessoas, especialmente onde o território construído pelas mesmas é tão evidente e visível.

1.7. PAISAGEM NATURAL

O conjunto fotografia e texto é uma dupla quase obrigatória dos materiais de divulgação turística, já que as fotografias buscam de alguma forma “ilustrar” aquilo que está sendo passado pela narrativa, buscam criar uma expectativa no leitor (a). Porém, levando em conta a seletividade que existe por trás dessa composição, as fotografias aqui não devem ser pensadas ingenuamente como meras “ilustrações” ou “figuras” do texto, busca-se por meio delas passar uma mensagem, uma ideia, contribuindo assim para a imagem turística que se pretende criar.

No material turístico considerado nessa pesquisa, entre as fotografias que se repetem com frequência nos folders e mapas, está a temática das paisagens naturais e de destinos de aventura ao ar livre. Especialmente em se tratando do Litoral Norte, a Rota do Yucumã (FIGURA 32) e dos Vales, mostrando cachoeiras, praias e muita natureza. Apesar da narrativa mencionar essas atrações e trazer segmentações para o destino (ecoturismo, sol e mar), as menções às comunidades e grupos que vivem nessas regiões nem sempre são refletidas da mesma forma nas imagens:



Figura 32 - Capa e imagens da seção sobre a Rota do Yucumã no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino respectivamente

O trecho sobre a Rota do Yucumã é um dos raros momentos em que é mencionado algo sobre as comunidades indígenas na região sem remetê-las somente a algum elemento colonizador, (como ocorre nas missões):

No entanto, os pontos turísticos da região estão espalhados por diversas cidades. Em Augusto Pestana, é possível seguir o Caminho da Produção e conhecer mais a vida rural. Já em Redentora, a atração é a reserva indígena, que nos traz os costumes dos povos originários da região. (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE O SALTO DO YUCUMÃ, 2015-2019) [grifo meu].

Apesar das narrativas, as imagens que compõe a seção (ou outros folders) não apresentam essas comunidades, o foco permanece nas paisagens naturais, como também é o caso da região dos Vales (FIGURA 33). Que apesar de trazer em suas narrativas (conforme já visto anteriormente) o caráter de ser “riquíssimo em cultura”, “local de diversidade cultural”, e de mencionar narrativas sobre a produção artesanal de famílias rurais, as imagens também são direcionadas para as paisagens naturais:

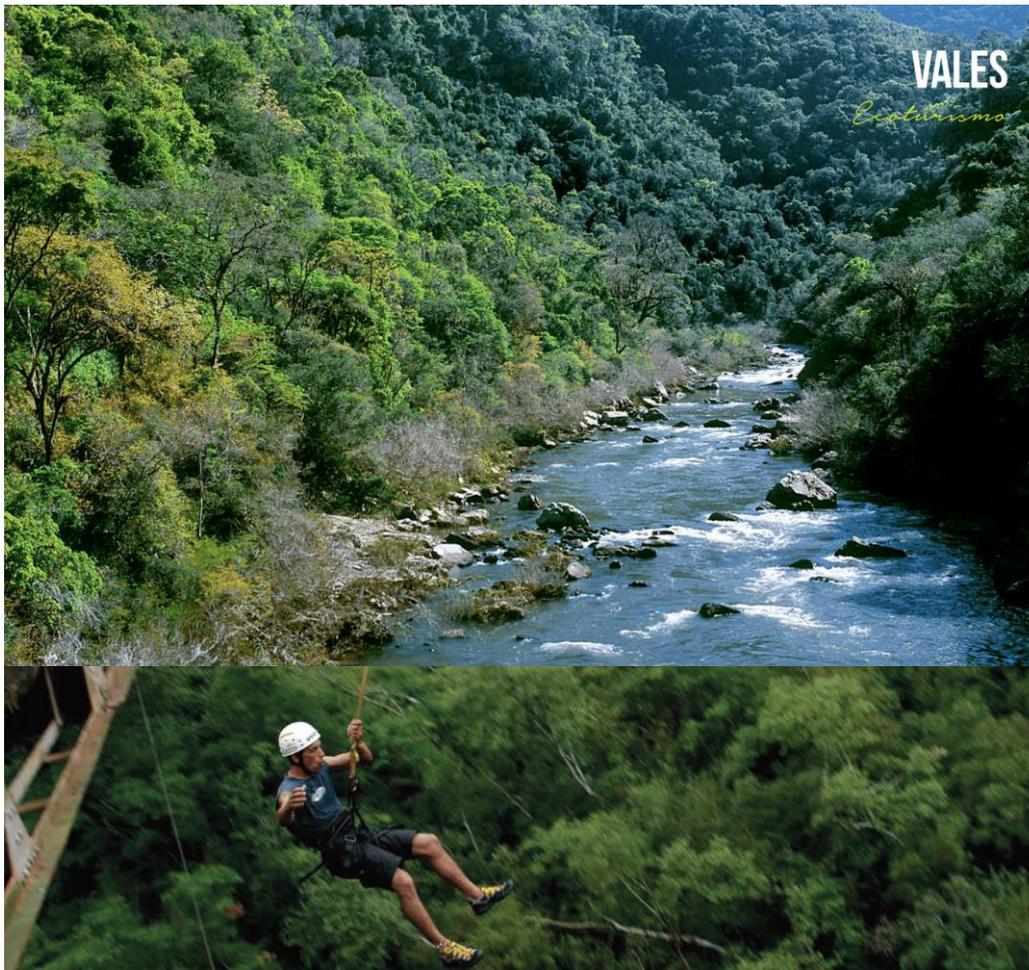


Figura 33 - Capa e imagens da seção sobre os Vales no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino respectivamente

Para quem busca atividades junto à natureza, é possível se divertir com os passeios ecológicos, seja com a adrenalina do rafting e do rapel ou apenas curtindo momentos de tranquilidade em passeios pelo Rio Taquari. Outra opção interessante é a visita a propriedades rurais, que cultivam ervas aromáticas e medicinais e fabricam produtos típicos coloniais (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE OS VALES, 2015-2019) [grifo meu].

Além de todas as belezas naturais, os vales do Rio Caí, Rio Pardo e Rio Taquari formam uma região de grande complexidade econômica. São negócios que vão desde o setor baseado na agroindústria familiar, até as grandes metalúrgicas, indústrias têxteis e de calçados. E o grande símbolo dessas terras férteis são os morangos e as rosas, produtos dos quais os Vales são os maiores produtores no Estado (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE OS VALES, 2015-2019) [grifo meu].

Os trechos fazem menções interessantes ao sugerir a visita à propriedades rurais que fabricam seus próprios produtos e as produções agrícolas buscando contribuir para o desenvolvimento destas propriedades rurais. A imagem que mostra essa produção, no entanto, encontra-se no Mapa das Termas e Lagos (FIGURA 34). Essa menção é positiva se pensarmos nas pequenas propriedades rurais que tem tentando buscar no turismo uma

alternativa de desenvolvimento pessoal e empreendedor. Ainda assim, vê-se nestes destinos, cuja segmentação se volta para o turismo de natureza, que as fotografias que os representam não abrangem – quase em sua totalidade – essa diversidade.



Figura 34 - Imagens do Mapa Termas e Lagos

Os esportes radicais também são trazidos no Mapa Termas e Lagos, ressaltando sua importância internacional para receber público externo que procura os eventos esportivos. O foco principal da região, porém, é direcionado para o bem-estar e saúde das águas termais (FIGURA 35):

*O bem-estar, a saúde e a energia das águas termais encantam ao primeiro contato, assim como o convívio com a quietude e as opções de entretenimento. **Emoção, aventura e superação nos esportes radicais e motorizados fazem da região um polo de eventos esportivos no calendário internacional, com destaque para o rali e os esportes náuticos** (MAPA TERMAS E LAGOS, 2015-2019) [grifo meu].*



Figura 35 - Imagem do Mapa Termas e Lagos

Apesar de não apresentar a referência do local, este é um momento do material em que é apresentado uma imagem aérea de um empreendimento turístico da região, mesmo em se tratando de um material produzido por um órgão público do estado. Dispensando momentaneamente essa suposta isenção do estado no benefício de divulgar uma empresa

específica do setor turístico. A imagem é apresentada no folder como representativa da temática de “termas e lagos” considerados atrativos naturais da região.

O enfoque especial voltado para as paisagens naturais continua na seção do folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino na seção sobre o Litoral Norte:

*A Região Litoral Norte Gaúcho é um dos destinos mais atraentes do Rio Grande do Sul. Com um cenário que exhibe dunas sinuosas, falésias e grandes extensões de praia, a região oferece cartões-postais inesquecíveis. **Aqui, a natureza é o grande atrativo.** Seus parques e santuários ecológicos são convites irrecusáveis para quem gosta de aventura (RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO, SEÇÃO SOBRE O LITORAL NORTE, 2015-2019) [grifo meu].*

A narrativa também se refere à região a partir de sua “cultura tipicamente açoriana”, trazendo mais uma vez as referências europeias em primeiro ou único plano:

*É o destino dos gaúchos e de milhares de visitantes dos países vizinhos, especialmente uruguaios e argentinos, nos meses de verão. As praias ficam lotadas e enfeitadas pelo colorido dos guarda-sóis. A vida noturna agitada, os eventos, a ótima estrutura de compras e **a cultura tipicamente açoriana completam o veraneio gaúcho**, desde a excelência do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, em Mostardas, até a beleza singular da costa de Torres. Nos pequenos municípios da encosta da serra, as propriedades rurais e as rotas culturais e gastronômicas diversificam e enriquecem as possibilidades de lazer (FOLDER MAPA TURÍSTICO E RODOVIÁRIO, 2015-2019).*

A imagem “capa” da seção sobre a região do Litoral Norte é um dos raros momentos em que há pessoas nas fotografias dos folders, representado por dois homens brancos com equipamento de surfe nas margens do mar (FIGURA 36).





Figura 36 - Capa e imagens da seção sobre o Litoral Norte no folder Rio Grande do Sul Um Grande Destino respectivamente

Além de uma pequena imagem no Mapa sobre os Campos Acima da Serra, que por sua vez também são representados por pessoas brancas de bicicleta, visitando os cânions da cidade de Cambará do Sul (FIGURA 37), a natureza é mostrada como destaque (FIGURA 38):

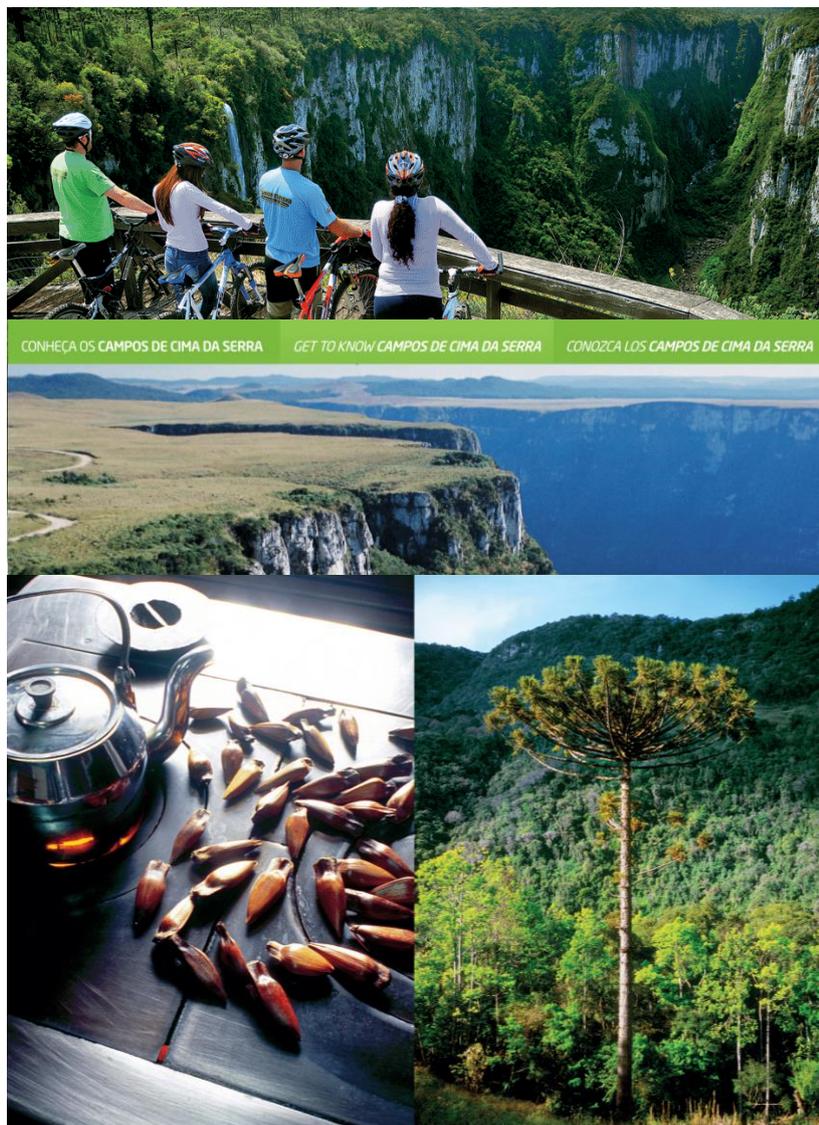


Figura 37 - Imagens do Mapa Campos Acima da Serra

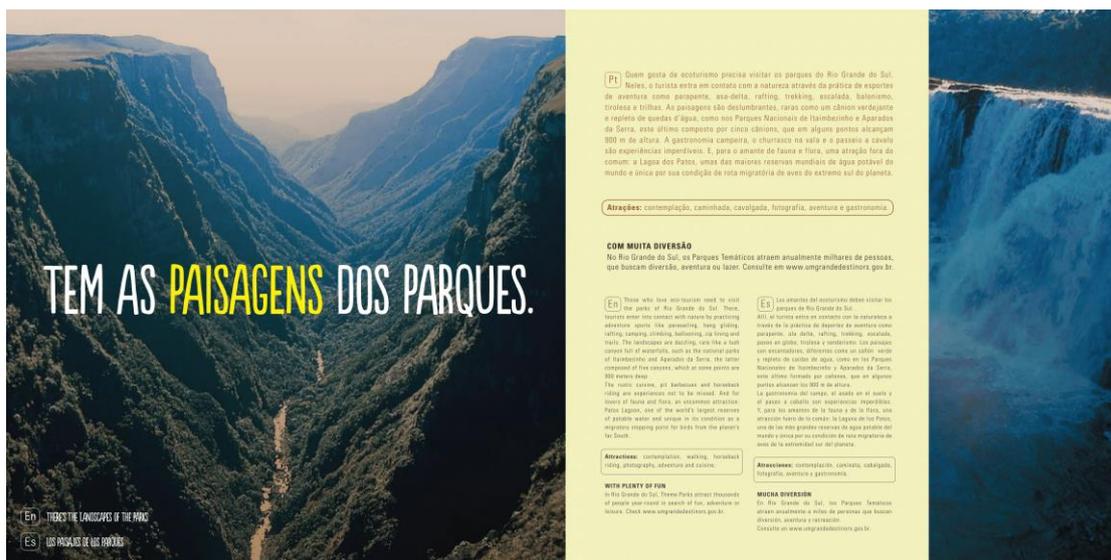


Figura 38 - Página do Folder Descubra as atrações que fazem do Rio Grande do Sul um grande destino sobre os Campos de Cima da Serra

A ausência de pessoas nas imagens é uma característica comum dos folders turísticos, pois pretendem trazer uma ideia de “natureza exuberante” como se estes locais possuíssem uma natureza isolada e pouco explorada ainda pelo ser humano. Sem a suposta “poluição visual” que a aglomeração de pessoas poderia criar na paisagem, mesmo que não seja comum o (a) turista encontrá-la assim em épocas de alta temporada²⁰. Ainda assim, a seleção de imagens representadas somente por pessoas brancas remete novamente as discussões sobre o (a) habitante e sua raça, considerado (a) representativo do estado, buscando reafirmar a ideia de que não existem pessoas negras ou pardas no estado, ou que essa parcela da população seria pouco significativa.

²⁰ A alta temporada é o período em que os destinos, tanto nacionais quanto internacionais, são mais procurados e acabam ficando mais cheios de turistas.

2. A IMAGEM TURÍSTICA DO ESTADO

Percebemos no decorrer das narrativas dos folders, a seletividade que há por trás de destas construções, na maneira como são representadas as regiões e suas paisagens e grupos sociais, mas acima de tudo a forma como é representado (a) o (a) habitante do estado. Esta imagem deste (a) habitante, pensada como sendo a do gaúcho, é estereotipada, na medida em que é uma representação simplificada, idealizada e politicamente manipulada sobre quem vive e nasceu no estado, pois ignora outras representações e perspectivas sobre o que seriam as características das pessoas que vivem no Rio Grande do Sul.

Homi Bhabha (1998, p.110) entende estereótipo “como um modo de representação complexo, ambivalente e contraditório, ansioso na mesma proporção em que é afirmativo”.

Ambivalente e contraditório no caso do estado, na medida em que o gaúcho é deslocado da pampa à serra; em que se valoriza referências europeias, mas “o gaúcho autêntico é o da pampa”; em que se enfatiza a pampa, mas não se considera a geografia e grupos como um todo que ali habitam; em que se enfatiza a época das charqueadas e da Revolução Farroupilha mas se nega a imensa participação negra e a relação com a escravidão, e em que as fotografias dos materiais só transmitem parte da narrativa.

Bhabha explica, que a imagem estereotipada, porém, não deve ser julgada a partir de uma normatividade política prévia, para que o mesmo seja deslocado, é preciso compreender “a sua eficácia, com inúmeras posições de poder e resistência, dominação e dependência que constrói o sujeito da identificação colonial (tanto colonizador como colonizado)” (BHABHA, 1998, P, 106). Isso quer dizer que, para compreendermos as facetas do discurso colonial mais do que submeter as imagens estereotipadas a um julgamento que as defina como positivas e negativas, é preciso compreender os processos em que essas imagens se constroem (BHABHA, 1998 P.106) e também quem as constrói (algo que veremos mais a frente) já que os próprios estereótipos são formas de manutenção de poder, ao passo que ignoram as diferenças, objetivando homogeneizar populações.

Nesse processo de construção das narrativas dos materiais turísticos, são utilizados em sua composição a narrativa histórica, para SÁ (2009, p.1) “esse recurso textual é fundamental para despertar o interesse dos turistas para a importância histórica, social e cultural de alguns elementos que devem ser vistos com prioridade durante a visita. Por isso, fatos históricos são normalmente considerados atestados de importância de certos elementos culturais” (SÁ, 2009, p.1).

Estas informações históricas costumam ser coletados em materiais oficiais do estado, considerados portadores da história “oficial”. Estando vinculados assim, às narrativas

construídas e reconstruídas sobre os lugares a partir de órgãos públicos, sendo assim, maneiras específicas de “contar a história dos lugares” e fortalecer as imagens já construídas.

Para Ribeiro e Simão, “a história não é um elemento neutro” e é preciso que as diferentes formas de sua narrativa sejam problematizadas “de maneira a revelar as injustiças a serem combatidas no sentido da realização do direito à cidade”. Pois, “não pode haver direito à cidade se a história não compuser a construção deste direito” (RIBEIRO; SIMÃO, 2014, p.4).

[...] a narrativa oficial se serve de elementos disponíveis, como a história, a tradição, rituais formalistas e aparatosos, e por fim seleciona e idealiza um “povo” que se constitui a partir da supressão das pluralidades. É claro que todo esse processo não se dá de maneira aleatória ou meramente manipulativa (SCHAWRCZ, 1998, p. 193).

Para Homi Bhabha, o estereótipo é a principal estratégia discursiva do colonialismo, “uma forma de identificação que se desloca entre aquilo que está sempre ‘no lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido” (1998, p. 105).

Isso porque a repetição objetiva fixar a imagem, para torná-la comum a todos (as), para que as pessoas de fora do estado reconheçam a imagem veiculada. Uma imagem que porém não dá conta de atender as diversidades culturais de um estado.

Assim a repetição destas imagens do Rio Grande do Sul e seu povo vão sendo reproduzidas através de notícias, publicidade ou propaganda turística, através do “20 de setembro”; dos encontros nos CTGs; das narrativas do MTG; dos museus do estado que frisam a mesma narrativa e outras entidades e instituições. Imagens essas que são criadas e influenciadas por interesses sociais, governamentais e/ou pelas próprias instituições mencionadas, “com interesse em transmitir ou não determinados conteúdos e com poder e recursos para atingir seus objetivos” (SILVA; ALMEIDA, 2010, p. 61).

O turismo do estado se utiliza dessas imagens e contribui imensamente para seu reforço não somente para a população do estado, mas especialmente para fora dele, isso porque a divulgação turística visa alcançar o público externo, os outros estados e também outros países. Fixando esses estereótipos em lugares em que a mera narrativa do estado sobre si mesmo por si só não alcançaria esse patamar de pessoas. Porque no turismo, as pessoas vão atrás dessas informações e a divulgação turística (os folders) as encontra e leva suas narrativas até essas pessoas, que muitas vezes desconhecem quase que por completo o lugar, ou possuem uma vaga ideia já ancorada aos estereótipos criados e, portanto, reafirmados pelo turismo. Quanto mais se repete a narrativa mais o estereótipo aprofunda suas raízes, fazendo parecer que essas ideias sempre estiveram ali.

Sá considera que:

Não há problema em trabalhar essa imagem da cidade no plano simbólico, em apelar para aspectos culturais, assim como para as belas paisagens. No entanto, a questão principal é de que forma essa imagem é construída e por quem. E uma saída muito comum utilizada para esse tipo de propaganda é a essencialização da cultura, a naturalização, a busca por atenuar ou mesmo eliminar conflitos, simplificar as complexidades e reafirmar estereótipos cristalizados, em uma lógica que reproduz as dinâmicas tradicionais de poder (2009, p. 7).

Para isso, o que se discutirei no próximo capítulo é sobre quem constrói essas narrativas e por quê? Quais os interesses por trás dessa narrativa estereotipada e quem se beneficia? Sob quais estratégias de manutenção de poder?

3. O PLANEJAMENTO TURÍSTICO E A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

Neste capítulo busco entender para além de como se constroem as representações que constituem os materiais turísticos, mas principalmente, quem os constrói. Para tanto iniciarei este capítulo seguindo as já mencionadas redes de Latour e suas intersecções, tratando assim brevemente sobre questões que envolvem o planejamento turístico dos municípios e regiões, para chegarmos até um histórico dos (as) gestores (as) que realizam/realizaram esse planejamento no estado, e descobrir quais as suas prioridades em se tratando de políticas públicas e investimento. Busco analisar a forma como diferentes setores e instituições se articulam juntamente com o poder público, o que inclui instituições: museológicas, de salvaguarda, tradicionalista, conselhos, entre outros. Além disso, a rede nos levará às instituições que estão presentes nos circuitos e roteiros turísticos e, portanto, são responsáveis também por reforçar as narrativas e estereótipos.

O Turismo é uma atividade que requer planejamento tanto das esferas nacional, regional e municipal a fim de que o mesmo se desenvolva de maneira a minimizar os efeitos negativos e maximizar os efeitos positivos da atividade. O planejamento turístico é um processo intangível e contínuo de tomadas de decisão “que precede e orienta a ação, em diferentes momentos, de modo a nortear o futuro e a ação governamental. Todavia, é importante considerar que o planejamento não pode ser considerado sinônimo de plano e de política” (SCHERER; FERNANDES, 2017, s.p.).

Para as referidas autoras, “o plano é um documento que reúne um conjunto de decisões sobre determinada temática ou setor econômico, enquanto que a política integra o processo de planejamento governamental e se refere a todas as decisões de atuação do governo a respeito de um setor da vida social” (SCHERER; FERNANDES, 2017, s.p.). Dias (2003, p.121) entende que “as políticas públicas são o conjunto de ações empreendidas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda sociedade”.

Dias citado por Kaizer (2011) explica que “o turismo é uma atividade extremamente dinâmica, geradora de efeitos positivos e negativos, diante disso, a intervenção do Estado se torna absolutamente necessária para que se produza um desenvolvimento turístico sustentável ambientalmente, economicamente e socialmente” (DIAS, 2003, citado por KAIZER, 2011, p.21).

A Política de Turismo é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos e programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e

vendas) o desenvolvimento turístico de um país (política nacional), de um estado (política estadual) ou de uma região (política regional/municipal) (BENI *apud* SCHERER; FERNANDES, 2017, s.p.).

A intervenção do estado na atividade turística deve ser pensada de uma forma que reflita as necessidades da comunidade receptora. Atendendo as demandas e anseios da comunidade local e contribuindo inclusive para preservação de bens culturais destas comunidades, influenciado no seu desenvolvimento social.

Apesar disso, o principal argumento das autoridades públicas para justificar o investimento no setor acaba atrelado a sua esfera econômica, o que pode ser avassalador para essas comunidades.

Conforme Hall (2001, p.26) “as políticas de turismo estão intimamente relacionadas aos valores culturais e ideológicos, ao ambiente político e às estruturas institucionais, e refletem as tendências e preocupações do momento de sua elaboração” (citado por RUSCHMANN; SOLHA, 2014, p.96). Estas perspectivas ideológicas que pautam o planejamento turístico influenciam na forma como este será implantado e quem será favorecido por meio destas políticas.

Os (as) planejadores(as) de turismo de cada região, possuem diferentes formas de pautar suas estratégias de planejamento regional conforme o momento histórico e político ao qual se inserem, refletindo nas políticas públicas, incluindo as decisões sobre investimento em infraestrutura, publicidade, atrativos turísticos, e sobre a organização espacial da cidade como um todo. O que pode envolver também processos de gentrificação, nos casos em que a comunidade não é ouvida.

O que vai entrar ou não entrar no *trade* turístico a cada gestão são definidos por estes gestores, compondo assim, com o passar dos anos a imagem turística do lugar. Para a OMT (1980), o responsável pela formação e divulgação dessa imagem turística, é o Estado, pois este define e cria a imagem turística, e ao mesmo tempo determina as razões do processo de criação dessa imagem. Tanto no que envolve questões de distorção e criação de estereótipos e análise das relações entre a publicidade gerada e a comunidade local.

Para Alfonso, os estereótipos e imagens são “constantemente usados e reutilizados pelos meios de comunicação; sua manutenção e sua utilização normalmente obedecem a critérios de manipulação de acordo com ideologias dominantes e a vontade dos que detêm o poder, em especial o Estado” (2014, p. 78). Isso porque – reforçando mais uma vez o conceito de Bhabha (2013, p. 117) – que a repetição dos elementos constituintes do estereotipo é uma característica necessária para a sua fixação, dessa forma, o Estado detém do poder

necessário para colocar esses elementos à disposição, através de inúmeras instancias culturais, entre elas o turismo.

Os processos de planejamento público da cada destino passam por uma gama de decisões, que são tomadas conforme o contexto social em que estão inseridos os planejadores, bem como suas ideias a respeito do que é prioridade em cada gestão. No caso específico do Rio Grande do Sul, o setor turístico passou por inúmeras transformações ao longo dos anos, sendo vinculado a diferentes outros setores e sendo planejado sob a perspectiva de diferentes gestores, além de vincular-se também à diferentes instituições. Apresento nos próximos sub-capítulos um histórico a respeito das gestões do setor turístico e cultural no estado e sua relação com diferentes instituições e políticas públicas de valorização e difusão do Tradicionalismo Gaúcho. Busca-se verificar a forma como os diferentes momentos históricos influenciaram nas escolhas e ações no que envolve as políticas públicas dos setores turístico e cultural do estado.

3.1. IDENTIDADE, NAÇÃO E ESTADO NOVO (XIX – 1946)

Para entender os processos do planejamento público do estado que levaram a elaboração das políticas públicas turísticas e culturais, precisamos antes compreender o contexto em que essas ações estavam inseridas em diferentes momentos históricos.

De acordo com Alfonso (2006), o interesse pelas políticas públicas culturais toma forma com mais ênfase em momentos em que houve a preocupação com questões identitárias e “o desejo de formar uma imagem consistente do país” (p.8-9). Esse desejo está relacionado à construção da identidade nacional e do “Estado-nação” que aparece em diferentes períodos históricos, se acentuando especialmente entre a metade do século XIX²¹ até próximo ao fim do Estado Novo, retornando novamente a partir da Ditadura Militar (temas que tratarei mais a frente). Nesses períodos a identidade nacional era entendida como uma necessidade do Estado em fazer com que a população se sentisse parte dela:

O fato de ter uma identidade nacional se tornou um requisito indispensável para qualquer sociedade moderna, organizada em torno de um Estado nacional. Isso porque a nova forma de organização política e econômica que se esboçava necessitava de uma justificativa moral e simbólica, ou seja, de um conteúdo cognitivo compartilhado socialmente por todas as classes, que as fizesse se sentirem um todo coletivo, pertencentes a uma só identidade (SABOIA, 2013, p.4)

²¹ Observadas também no Governo Imperial de D. Pedro II, no período da Proclamação da República e na época das comemorações dos 500 Anos do Descobrimento, por exemplo (MEIRA, 2008, p.111).

A autora ainda explica que “ao longo da história, a identidade nacional foi muitas vezes uma ideologia usada pelos governantes como forma de aceitação de sua soberania” (SABOIA, 2013, p.8). Para que as diferentes regiões do país pudessem se “unificar”, apoiar e se sentir parte dessa nova identidade que representaria a todos os brasileiros, garantindo assim a aceitação de quem estava no poder.

Portanto, o nacionalismo envolve afeto e sentimento, exercido através da identidade que as pessoas tem pela sua cultura, num processo sob responsabilidade do Estado. Para Benedict Anderson (1989), a nação é um exercício de imaginação, é uma "comunidade imaginada" correspondente a um processo histórico exato e assumindo que pessoas radicalmente diferentes se definem em nível nacional, mesmo que não se encontrem ou conheçam uns aos outros. Para ele, hoje você deve pertencer a uma nação, e não pertencer é um problema (ALFONSO, 2006, p.28).

A fim de definir e construir essa “identidade nacional” foram criadas inúmeras instituições no decorrer dos anos de forma a fixar as ideias que se buscava estabelecer frente a população, como foi o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro²² (IHGB) com o papel de escrever a “biografia da nação”, de construir o seu passado, e também, mais tarde o Museu Histórico Nacional²³ (MHN) criado no centenário da Independência do Brasil.

Através destas instituições foi possível contar a “história oficial” do Brasil e selecionar aspectos de sua construção que seriam consideradas características de identificação da população, elementos de associação entre passado e presente que poderiam aos poucos se tornar comum a todos. Conforme veremos mais a adiante, essas instituições culturais (turísticas, patrimoniais, museológicas, etc) são criadas em diferentes períodos como estratégia dos governos para “fixar identidades”, ao trazerem essa associação entre passado e presente, representando através de bens a história oficial.

Oliven ressalta que a “associação entre passado e presente foi uma constante em projetos modernizadores ligados à criação de estados nacionais ou à organização da sociedade” (1991, s/p) tanto nas Américas quanto na Europa, e explica que “antigas tradições reais ou inventadas , precisam ser invocadas para dar fundamento ‘natural’ às identidades em

²² Criado em 1838, o IHGB tornou-se o local privilegiado de produção histórica e muito facilitou a formulação, interpretação e perspectiva histórica sobre o Brasil e a questão nacional. O IHGB também tem desempenhado um papel importante na construção do patrimônio cultural do Brasil. (MEIRA, 2008, p.127).

²³ O Museu Nacional de História, fundado em 1922, "destinado a guardar e expor as relíquias de nosso passado, cultuando a lembrança de nossos grandes feitos e de nossos grandes homens".(DUMANS, 1942). O MHN mudou sua estrutura em 1934 e passou a abrigar a Inspeção dos Monumentos Nacionais. Este seria o início do SPHAN, pois a Inspeção era responsável por fiscalizar os monumentos e artefatos históricos nacionais. (MEIRA, 2008, P.141). É considerado um dos museus mais importantes do país, pois abrigou o primeiro curso de Museologia no país e hoje é considerado o centro de referência para formação de profissionais dedicados à constituição dos museus brasileiros.

vias de criação, obscurecendo-se assim o caráter artificial e recente dos Estados nacionais” (OLIVEN, 1991, s/p).

“Essa dialética entre velho e novo, passado e presente, tradição e modernidade”, foi uma constante nos processos que estamos analisando no Rio Grande do Sul (OLIVEN, 1991, s/p). Pois no estado, o olhar sobre o passado passou também por diversos momentos, no século XIX. Conforme Pinto, “o início da institucionalização da cultura no Rio Grande do Sul está relacionado com a instalação de órgãos federais no Estado, como a seção regional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Seção do Rio Grande do Sul - o IHGBRS (1921)” (2020, p.50), instalação que contou “com o apoio do Presidente do Estado, Borges de Medeiros, e do jovem deputado Getúlio Vargas” (MEIRA, 2008, p. 220).

Como podemos ver, essa relação entre cultura e Estado existe há muito tempo, no país. Já na década de 1930, o Estado trabalhava ativamente no desenvolvimento de instituições culturais, além de criar cursos de ensino superior. Elaborando uma ideologia da cultura brasileira (SAMBOIA, 2013, p.5). A ideia é amenizar as diferenças culturais e sociais e mostrar que todos somos iguais e vivemos em democracia com igualdade de oportunidades (SABOIA, 2013, p.8).

Sem dúvida, um dos intelectuais que contribuiu para a imagem cultural idealizada e “positiva” do país foi Gilberto Freyre (ALFONSO, 2006, p.10). Desde a década de 1930, diversas características do “Brasil” idealizados por Gilberto Freyre, especialmente em “Casa Grande e Senzala”, passaram a ser usados pelo estado em sua atividade. Em um período em que a modernização e o desenvolvimento são buscados pela atração de investimentos estrangeiros, por exemplo, a ideia de democracia racial de Freyre eliminaria ou reduziria os aspectos negativos de um país sem futuro, mestiço, se tornando um país que “iria pra frente” (ALFONSO, 2006, p.19). As ideias de Freyre muito viriam a influenciar o discurso nacional futuramente, especialmente através do turismo, área que nesse período também começava a dar os primeiros sinais.

Apesar de não haver ainda um interesse do governo pelo turismo, (que dependia quase que exclusivamente da iniciativa privada) é nesta época que operava o *Touring Club*²⁴, e que foram publicadas a primeira revista do Touring e o primeiro folheto turístico do Estado (HALLAL, 2010, p.77).

No Rio Grande do Sul, a Seção do Touring se instalou em 1935, em Porto Alegre, durante o governo de José Antônio Flores da Cunha, com o objetivo de receber e

²⁴ “*Touring Club*, intensificou a atividade turística no Estado criando eventos, panfletos de divulgação, matérias em jornais proporcionando um estímulo ao turismo interno. Por um bom período assumiu tarefas do Poder Público com elaboração de inventários, implementação de sinalizações turísticas e ações de divulgação” (SILVA, 2017, p.97).

informar os turistas que participavam do Centenário Farroupilha. O evento foi realizado no Parque Farroupilha no mesmo ano e tratado como oportunidade imensurável do estado de mostrar o seu desenvolvimento econômico, social e político (HALLAL, 2010, p.77).

No âmbito nacional, o interesse pelo turismo por parte do governo aparece em 1937, quando foi instituída por decreto a Temporada Oficial de Turismo, a fim de aumentar a quantidade de visitantes que vinham do interior do Rio de Janeiro e de outros estados, além da procura pelos cassinos instalados na cidade (HALLAL, 2010, p.66). Dois anos depois, “em 1939, através do Decreto-lei n°. 1.915, cria-se a Divisão de Turismo, no Departamento de Imprensa e Propaganda, e, em 1940, realiza-se a primeira regulamentação das atividades das empresas e agências de viagens e turismo” (HALLAL, 2010, p.66).

Neste período se instaurava o chamado Estado Novo (1937-1945), pelo governo do gaúcho Getúlio Vargas, (que se mantinha no poder desde a Revolução de 30) como Presidente da República. Durante esse período a unidade nacional é questão primordial para o regime do Estado Novo. A estratégia do governo foi elaborar mecanismos para efetivar a fixação dessa nacionalidade que já estava em processo de construção, com o objetivo de unificar o povo brasileiro, que se via fragmentado pela herança federalista e oligárquica, e fundamentado pelo regionalismo (MASSUCATE, 2007, p.1-2). Para Alfonso, “sentimento de brasilidade torna-se crucial para a manutenção da unidade nacional objetivada pelos governos” (2006, p.21).

Dada à dimensão do território brasileiro e à força das organizações regionais, era necessário criar elementos em torno de interesses comuns. Aos intelectuais brasileiros foi dada a missão de criar no imaginário social uma cultura que representasse o país como um todo, dando origem ao ideal de patriotismo. Assim, o indivíduo se integraria à condição de cidadão brasileiro, eliminando a dispersão criada pelo federalismo (MASSUCATE, 2007, p.4).

A partir da Constituição de 1937, promulgada no Estado Novo, ficou estabelecido que o uso de “apenas uma bandeira, um hino e um brasão, abolindo, assim os símbolos estaduais” (MEIRA, 2008, P.131). Pois para o presidente Getúlio Vargas, estes símbolos estavam recebendo muito destaque no lugar dos símbolos nacionais, ofuscando o sentimento de brasilidade. Essa repressão foi marcante especialmente no Rio Grande do Sul, pois as escolas de língua estrangeira tiveram que adotar o português (MEIRA, 2008, p.131). Segundo Dulles (1997), de 2000 escolas particulares, no sul, só 20 utilizavam o português.

Para Bourdieu (2007), os símbolos têm o poder de confirmar ou transformar visões do mundo, influenciando nas percepções de mundo dos indivíduos. O efeito do poder simbólico só é efetivo se não for percebido como arbitrário (MASSUCATE, 2007, p.4). Para

Massucate, a principal forma de alcançar esse nacionalismo se dá por meio do investimento em cultura e na criação de símbolos (2007, p.4).

Desse modo, neste processo de investir em cultura, nascem políticas de constituição do patrimônio histórico e cultural do Brasil. Com a finalidade de produzir os símbolos que serviriam para a afirmação e identificação do povo como nação. Os deveres do governo de “proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país” estavam definidos já na Constituição de 1934 (MASSUCATE, 2007, p.5), demonstrando esse cedo objetivo. A própria criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), em 1937, reflete este princípio, “pois seu objetivo era eleger um acervo que representasse a tradição brasileira e a imagem do passado no imaginário da nação, criando, desta forma, um ideal de brasilidade” (MASSUCATE, 2007, p.1-2).

Para Ana Meira, o “SPHAN é um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista, um passo decisivo da intervenção governamental no campo da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma ‘identidade nacional’ [...]” (MEIRA, 2008, p.115). O Serviço iniciou sua operação experimental em 1936 e foi incorporado oficialmente à estrutura do Ministério de Educação e Saúde Pública no ano seguinte. Através do Decreto-Lei nº 25 sobre os tombamentos nacionais foram instituídos quatro livros-tombo, cujo objetivo era registrar os bens tombados: o Histórico, o das Belas-Artes, o das Artes Aplicadas e o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. (MEIRA, 2008, p.129).

A análise dos dez primeiros anos do SPHAN permite compreender as decisões feitas sobre os bens escolhidos para integrar o patrimônio histórico e artístico nacional no país.

A primeira geração de preservacionistas do SPHAN incumbiu-se da tarefa de selecionar e preservar o patrimônio em todo o território nacional. Sua ação se fez sentir no Rio Grande do Sul, onde, nas primeiras décadas de atuação do antigo SPHAN, foram tombados alguns bens patrimoniais e realizadas algumas obras que, na seqüência da trajetória da instituição, tiveram continuidade (MEIRA, 2008, p.115).

No Rio Grande do Sul e demais estados, todas as sugestões de tombamento eram avaliadas pela administração central do SPHAN no Rio de Janeiro, muitas vezes sendo reprovadas por não se tratarem – na visão da instituição – de bens representativos da nação. (MEIRA, 2008, p.153). Em entrevista com a interlocutora A, ela comenta essa relação do Instituto com o estado, buscando pensar como se dava essa relação:

O IPHAN [como é chamado atualmente], muito antes de ter uma representação formal, uma Superintendência, eu vejo que ele já estava atuando aqui [no Rio Grande do Sul]. [...] pois se relacionava com pessoas no estado que eram pessoas respeitadas as suas áreas (INTERLOCUTORA A).

Em concordância, Meira explica que “[...] foram construídas, amplas teias de relações espalhadas no território nacional, instituindo-se, em vários lugares, representações regionais da instituição”. (MEIRA, 2008, p.148-149). No Rio Grande do Sul o representante do SPHAN neste período foi Augusto Meyer²⁵, que desde o início de sua atuação definiu um marco inicial para estabelecer os tombamentos no estado que entrariam neste rol nacional. A delimitação temporal indicada por Meyer, inicia no século XVIII, remetendo ao período das Missões Jesuítico-Guarani (muito provavelmente por conta da indicação do diretor do SPHAN nacional Rodrigo Melo Franco de Andrade²⁶) e segue até meados do século XIX, marcando a Revolução Farroupilha. Definindo assim um marco inicial por sugestão do órgão central e outro marco local (MEIRA, 2008, p.225).

É interessante que os dois marcos históricos definidos por Meyer para balizar o inventário do patrimônio no Estado - as Missões Jesuítico-Guarani e a Revolução Farroupilha - estavam relacionados a controvérsias historiográficas na época. Com relação às primeiras, eram questionadas pela historiografia gaúcha de matriz lusa, que começara a manifestar-se na década de 1920 e se aprofundara a partir de 1930 (MEIRA, 2008, p. 226).

A autora explica ainda que existia uma postura dos arquitetos do SPHAN e também do IHGB/RS sobre as ruínas “no sentido de considerar as missões como herança espanhola²⁷. (MEIRA, 2008, p.242). Esse pensamento “de que os remanescentes missionários eram herança estrangeira, desvinculada da história brasileira, perdurou durante muitas décadas (p.244). Além de estrangeiras, eram entendidas como algo fora do comum.

Em entrevista com o interlocutor D, ele também comenta a respeito do pensamento que existia na época sobre as Missões, comentando com insatisfação as coisas que já leu e ouviu sobre o caso:

²⁵ Augusto Meyer era filho dos imigrantes alemães, em 1938 sendo diretor da Biblioteca Pública do Estado foi convidado para ser o primeiro representante do SPHAN, “cargo que ocupou por poucos meses, pois em 1938 transferiu-se para o Rio de Janeiro para assumir o Instituto Nacional do Livro” (IPHAN, 2022). Também integrou o Conselho Federal de Cultura de 1967 a 1970; colaborou em diversos jornais do Rio Grande do Sul, especialmente no *Correio do Povo* e no *Diário de Notícias*; como escritor suas obras fundamentais incluíam a literatura e o folclore do Rio Grande do Sul.

²⁶ Rodrigo Melo Franco de Andrade foi um advogado, jornalista e escritor brasileiro. Ele assumiu a direção do SPHAN oficialmente em 1937 e durante 30 anos dedicou-se à preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Também foi redator-chefe em 1924 e diretor em 1926 da *Revista do Brasil*.

²⁷ As Missões correspondem “ao conjunto de sete aldeamentos indígenas fundados pelos jesuítas no Rio Grande do Sul sob a tutela da coroa espanhola [...], no fim do século XVII, a qual visava principalmente a catequização dos indígenas, pois, com a Reforma Protestante na Europa, a Igreja Católica foi em busca de novos fiéis. As reduções jesuíticas abrigavam milhares de indígenas convertidos ao catolicismo [...]” Com a assinatura do Tratado de Madri, a Colônia de Sacramento deveria ser entregue para a Espanha e Portugal “recebia em troca os territórios onde situavam as reduções missionárias, colocando-as sobre tutela da coroa portuguesa que ordenou que os jesuítas e indígenas abandonassem as suas terras, contudo nem os jesuítas e nem os indígenas aceitaram, resultando na então Guerra Guaranítica onde os índios missionários lutaram contra os exércitos de Portugal e Espanha, resultando em um massacre indígena e a destruição de boa parte das reduções”. (BIBLIOTECA BORGES DE MEDEIROS, 2022). Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/Publica%C3%A7%C3%B5esTem%C3%A1ticas/SetePovosdasMiss%C3%B5es/tabid/6475/Default.aspx>>. Acesso em 22/06/2022.

Sobre as missões, num certo momento [...] teve uma tendência de [...] “porque isso não era história portuguesa, era história espanhola, então essa não é nossa história, nós não temos que contar essa história, os outros que contam. Isso não nos pertence” (INTERLOCUTOR D).

Meira (2008) defende que esse olhar para as missões entendida como herança estrangeira levava em conta somente os bens materiais, “reduzindo o patrimônio missioneiro apenas à sua herança concretizada nas ruínas e nas esculturas”:

Ignoravam-se as profundas influências antropológicas com que a experiência missioneira marcara a cultura gaúcha até hoje. Podem-se citar a domesticação da erva-mate, que propiciou a popularização do chimarrão; o gado missioneiro, que se reproduziu solto após a Guerra Guaranítica e tornou-se a base da cultura pecuária, coureira e carnívora do Rio Grande do Sul; a miscigenação com outras populações, que configurou um “tipo missioneiro”; as casas de fazenda com avarandado inspirado nas reduções, como a sede da Fazenda Carajazinho, em Santo Ângelo, dentre outras manifestações. O território missioneiro não abriga uma herança espanhola desvinculada da realidade brasileira, mas, ao contrário, o legado de um patrimônio cultural que marcou profundamente a identidade do estado mais meridional do Brasil. Portanto, herança também brasileira (MEIRA, 2008, p. 244).

A proteção às Missões em território nacional foi uma das principais prioridades do SPHAN nos seus primeiros anos de atuação. Meira explica que “no caso específico das Missões Jesuítico-Guarani, provavelmente houve influência de Getúlio Vargas, tendo em vista o presidente ser missioneiro. Sua atuação no governo gaúcho em relação a São Miguel Arcanjo [...] somou-se às prioridades [...] em relação aos jesuítas estabelecidas pela própria instituição” (2008, p.225).

No caso da Revolução Farroupilha como outro marco, muitos historiadores defendiam a brasilidade do movimento. Argumento que pode em partes ter sofrido influência do próprio governo, quando Getúlio Vargas, envia um pesquisador para o Rio de Janeiro com o objetivo de estudar a história do Rio Grande do Sul, contribuindo para “abrasileirar” a Revolução Farroupilha. Além disso, o governo também incentivou a publicação de estudos sobre o período da Revolução (MEIRA, 2008, p. 135). Sendo o presidente Vargas “talvez o maior incentivador da construção da identidade lusitana e brasileira do Rio Grande do Sul”. É interessante perceber que nesse período, “dos dois marcos históricos que Meyer adotou para inserir o Rio Grande do Sul no acervo dos bens nacionais, um não era considerado representativo da cultura brasileira e o outro estava ainda se construindo como brasileiro” (MEIRA, 2008, p.226).

Durante a entrevista com a interlocutora A, ela explica a relevância que o marco relativo a Revolução Farroupilha tem para o patrimônio nacional:

Aqui no Rio Grande do Sul esses processos de definição de Fronteira, eles são processos de relevância nacional você pode analisar a questão de quem eram as pessoas que tinham essas propriedades das Fronteiras que lutaram a Guerra de Farrapos e outros enfrentamentos,

mas isso tem uma relevância nacional. Por que são definições, as fronteiras do país. Mas isso tudo são processos (INTERLOCUTORA A).

Durante esse período foram tombados bens relativos a esses marcos, como a casa feita com material missionário (demolida) em Santo Ângelo na época, hoje, Entre-Ijuís (1938) e a Igreja de São Miguel – ruínas Santo Ângelo (na época) hoje, São Miguel das Missões ambos tombados em 1938, referente ao marco das Missões.

Sobre o marco da Revolução foram tombados: a Casa de Bento Gonçalves considerado herói da Revolução Farroupilha, localizada na cidade de Triunfo (1940); o Palácio Farroupilha em Piratini, prédio que foi a sede do Governo Farroupilha durante parte da Revolução (1941), e a Casa de Garibaldi outro guerrilheiro farroupilha, também na cidade de Piratini (1941). Além de bens que se encaixam entre esse dois períodos como: o Forte de Caçapava em Caçapava do Sul; a Igreja Matriz de São Pedro e Capela São Francisco (2 edif.) em Rio Grande; a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Viamão e a Igreja Nossa Senhora das Dores em Porto Alegre, todos esses em 1938.

Também nesse período foi construído o Museu nas Missões através do Decreto-lei 2077, de 8 de março de 1940. A ideia foi recriar no Museu uma imagem que representasse a as casas dos índígenas, ou o que se pensava que tivessem sido as casas dos índígenas. Para Meira, porém, “a obra dos jesuítas foi considerada extraordinária e mitológica, continuando a excluir os índios dessa construção. O esforço creditado apenas aos padres é uma continuidade do pensamento de trinta anos antes” (MEIRA, 2008, P. 248). O que demonstra que havia esse olhar dedicado às Missões e ao patrimônio edificado, mas que a própria comunidade indígena que a construiu não tem participação direta nesse processo, e quase nada (ou nada) se beneficia.

Além dos bens edificados, foram também tombados por volta desse período acervos museológicos. A autora citada explica que “havia uma ‘idéia colecionista’ que norteava as escolhas dos acervos nos anos 1930”, (p.230). neste período foram tombados – a Coleção do Museu Victor Bersani e o acervo do Museu Júlio de Castilhos (o mais importante museu histórico do Rio Grande do Sul) e dois arquivados – a do Doutor Elisondo e a do Hotel Guayba. Anos depois foi sugerido o tombamento da Coleção de Armas, que pertence ao Museu Júlio de Castilhos, e está hoje incorporada ao Museu General Osório, e do Museu de Arte Sacra de Porto Alegre.

3.2. FOLCLORE E TRADICIONALISMO (1947 – 1949)

No final da década de 1940, duas importantes instituições são criadas no estado, ambas em 1948. A primeira surge a partir da Comissão Nacional de Folclore, que contactou intelectuais nos diferentes estados brasileiros que se propusessem a estudar e disseminar o Folclore brasileiro criando assim, comissões estaduais. No RS foi instituída a Comissão Gaúcha de Folclore, por iniciativa de Renato de Almeida, “musicólogo, diplomata, com amplas ligações no meio intelectual e oficial [...] teria propiciado grande importância e notoriedade ao Folclore, além de contar com forte apoio político de figuras como Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura” (LAYTANO, 1987, citado por BARCELLOS, 1997, p.270).

Ainda sob os resquícios do Estado Novo (com suas restrições a símbolos regionais), e da influência de organizações tradicionalistas pioneiras no RS como o Partenon²⁸ e o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre²⁹ surge, uma organização juvenil que viria a se tornar o início de um movimento de extrema relevância para a área da cultura no estado e portanto para essa pesquisa.

No ano de 1947, um grupo de jovens do Colégio Estadual Júlio de Castilhos funda o departamento de tradições gaúchas do grêmio estudantil deste colégio, e organiza a primeira Ronda Gaúcha, que originou à atual Semana Farroupilha. Envolvidos pela temática farroupilha, oito desses jovens revolvem participar da solenidade organizada pela Liga de Defesa Nacional que neste mesmo ano decidiu incluir “nos festejos da Semana da Pátria o traslado dos restos mortais do general David Canabarro, segunda maior liderança da Revolução Farroupilha, de Santana do Livramento (onde ele fora estancieiro) para o panteão do cemitério da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre” (OLIVEN, 1991, s/p). O objetivo era levar os restos mortais até a cidade pois foi prometido que seria construído um monumento para abrigá-los (NEVES, 2009, p.6). Montados à cavalo (cedidos pela Brigada Militar), estes jovens organizaram uma guarda de honra que escoltou o traslado³⁰.

²⁸ Em 1868 surge o Partenon Literário em Porto Alegre, formado por um grupo de intelectuais e escritores que exaltavam a temática regional mesclando “modelos culturais vigentes na Europa e a visão positivista da oligarquia rio-grandense” (OLIVEN, 1991, s/p).

²⁹ “Embora os literatos do Partenon tenham exaltado a temática gaúcha, só em 1898 surgiu a primeira agremiação tradicionalista, o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, voltado para a promoção de festas, desfiles de cavalarianos, palestras e outras atividades ligadas ao culto das tradições” (OLIVEN, 1991, s/p).

³⁰ “Esse episódio aparece, em vários depoimentos de tradicionalistas, como um ritual de passagem fundamental e como mito de criação do Movimento Tradicionalista Gaúcho” (OLIVEN, 1991, s/p).

Durante essa solenidade Luiz Carlos Barbosa Lessa³¹, também na época estudante do colégio Julio de Castilhos conhece Paixão Cortes³² e que viriam a fundar e ser futuramente as duas maiores referências do Movimento Tradicionalista Gaúcho:

Estava em casa, pela manhã, lendo o jornal, e vi que chegavam restos mortais de David Canabarro. Então, eu saí correndo. Ainda dava tempo de chegar a solenidade, ali na praça da Alfândega, aplaudir aquela solenidade da chegada dos restos mortais do David Canabarro. E, para minha surpresa, vi alguns rapazes da minha idade, a cavalo, vestidos d gaúcha, fazendo parte da solenidade da Liga de Defesa Nacional (Entrevista realizada com Luiz Carlos Barbosa Lessa em 4 de outubro de 1983, por OLIVEN, 1991, s/p).

Segundo eles, o senso de identidade com a Revolução e a saudade de casa (das cidades interioranas) tornou-se um elo em comum dessas duas figuras e dos demais integrantes daquele grupo de estudantes secundários oriundos das áreas pastoris – onde havia a prática da pecuária em grandes latifúndios, e portanto, muito diferente da capital onde agora moravam para concluir os estudos. Juntando-se a outros estudantes e ex-escoteiros – estes um pouco mais velhos, trabalhando como comerciários – fundaram juntos o 35 CTG, o primeiro Centro de Tradições Gaúchas (OLIVEN, 1991, s/p). O nome “35 CTG” tinha referência a própria Revolução Farroupilha deflagrada em 1835.

Não por mera coincidência, o 35 CTG foi criado apenas um dia depois da Comissão Gaúcha de Folclore, tendo em sua formação inicial contado como membros 32 intelectuais³³ de diversas áreas do conhecimento incluindo o próprio Barbosa Lessa e Paixão Côrtes, além de outros nomes que viriam a integrar o movimento tradicionalista gaúcho.

O que acontece com a Comissão Gaúcha de Folclore e o MTG é que muitos integrantes que fazem parte, não só hoje, mas de muito tempo, os mesmos integrantes fazem parte da Comissão Gaúcha de Folclore, como era o caso do Paixão Cortes, do Barbosa Lessa e de muitos outros, fazem parte também do MTG. Então as coisas muitas vezes no RS meio que se confundem (INTERLOCUTORA F).

Nas primeiras reuniões do grupo (CTG) “surgiu a proposta de fazer da associação uma espécie de academia tradicionalista, restrita a 35 membros, mas prevaleceu a idéia de abri-la a todos os que desejassem integrá-la”. Assim aqueles jovens (todos homens)

³¹ Luiz Carlos Barbosa Lessa foi um folclorista, escritor, músico, advogado e historiador brasileiro. Fundador do primeiro CTG e do MTG, o Movimento Tradicionalista Gaúcho.

³² João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes foi um folclorista, compositor, cantor, radialista e pesquisador rio-grandense. É também um dos fundadores do primeiro CTG e do MTG. Na sua trajetória chegou a ser funcionário da Secretaria de Estado da Agricultura.

³³ Adão Carrazoni, Aldo Obino, Athos Damasceno Ferreira, Darcy Azambuja, Elpídio Ferreira Paes, Ênio Freitas Castro, Érico Verissimo, Ernani de Carvalho Heffner, Fernando Corona, Guilhermino César, J.C. Paixão Côrtes, Henrich Bunse, Lothar Hessel, Luis Carlos Barbosa Lessa, Luis Carlos de Moraes, Manoelito de Ornelas, Moisés Vellinho, Othelo Rosa, Tony Seitz Petzhold, Walter Spalding, Antonio Luz (Gravataí), Biaggio Tarantino (Rio Pardo), Ivo Caggiani (Santana do Livramento), José L. Freitas (Triunfo), Romeu Beltrão (Santa Maria), Celso Fiori (Passo Fundo), Tarcísio Taborda (Bagé), Bruno Mendonça Lima (Pelotas), Mário Moraes (Cruz Alta), Umberto Feliciano de Carvalho (Uruguaiana), Plínio Saraiva (Taquari), e José Augusto Rodrigues (Santo Ângelo).

“passaram a se reunir nas tardes de sábado num galpão improvisado, na casa do pai de um deles. Tomavam mate e imitavam os hábitos do interior, entre eles o da *charla*³⁴ que os peões costumam manter nos galpões das estâncias” (OLIVEN, 1991, s/p).

Segundo um dos próprios fundadores “a maioria deles [integrantes] era, formada por descendentes de pequenos proprietários rurais de área pastoris onde predominava o latifúndio, ou de estancieiros em processo de descenso social. Sua presença na capital estava ligada aos estudos” (OLIVEN, 1991, s/p). Apesar dos valores relacionados ao latifúndio fazerem parte da vida desses jovens, eles não pertenciam à oligarquia rural. Além do mais, “o movimento buscava recuperar valores rurais do passado, mas sua base estava, desde a origem, na cidade” (OLIVEN, 1991, s/p). Como observa um dos intelectuais do 35 CTG: “(...) há, queiramos ou não, uma aura de saudade envolvendo o tradicionalismo. Ninguém sente saudade do que está perto. A saudade - e o Tradicionalismo - exigem distanciamento, tanto que este é um fenômeno tipicamente citadino, não do campo, urbano e não rural” (FAGUNDES, 1987, p. 13 citado por OLIVEN, 1991, s/p).

Todas essas transformações que estavam ocorrendo no país e no estado na época – a influência cultural dos Estados Unidos e o centralismo econômico, político e cultural imposto pelo Estado Novo – e o próprio deslocamento relacionado a moradia, provocava nestes jovens o desejo de encontrar no campo e no passado um abrigo seguro (OLIVEN, 1991, s/p). Na descrição de um deles:

Porto Alegre nos fascinava, com seus anúncios luminosos a gás neon. Hollywood nos estonteava com a tecnolorida beleza de Gene Tierney e as aventuras de Tyrone Power, as lojas de discos punham em nossos ouvidos as irresistíveis harmonias de Harry James e Tommie Dorsey, mas, no fundo, preferíamos a segurança que somente nosso pago sabia proporcionar, na solidariedade dos amigos, na alegria de encilhar um pingo e no singelo convívio das rodas de galpão. Não nos conhecíamos uns aos outros, mas devíamos andar nos pechando pelos labirintos da capital. Nunca tínhamos ouvido falar nas anteriores experiências nativistas - dos anos 60, dos anos 90 e dos anos 20 - e precisávamos escolher nosso rumo por nós mesmos. Quando o existencialismo de Jean-Paul Sartre pôs diante de nós o derrotismo e a descrença, instintivamente nos agarramos a nossos rudes antepassados para uma afirmação de vitória e fé. **Por essa época, o Rio Grande andava bastante esquecido de si mesmo, e a própria bandeira estadual permanecia queimada e escondida desde novembro de 1937. Resquílios do Estado Novo e de seu sufoco centralizador** (Barbosa Lessa, 1985, p. 56-57 citado por OLIVEN, 1991, s/p) [grifo da autora].

Assim o Centro surgiu como uma forma de refúgio, onde poderiam como grupo reviver práticas do passado, reviver a tradição, não refletir sobre ela. Segundo os estatutos do 35 CTG:

³⁴ Charla é o “ato de charlar; conversa informal, agradável que transcorre sem objetivo definido” (OXFORD LANGUAGES, 2022).

O Centro terá por finalidade: a) zelar pelas tradições do Rio Grande do Sul, sua história, suas lendas, canções, costumes etc., e conseqüente divulgação pelos estados irmãos e países vizinhos; b) pugnar por uma sempre maior elevação moral e cultural do Rio Grande do Sul; c) fomentar a criação de núcleos regionalistas no estado, dando lhes todo apoio possível. O Centro não desenvolverá qualquer atividade político-partidária, racial ou religiosa (Barbosa Lessa, 1985, p. 64 citado por OLIVEN, 1991, s/p).

Esse primeiro CTG serviu de modelo a centenas de centros, que surgiram posteriormente e se espalharam pelo Rio Grande do Sul e por outros estados e países (OLIVEN, 1991, S/P).

Um detalhe interessante no que envolve o surgimento de outros centro, é que o primeiro CTG fundado depois do “35”, o “Fogão Gaúcho” surgiu em Taquara, cidade localizada em área de colonização alemã. Entre os jovens fundadores do “35” quase todos tinham sobrenome de origem portuguesa, já os fundadores do CTG Fogão Gaúcho, eram adultos, boa parte com ascendência alemã (OLIVEN, 1991, S/P).

O supracitado autor explica que o surgimento destes centros tradicionalistas em áreas de colonização alemã e italiana nos faz refletir sobre uma questão importante que é “a hegemonia da cultura gaúcha, no sentido pampeano, num estado que sofreu as mais variadas influências culturais” (OLIVEN, 1991, S/P). Pois os centros não se perpetuaram apenas em lugares e grupos com vínculos com a área dos latifúndios de pecuária mas atingiu áreas de minifúndio em que nunca houve um complexo pastoril desse tipo. Para ele, “a figura do gaúcho, com suas expressões campeiras, envolvendo o cavalo, a bombacha, o chimarrão e a representação de um tipo social livre e bravo, serviu de modelo para grupos étnicos diferentes, unindo os habitantes do estado em contraposição ao resto do país” (OLIVEN, 1991, s/p).

Conforme vimos, as mudanças que o Estado Novo impôs, obrigou o uso da língua portuguesa na maioria das escolas de língua estrangeira no estado. Além de inibir as demais manifestações culturais muito simbólicas que sempre foram muito presentes nessas comunidades de imigrantes. Além disso, nesse período havia um estigma em torno do “colono”, termo relacionado “ao processo de colonização por imigrantes europeus que praticavam agricultura familiar em pequenas propriedades”. A atividade era considerada degradante, em comparação “a uma pecuária que dominava a paisagem do estado desde a colonização portuguesa”. Assim, o termo remetia a carência “de certos atributos positivamente considerados” como elegância, postura corporal e comportamental, de senso de oportunidade e de progresso, etc (TEIXEIRA, 1988, p. 54 citado por OLIVEN, 1991, s/p).

Assim, a partir da criação do centro e da incorporação da cultura gaúcha, esses grupos experimentavam uma forma simbólica de ascensão social. Buscando afirmar sua

brasilidade e sua ‘gauchicidade’. “No outro extremo, as figuras do índio e do negro têm uma presença extremamente pálida nessa representação” (OLIVEN, 1991, s/p).

Nos próximos anos entre 1948 e 1954 foram fundados 35 outros CTGs, localizados em sua maioria nas áreas pastoris, mas espalhados por quase todas as regiões do estado. “A expansão do Tradicionalismo seguiu uma dinâmica interessante. O movimento teve pouca repercussão em Porto Alegre, mas no interior do estado, e mesmo fora dele, seu crescimento foi impressionante”. Em 1954, foi realizado o I Congresso Tradicionalista na cidade de Santa Maria, a partir de então os CTGs começaram a se reunir todos os anos, com apresentação de teses, e aprovação de moções (OLIVEN, 1991, s/p).

Luvizotto (2010) defende que após a criação dos CTGs, surgiram inúmeros elementos que fazem referência a uma cultura gaúcha genuína, em que é possível traçar um fio condutor entre a criação desses elementos e as tradições inventadas de Hobsbawm. Estes elementos que incluem vestuário, dança, fala, etc passaram a ser reelaborados com o objetivo de “representar o passado do homem do campo, os elementos antigos são buscados para o presente, no qual lhes são dados novos significados” (p.33). Neste contexto, as tradições são (re) inventadas a fim de agregar valor, para ressignificar tais práticas cotidianas, para dar sentido a essas práticas no mundo moderno. Para a autora “o Movimento Tradicionalista reelaborou o gaúcho com base numa ideia de continuidade do passado, conferindo autenticidade e valor de verdade aos rituais e elementos da tradição, e imprimindo-lhe, ao mesmo tempo, novos significados” (LUVIZOTTO, 2010, p.33).

3.3. A FORMALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO E CULTURAL NO ESTADO (1950-1963)

A partir da década de 1950, durante do governo de Walter Jobim (1947-1951), algumas iniciativas voltadas ao planejamento turístico do estado do Rio Grande do Sul começam a ser tomadas. Inicialmente foi criado um grupo de estudos voltado para um planejamento turístico, acarretando na criação do Conselho Estadual de Turismo (CET) e o Serviço Estadual de Turismo (SETUR). Este último, porém, pela carência de recursos, continuou desativada por nove anos, o CET foi mantido já que seus conselheiros exerciam seus mandatos sem remuneração (HALLAL, 2010, p.78).

A tarefa não foi fácil no entanto, pois “o Rio Grande do Sul era o primeiro estado a legislar sobre o turismo, adiantando-se à própria União” (GOIDANICH, 1993, p. 42). Portanto, foi preciso que os membros do Conselho buscassem alternativas em outros países,

inicialmente no Uruguai que já tinha esse olhar para o turismo e depois, na Europa (HALLAL, 2010, p.78). “[...] Os uruguaiois tinham a famosa semana oficial do turismo, que é a semana da páscoa, que até hoje prevalece, e o grande destino turístico dos uruguaiois era Porto Alegre e a Serra gaúcha, eles não iam além desses dois pontos de visitação” (Norma Martini Moesch, 12/03/2009, citada por HALLAL, 2010, p.78). O que demonstra que os países da fronteira enxergavam um potencial turístico e já visitavam cidades do estado antes mesmo da atividade despertar o interesse do governo estadual.

A área da cultura também passou a ter uma estruturação sistematizada de seus órgãos, durante o governo seguinte – do Tenente Coronel Ernesto Dornelles³⁵ (1951-1955) – sua formalização se deu através da criação da “Divisão de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul” em 1954, ligada à Secretaria de Educação que estabeleceu em seu regulamento, “a defesa do patrimônio arquitetônico e cultural do Estado, além de estudos e difusão do folclore” (IPHAE, 2010).

Vinculado à Divisão de Cultura, foi criado no mesmo ano o Instituto de Tradição e Folclore (1954, ano em que o Tradicionalismo vinha crescendo e se expandindo à outros patamares), a institucionalização das tradições gaúchas por parte do Estado, inicia-se com a criação deste instituto – sendo este um órgão normalmente dirigido por tradicionalistas (OLIVEN, 1990, p. 10) – integrado ao Museu Julio de Castilhos e ao Museu Histórico Farroupilha.

Pinto explica que por quase meia década (1903-1958), o referido Museu Julio de Castilhos, foi o responsável pelo surgimento de inúmeras outras instituições do gênero, através de seu incentivo direto a ações de qualificação de profissionais; fornecimento de pareceres e assessorias, em nome do Estado; “sobre a viabilidade de criação de novos museus pelo interior, transferência e empréstimo de acervos, processos de tombamentos de prédios e logradouros históricos e organização de congressos de história” (PINTO, 2011, p.51). Como era “uma das instituições museológicas mais antigas do Estado, o Museu Julio de Castilhos tornou-se o guardião oficial da memória rio-grandense, sendo o porta-voz da intelectualidade” (FRAGA, 2004, p. 63).

Conforme a entrevista com o interlocutor B, ele explica também a importância do mesmo pelo seu sentido percussor no estado:

O primeiro museu brasileiro, foi o Museu Nacional lá no Rio de Janeiro, que pegou fogo. Ele era um museu que foi construído no período do Império e ele deveria ter uma abrangência enciclopédica, de todo o conhecimento do contexto nacional. A partir dele, surgiram museus nacionais em várias regiões nacionais do Brasil, em vários estados brasileiros, como o Museu

³⁵ Ernesto Dornelles foi um militar e político brasileiro, governador do estado do RS, em por duas vezes, senador da República e ministro da Agricultura. Era primo do ex-presidente Getúlio Vargas.

Emílio Goeldi no Pará; surgiu o Museu Paulista em São Paulo; o Museu Paranaense em Curitiba e no Rio Grande do Sul foi o Museu Júlio de Castilhos. Houve um incentivo pra criação desses museus naquela época justamente como forma de abastecimento desse museu central, eles captavam informações e mandavam pra lá. Então o Museu Júlio foi o primeiro construído, era chamado de Museu do Estado, foi fundado em 1903 e passou a ter como sede o prédio que era residência de Júlio de Castilhos, em 1907 (INTERLOCUTOR B).

Nesse contexto, “o Museu Júlio de Castilhos pode ser entendido como um dos instrumentos públicos responsáveis pela materialização da cultura gaúcha” neste período (PINTO, 2011, p.60):

De fato, boa parte do prestígio desfrutado por ele, até pelos menos os anos 1960, teve a ver com sua anterioridade em relação aos outros órgãos culturais criados no Rio Grande – e a tal ponto que, meio século depois de ter seu nome trocado para Museu Julio de Castilhos, continuou conhecido como Museu do Estado entre frequentadores, administradores e intelectuais. Permanecendo por um largo período o único museu existente, como não poderia deixar de ser, ao longo de mais 50 anos de atuação o MJC estabeleceu objetivos e ações segundo conceitos diversos. Seu caráter “mutante” fica bem expresso quando comparados dois marcos de sua trajetória: o da fundação, em 1903, como um museu enciclopédico, prioritariamente dedicado à “História Natural”, e **o momento de redefinição tipológica, em 1954, quando demarcou para si as de museu histórico, priorizando o folclore e o estudo das tradições “pátrias” e rio-grandenses.** Só então fica estabelecida a exclusividade de seus atributos: o museu desvincula-se do Arquivo Histórico e desmembra suas coleções de História Natural e Arte Moderna, que dariam origem ao Museu de Ciências Naturais (atual Fundação Zoobotânica), ao novo Arquivo Histórico e ao Museu de Artes do Rio Grande do Sul, criados no mesmo ano. (NEDEL, 2005, p. 94 citado por PINTO, 2011, p.60) [grifos meus].

O interlocutor B comenta também, com aparente preocupação que:

O museu estava provavelmente inchado de acervo, a casa pequena naquela época era uma casa só, o anexo não fazia parte. Então na década de 1950 surge a ideia de fundar novos museus [...] então o acervo foi desmembrado nessa época para fundar esses outros museus, então realmente o MJC foi o embrião de novas instituições museológicas, que depois se tornaram autônomas, mas a origem foi essa.

Ai o museu de castulhos continuou sua histórica e deu andamento na questão do acervo histórico, isso é positivo por um lado porque definiu mais o museu, mas digamos que enfraqueceu um pouco em termos de variedade de acervo, grande parte desses museus do mesmo período [fundados pelo Museu Nacional em outros estados] não tiveram essa subdivisão de acervos, são acervos mais ricos e atrativos. E o MJC perdeu um pouco o seu glamour com essa subdivisão.

O acervo do museu foi tombado pelo IPHAN, um dos primeiros tombamentos que o IPHAN realizou no estado foi o acervo do MJC e esse acervo foi subdividido depois. Então são questões muito complicadas de se lidar porque imagina, em 1938 na década de 1950 não existe uma sede do IPHAN, existia somente a sede em Brasília, então a fiscalização era toda feita por lá, então, existiam coisas aqui na ponta do Brasil que Brasília nem ficava sabendo e muitas vezes nessas mudanças de cargo de direção, os diretores que assumiam nem sabiam que era tombado não recebiam essa informação. Foi nesse contexto que houve essa subdivisão. Hoje isso não poderia acontecer mais, porque a fiscalização do IPHAN não permitiria essa subdivisão (INTERLOCUTOR B).

Essa redefinição tipológica sofrida pelo museu se deve a partir de seu diretor da época, o historiador Dante de Laytano³⁶, grande admirador e escritor tradicionalista, e um dos fundadores da Comissão Gaúcha de Folclore, que redefiniu os objetivos do museu para que priorizasse o folclore e o estudo das tradições. A partir da mudança de temática, o Museu Júlio de Castilhos passou a direcionar as exposições de seu acervo à valorização de símbolos farroupilhas. Apesar disso, esse direcionamento não era novo, já que o MJC havia sido “responsável pela organização das festividades do Centenário Farroupilha” em 1935, “evento que propiciou a aquisição de um grande número de peças relacionadas com a Revolução” (PINTO, 2011, p.60).

Em paralelo, o Museu Histórico Farroupilha também vinculado ao Instituto de Tradição e Folclore e ao MJC, foi criado no ano seguinte, sendo instituído já com o propósito de receber exposições dessa temática, sendo considerado o “ pilar fundamental para construção da identidade gaúcha”, menção que em suma desmonstra a importância de sua criação e influência na reafirmação da narrativa farroupilha e tradicionalista. Segundo a Secretaria de Cultura Estadual:

Fundado em 1953, o Museu Histórico Farroupilha é considerado um pilar fundamental para construção da identidade gaúcha. Seu acervo é um dos principais narradores do episódio divisor de águas da história do Estado, a Guerra dos Farrapos, e a formação da República Rio-Grandense. Configura-se em uma matriz para pesquisas de valor histórico e científico e em equipamento cultural e turístico de Piratini (SECRETARIA DA CULTURA RS, 2022).

No referido museu, a Secretaria de Cultura do Estado ainda explica que:

Em seu acervo encontra-se um conjunto de peças de diferentes épocas e de diversos temas. Entre elas, objetos pessoais do general Bento Gonçalves, telas sobre a Revolução Farroupilha (1835-1845), mobiliários do século XIX, moedas do período colonial até os nossos dias, objetos do cotidiano, máquinas de costura, xícaras, talheres, palmatórias, fardas, armas, vestuários e imagens sacras.

Em setembro de 2021, data que celebra os 185 anos da proclamação da República Rio-Grandense, o Museu Piratini [como também é chamado] passou a contar com um acervo da mais alta cotação histórica, com quase mil peças, entre livros, espadas, balas de canhão, documentos, moedas e itens comemorativos do período farroupilha. O doador foi o colecionador Volnir Júnior dos Santos, mais conhecido como TcheVoni. Na ocasião, também foi realizado o descerramento da obra artística “Fuga de Anita Garibaldi a Cavalos”, de autoria de Dakir Parreiras (1894-1967), restaurada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), por meio de um acordo de

³⁶ Dante de Laytano foi um juiz, professor, jornalista, folclorista, historiador e escritor brasileiro. Fez os seus primeiros estudos no Colégio Júlio de Castilhos. Foi diretor do MJC de 1952 a 1960; Foi ainda professor História na UFRG), presidente da sua Comissão de História e Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Na Faculdade Palestrina tinha curso de Especialização em Folclore. Foi membro do IHGRS e IHGBR, do Conselho Estadual de Educação e do Conselho Estadual de Cultura, presidente da Academia Rio-Grandense de Letras, da Academia Brasileira de História, da Academia de Letras de Brasília, da Comissão Nacional do Folclore e da Comissão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco-Ibec) no Rio Grande do Sul. Foi o primeiro diretor-presidente do jornal Zero Hora. Grande incentivador do tradicionalismo gauchesco, organizou conferências e promoveu estudos sobre o tema. Foi um dos fundadores da Comissão Gaúcha de Folclore. Representou o Rio Grande do Sul em eventos científicos e acadêmicos no país e no exterior.

cooperação técnico-científico firmado entre a Sedac e a UFPel, em 2019 (SECRETARIA DA CULTURA RS, 2022).

Também nos anos seguintes, (1956) foi fundado o Museu Dom Diogo de Souza no município de Bagé – que inclusive aparece na figura 29 do primeiro capítulo sobre o Mapa da Região da Pampa, como sendo representativo da região – o museu possui um acervo com mais de dois mil bens relacionados a história do Brasil, do Estado, da Revolução Farroupilha, do município de Bagé, da região da pampa e da fronteira-oeste (URCAMP, 2022).

Vemos que a área museológica assim como a patrimonial eram usadas já nesse período para reverenciar a temática farroupilha a partir de instituições e pessoas ligadas ao Movimento Tradicionalista, levando em conta a mudança de tipologia do mais importante museu do estado e também a criação do Museu Farroupilha, e posteriormente também o Museu Dom Diogo de Souza.

Mas não é somente neste episódio que a influência de Dante de Laytano se faz presente. Já em 1952, por falta de representante legal do DPHAN (antigo SPHAN)³⁷ no Estado, Dante passou a ser o interlocutor principal. Ele era sócio do já mencionado IHGBRS, e em 1954 foi aceito como sócio honorário do IHGB nacional (MEIRA, 2008, p.271).

Como interlocutor do DPHAN, foi apresentado a Dante um anteprojeto envolvendo o Ministério da Educação cuja proposta era criar um Conselho de Proteção do Patrimônio Científico, Artístico e Histórico do Rio Grande do Sul³⁸. Esse conselho deveria “inventariar, estudar e classificar as coisas móveis e imóveis de valor histórico, artístico, arqueológico e etnográfico e equiparados e quaisquer outros bens de natureza equivalente cuja preservação seja de interesse público” no Rio Grande do Sul. A ideia era catalogar os bens que deveriam ser tombados pelo DPHAN e os bens que deveriam ser tombados pelo estado (MEIRA, 2008, p.270). Nesse sentido, a tarefa de Dante de Laytano foi elencar os bens que mereciam proteção e tombamento.

Neste processo, foram tombados o Quartel General Farroupilha em Piratini (1952) e no ano seguinte (1953) a Casa de David Canabarro (já mencionada figura Farroupilha) em Santana do Livramento (MEIRA, 2008, p. 269). Meira (2008) explica que “o envolvimento de Dante de Laytano no tombamento da casa de Canabarro responde ao seu interesse pessoal na Guerra dos Farrapos e à ligação com o jornalista, historiador e vereador Ivo Caggiani. Os dois eram membros efetivos do IHGBRS” (p.278). Assim, Dante seguiu tratando do tema que já estudava como historiador. Sendo um grande incentivador do tradicionalismo gauchesco, que

³⁷ Em 1946 o SPHAN tem seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico Nacional (DPHAN).

³⁸ Ofício expedido em 15 de setembro de 1951, por Rodrigo Melo Franco de Andrade ao prof. Dante de Laytano. Acervo Museu Júlio de Castilhos (MEIRA, 2008).

não por mera coincidência fez seus primeiros estudos no Colégio Júlio de Castilhos, o mesmo que originou o primeiro CTG. Durante sua vida organizou conferências e promoveu estudos sobre o tema.

A interlocutora A também comenta esse caso em específico, explicando que:

Tem tombamentos referentes a Guerra dos Farrapos, que são até muito questionáveis por exemplo, a casa do David Canabarro em Santana do Livramento. Ela foi Tombada pelo IPHAN porque o IPHAE não foi provocado a tombar essa casa, houveram demandas, grupos estudantis fazendo abaixo-assinado, prefeituras fizeram um abaixo-assinado, houve toda uma organização em torno do tombamento dessa casa, houve uma demanda social. Mas a superintendência do IPHAN era em São Paulo, então não tinha organização para mandar técnico para cá para fazer pesquisa, então ele se relacionava com pessoas no estado, que eram pessoas respeitadas em suas áreas como o Dante de Laytano por exemplo, que foi um historiador renomado. Dante de Laytano fez um processo dessa casa que era um processo pequeno, fininho, quase nada de informação, os processos do IPHAN eram sumários naquela época [...] mas pelo simples fato do David Canabarro ter nascido e morrido numa casa, ela já seria passível de tombamento na visão da época.

Depois quando fomos fazer pesquisa sobre essa casa, foi uma casa usada pelo David Canabarro, uma mera casa de passagem, depois passou para uma irmã, então assim não tinha pesquisa. [...] Às vezes o que fundamentava o tombamento, pelo motivo histórico era um pronunciamento do Dante de Laytano, um historiador renomado isso era considerado suficiente na época. Hoje não seria mais. Hoje a gente precisa contextualizar os bens para justificar o tombamento (INTERLOCUTORA A).

Enquanto isso, no âmbito nacional, uma companhia para oficializar o turismo no país estava em curso por Umberto Stramandinoli, através dos Congressos Brasileiros de Turismo, realizados em 1956 e 1957 (HALLAL, 2010, p.67) “de sua iniciativa, também foi a criação do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comercio, presidida por Corinto de Arruda Falcão” (GOIDANICH, 1993, p.53).

No ano seguinte, durante o governo de Juscelino Kubitschek foi instituída a COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo por meio do Decreto nº. 44.863 de novembro de 1958. Sendo considerada como “a primeira política pública do estado a serviço do turismo brasileiro, em que o governo enquadrou o turismo pelo viés econômico, trabalhando o fenômeno com uma visão limitada e estreita, uma fonte de receita econômica” (HALLAL, 2010, p.67). O objetivo da comissão era coordenar, planejar e supervisionar a execução da Política Nacional de Turismo, apesar disso, a mesma não tinha estrutura para executar as atividades que faziam parte de sua atribuição e por isso foi extinta em 1961. Em substituição foi criada a Divisão de Turismo e Certames, em 1962, pelo Decreto nº 4.408, relacionada ao Ministério da Indústria e do Comércio, cujo objetivo foi promover, organizar e fiscalizar exposições e feiras no território nacional (HALLAL, 2010, p.67-68).

No estado, ações voltadas ao turismo também se concretizaram, em 1959, através da edição do Decreto Lei nº. 10.470 que transferia o Serviço Estadual de Turismo – SETUR da

Secretaria de Obras para a Secretaria do Interior e Justiça possibilitando que suas atribuições aumentassem, e o mesmo recebesse uma estrutura definitiva. Sendo assim o primeiro órgão oficial voltado para o turismo por um estado do país (HALLAL, 2010, p.68).

O SETUR ficou responsável principalmente pela propaganda e informações turísticas do estado no Brasil e nos países da Prata, algo nunca antes realizado. “Editavam-se intensamente cartazes, folhetos, muitos com textos bilíngües (inglês e espanhol), mapas, roteiros, guias, adesivos e outros materiais de propaganda e informação turística, distribuindo-se este material no centro e norte do país, assim como no Uruguai e na Argentina” (HOHLFELD; VALLES, 2008, p.28). Além disso, foram realizadas ações “como um extenso *stand* de cem metros em todas as exposições no Parque Ibirapuera, em São Paulo, além de ampliações fotográficas com aspectos característicos do pampa gaúcho, espalhadas por mais de cem churrascarias por todo o país, ilustram a mobilização durante esses quatro anos de gestão” (ibid). O CET – Conselho Estadual de Turismo, continuou existindo, mas como um órgão técnico-consultivo, vinculado a iniciativa privada, com apenas um representante do governo.

Também neste ano foi desenvolvido o Plano de Turismo, (1959-1962), fazendo com que o Rio Grande do Sul se tornasse o primeiro estado brasileiro com esse tipo de planejamento antes mesmo de se concretizar uma política nacional com esse foco (POZZER, 2008, p.65). O plano tinha como destaque a região da Serra, mencionando os municípios de Caxias do Sul, Canela, Gramado, Farroupilha, São Francisco de Paula, Bento Gonçalves, Garibaldi, Veranópolis e também a região dos cânions, com ênfase para o Itaimbezinho e o litoral, em destaque Torres. (PLANO ESTADUAL DE TURISMO 1959-1962, citado por POZZER, 2008, p.65).

Entre as metas estava o desenvolvimento da hotelaria no Estado, a criação do crédito hoteleiro – fundo rotativo de crédito hoteleiro, preparo profissional para o turismo, isenções fiscais aos hotéis, a criação dos parques estaduais de turismo, a utilização turística da tradição gaúcha, dar especial atenção ao turismo nos lugares históricos e ao turismo estudantil, organização da assistência turística onde o Serviço Estadual de Turismo (SETUR) deveria ser responsável pela assistência às agências de turismo e demais segmentos, organização do calendário turístico anual, tentar articulação com os municípios, entrosar as atividades com a COMBRATUR para que o Estado fosse inserido nos planos de fomento de turismo no país, promover a propaganda do Estado e prestar informação turística. (PLANO ESTADUAL DE TURISMO 1959-1962, citado por POZZER, 2008, p.65).

Esses anos foram marcados também por eventos no estado, como a 2ª Festa das Hortênsias, na cidade de Gramado, em 1961 e o 1º Festival da Serra, na cidade de Canela, em 1962. Havendo sido realizados pelos recém-fundados Conselhos Municipais de Turismo, através da SETUR. Em 1963 se destacaram também a Festa do Pêssego, em Pelotas; a 1ª Festa do Milho, em Guaporé; a Festa das Rosas, em Sapiranga, e a FENAC – Festa Nacional

do Calçado em Novo Hamburgo, eventos que seguem acontecendo atualmente (HOHLFELD; VALLES, 2008, p.28).

O diretor responsável pela SETUR nesta primeira gestão foi Oswaldo Goidanich (1959 – 1963) que na época era também presidente do Conselho Estadual de Turismo (HALLAL, 2010, p.78-79), foi também gerente da seção do Touring Club, do Rio Grande do Sul e conselheiro da Secretaria de Cultura. Durante sua gestão, Goidanich deu uma atenção especial à relação entre as políticas patrimoniais e o turismo. Indício que se confirma em um documento em que o mesmo mencionava o Decreto 10.470, e solicita ao SPHAN uma relação de monumentos tombados. Seu objetivo era desapropriar áreas que pudessem interessar ao turismo e protegê-los, o que incluía lugares históricos, monumentos e o que ele chamou de “paisagens”. Com essas informações seria realizado o Cadastro Turístico do Estado (MEIRA, 2008, p. 285).

As realizações da década pelo setor turístico podem ser consideradas históricas levando em conta o seu caráter pioneiro frente ao país. O mesmo era visto como referência para outros estados brasileiros que passaram a se deslocar para o sul para aprender com essa experiência (HALLAL, 2010, p.79). No início da década seguinte, em 1960, o SETUR atuou em parceria com a COMBRATUR, órgão da gestão federal na promoção e informação turística e na elaboração do zoneamento turístico do extremo sul e do primeiro Mapa Turístico do Brasil (HOHLFELD; VALLES, 2008, p.28). Em 1961, outro órgão colaborou com a SETUR, sendo fundada a Associação Brasileira de Agências de Viagem, Secção do Rio Grande do Sul – ABAV/RS (HALLAL, 2010, p.79).

3.4. DITADURA MILITAR, EMBRATUR E A PUBLICIDADE (1964-1979)

No período que se seguiu, houveram muitas mudanças no âmbito nacional, por conta do golpe militar de 1964 e a instauração da ditadura. Durante esse período, inúmeros militares gaúchos assumiram o país e passaram a utilizar a cultura e o turismo como áreas estratégicas para construir e divulgar uma imagem positiva de Brasil e para abafar o golpe que estava em execução no país. Retorna fortemente neste período o discurso sobre o nacional e da identidade brasileira.

A política cultural 1964 trazia mais uma vez o pilar da integração (consolidação buscada no Império, na República Velha e no Estado Novo), a segurança e o desenvolvimento nacional (SABOIA, 2013, p.12). “Com o golpe militar o Estado autoritário tem a necessidade de reinterpretar as categorias de nacional e de popular, e pouco a pouco desenvolve uma

política de cultura que busca concretizar a realização de uma identidade autenticamente brasileira” (ORTIZ, citado por ALFONSO, 2006, p. 130).

Ortiz (1985) explica ainda, que a cultura é incentivada pelo Estado como meio de integração, como forma de controlar as diferenças. Na ditadura, a política governamental visava a formação de um sistema centrado e vinculado ao Estado que relacionasse áreas estratégicas de integração nacional, como a tentativa de criação de um Sistema Nacional de Cultura e a concretização de um Sistema Nacional de Turismo e de Telecomunicações. (ALFONSO, 2006, p.28). Por isso, entre os anos de 1964 e 1980 houve “uma formidável expansão, ao nível da produção, da distribuição e do consumo de bens culturais” (ORTIZ, 1985, p. 83). Então, assim como no Estado Novo, muitas instituições foram criadas ou reformuladas com essa finalidade: FUNARTE, Conselho Federal de Cultura, Embrafilme, Concine, Secretaria de Assuntos Culturais (MEIRA, 2008, p.158).

No mesmo ano da instauração da ditadura foram criados também órgãos locais nos estados, como a criação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul - DPHAE, “responsável pela política de preservação dos bens patrimoniais e culturais do Estado” (IPHAE). O DPHAE “desde sua criação pode ser considerado, juntamente com a Secretaria de Cultura, um dos principais organismos governamentais responsáveis pela gestão cultural no Rio Grande do Sul” (PINTO, 2011, p.56). Entre as principais atribuições do órgão estão:

Além das ações de tombamento, o Instituto estabelece para esses bens as áreas de entorno e as diretrizes e orientações às intervenções nessas áreas [...] realiza ainda convênios e parcerias junto aos municípios, com a intenção de inventariar os bens edificados de valor cultural, atendendo, dessa forma, a todos os municípios do Estado, auxiliando-os na implementação de legislações municipais de tombamento e desenvolvendo ações de proteção do patrimônio cultural em parceria com os municípios, o IPHAN e as associações civis (IPHAE, 2010).

O momento chave para o âmbito nacional porém, é quando o Governo Federal, através do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, define a Política Nacional do Turismo e cria o Conselho Nacional do Turismo - CNTur, e a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR (ALFONSO, 2006, p.38). Ao CNTUR cabia a tarefa de delinear as diretrizes das políticas de turismo, enquanto que a EMBRATUR deveria executá-las. Sendo o Conselho entendido como órgão superior à EMBRATUR, aquele “era formado por representantes do governo, da própria EMBRATUR e do trade especificamente das agências de viagem, da ‘indústria’ hoteleira e das transportadoras; estes últimos formavam o considerado ‘tripé’ da atividade turística” (HALLAL, 2010, p.70).

A EMBRATUR passou a fazer parte do rol de instituições estratégicas para o governo militar, para divulgar uma imagem privilegiada e ufanista do país (ALFONSO, 2006,

p.3). Para Fico (1998), a identidade costuma ser uma obsessão dos governos autoritários, que no caso brasileiro usou a imprensa para divulgar os valores nacionais. A ideia era ocultar traços considerados negativos, como a preguiça, a ignorância etc., e ressaltar tudo aquilo que trouxesse uma boa imagem para o período militar, como a paz, bondade, tolerância, além de se mostrar como um país bonito e rico, o “país do futuro”, rumo à se tornar desenvolvido. Nesse processo a EMBRATUR teve um papel estratégico para divulgar e construir tais valores definidos pelo Governo Militar (ALFONSO, 2006, p.43).

Santos Filho (2005) defende que a EMBRATUR foi criada “com o objetivo explícito de coordenar o desenvolvimento do turismo brasileiro. E, implícito de refazer a imagem do Brasil no exterior, assim, nada melhor que uma entidade através da qual se divulgassem as belezas naturais de um país exótico, pró-americano [...]” (SANTOS FILHO, 2005, p.1). Pois dessa forma, a EMBRATUR seria uma ferramenta capaz de esconder a crise social em todos os setores.

Uma das primeiras iniciativas da EMBRATUR na busca pela integração nacional foi a criação do Sistema Nacional de Turismo através do Decreto nº. 60.224, juntamente com o CNTUR e pelo Ministério das Relações Exteriores.

À página 35, o *Relatório da Presidência da EMBRATUR* de 1967 afirma que o turismo é hoje um programa de integração nacional, cujos elementos participantes, União, Estados, Municípios e sobretudo a iniciativa privada devem trabalhar devidamente entrosados e preparados para vencer as barreiras que porventura possam a ele se antepor (ALFONSO, 2006, p.41).

Para isso, organizou no mesmo ano, em outubro de 1967, o I Encontro Oficial do Turismo Nacional, no Rio de Janeiro, contando “com a participação de representantes de todos os estados e alguns territórios, além dos delegados representantes dos transportes, hoteleiros e agentes de viagens. Assim, pela primeira vez no País, realizou-se um evento em termos nacionais, para discutir a temática turismo” (HALLAL, 2010, p.70).

É importante destacar que até então, no restante do país, existia somente no âmbito estadual, duas Secretarias de Estado, a de Guanabara e a de São Paulo. E serviços autônomos como o caso do SETUR do Rio Grande do Sul (sendo o órgão estadual de turismo mais antigo do país), e alguns Serviços de Turismo Municipais para atendimento das necessidades locais (HALLAL, 2010, p.69).

O Encontro permitiu que a EMBRATUR pudesse analisar a questão do turismo brasileiro de maneira mais ampla, para entender o significado do Turismo para o Brasil. “Durante o Encontro cada um dos estados brasileiros, através de seus representantes, apresentou como vinha desenvolvendo a atividade turística no seu estado” (ANAIS DO I

ENCONTRO OFICIAL DO TURISMO NACIONAL, 1967, citado por HALLAL, 2010, p.71).

O Rio Grande do Sul mandou representantes da Comissão Especial de Turismo da Assembléia Legislativa do Estado criada a partir da proposta de Victor Faccioni³⁹ quando Deputado Estadual (1967-1969), cuja finalidade era debater as potencialidades e necessidades da expansão do turismo. A comissão foi assessorada por “Oswaldo Goidanich, que era, então, funcionário da Assembléia Legislativa do Estado, o jornalista Kleber Borges de Assis⁴⁰ e o professor Mário Gardelin⁴¹ (que já havia estado no Serviço Municipal de Caxias do Sul e também membro do IHGRS), que tinham experiência” na área (HALLAL, 2010, p.79).

Os representantes da comissão levaram ao I Encontro Oficial do Turismo Nacional inúmeras propostas, sugestões e reivindicações, como “o problema da formação de pessoas e do preparo de pessoal especializado para o turismo”, sugerindo a necessidade “de cursos especializados para pessoal de hotelaria, agências de viagens e pessoal técnico em turismo, como também da criação de cursos de formação de consciência turística em todos os graus de ensino, desde o curso primário”, além da sugestão de ensino do folclore em ginásios e faculdades (ANAIS DO I ENCONTRO OFICIAL DO TURISMO NACIONAL, 1967 citado por HALLAL, 2010, p.80).

Outros estados adotaram medidas similares baseadas nas propostas do RS e no que foi discutido no evento:

Quanto às escolas de hotelaria, o Pará solicita providência da EMBRATUR junto ao SENAC para que sejam criadas escolas de hotelaria em todos os Estados; o Rio Grande do Sul sugeriu a criação de escolas volantes de hotelaria e o preparo de pessoal especializado; o estado da Guanabara sugere a criação de cursos de formação de consciência turística em todos os graus de ensino desde o curso primário; e uma junta investigadora de Agências de Viagem propôs a organização de cursos especializados para formação de guias de turismo (ANAIS DO I ENCONTRO OFICIAL DO TURISMO NACIONAL, 1967 citado por HALLAL, 2010, p.80).

Os debates do evento despertaram um olhar para o caráter educacional que as áreas estratégicas poderiam abarcar. Não apenas para a área turística, mas também cultural (envolvendo o folclore no estado) e patrimonial. Para entendermos o patamar que a proposta

³⁹ Victor Faccioni foi jornalista, contador, economista e advogado, trabalhou na assessoria de imprensa da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, foi membro fundador da Academia Brasileira de Turismo e do Instituto de Folclore do Rio Grande do Sul.

⁴⁰ Kleber Borges de Assis foi jornalista do Correio do Povo; estudou no Colégio Estadual Júlio de Castilhos e foi membro do Conselho Nacional de Comércio Exterior do Brasil.

⁴¹ Mário Gardelin foi um foi um escritor, poeta, professor, jornalista, político e historiador brasileiro. Havendo deixado vasta bibliografia sobre a colonização italiana no Rio Grande do Sul e da história de Caxias do Sul.

voltada a educação do ensino básico antigui, basta resgatar trechos do “Compromisso de Brasília” que envolveu também a temática do patrimônio:

Sendo o culto do passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídos nos currículos escolares, de níveis primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais e da cultura popular, adotado o seguinte critério: no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, através da disciplina de moral e cívica (COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970, p. 113).

Nota-se mais uma vez a narrativa de “culto ao passado” e de monumentos de “tradição nacional” trazendo uma conotação de reverência que iguala esses elementos no nível educacional, a elementos de ordem moral e cívica, ou seja, as políticas turísticas e patrimoniais são inseridas no âmbito educacional nesse período, atuando como mecanismo de disciplinamento (MEIRA, 2008, p.159). Para a autora, “o patrimônio não é visto como base de referência para a construção das identidades ou para a criação no sentido amplo da palavra, mas sim como reprodutor da tradição” (MEIRA, 2008, p.159). Não a toa, a EMBRATUR estabeleceu entrosamento com diversos órgãos governamentais, incluindo como Patrimônio Histórico, Ministérios da Educação, Agricultura, Transportes, Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como, com o Conselho Federal de Educação (ALFONSO, 2006, p.44). Neste período também foi criado o Conselho Estadual de Cultura em 1968, “responsável pela política de preservação dos bens patrimoniais e culturais do Estado” (IPHAE, 2010), que teve como um de seus membros fundadores Paulo Juarez Pedroso Xavier.

Além da ferramenta educacional usada para a disseminação do turismo neste período, o que se destaca é a publicidade e imprensa. Ainda durante o evento do I Encontro Oficial do Turismo Nacional a Comissão Técnica n.º I, do RS agradece a divulgação local:

A Delegação do Estado do Rio Grande do Sul do I Encontro Oficial do Turismo Nacional congratula-se com os jornais e revistas nacionais que divulguem, periodicamente páginas sobre a indústria turística brasileira, contribuindo, com seus artigos, reportagens e informações, para o fomento do turismo e para a criação da mentalidade turística, e agradece a valiosa colaboração que esses órgãos da imprensa têm dado ao Rio Grande do Sul, para o maior conhecimento dos centros e atrações turísticas gaúchas (ANAIS DO I ENCONTRO OFICIAL DO TURISMO NACIONAL, 1967, p.55 citado por HALLAL, 2010, p.81).

Tais agradecimentos mostram que havia um apoio direto dos jornais, revistas, da imprensa e da iniciativa privada ao setor turístico no RS. O que pode ser explicado pela relação próxima entre alguns jornalistas e gestores públicos do estado e de profissionais envolvidos diretamente com as duas áreas, como foi o caso de Oswaldo Goidanich, que além de gestor público da área do turismo (e assessor da comissão que emitiu o agradecimento) foi também jornalista e produziu reportagens sobre o turismo no jornal Correio do Povo.

Contribuindo para que na década de 1970, as reportagens sobre o tema turismo se tornassem quase diárias neste jornal (HALLAL, 2010, p.81).

Durante esse período a publicidade turística “nos meios de comunicação em massa é fortalecida, tendo o Estado e as multinacionais como os dois maiores investidores”. (ALFONSO, 2006, p.28). A EMBRATUR sendo responsável pelo desenvolvimento de materiais de divulgação turística e publicidade em geral, teve um papel importante na construção de imagens e valorização ou apagamento das imagens já existentes, exercendo dessa forma, uma forte influência “na formação simbólica da nacionalidade brasileira” (ALFONSO, 2006, p.30).

A elaboração de políticas governamentais para o setor turísticos e o fomento a atrativos também ficou a cargo da EMBRATUR. “Cabe comentar que os atrativos culturais tornaram-se, nesta época, potenciais interessantes, ou seja, o turismo cultural, a partir deste momento, tornou-se a tipologia turística preponderante na devida unidade federada” (PINTO, 2011, p.72). Como vimos, o mesmo incentivo recebido pela EMBRATUR foi direcionado também aos estados brasileiros para que desenvolvessem o setor.

No Rio Grande do Sul, a década de 1960, foi marcada pela divulgação dos atrativos relacionados à identidade gaúcha e de seus eventos:

Na década de 1960 é feita em todos os estados brasileiros uma extensa divulgação dos atrativos turísticos do RS junto às churrascarias existentes em diversas cidades. Ainda nessa mesma década, a SETUR inicia uma organização do calendário turístico divulgando os eventos realizados no Estado, como a Festa da Uva, Festa das Hortências, Festa do Mar, Festa das Rosas, Festa do Milho. (SOUZA, 2005, p. 74 citado por PINTO, 2011).

Houve também a criação de Conselhos Municipais: “Nesse período se destacam Gramado e Canela que despontavam como dois dos primeiros municípios a criarem Conselhos Municipais e organizarem festividades, além de uma forte iniciativa privada que inaugurava novos empreendimentos” (SILVA, 2017, p.101).

A temática tradicionalista não ficou de fora no período, durante o governo de Ildo Meneghetti (1963-1967) foi aprovada a Lei de estadual de 1964, que oficializou a Semana Farroupilha (entre 14 e 20 de setembro de cada ano), “fazendo com que a Chama Crioula passasse a ser recebida com todas as honras no Palácio Piratini, sede do governo, e se tornassem oficiais os desfiles realizados em 20 de setembro, em quase todas as cidades do estado, pelos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e a Brigada Militar” (OLIVEN, 1991, s/p). A partir da Lei, a Semana Farroupilha se tornou evento e os desfiles viraram atração turística, passando a movimentar inúmeras cidades como Piratini e Porto Alegre. Dois anos depois, também foi instituída a Lei 5.213 de 05 de janeiro de 1966 que eleva o Hino Farroupilha à condição de Hino do Rio Grande do Sul.

Neste mesmo ano, durante o XII Congresso, realizado na cidade de Tramandaí, foi fundado oficialmente o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), passando a congregar grande parte das entidades do estado, tomando-se “o catalizador, disciplinador e orientador das atividades dos seus filiados, no que diz respeito ao preconizado na Carta de Princípios do Tradicionalismo Gaúcho” (MARIANTE, 1976, p. 13). A partir de então as atividades do movimento se tornaram mais constantes, através dos congressos e convenções, e demais eventos de âmbito estadual, muitas vezes recebendo apoio do turismo estadual.

Nós temos dois grandes eventos, duas grandes assembleias, do MTG, o Congresso Tradicionalista e Convenções Tradicionalistas. O congresso são debatidos temas, que vão nortear as ações que serão desenvolvidas durante o ano, as teses, os estudos, isso é debatido no Congresso. E as Convenções acontecem com temáticas (cultural, artística, campeira, esportes campeiros, etc) ali são debatidos e combinados através de assembleias.

As vezes as pessoas reclamam, quem não conhece a questão organizacional do MTG, “ah que o MTG é um ditador de regras e normas e tem que ser assim. Mas tudo é democraticamente debatido, combinado, mas nós temos uma máxima de que ninguém é obrigado a combinar nada, e a partir do combinado: sigam as regras.

Então na Convenção Cultural por exemplo, são debatidas questões de indumentárias. então as pessoas tem um prazo regulamentar para apresentar as propostas, que são apresentadas a partir dos coordenadores regionais, os conselheiros do MTG.

Sendo tradicionalista de uma entidade tu procura o teu patrão e ele vai procurar o coordenador da tua entidade (por questão hierárquica) e o coordenador então entra com uma proposta na convenção, e lá nós temos o autor da proposta e os relatores que são escolhidos pela vice presidência a quem compete. Então os relatores apresentam a proposta e dão seu parecer, favorável ou não, mas quem vota são os convencionais: os coordenadores e conselheiros do MTG que representam as suas regiões (são 30 regiões tradicionalistas, cada região tem um coordenador, e 1 ou mais conselheiros). Pressupõe-se que essas pessoas representam todas as entidades que compõem as suas regiões. Então o que se espera que através do encontro regional de patrões, o coordenador consulte seus patrões e estude suas propostas, por isso existe um tempo regular de apresentação de propostas.

O MTG é uma federação, mas a base são as suas entidades tradicionalistas. Quem faz o MTG acontecer são os CTGs, é lá que a tradição acontece. Todas as regras, todas as normas, fazem parte de uma Coletânea de Legislação Tradicionalista. Então a partir do momento em que isso é aprovado, é repassado para os CTGs (INTERLOCUTORA F).

Ainda no âmbito do estado, a EMBRATUR criou em 1967, a SUDESUL - Superintendência de Desenvolvimento do Extremo Sul (dentro do Departamento Agrícola Industrial). A proposta era estabelecer um acordo em que a SUDESUL assumiria a tarefa de desenvolver o Plano Regional de Turismo Capítulo Sul, do Plano Nacional de Turismo (HALLAL, 2010, P.82). Pois a EMBRATUR buscava desenvolver a Região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), coordenando e controlando a ação federal nessa região. A missão da SUDESUL era “desenvolver projetos ou programas relacionados aos incentivos fiscais que existiam para todo Brasil” (p.82).

Hallal explica que para a SUDESUL “o turismo era uma área interessante a ser desenvolvida economicamente, pois os três estados do sul do Brasil possuíam uma grande

potencialidade turística, e era necessário elaborar um estudo, um diagnóstico do turismo” (HALLAL, 2010, p.85). Como não dispunham de conhecimento técnico adequado para o estudo buscaram como referência a Europa e contrataram uma empresa espanhola especialista em projetos turísticos, chamada Técñibéria para que elaborasse o Plano Regional de Turismo. A liderança da equipe ficou a cargo do economista Francisco Menor Monastério, enquanto que a equipe brasileira foi liderada pelo economista Edison Baptista Chaves, então diretor do Departamento Agrícola Industrial da SUDESUL, cujo superintendente era o engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melo (HALLAL, 2010, p.85). A equipe de espanhóis era composta por economistas, sociólogos, historiadores, que vieram para o RS para estudar o turismo no sul do Brasil. “Inicialmente foi realizado um levantamento descritivo de toda a potencialidade turística dos três estados, resultando em vários volumes, com mais de seis mil páginas. Cópias foram entregues para as universidades, para os governos estaduais, para os municípios de interesse” (p.85).

A autora ainda defende que o que se tinha no RS até aquele momento “eram algumas atividades isoladas, não havia um corpo integrado. O Plano organizou, colocou o governo do estado como órgão institucional do turismo e a iniciativa privada como a executora desse plano, dando uma certa ordenação ao setor” (HALLAL, 2010, p.87).

Apesar de todos os esforços, esse Plano não foi implantado no estado, foram desenvolvidas apenas algumas ações vindas desse diagnóstico como: a criação do curso de Turismo da PUCRS, e a criação da Secretaria Estadual de Turismo (HALLAL, 2010, p.87).

Além disso, o Plano também foi base para a criação do Zoneamento Turístico do Estado, que fazia uma divisão de oito roteiros turísticos, agrupando vários municípios que tivessem atrativos e serviços (MOESCH, 1997). Sendo assim, o documento mais antigo sobre regionalização turística no Rio Grande do Sul.

Durante o governo de Euclides Tranches no início dos anos 1970, Victor Faccioni (que propôs a Comissão Especial de Turismo em 1967) foi convidado, pelo governador a chefiar a Casa Civil do governo. Nesta gestão são criadas e instaladas a Secretaria Estadual de Turismo e a CRTUR – Companhia Riograndense de Turismo, órgão executivo da Secretaria Estadual (HALLAL, 2010, p.82). “Uma das suas primeiras atitudes foi montar um grupo de estudos para a elaboração das Diretrizes para a Ação do Governo do Estado. No setor relativo à viabilidade do Rio Grande do Sul para o turismo, assumiram os estudos Roberto Pacheco, que pouco depois se tornou secretário da Indústria e Comércio, e Roberto Eduardo Xavier” (HOHLFELDT; VALLES, 2008, p. 113).

A Secretaria ficou a cargo de Edison Baptista Chaves (1971-1973) “que já atuava na área de turismo como técnico e supervisor geral do Plano Regional de Turismo da SUDESUL. Desde abril daquele ano ocupava o cargo de Secretário Extraordinário para Assuntos de Turismo, à frente do SETUR (Serviço Estadual de Turismo), até então dirigido por Walter Seabra” (HALLAL, 2010, p.87).

Com a criação da Secretaria de Turismo, foi extinto o Serviço Estadual de Turismo - SETUR através da lei nº 6.237 pois o objetivo era colocar o setor do turismo no mesmo patamar de igualdade em relação as outras secretarias de Estado, permitindo que essas áreas fossem trabalhadas em conjunto (HALLAL, 2010, p.88). Segundo Hallal, em entrevista com Chaves (2008), “nessa época todos os secretários, principalmente o secretário do transporte, deram bastante apoio ao turismo. Foi realizado um programa de sinalização de estrada; a Secretaria de Educação tinha um programa de palestras sobre o tema [do turismo] [...]” (2010, p.89). O que demonstra que já nessa época a área da educação era pensada como ferramenta de promoção turística.

A Secretaria de Turismo “funcionava com a mesma equipe do Serviço Estadual de Turismo, no entanto, passou a ser uma secretaria que tinha acesso aos demais secretários e todo o apoio do governador” (p.88). Havia também trabalhos que eram realizados em parceria entre a Secretaria, a CRTUR e a equipe de espanhóis que assessorava, voluntariamente, sem contrato (HALLAL, 2010, p.88).

O turismo no RS se desenvolvia no tripé: “Secretaria de Turismo, que era o órgão normativo; o executivo era a CRTUR e a Comissão Inter-setorial de Turismo - CITUR, um órgão consultivo” (HALLAL, 2010, p.89). A CITUR era um “órgão de assessoramento integrado, da qual participavam as “Secretarias de Estado, da CRTUR, órgãos estaduais e federais, associações de municípios e entidades especialmente convidadas que atuavam direta ou indiretamente na área turística” (HALLAL, 2010, p.90).

Desde então, a Secretaria marcou presença nos eventos oficiais organizados pela EMBRATUR. Durante a I Reunião Oficial de Turismo que ocorreu em junho de 1972, no Hotel Nacional, em Brasília, inúmeros estados enviaram seus representantes, para que apresentassem sugestões que pudessem beneficiar e servir de exemplo para o Turismo Nacional. Neste evento foi apresentado o mencionado Plano regional de Turismo da SUDESUL pelo professor Carlos Alberto Silveira Goulart na época diretor do Departamento Agrícola Industrial (HALLAL, 2010, p.96).

Entre as palestras realizadas no evento, foi apresentando o trabalho “O Turismo e a Estratégia Gaúcha”, por Edison Baptista Chaves:

O trabalho focalizou os seguintes aspectos: introdução, incidência econômica do turismo, visão econômica do sistema turístico; entradas de turistas no Rio Grande do Sul; mercado turístico do Rio Grande do Sul; efetivo econômico do turismo no RS; o papel do setor público no desenvolvimento do turismo; estrutura institucional, funcionamento da estrutura institucional, CITUR – funções; Comissão Intersectorial de Turismo, Relações entre Secretaria e Companhia, características, funcionamento dos contratos, custos, tipos de apresentação de serviços, autorização de serviços e fluxograma (Correio do Povo/RS, 06/06/1972 citado por HALLAL, 2010, p.94).

Este estudo foi considerado pelo então presidente da EMBRATUR Paulo Manoel Protásio⁴², como “uma importante contribuição para se abreviar a consecução dos objetivos da política nacional, além de fixar-se, desde já, como exemplo de pesquisa e definição de metas” (Folha da Manhã/RS, 06/06/1972 citado por HALLAL, 2010, p.93).

Hallal ressalta ainda o grande destaque dessa participação nos jornais locais (FIGURA 39) destacando a presença do Rio Grande do Sul na Reunião Oficial de Turismo de Brasília (HALLAL, 2010, p.93) mostrando mais uma vez o apoio da imprensa⁴³.



FIGURA 39 - Correio do Povo/RS, 06/06/1972, p. 04 e Correio do Povo/RS, 08/06/1972, p.04 respectivamente (Fonte: HALLAL, 2010, p.95-96).

Vemos que tanto o Plano Regional de Turismo da SUDESUL, quanto o estudo “Turismo: estratégias gaúchas”, serviram de base para as discussões em âmbito nacional (HALLAL, 2010, p.97). Neste evento, o Rio Grande do Sul era o único estado que havia realizado um Plano de Turismo, e por isso vinha sendo exemplo para outros estados que buscavam uma estrutura institucional voltado para o setor (HALLAL, 2010, p.97). Ao ser

⁴² Além de presidente da EMBRATUR, Paulo Manoel Protásio foi na secretaria executiva do Ministério da Indústria e do Comércio e vice-presidente da Organização Mundial de Turismo da ONU.
⁴³ Importante destacar que na década seguinte, em 1980, foi marcada pela criação da Associação Riograndense de Guias de Turismo e a Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo Secção RS.

entrevistado pela prof^a Dr^a Dalila Hallal (2010) em 2008, Edison Baptista Chaves conta que “*nós [os representantes do Rio Grande do Sul] éramos a figurinha premiada desse Congresso de Brasília para ensinar os outros como, montar a estrutura* (HALLAL, 2010, p.93).

Neste mesmo ano, em novembro de 1972, foi realizado também, o I Congresso Extraordinário das Organizações Turísticas da América Latina (COTAL), em São Paulo e a Secretaria de Turismo esteve presente comandando a delegação do estado, composta por: representantes de agências de viagens, hotelaria e transportes, para divulgar o RS para os demais participantes (HALLAL, 2010, p.97).

A Secretaria porém, não estava envolvida apenas na participação em eventos nacionais, a agenda do estado estava composta por eventos em diversos municípios que continuam acontecendo hoje, como a Feira do Artesanato – FEARTE, e o Festival de Cinema em Gramado, iniciativas locais estimuladas e apoiadas pela SETUR.

Além disso, são desse período as primeiras edições da Califórnia da Canção, em Uruguaiana cidade localizada na área da Campanha, sendo o primeiro festival de música nativista do estado. “Realizado anualmente, ele serviu de modelo para os cerca de quarenta festivais existentes hoje nas mais diversas regiões. Esses eventos costumam reunir milhares de jovens que, geralmente acampados, evocam as músicas e o ambiente da vida campeira, bem como os símbolos da identidade regional” (ARAÚJO, 1987 citado por OLIVEN, 1991, s/p.).

Oliven (1990) conta também que foi criado durante o governo Tranches no Palácio Piratini um ‘galpão crioulo’, que buscava “recriar o ambiente das estâncias e serve para recepcionar visitantes ilustres, com churrasco, carreteiro⁴⁴ e apresentações de música e de danças regionais. Nesse mesmo período, o estado doou um terreno para que o 35 CTG pudesse construir sua sede própria” (s/p). Demonstrando o apoio direto do Poder Público ao movimento.

Tanto os eventos, quanto os espaços voltados a temática farroupilha passaram a atrair inúmeros (as) visitantes para os municípios, atingindo de uma forma ou de outra o turismo local e estadual, que já vinha mostrando esse apoio ao tradicionalismo gaúcho.

Sempre tivemos uma relação de boa vizinhança com o poder público, porque por exemplo, para organizar uma geração de Chama Crioula, é do interesse de uma Prefeitura Municipal receber um evento desse porte. Então nós sempre estabelecemos uma boa relação com o poder público por conta disso, até porque nós sabemos, que hoje tudo a base é financeira.

⁴⁴ Prato típico da cozinha do Sul, feito de arroz ao qual se adiciona carne-seca ou carne-de-sol desfiada ou picada, às vezes paio e lingüiça em pedaços, refogados em bastante gordura, com alho, cebola, tomate e cheiro-verde (Dicionário Informal).

Nada impede que a prefeitura entre com processo de captação de recursos, ou que a Câmara de Vereadores elabore um projeto e a Prefeitura sancione para um evento tradicionalista. Nada disso, é impossível, é muito frequente inclusive. O MTG não tem vínculo com política necessariamente, mas nós estabelecemos essa relação importante e necessária, para que os eventos, por exemplo, aconteçam. Para acontecer o Encontro de Artes e Tradição Gaúcha - ENARTE, sem o suporte municipal, sem o auxílio do poder público, é impossível, isso em todas as escalas, municípios e estado (INTERLOCUTORA F).

Somando-se a isso foi criado em 1972, o Parque Histórico General Bento Gonçalves em Cristal, que traz também fortemente a temática farroupilha a partir de seu edifício e acervo voltado totalmente para a do líder farroupilha Bento Gonçalves:

Instituição vinculada à Sedac, o Parque Histórico General Bento Gonçalves foi criado através do Decreto Nº 21.624, em 28 de janeiro de 1972 [...]. No seu interior foi construída, em 1976, junto às ruínas da casa original em que o general Bento Gonçalves viveu parte de sua vida, uma réplica daquela que pertenceu a ele. Nela, existe um museu que conta com um acervo de objetos relativos a um dos líderes da Revolução Farroupilha (1835-1845). [...] Além das ruínas da casa original, o Parque conta com uma possível trincheira da época da Revolução Farroupilha (SECRETARIA DA CULTURA RS, 2022).

A década inclusive, foi marcada pela criação de novos museus em diferentes cidades, com acervos voltados para figuras marcantes como o Museu Histórico Municipal Capitão Henrique José Barbosa em Canguçu (1972), o Museu Museu Dr Carlos Barbosa Gonçalves em Jaguarão (1977) e o Museu Municipal Divino Alziro Beckel em Camaquã (1979) que além de homenagear a figura que lhe dá o nome, possui um acervo relativo a história do município. Entre outras fundações.

Ainda na gestão de Chaves foram realizados investimentos locais, como o início da implantação do parque da Guarita, em Torres, e o projeto para o Parque do Caracol. Enquanto que o CITUR, assessorou em prefeituras municipais, e outras entidades interessadas em desenvolver o turismo local (HALLAL, 2010, p.89).

Edison Baptista Chaves continuou na Secretaria de Turismo até fevereiro de 1973, quando assume a Secretaria de Indústria e Comércio. Em seguida quem assume é Roberto Eduardo Xavier⁴⁵ que já fizera parte da equipe de estudos para a implementação da Secretaria, e foi também Secretário substituto da Indústria e Comércio, além de sua experiência como conselheiro do COMTUR-Conselho Municipal de Turismo (1961-1965) (HALLAL, 2010, p.98).

Durante a gestão de Roberto Eduardo Xavier (1973 a 1975), alguns projetos da gestão anterior deram início a obras de implantação: como a construção do Parque da Guarita, em Torres; e do Parque do Caracol, em Canela. (HALLAL, 2010, p.103).

⁴⁵ Roberto Eduardo Xavier foi também jornalista, advogado, Secretário Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, e da Secretaria Extraordinária do Governo Estadual.

O Rio Grande do Sul continuou marcando por sua presença em eventos nacionais sobre turismo, sendo destaque na II Reunião Oficial de Turismo, no Rio de Janeiro, em 1973, onde os técnicos do estado “tiveram voz ativa nas cinco comissões do conclave. Na ocasião, o Estado demonstrou ter potencialidades turísticas e o único que apresentou um relatório de atividades devidamente impresso” (HALLAL, 2010, p.103).

Neste mesmo ano, o governo Federal – através do Ministério da Indústria e do Comércio cujo Ministro era Marcus Vinicius Pratini de Moraes e a EMBRATUR comandada entre seus diretores pelo jornalista gaúcho Kleber Borges de Assis, que por conta de sua origem buscava priorizar os investimentos para o estado – com vista em desenvolver o turismo interno, instituiu o Ano Nacional do Turismo. “A medida foi concretizada pelo Decreto 71.790 de 31 de janeiro de 1973. A EMBRATUR inicia a divulgação do Ano Nacional do Turismo, pelo Sul” (HALLAL, 2010, p.101). Para isso, ocorreu um encontro entre Olavo Lyra Maia⁴⁶, Diretor da EMBRATUR e Luiz Emilio Corrêa Meyer, Diretor Presidente da CRTUR, a fim de estabelecerem contatos com áreas turísticas (Jornal do Comércio/RS46, 02/03/1973 citado por HALLAL, 2010, p.101).

Outras parcerias foram firmadas durante essa gestão e a SETUR, juntamente com a CRTUR, a ABAV/RS, o Sindicato das Empresas de Turismo do Rio Grande do Sul e a FAMECOS/PUCRS, realizaram diversos ciclos de estudos sobre Turismo, cujos temas incluíam: Turismo e Comunicações, Agências de viagem, Hotelaria e Transporte (HALLAL, 2010, p.104). “Nesse período, também estava sendo implantado o Programa de Integração Estado-Município (PIEM), com o objetivo de acionar, motivar e estruturar os municípios com potencial turístico no Rio Grande do Sul” (HALLAL, 2010, p.103).

Uma das ações tidas como prioridade por Xavier foi a definição do “produto turístico”. Para ele o estado “possuía produtos turísticos que resultam da conjugação de fatores que lhe são característicos: paisagem, estrutura de gastos, acervo étnico, cultural, resíduo histórico, etc” (HOHLFELDT; VALLES, 2008, p. 116). Para isso, foram priorizados quatro pontos para a execução de uma política de turismo no Rio Grande do Sul. Inicialmente, “foram identificados os sete roteiros sub-regionais propícios ao turismo. Eram eles: Litoral; Uva e vinho; Serra; Zona Sul; Fronteira; Missões e Estâncias Hidrominerais” Posteriormente foi montado o calendário de eventos no estado, com 211 acontecimentos turísticos para 1973. “O terceiro ponto se referia à variedade étnica e cultural do Rio Grande do Sul, o que acarretava a comercialização dos seus valores sócio-culturais”. E por último, aquilo que Xavier considerava “como um plus diferenciador, a partir da afirmação da imagem cultural do

⁴⁶ Olavo Lyra Maia, além de Diretor da EMBRATUR, foi também Secretário de Cultura, Desportos e Turismo do Pará e primeiro presidente da Companhia Paraense de Turismo – Paratur.

gaúcho, sendo um fator de identificação do estado no Brasil afora” (HOHLFELDT; VALLES, 2008, p. 116). Esse último ponto, enfatizava a temática da figura do gaúcho que já se fazia tão presente na imagem construída pelo estado, usada como fator de diferenciação.

Neste período, a relação entre o tradicionalismo e a cultura se tornam mais estreitas no estado a partir do Decreto n. 23.613, de 1974 que transforma o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (que era vinculado a extinta Divisão de Cultura da Secretaria de Educação de 1954) na Fundação Gaúcha de Tradição e Folclore, que engloba também a antiga Comissão Gaúcha de Tradição e Folclore e à Secretaria do Estado da Cultura (Sedac) com o objetivo de desenvolver pesquisas e divulgar a cultura gaúcha, voltada para o folclore, tradição, arte, história e sociologia (LUVIZOTTO, 2010, p. 50). Glaucus Saraiva (folclorista, historiador, professor e escritor tradicionalista), um dos idealizadores e figura importantíssima do MTG foi também o primeiro diretor do Instituto, enquanto seu primeiro presidente foi Hélio Moro Mariante – também tradicionalista, havendo sido vice-presidente do MTG, Secretário Geral do IHGRS, Coronel da Brigada Militar, Chefe de Gabinete da Secretaria de Interior e Justiça e Assessor Especial da Secretaria de Educação e Cultura.

[...] as pessoas envolvidas com o tradicionalismo normalmente também são envolvidas com o folclore e coincidentemente muitas das pessoas que trabalhavam, eram funcionárias de estado do RS no IGTF, eram membros tanto da Comissão Gaúcha de Folclore quanto do MTG, [...] não que as pessoas tenham migrado elas continuaram trabalhando nas duas instituições. [...] O MTG por ter um caráter de ONG, é uma instituição que não tem fins lucrativos, não podemos arrecadar fundos, podemos ter patrocínios, é diferente. Temos a Fundação Gaúcha, responsável por entrar com projetos, instituição vinculada ao MTG, de apoio. O MTG não pode ter esse caráter, porque se não perderia suas características de ONG. É uma federação responsável por ajudar as entidades tradicionalistas. Mas o MTG sempre foi parceiro das instituições, e como o folclore é muito vinculado a tradição, acaba que as pessoas circulam nos três ambientes (INTERLOCUTORA F).

Sendo um órgão dirigido frequentemente por integrantes do MTG ou simpatizantes do tradicionalismo gaúcho a temática mantém-se institucionalizada com apoio do poder público.

No mesmo ano é tombado também o Sobrado da Praça Fernando Abott em São Gabriel, pelo IPHAN, cujo tombamento tem vínculo com a temática farroupilha (MEIRA, 2008, p. 426).

O gaúcho, no ano seguinte, também parece no material de divulgação turística produzido pela EMBRATUR, que dedicou uma página (FIGURA 40), da edição de 1975 ao Rio Grande do Sul:



FIGURA 40: Capa e página do material turístico da Embratur edição de 1975.

A página à direita mostra casais de homens e mulheres pilchados com bombacha, lenço, bota e o vestido de prenda, dançando com seus pares em fileira. No pequeno texto à direita é possível ler:

Figuras inconfundíveis, no panorama grandioso dos pampas, os gaúchos, com seus trajes coloridos e suas danças típicas, são ferrenhos defensores da beleza de nossas tradições e da riqueza do nosso folclore (EMBRATUR, 1975).

Apesar do destaque do Rio Grande do Sul frente aos demais estados nos eventos nacionais, o estado não aparece muito nos materiais turísticos da EMBRATUR. O folder acima é um dos raros momentos, que só voltam a ocorrer na década de 1980.

O gaúcho porém, não é a única figura que aparece entre as prioridades do planejamento turístico estadual. Durante a participação de Xavier no estudo que tratava da viabilidade do turismo no RS para a implantação da Secretaria de Turismo Estadual, foram levantadas algumas conclusões neste relatório elaborado por vários profissionais, que entre elas incluíam:

O Estudo revelava que o Rio Grande do Sul possuía quatro estações bem definidas, o que permitia dividir a promoção turística em quatro safras: o verão era a praia; a safra do inverno era montanha; a safra do outono para a cultura; e a safra de primavera para os esportes [...] O relatório revelava ainda que o estado fora formado basicamente por três correntes migratórias: a alemã, a italiana e a portuguesa. Destacava-se, ainda, a presença de ingleses, franceses, poloneses, árabes e espanhóis, com todas as suas potencialidades, como a culinária, o artesanato, a arquitetura e tantos outros aspectos [...] A conclusão foi de que o acervo

étnicocultural poderia ser viável para utilização ao fomento da atividade turística [...] Para fechar o estudo, analisou-se o calendário anual de eventos no estado, contabilizando 211 eventos que, segundo o relatório, podem, tranqüilamente, ser elevados para 1000, pura e simplesmente, por pesquisa, sem muita assessoria (HOHLFELDT; VALLES, 2008, p. 113).

Percebe-se já nesse relatório a seletividade discursiva sobre a composição étnica do estado, percebível nos materiais turísticos produzidos posteriormente, conforme vimos no Capítulo 1. O relatório acaba por deixar de fora as contribuições negras/africanas e indígenas tão presentes, mas tão invisibilizadas no Sul. O que se torna ainda mais questionável no caso indígena, se voltarmos o foco patrimonial dado às Missões, mas que não aparece no relatório.

O estudo contribuiu para que anos mais tarde fossem incorporadas as temáticas da imigração alemã e italiana, não apenas nos eventos locais mas na própria divulgação turística.

Inclusive foi nesta mesma gestão que foi realizado o Biênio da Colonização e da Imigração, mesclando as comemorações do Sesquicentenário da Imigração e Colonização Alemã, em São Leopoldo, de 1974, e do Centenário da Imigração Italiana, em Nova Milano, de 1975, “cuja comissão foi presidida por Victor Faccioni e a coordenação geral pelo jornalista Oswaldo Goidanich” (HALLAL, 2010, p.104) além de Ruy Remi Rech e Ernesto Cros Valdez.

Hohlfeldt e Valles, explicam que “a política de preservar as raízes culturais do estado já se estendia por alguns anos (desde o tradicionalismo dos CTGs até as comemorações da Revolução Farroupilha e o aniversário de Porto Alegre)” (2008, p.30) e tendo em vista tais comemorações relacionadas a imigração europeia “foi criado um projeto que buscasse, nessas duas datas, um elo de ligação responsável por uma série de eventos que tivessem em comum um mesmo elemento: a exposição das diversas etnias como formas representativas de multiculturalismo gaúcho” (HOHLFELDT; VALLES, 2008, p.30). O projeto se transformou em decreto: nº. 22.410, de 22 de abril de 1973, pelo qual se institui o Biênio da Colonização e Imigração.

Assim surgiu o superevento: Biênio da Colonização e Imigração, “com a duração de dois anos, constituído por várias comemorações, festividades, exposições e concursos, visando os aniversários de imigração das mais diversas etnias” (HOHLFELDT; VALLES, 2008, p.30). O evento pretendia: “ser uma verdadeira festa de confraternização e de afirmação de harmonia, de fraterno convívio, de solidariedade e de civismo, que une os rio-grandenses de todas as origens” (MOESCH, 1997, p.151- 152). Segundo Hallal, “todo o Estado foi mobilizado para que o evento se transformasse no acontecimento do século” (HALLAL, 2010, P.104).

É interessante analisar que no âmbito nacional o discurso turístico ia contra ao do Rio Grande do Sul. Ao passo que a EMBRATUR divulgava uma imagem de um povo essencialmente miscigenado, carnavalesco. O estado voltava-se para uma representação branca, europeia e gauchesca.

Ao buscar pela representação do que seria a “cultura nacional” por uma visão positiva a EMBRATUR baseava-se naquele período nas ideias de Gilberto Freyre pautada na miscigenação⁴⁷, justificando a formação do povo brasileiro pela mistura das “três raças” (os(as) brancos(as) europeus(ias) da Região Sul, os(as) negros(as) e os(as) indígenas). Para ele, o Brasil aproximaria-se de uma “democracia racial”. Passando uma ideia romantizada de que “as três raças” viviam em perfeita harmonia e longe de conflitos sociais e racismo. O material turístico produzido na época continha imagens e narrativas, permeadas de exotividade, apresentando uma nação sensorial, miscigenada, repleta de odores, cores, sabores, musicalidade e sensualidade (ALFONSO, 2006, p.138). Segundo Alfonso, “o pensamento de Gilberto Freyre contribuiu decisivamente para a construção de uma imagem hegemônica do país, pautada pelo ‘encontro de três raças’” (2006, p.18).

Apesar de ser a base a construção narrativa turística no país, “sua noção funcional de ‘cultura brasileira’ foi banida dos centros acadêmicos do sul do país” (ALFONSO, 2006, p.11) e também da narrativa turística no RS, que buscou se destacar pela diferença em relação ao Brasil.

Roberto Eduardo Xavier permanece na Secretaria de Turismo até 1975, quando Sinval Guazzelli⁴⁸ (1975-1979) assume o governo do estado. No seu lugar entra Mário Bernardino Ramos, ex-prefeito de Caxias do Sul, lembrando pela construção do Parque de Exposições da Festa da Uva; trabalhou um tempo junto a imprensa e posteriormente foi também diretor da EMBRATUR.

Mário em seguida convida Norma Martini Moesch⁴⁹ (1975-1977) na época formanda do curso de Turismo da PUCRS, para coordenar a secretaria (HALLAL, 2010, p.105).

A partir desse período (1975-1979) o grande foco da EMBRATUR foi a preservação dos patrimônios histórico-cultural e natural do país (ALFONSO, 2006, p.90). Seguindo a política do Estado de integração nacional, são feitas campanhas para incentivar o turismo interno, a fim de desenvolver econômica e socialmente estados e regiões, e ao mesmo tempo criar um senso de identidade das pessoas com o patrimônio (ALFONSO, 2006, p.91).

⁴⁷ Criou-se a narrativa de que o branco, o índio e o negro mantêm um contínuo processo de miscigenação espontânea sem os problemas de integração que vem caracterizando outras culturas (ALFONSO, 2006, p.86).

⁴⁸ Guazzelli era advogado, foi secretário de Obras Públicas do RS, ministro da Agricultura do Brasil.

⁴⁹ Norma também foi consultora externa do Ministério de Turismo, servidora da Prefeitura de Município de Santa Maria e Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Nesta época é criado também, o Conselho do Patrimônio Histórico Cultural (Compahc) através da Lei nº 4.139, de 1976. Sendo um órgão de assessoramento em assuntos voltados para o Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAC, 2022). O conselho era composto pelo IHBRIS; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁵⁰; DPHAE; Instituto de Arquitetos do Brasil, Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; Associação Rio-grandense de Imprensa e Ordem dos Advogados do Brasil e outros membros indicados pelo prefeito (COMPAC, 2022). E tinha como funções:

Estabelecer critérios e valores para o enquadramento de bens como Patrimônio Municipal; opinar sobre a inclusão de bens no Livro Tombo; apreciar as propostas de instituição de Áreas de Interesse Paisagístico e Cultural; e manifestar-se sobre projetos ou planos de construção, conservação, reparação, restauração, adaptação ou demolição em bens integrantes do patrimônio do Município. Além disso, o Conselho deve manter permanente contato com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando à obtenção de recursos, cooperação técnica e cultural para planejamento da preservação e revitalização de Bens Históricos e Culturais (COMPAC, 2022).

No que envolve o patrimônio, no ano de 1979, o IPHAN (antigo DPHAN que havia sido transformado em instituto – IPHAN no início da década) é dividido entre secretaria – SPHAN, na condição de órgão normativo, e em Fundação Nacional Pró-Memória – FNPM, como órgão executivo. Neste período, as ações do órgão, no RS, “não foram autônomas na maior parte do tempo, e sim subordinadas aos estados do Paraná e de São Paulo”. Contudo, durante a década, “raramente a Diretoria de São Paulo se manifestava quanto ao assunto. Um dos únicos processos em que há manifestação de Luis Saia refere-se justamente às Missões – o tombamento das ruínas de São Nicolau, de São Lourenço Mártir e de São João Batista” (MEIRA, 2008, p.303) todos tombados em 1970.

Mas a temática que começa a aparecer nas preocupações dos preservacionistas na década é o tombamento nas áreas de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul ainda na gestão de Renato Soeiro (1970) (MEIRA, 2008, p.304). Há de se refletir que essa preocupação possa ter surgido em partes pela influência da narrativa turística que tomava forma sobre o assunto, com olhares para uma diversidade cultural do estado.

Isso porque, as áreas de imigração eram vistas até então, pelos preservacionistas e pelo próprio Renato Soeiro, com o mesmo olhar direcionado às Missões entre 1930 e 1970 – tratando de uma contribuição estrangeira, o que fez com que os estudos sobre essas áreas demorassem a aparecer (MEIRA, 2008, p.307). A autora explica que “o esforço dos historiadores no sentido de defender a matriz lusitana da formação do estado e de impor o Rio Grande do Sul frente ao restante do país, provocou um nacionalismo exacerbado que impediu, com raras exceções, estudos sobre essas áreas” (MEIRA, 2008, p.307).

⁵⁰ Em 1970 o DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A museóloga Lygia Martins Costa do Museu Histórico Nacional e membra do DPHAN (uma das principais figuras na criação de uma representação do Conselho Internacional de Museus (Icom) no Brasil), manifestou-se na época pela preservação dos bens patrimoniais nas áreas de imigração em âmbito nacional. Assim, foi realizado “levantamento de conjuntos arquitetônicos, de monumentos e sítios, foi sugerido ao governo estadual, que, a partir daí, iniciou algumas ações de conhecimento das áreas de imigração” (MEIRA, 2008, p.306). Apesar destes estudos, os tombamentos em si ocorreram um pouco mais tarde, conforme veremos a seguir.

3.5. ÚLTIMOS ANOS DA DITADURA, BARBOSA LESSA E IMIGRAÇÃO (1980-1990)

Em 1979, quem assume a Secretaria de Turismo durante o Governo de José Augusto Amaral de Souza (1979-1983), é Lauro Pereira Guimarães⁵¹, o setor porém é “desvalorizado”, quando passa a integrar a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, deixando de ser uma área com secretaria própria (HALLAL, 2010, p.105). A nova Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo é criada através do desmembramento do anterior Departamento de Assuntos Culturais - DAC, da Secretaria de Educação, adicionando a temática do Desporto para atender ao esporte e o Turismo, para não perder a experiência administrativa dos oito anos de Secretaria de Turismo (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, 1982). Segundo esse documento, buscou-se definir as atribuições entre o Departamento de Turismo e a CRTUR.

Entre as Instituições que estabeleceram parcerias e vínculos no governo de Amaral de Souza vale destacar: a Biblioteca Pública (supervisionando o Sistema Estadual de Biblioteca), o Arquivo Histórico, a Discoteca Pública Natho Hehn, o Museu Júlio de Castilhos (que se expandiu fisicamente através do prédio contíguo, adquirido pelo Estado), o Museu Antropológico, (que contribuiu para o surgimento de novos museus em Santo Antônio da Patrulha, São Pedro do Sul, Butiá, São Gabriel. São Borja, Osório), o Instituto Estadual do Livro (realizando a Feira do Livro Infantil, participando da Feira do Livro com obras dos Pólos Culturais do Interior, reeditando obras básicas, tais como os "Contos Gauchescos e Lendas do Sul", de Simões Lopes Neto), o Museu de Arte do Rio Grande do Sul e o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

⁵¹ Foi também da diretoria da EMBRATUR, chefe de gabinete da Secretaria de Obras Públicas do Estado e Procurador-Geral de Justiça.

Lauro Pereira Guimarães deixa a Secretaria no ano seguinte, para integrar a diretoria da EMBRATUR junto a João Romeu Dutra (1979 a 1981). Segundo Silva, Lauro “não mediu esforços para o fortalecimento do turismo gaúcho, com diversas ações e convênios com entidades do RS” (2017, p.112). Dutra foi o primeiro Secretário de Turismo de Gramado, “contribuiu com o início do grande desenvolvimento turístico de Gramado e com a realização de muitas obras importantes como: Primeiro Pórtico, Plano Diretor, novos Hotéis, ampliação da culinária, primeiras fábricas de chocolate, cafés coloniais”. Além da “Divulgação de Gramado, como a FEARTE – Feira nacional do Artesanato, em maio de 1972, também o Festival de Cinema de Gramado, com a primeira edição em janeiro de 1973” (CAMARA DE GRAMADO, 2022).

Quem também passa a fazer parte da diretoria da EMBRATUR nesta década é Oswaldo Goidanich que durante sua atuação fez um levantamento do patrimônio histórico da capital gaúcha, com o objetivo de implantar um Centro de Eventos (HOHLFELDT; VALLES, 2008, p.36). A relação de Goidanich com patrimônio sempre foi estreita, já que o mesmo chegou a ser coordenador da Comissão Especial de Estudos de Levantamento e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Rio Grande do Sul.

No lugar de Lauro Guimarães, uma figura importante do tradicionalismo gaúcho assume a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo no ano seguinte à criação: Luiz Carlos Barbosa Lessa um dos grandes idealizadores do MTG e fundador do 35 CTG. Quem integra essa gestão como Secretário extraordinário é Roberto Eduardo Xavier.

De acordo com Moesch (1997, p. 167) “Barbosa Lessa não teve muito o que fazer para preservar o modelo turístico montado por Amaral de Souza, pois o próprio caráter híbrido da estrutura adotada se conflitava com os fundamentos essenciais de tal modelo”. Apesar disso, ele não mediu esforços de incentivo ao turismo e a cultura.

Segundo o relatório produzido nesta época, o Departamento de Cultura, buscou “alargar” a área cultural do Estado, “desvinculando-a do âmbito restrito da Capital e das Delegacias de Educação e promovendo um maior conhecimento daqueles fatos e personalidades que, no passado, contribuíram para o atual estágio da Cultura sul-riograndense” (p.421).

Uma enorme interrupção do fluxo de visitantes vindos da Argentina e Uruguai fez com que a Secretaria se atentasse para realidade do estado e suas falhas de estruturais turísticas e de operacionalidade receptiva. Por conta disso, uma das alternativas foi buscar a solução de problemas como o caso dos Parques Estaduais de Torres (Quarita-Itapeva), Cristal (Parque Histórico Bento Gonçalves) e Viamão (Parque Estadual de Itapuã), “caracterizados

por se basearem em projetos superdimensionados, em vista da atual realidade econômica do Estado, não tendo sequer sido ultrapassada, no caso, a problemática de ressarcimento dos proprietários de extensas áreas desapropriadas” (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, 1982). Com ajuda da EMBRATUR o problema de Torres foi resolvido através a aprovação de Lei Federal que determina regulamentação das chamadas Areas de Interesse Turistico.

No caso de Cristal, a Procuradoria do Estado resolveu a questão do pagamento dos apropriados, facilitando a dinamização do Parque Histórico General Bento Gonçalves como um Centro Turistico-Cultural. O mesmo entrou em atividade, graças a cessão de uso à concedido pelo MTG destinando-se assim às temáticas “da Estância, do Galpão e do Tradicionalismo” (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, 1982).

A ação estava em diálogo direto com um dos principais objetivos da gestão, que foi incentivar o culto às tradições em todas as suas múltiplas manifestações. Consolidando assim, “o apoio oficial à identidade regional fundada no binômio tradicionalista gaúcho/farroupilha” (ZALLA; MENEGAT, 2011, p.66). Pinto (2011, p.65) explica que “esta gestão contribuiu para que o governo estadual priorizasse, durante a década de 1980, em suas políticas culturais, ações voltadas para as manifestações tradicionalistas”. Podemos dizer sem dúvida que mesmo de curta duração (1980 a 1983), a gestão de Barbosa Lessa foi uma gestão chave para as políticas culturais e turísticas do estado voltadas para a temática tradicionalista.

A própria popularização das práticas tradicionalistas gaúchas alcançaram um outro patamar a partir de 1982, com a exibição do programa de televisão Galpão Crioulo pela RBS TV, afiliada da Rede Globo, nas manhãs de domingo (programa que continua no ar até hoje). Sendo apresentado inicialmente por Antonio Augusto da Silva Fagundes (mais conhecido como Nico Fagundes), compositor, músico, historiador e tradicionalista. Trazendo aspectos da cultura gaúcha e tradicionalista, e a música regional do RS.

Durante o período, o vínculo que já existia entre o setor público cultural e a Fundação Gaúcha de Tradição e Folclore também foi fortalecida. Quem lidera o Instituto em 1979 é Paulo Juarez Pedroso Xavier – historiador e jornalista, membro do IHGRS, foi diretor do Departamento de Cultura da SEC (1965-1971); membro fundador do Conselho Estadual de Cultura (1968-1971); como jornalista teve uma coluna semanal no Correio do Povo na década de 1970 e começo de 1980. Foi membro do Conselho Consultivo do IGTF em 1976 e presidente em 1979-1982 e entre 1983-1986 – sendo assessorado no Instituto por ninguém menos que Paixão Cortes (fundador do 35 CTG e do MTG) e José Edson Gobbi Otto

(também do MTG, membro do IHGB, fundador e primeiro presidente da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha; fundador e Diretor do Jornal Tradição, órgão oficial do MTG, além de um dos fundadores da Califórnia da Canção Nativa de Uruguaiana).

Os mesmos realizaram inúmeras pesquisas de campo e estudos sobre assuntos relacionados ao folclore e tradições gaúchas em parceria com a Secretaria voltadas para a temática tradicionalista, incluindo análises dos festivais de música gaúcha e planejamento de cursos de danças para a Fundação Cultural do Movimento Tradicionalista Gaúcho⁵².

Normalmente as pessoas costumam vincular o MTG a uma instituição responsável por salvaguarda da tradição, e isso não é errado, mas há muita divergência entre tradição e folclore, há muita diferença, não é só divergência, é diferença. Eu costumo dizer que o MTG por ser uma instituição tradicionalista e por prezar pelo tradicional, ele bebe da fonte do folclore, porém o folclore é mutável, esta em constante movimentação e tem constante mudança e para o folclore não existe uma regulamentação. O MTG por ser uma instituição, ele precisa de normas e regras, ele está vinculado ao folclore, mas não é uma instituição folclórica. Enquanto o folclore trabalha o que é genuíno, o que brota espontaneamente, o que não é institucionalizada, o MTG, trabalha justamente com o que é institucionalizado. A partir de normas e regras, para que as coisas não se percam.

[...] Então o MTG bebe da fonte do folclore, mas o folclore não tem apego ao MTG. Nós usamos inclusive pesquisas realizadas há muitos anos pela comissão gaúcha de folclore para servir de base dos nossos estudos, dos nossos registros do MTG, para ter bibliografia, para ter literatura e pesquisa até pesquisa científica, que temos fomentado bastante no movimento. Porque a gente precisa de um suporte, fundamente a concreto (INTERLOCUTORA F).

Zalla e Menegat, explicam que Barbosa Lessa priorizou “políticas públicas de fomento ao popular gauchesco, contribuindo para a emergência definitiva do episódio como mito identitário dominante, amplamente aceito pelo imaginário regional” (2011, p.66).

Além disso, os eventos continuaram sendo a característica mais marcante do setor, que gerou grande mobilização “do aparato estatal para a comemoração da Revolução, durante as Semanas Farroupilhas promovidas por sua gestão” (p.66). Além de participações em Congresso Tradicionalista Gaúcho, em Campo Bom; Campereada Internacional (grande evento tradicionalista voltado para competições artísticas e culturais relacionadas com a prática do campo), em Alegrete; acampamento de conjuntos Regionalistas, em Bom Jesus; aniversário dos Centros Tradições Gaúchas; assessoramento a festivais de música gaúcha; Convenção Tradicionalista, em Bento Gonçalves e também apresentações Artísticas na Estância Gaúcha do Planalto, em Brasília, no Distrito Federal. Demonstrando o patamar que o movimento estava alcançando, por organizar eventos em outros estados brasileiros.

⁵² Ligada ao Movimento Tradicionalista Gaúcho, tem como objetivo conservar e desenvolver as tradições e a cultura gaúchas, criando projetos e iniciativas que garantam meios e condições para a sustentabilidade do MTG (MTG, 2020).

A Divisão de Promoções Culturais inclusive, manteve intensa atividade no Interior do Estado, marcando presença também, pela primeira vez, em outras cidades do RS como: Laguna, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, e outras.

Entre as principais atividades desenvolvidas pelo Departamento de Turismo e pela Companhia Riograndense de Turismo realizou e/ou participou de vários eventos: destacando-se o X Festival do Cinema Brasileiro em Gramado, a Festa do Chimarrão, em Erechim; o XIV Rodeio Internacional de Vacaria e a Festa da Uva S. A. (que na época teve bastante suporte da secretaria para continuar acontecendo). Mas o destaque foi a "Exposição Turística sobre o Rio Grande do Sul", em Nova Iorque, chegando ao alcance internacional fora da América do Sul.

No setor de turismo foram realizadas a conservação e melhorias nos "campings" e nos terminais turísticos, e mantendo em atividade os Centros de Informações Turísticas e a Estância Hidromineral do Balneário do Prado em Vicente Dutra. Salientou-se ainda a realização de estudos e projetos, como "Estudo da Demanda Turística" (I e II etapas) e "Análises Técnicas de Carta-Consulta para obtenção de Financiamento de Empreendimentos Turísticos"; inventário turístico dos municípios (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, 1982).

O calendário de eventos também incluiu a participação no Encontro de Hoteleiros, em Santo Ângelo; a abertura de novas frentes de atuação e a promoção de diálogo com as comunidades turísticas tradicionais; realização e participação no "III Congresso Brasileiro de Guias Turísticos" e o comparecimento a cursos e reuniões da EMBRATUR.

Uma prioridade de grande relevância nesta gestão foi a chamada "Cultura Escolarizada", sendo criado e distribuído um "Calendário Histórico-Cultural" às escolas e Clubes de Serviço, vindo valorizar a lembrança de personalidades, tais como, a médica Rita Lobato, militar português e bandeirante Cristóvão Pereira, o cientista Landell de Moura, etc. A ação trazia mais uma vez esse caráter educacional vinculada as políticas públicas turísticas já observadas em outros momentos da ditadura militar. Através da escola era possível alcançar esse "disciplinamento" buscado por muito governos, ao inserir temáticas discursivas que fossem de interesse do governo. Utilizando inclusive as instituições museológicas como ação educacional, já que na maioria dos museus o público visitante mais frequente é o escolar, recebendo alunos do ensino básico e médio diariamente.

Uma das atividades realizadas foi o "Museu Complementa a Escola", nos colégios da capital, sendo solicitadas exposições diárias de peças históricas, com o objetivo de complementar o currículo escolar.

Segundo o relatório do governo, destacam-se neste período a realização de exposições permanentes e exposições trimestrais sobre as temáticas: "Garibaldi e a Revolução Farroupilha", "Centenário de Lavras do Sul" e "Centenário do Nascimento do Marechal Osório"; "Centenário da Morte de Garibaldi", no Museu Histórico Júlio de Castilhos, com o apoio do Museu de Comunicação Social.

Além de exposições como "O Índio no Rio Grande do Sul"; a "Semana do Folclóre" - "Indumentária Gaúcha" e "Cavalcadas" no Salão de Exposições e na Galeria do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, esta última com apoio do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. E a exposição "Humor e Tradição", também promovida pelo Museu de Comunicação Social, mas dessa vez na cidade de Santa Maria, em comemoração ao aniversário da cidade. Além de Seminário sobre Museus, em Bagé e ciclo de estudos históricos sobre a colonização açoriana no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, junto com o Museu Antropológico do Estado.

As ações não eram voltadas apenas ao ensino básico, claro, atingindo também o público em geral, sendo realizados também seminários de conscientização turística em cidades tais como Ijuí e Rio Grande.

Nota-se aqui a importante relação que o poder público estabelece com as instituições museológicas, que se firmam como importantes espaços para a manutenção das narrativas. Especialmente porque o museu, assim como a escola, garantem a repetição e a continuidade, na tarefa de "educar para ser gaúcho". Especialmente porque essas características garantem o estereótipo, que necessita repetição constantemente em diferentes espaços e formas, como algo que parece que esteve "sempre ali", como se já conhecêssemos (BHABHA, 1998).

Inclusive na tarefa de "estar em diferentes lugares", outro objetivíssimo da gestão foi a implantação de Pólos Culturais em diferentes regiões do estado. Conforme visto anteriormente, uma estratégia comum usada no setor turístico para segmentar os destinos e direcionar os visitantes é a divisão por regiões. Apesar de o Movimento Tradicionalista defender a divisão do Rio Grande do Sul em 27 'regiões tradicionalistas', (utilizando critérios - em princípio, geográficos - mas considerados variáveis pelos próprios integrantes do movimento), Barbosa Lessa defendia a existência de doze regiões culturais no estado. Que além do aspecto geográfico, levava em consideração também, características históricas, étnicas e culturais (entre outras) das regiões, assim discriminadas: Litoral Norte, Missões, Campos de Cima da Serra, Litoral Sul, Central, Sul, Campanha, Colonial dos Vales, Colonial da Serra, Planalto, Alto Uruguai e Metropolitana (OLIVEN, 1991).

Assim, a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, no setor cultural, procedeu à implantação de 12 Polos Culturais Regionais, nos municípios de Osório, Santo Angelo, Vacaria, Rio Grande, Cachoeira do Sul, Pelotas, Santana do Livramento, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul, Passo Fundo, Erechim e Porto Alegre, além de Polos Culturais de Apolo, destinados ao autoconhecimento, autovalorização e intercâmbio de bens culturais.

Em entrevista com o interlocutor D, que conta que apesar de ter convivido muito pouco com Barbosa Lessa, demonstra bastante admiração por ele e por suas realizações, vendo-o como alguém que foi realmente percussor na sua área, engajado no que fazia:

O que o Barbosa Lessa fez, aquilo que ele definiu naquela época caracterizou o início de um planejamento estratégico na área do turismo ou ao menos uma definição, no âmbito cultural. Quando Barbosa Lessa estrutura essas áreas culturais, esses polos culturais, na verdade ele fez mais ou menos uma história da ocupação do RS misturando ocupação urbana com feição geográfica e estabeleceu um mapeamento disso e a Secretaria de Turismo do Estado começou a investir um pouco em 3 desses pólos: missões, torres e gramado. Mas depois não tem sequência. É a primeira manifestação pensada de planejamento estratégico que define algo (INTERLOCUTOR D).

Oliven (1991) explica que ao lançar o projeto “Os 12 Rio Grandes”, Barbosa Lessa “as atividades regionalistas passaram a contar com um apoio que não conheciam antes” (OLIVEN, 1991). Atividades foram planejadas em todos os pólos, realizando exposições, cursos, palestras e outras atividades diversas de cidade em cidade. Incluindo as exposições fotográficas sobre “Os doze Rio Grandes”, de Leonid Straeliev, no Museu de Comunicação Social em Porto Alegre.

O tema da divisão regional no entanto, é complexo e amplo. Isso porque as definições a respeito do que seria essa região são representações simbólicas.

Uma determinada região é constituída, [...] de acordo com o tipo, o número e a extensão das relações adotadas para defini-la. Assim, em última instância, não existe uma região da Serra ou uma região da Campanha a não ser em sentido simbólico, na medida em que seja construído (pela práxis ou pelo conhecimento) um conjunto de relações que apontem para para esse significado (POZENATO, 2003, p. 42 citado por ZOTTIS, 2020, p. 62).

Zottis (2020) explica que “esse conjunto de relações pode se estabelecer de diversas formas, tanto a partir de uma coletividade que se reconhece como integrante de uma região, quanto por uma determinação política ou até pela visão de uma liderança separatista”. Isso significa que, “definir o que representa uma região está além dos limites geográficos e cartográficos, da dimensão econômica ou dos estudos específicos como a língua e os dialetos” (p.62). Em parte, porque as cidades que integram as regiões, nem sempre possuem essa ligação de características próprias que as identificam com a região como um todo, mas a sua posição geográfica acaba impondo essa relação, para que a divisão no mapa faça sentido.

Benedict Anderson (2005, p.221) atribui ao mapa, ao lado do censo e museu (sendo o museu trabalhando mais detalhadamente neste capítulo), a personificação de instituições de poder, ao moldar a maneira com o Estado pensa a sua soberania, a partir da geografia dos seus territórios. Para Anderson, o mapa pode ser entendido como uma narrativa político-bibliográfica de domínio, capaz de explicar as formas de um Estado imaginado.

No contexto político, o discurso regionalista é definido por Bourdieu (1998, p. 116) como “discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada”. Dessa forma o Estado ao definir as regiões a partir de categorias impõe de certa forma uma identidade imaginada para cada uma delas. “A categorização, quando realizada por uma autoridade reconhecida, exerce [...] poder por si. No contexto institucional e político, na gestão pública do turismo brasileiro, o discurso oficial, atual é o da regionalização, que agrupa os municípios em regiões turísticas” (ZOTTIS, 2020, p.73).

Assim no âmbito nacional, os estados brasileiros definem por si mesmos a categorização das suas regiões turísticas, para compor o Mapa do Turismo Brasileiro. Para fazer parte de determinada região turística, os municípios precisam ser “limítrofes ou próximos, e possuir características similares, complementares e aspectos que os identifiquem enquanto região, ou seja, que tenham identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica em comum” (BRASIL, 2019 citado por ZOTTIS, 2020, p.73).

Zottis defende porém, que “os critérios de categorização das regiões por similaridade e complementaridade identitárias dos municípios, mesmo com a autonomia concedida, revelam-se insuficientes na prática”. Isso porque, “municípios com maior grau de desenvolvimento turístico acabam se sobressaindo. Além disso, os interesses políticos de diferentes grupos, em alguns casos, subvertem a lógica espacial e os critérios identitários” (2011, p.74).

Na proposta de regionalização de Barbosa Lessa, com o projeto “Os 12 Rio Grandes” estava envolvida a criação de material de divulgação turística (FIGURA 41) que pela primeira vez fazia uma divisão turística do estado. Essa “divisão cultural” do estado permaneceu sendo usado como estratégia nos anos seguintes, observados inclusive nos materiais apresentados no primeiro capítulo deste estudo, havendo sido feitas pequenas mudanças apenas no que envolve as cidades abrangidas pelas regiões, nomenclatura e junção de uma ou mais regiões, conforme os respectivos pólos regionais demandassem.



FIGURA 41 – Primeiras páginas do material turístico “Os Doze Rio Grandes”.

Apesar da diagramação mais simples, por conta da época, é possível ver um mapa do estado do RS na segunda imagem à esquerda, dividindo o estado nas 12 regiões. A página seguinte no canto inferior esquerdo apresenta um pequeno resumo de cada uma das dozes regiões. O restante do folder se divide entre as regiões, cada uma com duas páginas: uma com texto descritivo e outra com uma fotografia da região.

Como exemplo, apresento alguns trechos interessantes para se pensar a construção desse material, em comparação ao material mais atual apresentado no início desta pesquisa. Uma parte interessante é a seção sobre a região das Missões, com uma imagem que apresenta não apenas as ruínas de São Miguel mas também pessoas, nesse caso, indígenas (FIGURA 42) diferentemente dos materiais recentes:



FIGURA 42 – Imagem da seção sobre as Missões no folder Os Doze Rio Grandes, 1982.

Inclusive, tanto os indígenas e/ou as Missões são constantemente mencionados em várias regiões e trechos da narrativa do material turístico deste ano incluindo: o Litoral Norte, Missões, Campos de Cima da Serra, Centro, Campanha, Planalto, Alto do Uruguai, Região Metropolitana). A seção sobre as Missões, traz como narrativa:

Quando os padres, um dia, decidiram-se a retornar para cá, foi com armas e bagagens, pra ficar. E realizaram o milagre de, sendo tão poucos, reduzirem à Fé para mais de cem mil índios, com os quais levantaram Sete Povos, sete formosas cidades, número de estâncias e um incontável números de instâncias (OS DOZES RIO GRANDES, 1982).

Mesmo com as diversas menções às comunidades indígenas nesse material, a seção específica sobre as Missões traz também nessa época uma narrativa voltada para o “milagre” da conversão dos indígenas a fé cristã, sem a problematização do tema.

Como vimos, as Missões foram alvo de investimentos desde o início da atuação do IPHAN no Rio Grande do Sul. Sendo também alvo em alguns momentos dos órgãos públicos do estado. Entre as ações desenvolvidas pela gestão nesse período se destacam os serviços e materiais necessários à conservação e realização do "Espetáculo Som e Luz", nas ruínas de São Miguel das Missões, em Santo Angelo.

O espetáculo acontece diariamente ao anoitecer, utilizando iluminação colorida refletida sobre as ruínas, em sincronia com uma narrativa sonora⁵³, contando acontecimentos

⁵³ O texto e roteiro de Henrique Grazziotin Gazzana conta com vozes de Fernanda Montenegro, Lima Duarte, Paulo Gracindo, Juca de Oliveira, Rolando Boldrin, Maria Fernanda e Armando Bógus.

da época, em 48 minutos. Um de meus interlocutores comenta sobre o Espetáculo durante sua palestra, explicando que:

O espetáculo Som e Luz é muito impressionante. É um espetáculo realmente. Mas a história que é ali contada é muito do ponto de vista colonial, do ponto de vista do Jesuíta. É uma narrativa da história oficial das Missões. Naquele espetáculo tem uma ruína falando com o arquiteto, uma ruína fala com o Jesuíta. E aí numa fala dá a sensação de que quem construiu a igreja foi o arquiteto, e é tudo muito baseado nisso. Quer dizer, o arquiteto efetivamente fez o projeto e mandou construir. Mas os Guarani foram aqueles que construíram as ruínas. Se você perguntar para eles, eles dizem: "nossos antepassados construíram isso" (INTERLOCUTOR C).

O comentário inclusive se relaciona com um trecho que surpreende, no canto da página do folder mencionado, que ao fazer uma descrição da imagem (FIGURA 42) traz a seguinte frase:

Diante das ruínas da catedral de São Miguel no município de Santo Angelo, o índio perguntou ao fotógrafo: "Você sabia que tudo isto já foi meu? Que esta terra é minha?" (OS DOZES RIO GRANDES, 1982).

Isso traz a reflexão sobre as disputas de território e exclusão tão presentes nessa região. Pois apesar de serem os grandes herdeiros dessas ruínas que seus antepassados construíram, essas comunidades indígenas não são hoje consideradas as verdadeiras donas desse território. Mesmo sendo um lugar tão visitado turisticamente, havendo recebido o selo de Patrimônio da Humanidade. O quanto essas comunidades participam desses processos e o quanto elas são beneficiadas por eles?

Outra narrativa interessante sobre os (as) indígenas é trazida na seção sobre a região do Alto do Uruguai:

*A missão foi confiada a Carlos Torres Gonçalves, Diretoria de Terras, na área de Obras Públicas. O homem queimou pestana mas deu completa instrução. **Que se poupassem os índios (as reservas de Guarita, Nonoai e Nhucora).** Que se abrisse uma grande estrada de Santa Bárbara a Iraí (foram dez anos de luta). Que aos colonos se entregassem no mínimo 50 hectares e, no máximo, 75. Que fossem previstos, não muito longe uns dos outros, futuros núcleos urbanos; com estudo prévio do relevo, com reserva de área para o crescimento, com obras de saneamento; e onde uma bem equilibrada economia desse estímulo a pequenas indústrias de suprimento local. **Para evitar a formação de quistos culturais, que se misturassem numa mesma região os descendentes de alemães, de italianos, ou novas correntes étnicas, de russos e poloneses, mas a Pátria Brasileira por patrimônio comum.** E, previdente, encerrava: "Desde já fica previsto o fenômeno da retirada dos colonos deste para outros Estados, o mais tardar para quando esgotarem as terras devolutas de domínio público. O último a ser ocupado, e o único tecnicamente planejado, este é o Rio Grande em que se encontram, lado a lado, o índio fazedor de flechas e a aldeia global, via satélite, do noticiário da televisão (OS DOZES RIO GRANDES, SEÇÃO SOBRE A REGIÃO DO ALTO DO URUGUAI, 1982).*

O primeiro trecho grifado se refere ao massacre indígena que ocorreu com o objetivo de colonizar essas áreas com imigrantes europeus. Apesar de mencionar o pedido de que “se poupassem os índios” muitas dessas comunidades foram mortas ou obrigadas a se retirar, visto que as áreas eram originalmente ocupadas por essas comunidades.

No segundo trecho grifado, nota-se a narrativa sobre “evitar a formação de quistos culturais” referindo-se a política repressiva contra as comunidades de imigrantes no Brasil desde o Estado Novo. Neste contexto, essas comunidades eram descritas como “quistos étnicos” por serem caracterizados pelo isolamento racial e cultural, não se adequando a política nacionalista e da miscigenação (a partir da Ditadura Militar), sendo assim considerados uma ameaça militar. Foram promovidas nessas épocas, intensas campanhas contra esses núcleos de colonização com imigrantes, envolvendo a proibição do ensino e da imprensa em língua estrangeira (GERALDO, 2009, p.172).

O trecho enfatiza a repreensão, dizendo “que se misturassem numa mesma região os descendentes de alemães, de italianos, ou novas poloneses, mas a Pátria Brasileira por patrimônio comum”. Trazendo novamente a narrativa do nacionalismo e do patrimônio nacional como imposição.



FIGURA 43 – Imagem da seção sobre Zona Sul no folder Os Doze Rio Grandes, 1982.

Na seção sobre a Zona Sul hoje entendida como a Costa Doce, tem como fotografia representativa um prédio histórico tombado da cidade de Pelotas (FIGURA 43) e traz-se pela

primeira vez a narrativa sobre a mulher – tão apagada frente a narrativa do gaúcho, enfatizando porém, a sua origem açoriana, como se fosse o único tipo existente:

Não sei se foi percebido que, até este ponto da história, a mulher ficou sumida. Só apareceu o marinheiro, o pescador, o tropeiro, o soldado, o guerrilheiro, o capelão e o estancieiro. Mas é a hora de ela entrar. Ela, bonita açoriana, casou com o oficial-dragão⁵⁴. Não querendo plantar trigo (que não vinha dando bem...), ele virou estancieiro, desceu para o São Gonçalo, fez charqueada e exportou charque pelo porto de Rio Grande. Das pastagens da Campanha, o gaúcho lhe trazia quanto gado precisasse, pois nos "campos de primeira" (trevo, forquilha, flexilba) a lotação ia fácil a sessenta bois por "quadra" (87 hectares). Com o apoio das estâncias, Pelotas enriqueceu. E espalhou sua calmaria pela Lagoa dos Patos, até o rio São Lourenço (OS DOZES RIO GRANDES, SEÇÃO SOBRE A REGIÃO DA ZONA-SUL, 1982).

Mescla-se também a narrativa sobre as grandes estâncias, as charqueadas, enfatizando já nessa época o desenvolvimento econômico propiciado pelas mesmas na cidade de Pelotas, características já vistas no material mais recente, trazendo também a narrativa sobre a taxaço de impostos que levou à Revolução Farroupilha:

E ia tudo muito bem, quando o danado do Império tacou nosso rico charque com impostos de lascar. O trigo dera pra trás com uma tal peste "ferrugem", já ninguém plantava trigo, e agora, com novos preços, o charqueador rio-grandense não podia competir com Montevideu e Buenos Aires. Na Assembléia, em Porto Alegre, começou o bate-boca pela voz da oponção. E, de uma hora pra outra, estourou a Revolução. Revolução Farroupilha, Bento Gonçalves da Silva. Proclamação da República Capital: Piratini. Uma luta de dez anos que lançou a Zona Sul na própria História do Brand No meio dessa peleis surge a primeira mulher a mulher de Garibaldi. Nascida catarinense, foi verdadeira gaúcha e até nos deu um pil. Mais tarde, para unificar a Italia, os três se sacrificaram: Giuseppe, Anita e Menotti. Cacas was trouxe a paz, os impostos se ajeitaram, retomou força a charqueadas. Com a Guerra do Paragua, daqui é que is a carne para garantir sustento a milhares de diploma, do Brasil. soldados. Foi uma grande experiência. Veio a indústria de alimentos, dando trabalho aos excravos e mais ócio pra os patrões.

A "cidade dos bardes"! Moço estudando em Paris, modos de aristocracia, requintes de burguens que até davam o que falar. Cidades bem arruadas, arquitetura néo clasica, deusas gregas na açotéia, portaladas suntuosas, sacadinhas bem torneadas, cores filtrando em vitrau-enfim um outro Rio Grande que antes não se conhecera (e que anda se ve em Jaguarão (OS DOZES RIO GRANDES, SEÇÃO SOBRE A REGIÃO DA ZONA-SUL, 1982).

Apesar da menção, o trecho não problematiza e nem trata sobre a questão da escravidão, mas diferente do material atual a menciona em outros dois trechos, do Litoral Sul e a Região Colonial do Vales:

Não foi Jordão quem fez a pretendida cidade. Primeiro chegou a margem norte, com meia dúzia de escravos, o bravo lagunista João de Magalhães. Depois Cristóvão Pereira, tropeiro com muitos negros, obrou a grande proeza de vadear bois pela barra na hora da maré rasa, aproveitando os barcos. Finalmente Silva Pais, que além dos escravos seus trouxe duzentas e tantas praças do Rio de Janeiro e Minas, desceu à terra e fincou o brasão de Portugal (OS DOZES RIO GRANDES, SEÇÃO SOBRE A REGIÃO DO LITORAL SUL, 1982).

⁵⁴ Um dragão era um tipo de soldado treinado que se caracterizava por se deslocar a cavalo mas combater a pé.

Quando o Brasil se tornou independente, foi possível corrigir as distorções que havia. Por exemplo: antes não se podia fabricar nada aqui, nem mesmo um fio de linho ou algodão. Agora se podia. Antes só havia o latifúndio, a monocultura extensiva, o regime escravocrata. Agora se pensava em trazer colonos da Europa para que realmente implantassem a pequena agricultura. Sem direito a ter escravos. Mas com direito ao artesanato (OS DOZES RIO GRANDES, SEÇÃO SOBRE A REGIÃO COLONIAL DOS VALES, 1982).

Esse último trecho, trata a escravidão a partir de uma visão negativa inclusive, como sendo uma “distorção”, mas não a problematiza diretamente, ainda mais porque a mesma não foi “corrigida” devidamente, ao não proporcionar nenhum tipo de direito a essas pessoas – que pudesse compensar todo o sofrimento causado – somente sua liberdade.

Vê-se ainda na Região da Zona-sul, a narrativa sobre o doce, e apesar de mencionar a sua feitura pelas mulheres, dá a entender que estas seriam as esposas dos charqueados e barões, não as mulheres negras escravizadas. Sendo as receitas também inteiramente portuguesas:

A mulher, desescondida, veio brilhar nos salões. Tocou piano em saraus. Fez licorzinhas caseiros. Esmerou-se nas compotas Tornou-se exâmis doceira. Das receitas portuguesas, preferiu os bem-casados e os pastéis de Santa Clara, Mas também inventou modas, como o pudim de laranja, como a torta de amendoim, e o "arroz príncipe" ao vinbo. Estudante de ginásio, daqui foi Rita Lobato se formar lá na Bahia como a primeira doutora, com E, com Iolanda Pereira, a beleza da galicha ganhou fama no universo. Este e o Rio Grande, bonito, dor pessegueiros em flor (OS DOZES RIO GRANDES, SEÇÃO SOBRE A REGIÃO DA ZONA-SUL, 1982).



FIGURA 44 – Imagem da seção sobre a Campanha no folder Os Doze Rio Grandes, 1982.

A região da Campanha apresentada no material é conhecida hoje como a região da Pampa. E apresenta como fotografia representativa homens pilchados tomando chimarrão e assando churrasco de chão (FIGURA 44). No que se refere a essa região, o material enfatiza desde então, suas características geográficas, a partir de sua horizontalidade:

*Para quem entra pelo leste, Caçapava é o último sinal de serrania e, nas Guaritas, abre-se a cortina de um cenário de confins. **Torna-se a terra uma ondulada sucessão de coxilhas cada vez mais desarvoradas, mas com límpidas sangas correndo nos desvios; bebendo a água da sanga, capoes. E por fim se achata na infinita horizontalidade do pampa, com minúsculas lagoas onde grita o quero-quero para espantar o silêncio, e onde, na ausência de outro abrigo, o gigantesco umbu se tornou sombra para a paz dos viandantes. De ponta a ponta, um riquíssimo tapete de pastagens naturais** (OS DOZES RIO GRANDES, SEÇÃO SOBRE A CAMPANHA, 1982).*

A narrativa sobre a região, menciona mais uma vez os indígenas, mas desta vez, enfatizando a sua contribuição para a existência do gaúcho a partir de sua miscigenação e afirma que este no fundo “ainda é índio”:

*O pampa-sem nenhum obstáculo ao solto andejar dos cavaleiros é a própria pátria da amplidão, da liberdade. Pátria do minuano, vento gelado dos Andes que varre, assobiando, a terra, e, de inhapa, espana as nuvens e deixa no céu apenas a profunda límpidez da cor azul. **Pátria dos minuanos, índios rebeldes que jamais aceitaram sujeitar-se a fé das Santas Missões nem sujeitar-se ao Rei; qualquer dos separado, o galpão reis.***

*Terra sem dono e sem lei, a Campanha foi primeiro o paraíso das emas, depois o paraíso dos bois e cavalos transbordados de Entre- Rios. **O índio se fez cavaleiro, lançou longe as boleadeiras. O couro atrau vagamundos do sertão e castelhamos e a margem esquerda do Prata, a Coloma do Sacramento sacramentou o contrabando. Da cruz da índia e branco nasceram "Sarus" e "chinas". Disputaram-se as fronteiras, da guerra veio o Lanceiro. A estancia parou rodeio, o rodeio criou o pedo. E da mescla de peão, lanceiro, xiru, contrabandista e minuano nasceu a força, o tutano, que resultou no Gaucho. Que, no fundo, ainda é índio, até no jeito esquisito de sentar no calcanhar...***

*Na silenciosa lonjura, uma carreta gemendo, sem pressa de não chegar. De longe em longe, as casas de uma revolução. estancia. "As casas" são sempre duas: a casa da sinba-dona, com suas filhas e empregadas, e o **galpão-que tem somente três paredes pois a quarta escancaros -berança do fogo indígena onde os homens se juntavam para ouvir a tradição. Fogo de chão sempre ardendo. A roda de chimarrão. Reduto da peonada, que sabe corresponder ao ob de casa!" de alguém. A mão da hospitalidade** (OS DOZES RIO GRANDES, SEÇÃO SOBRE A CAMPANHA, 1982).*

Esta narrativa se distancia de certa forma daquela que é trazida no material atual, por este não mencionar as influências indígenas na constituição do gaúcho. Especialmente porque o(a) indígena quase não é citado(a) nos materiais atuais como um todo.

Além disso, traz também já nesse período a narrativa sobre a tradição e sua relação entre passado e presente:

*O churrasquito no espeto (só de ovelba ou só de gado, nunca os dois em misturada). A noite, se contam causos. Os causos fazendo amigos, as lendas fazendo mitos. Negrinho do Pastoreio. Salamanca do Jarau. Ou história de tropeadas, rodeios. E a fumaça que se espalha vai tirando a cor das coisas, diluindo todo mundo num novo mundo, irreal. **O mundo***

do ontem-hoje. O mundo da tradição (OS DOZES RIO GRANDES, SEÇÃO SOBRE A CAMPANHA, 1982).

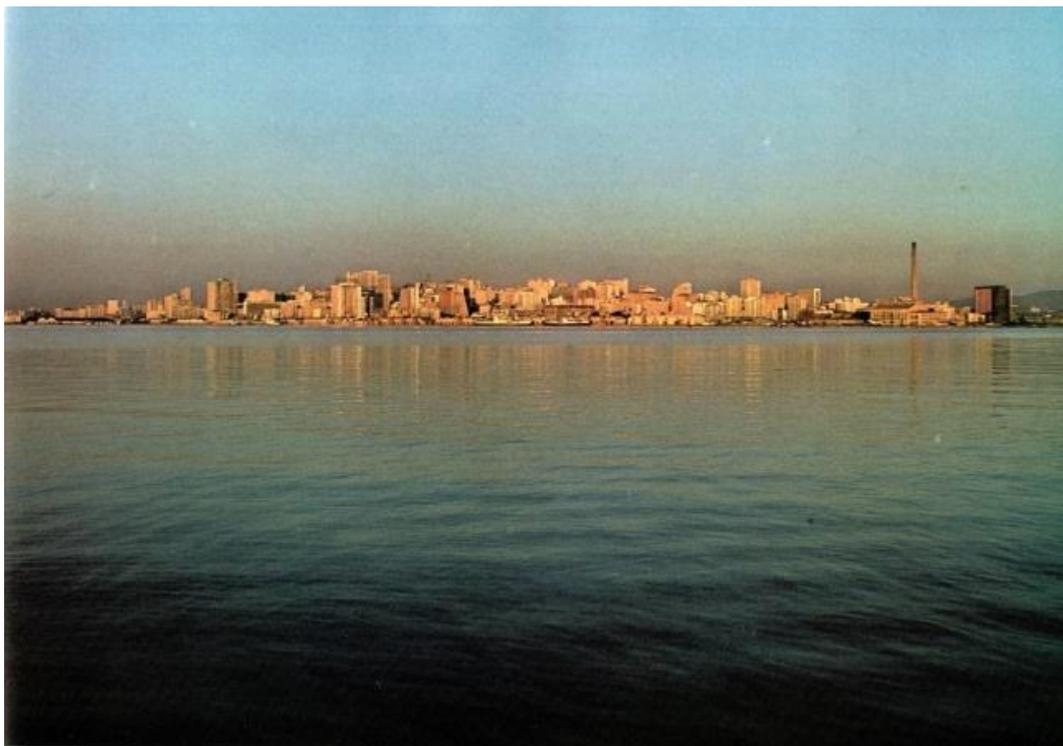


FIGURA 45 – Imagem da seção sobre Região Metropolitana no folder Os Doze Rio Grandes, 1982.

Sobre a região Metropolitana, a imagem representativa mostra o lago Guaíba com a cidade de Porto Alegre ao fundo, até hoje símbolo da capital (FIGURA 45).

Um dos trechos menciona a Guerra Guaranítica, sobre esse período de conflitos entre colonizadores e os povos originários na capital rio-grandense:

Quando o Tratado de Madri determinou que as Missões dos Sete Povos passassem para as mãos de Portugal, pensou-se em povoar aquela nova terra com casais de agricultores do arquipélago de Açores. Veio o capitão Mateus de de Porto Alegre" Camargo Siqueira preparar a acolhida aos colonos, levantando os primeiros ranchos à beira do Guaíba e melhorando o porto natural Mas, com a guerra guarani, os colonos recém-chegados não puderam ir em frente e se quedaram aqui mesmo... no Porto "dos Casais (OS DOZES RIO GRANDES, SEÇÃO SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA, 1982).

Apesar de mencionar esses acontecimentos, o texto não faz a crítica ao que aconteceu, visto que essas regiões do estado eram povoadas pelas comunidades indígenas que tiveram que sair de seus territórios por conta da colonização, sendo a morte desses grupos muitas vezes o resultado deste embate. Lutando contra ou a favor dos colonizadores, essas comunidades indígenas sofreram a pressão dos portugueses e espanhóis que disputavam a hegemonia do território, tanto nas reduções jesuíticas, quanto nas demais regiões do estado. Nada perto dessa democracia racial romantizada, defendida tanto no discurso nacional, quanto

no estadual, passando uma ideia de convivência pacífica e harmoniosa entre o(a) gaúcho(a), o(a) negro(a), o(a) imigrante, o(a) indígena, e o(a) colonizador(a):

E a capital aí está, cada vez mais bonita. E a caixa de ressonâncias de todo o Rio Grande do Sul. Ao longo das gerações é para aqui que convergem as esperanças, a fe desesperanças até, do povo continentino. Aqui vibra o mutirão em que o tropeiro dá a mão ao negro e ao marisqueiro, ao açoriano, ao Dragão; ao sacerdote e ao alemão; ao italiano, ao campeiro; ao serrano, ao madeireiro: ao polaco e ao missioneiro. Mescla dos 11 Rio Grandes, este é o 12! (OS DOZES RIO GRANDES, SEÇÃO SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA, 1982).



FIGURA 46 – Imagem da seção sobre a Região Colonial dos Vales e a Região Colonial da Serra no folder Os Doze Rio Grandes, 1982.

Outras Regiões interessantes para apresentar e exemplificar o material de 1982 são as regiões Colonial dos Vales e Colonial da Serra. Trazendo nas imagens representativas dessas regiões fotografias retratando grandes grupos de pessoas (FIGURA 46).

[...] *No regime do estancieiro, só o homem campereava. No regime do colono, toda a família no eito. Depois de aberta a picada, vinha a lavoura de batata e de feijão. Milho, para o leitão. Mais milho, para o cavalo do arado. Mais milho, para os cavalos puxadores da carroça de quatro rodas. E um pouco de cana-de-açúcar, para fazer a calçar. Schmier Na formação gauchesca, quem mandou? O general. E quem mandou na colônia? A venda beira-dos Sinos-não longe de Porto Alegre- os primeiros contingentes da imigração alemã. E à medida que por sal, querosene ou Schnaps outras levas vinham vindo, outros vales se ocuparam, do Caí ao Taquari o ancinho, a pólvora, o pó de café [...]* (OS DOZES RIO GRANDES, SEÇÃO SOBRE A REGIÃO COLONIAL DOS VALES, 1982).

Zottis explica que Lessa “abalou os alicerces dos tradicionalistas, introduzindo na folheteria turística o gaúcho loiro, de olhos azuis, que toma mate, come galeto com polenta e delicia-se com o café colonial, num contraponto ao mito do gaúcho fronteiriço” (ZOTTIS, 2020, p.71). Trazendo desde a sua gestão, iniciativas que não só deslocam o gaúcho da pampa para serra, mas legitimam o imigrante como parte da identidade do gaúcho.

A cultura riograndense deixava de ser unicamente gaúcha, em referência à cultura pampeana, galponeira, campeira, na folheteria oficial de divulgação do estado, mas passava a ter um caráter multicultural, incluindo a cultura dos descendentes europeus, como parte da cultura do RS (BRAMBATTI, 2005, p. 35).

A iniciativa de Lessa adquire ainda mais importância, se pensarmos no fato de que por décadas as regiões de imigração europeia e também a região das Missões foram consideradas áreas de cultura estrangeira no país e por isso não eram entendidas como prioridade.

Podemos dizer que no caso dos materiais de divulgação turística do conhecimento deste estudo, estes folderes de Barbosa Lessa são a primeira referência com forte valorização às referências europeias do estado. Há que se perguntar se essa inserção tem a ver com as gestões anteriores que demonstrava um pouco dessa preocupação, especialmente quando Roberto Eduardo Xavier (Secretário Extraordinário desta gestão) foi secretário de turismo entre 1973 e 1975 e realizado o Biênio da Colonização Alemã e Italiana. Ou se vem de uma possível preocupação de Barbosa Lessa por essas áreas vindo do envolvimento dessas comunidades com a criação dos dois primeiros CTGs após o 35 CTG. Ou mesmo, devido as crescentes reivindicações que estavam surgindo sobre os tombamentos patrimoniais em áreas de imigração.

Apesar do período ainda estar inserido na ditadura e a narrativa nacional estar voltada para a miscigenação, os materiais promocionais da EMBRATUR demonstram que nesse período, a narrativa sobre o Sul passa a abranger também os imigrantes. Incorporando a narrativa sobre “Um Brasil diferente” (FIGURA 47).



FIGURA 47 – Material turístico da EMBRATUR de 1982.

O material produzido pela EMBRATUR em 1982 inclui duas páginas sobre o Sul do país em língua italiana, destacando como título “O Sul: Um Brasil com sabor europeu”:

O Sul é um país diferente, metade Brasil, metade Europa. A maioria dos imigrantes europeus teve seu primeiro encontro aqui com a incrível hospitalidade dos brasileiros, italianos, alemães, poloneses e muitos outros que escolheram esta região na esperança de uma vida melhor. A escolha deles foi a melhor possível. O Sul tem clima temperado e talvez seja a única região do Brasil onde as estações do ano são distintas. Suas áreas montanhosas são repletas de paisagens exuberantes, sempre luminosas e repletas de flores coloridas, de seus grandes prados e solos excepcionalmente férteis são produzidos o melhor vinho brasileiro e um dos vinhos mais saborosos e abundantes do mundo. Suas magníficas praias têm um estilo que as diferencia do restante do litoral brasileiro. Europeus e brasileiros misturaram suas culturas para fundar cidades e vilarejos encantadores, ricos em folclore e pessoas simpáticas e hospitaleiras. Venha experimentar este condimento que a Europa acrescentou ao Brasil, ou talvez este sabor que o Brasil deu à Europa, aqui, na região sul do Brasil (EMBRATUR, 1982, grifo meu, tradução minha).

Nota-se neste material a narrativa da diferenciação entre o Sul e o restante do país, trazendo as primeiras referências dessa narrativa turística que busca afirmar o Sul como “pedaço da Europa no Brasil”. O material usa como referência, além do povo, as estações do ano bem definidas, se mostrando assim como a região que faz frio no inverno, diferente do restante do Brasil, considerado um destino de sol e praia, que faz calor quase o ano todo.

Nesse quesito, mesmo sendo um estado com litoral, as praias não se destacam com a mesma facilidade, não apenas por causa dos poucos meses de calor intenso, mas também pela ausência de praias de água cristalina característicos de outros estados. Neste material evidencia-se que já nesse período, o turismo do Rio Grande do Sul se faz pela diferença como grande atrativo, fator esse que conforme visto no início do capítulo 1, é entendida como grande estratégia para atrair visitantes. O estado faz turismo pela diferença, como sendo parte do Brasil, mas que não é como Brasil, e sim europeu.

O foco para a imigração no estado continuou por toda a gestão, e a preocupação com a preservação patrimonial dos bens nas áreas de imigração também fizeram parte do objetivo da gestão. Para isso, foi realizada a primeira iniciativa chamada “preservação e valorização dos núcleos urbanos nas áreas de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul” (MEIRA, 2008). Fazendo com que a região da serra se tornasse importante fator de valorização cultural:

A década de 1980 marcou o início de um período de intensas preocupações com a preservação da memória no Estado. Vários bens imóveis receberam proteção legal em nível estadual, através de processos de tombamento, levando sempre em consideração os valores histórico e arquitetônico agregados, sendo que **o primeiro tombamento realizado foi a Ponte 25 de Julho, na cidade de São Leopoldo, em 1980** (IPHAE, 2010).

Através da ação de “Preservação e valorização dos núcleos urbanos nas áreas de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul”, foi realizado o primeiro esforço conjunto, envolvendo várias secretarias estaduais (as secretarias da Educação e Cultura, do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, do Turismo, bem como o Instituto Gaúcho de

Tradição e Folclore) e o IPHAN regional, sendo coordenada pelo próprio IPHAN (MEIRA, 2008, p.308).

A ação era decorrente dos estudos iniciais que haviam sido realizados na década anterior, desencadeando as primeiras iniciativas em relação aos acervos nas áreas de imigração. Segundo Meira, na década de 1980, o novo diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Aloísio Magalhães, via essas áreas como parte da diversidade cultural. Assim, as pesquisas se estendiam “a trinta núcleos nas áreas de imigração e ensejaram ações de inventários, exposições, assessorias a planos diretores, palestras, propostas de valorização de lugares e de acervos, bem como algumas solicitações de tombamento” (2008, p.308).

Tai ações “representam um novo marco no conceito de patrimônio que, de ‘histórico e artístico’, passou a ‘cultural’” ampliação atribuída à Aloísio Magalhães (MEIRA, 2008, p.30-31). Aloísio também foi presidente da Fundação Nacional Pró Memória, entre 1979 e 1982 e também secretário da cultura no Ministério da Educação e Cultura Nacional.

Aloísio Magalhães trouxe a noção de referência cultural para dentro do IPHAN, que aí você trabalha com a memória dos grupos sociais. Você trabalha com a ideia de que o que torna um bem passível de tombamento e proteção do estado tem que ser o fato dele ser uma referência cultural para grupos da sociedade, não simplesmente olhar do técnico. Uma tentativa de você combinar o saber técnico ao saber social, mas isso só estava posto para o IPHAN no final dos anos 1970, início dos anos 1980, quando o Aloísio Magalhães traz para dentro do IPHAN essa noção de referência cultural e ele morre precocemente e a coisa regride de novo (INTERLOCUTORA A).

A partir destes estudos, foram tombadas durante a década: a Casa da Neni em Antônio Prado (1985) Antônio Prado Casa da Neni; a Casa Presser em Novo Hamburgo (1986); a Ponte do Imperador em Ivoti (1986), além da Casa da Feitoria Velha em São Leopoldo (1987) esse último tombado em nível estadual pela Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - CPHAE⁵⁵. O momento mais marcante porém, ocorreu em 1990, quando foi tombado em nível nacional o Conjunto arquitetônico de Antônio Prado que incluía 47 edificações. Sem dúvida, um marco para a preservação patrimonial no estado, fazendo com que dentro de uma década fossem tombados 50 bens a nível nacional, relativos a temática da imigração.

O interesse pelas áreas de imigração foi no país todo, não só no Rio Grande do Sul, Santa Catarina... São Paulo começa mais tardiamente. Não era algo tão forte, no início da política havia muito a ideia da Pedra e Cal, que significa basicamente as construções imperiais. Aqui no Rio Grande do Sul que há muitos bens relacionados a Revolução Farroupilha. E aí se começa então um trabalho dos pesquisadores atentando para esses outros conjuntos importantes para a construção da nacionalidade, como as áreas de migração. O caso mais emblemático aqui no Rio Grande do Sul é o Antônio Prado, também me parece pela técnica

⁵⁵ Em 1979 o DPHAE passa a se chamar Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE).

construtiva. Mas também é um caso que houve bastante conflito entre a comunidade e o órgão. Houveram casos em que foi colocado fogo nas casas para que não fossem impedidos seu uso depois da forma que se entendesse (INTERLOCUTOR C).

O interlocutor B explica um pouco mais sobre esse conflito que pode acontecer entre a população e o órgão de tombamento:

Tombamento é sempre uma questão muito polêmica porque a gente lida com a propriedade privada, e a gente vive em um país em que a propriedade privada é muito valorizada. E onde a noção de desenvolvimento das nossas cidades está baseada na substituição da verticalização, então isso acontece em todas as cidades brasileiras, nas grandes e médias cidades brasileiras, e as pequenas cidades elas vêm nessas cidades grandes, o modelo a ser seguido. Esses bens normalmente que são tombados, eles estão localizados nos grandes centros urbanos e nos centros históricos que normalmente é um lugar muito valorizado pela especulação imobiliária no sentido de verticalização. Então muitas vezes, não existe um apoio muito forte da parte governamental para ampliação desses tombamentos (INTERLOCUTOR B).

Apesar dos tombamentos terem sido efetivados após a gestão de Barbosa Lessa, ele não mediu esforços durante sua gestão para que o patrimônio histórico do Rio Grande se transformasse em atrativo turístico-cultural, buscando assinalar “os locais históricos com informações sobre seu significado, razões, causas e consequências de sua eclosão” (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, 1982).

Ao serem tombados, os bens passam a receber uma espécie de “selo” que lhes dá legitimidade enquanto atrativos turísticos. Assim, os bens ao serem tombados podem pensamentos políticos da época e se concretizar como atrativos para os roteiros turísticos.

Após a gestão de Barbosa Lessa, quem assume o governo do estado é o dentista e advogado Jair de Oliveira Soareso (1983 a 1986) e o empresário Horst Ernst Volk assume a Secretaria de Turismo, mas sugere a sua extinção, enquanto João Romeu Dutra, passa a presidir CRTUR.

Nesta gestão, o governo do estado elaborou um documento intitulado “Turismo: Estratégia de Ação - 1983/1985”, que previa “orientar o Poder Público Municipal quanto à sua função específica de turismo racionalmente delimitada: regional, estadual, nacional e/ou internacional” (RIO GRANDE DO SUL, 1983).

a partir da indicação de zoneamento turístico da EMBRATUR, a organização regional do turismo estava fundamentada em critérios de zonas efetivas, com interesse em nível nacional, e existência de valores significativos e evidentes de ordem natural e cultural, e zonas potenciais, com interesse regional, existência de patrimônio natural e cultural, existência de condições de acesso e localização favorável para integração em roteiros comerciais (SILVA, 2017, p.112).

Esse zoneamento incluía: Zona da Serra; Zona da Grande Porto Alegre; Zona do Litoral Norte; Zona das Missões; Zona das Hidrominerais; Zona da Campanha; Zona dos Vales; Zona Central e Zona Sul (MACHADO; TOMAZZONI, 2011).

Assim, neste período o Rio Grande do Sul entra novamente na promoção turística nacional, a figura do gaúcho se faz presente na capa do material produzido pela EMBRATUR (FIGURA 48):

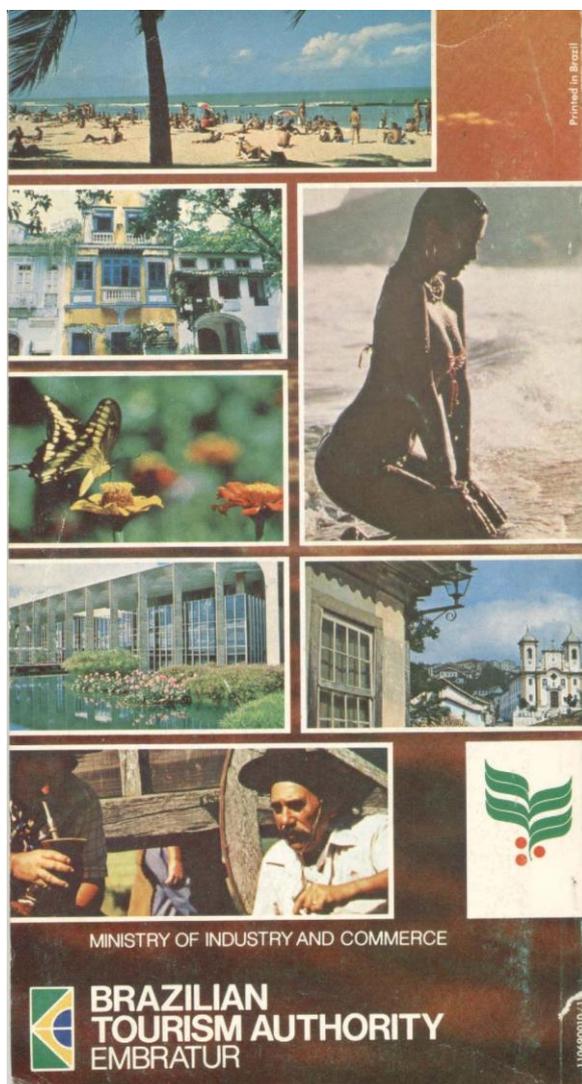


FIGURA 48 – Capa do folder da EMBRATUR de 1983.

Além de apresentar fotografias representativas de vários estados, a parte inferior da capa do folder, mostra claramente a fotografia de dois homens pilchados, de chapéu tomando chimarrão, numa alusão ao gaúcho do Rio Grande do Sul. A imagem busca dar um caráter mais cultural, frente as praias, natureza e bens edificados. O material é voltado para o público estrangeiro ao estar impresso na língua inglesa.

No ano seguinte, em 1984, alguns eventos estaduais aparecem também nos materiais turísticos produzidos pela EMBRATUR (FIGURA 49):

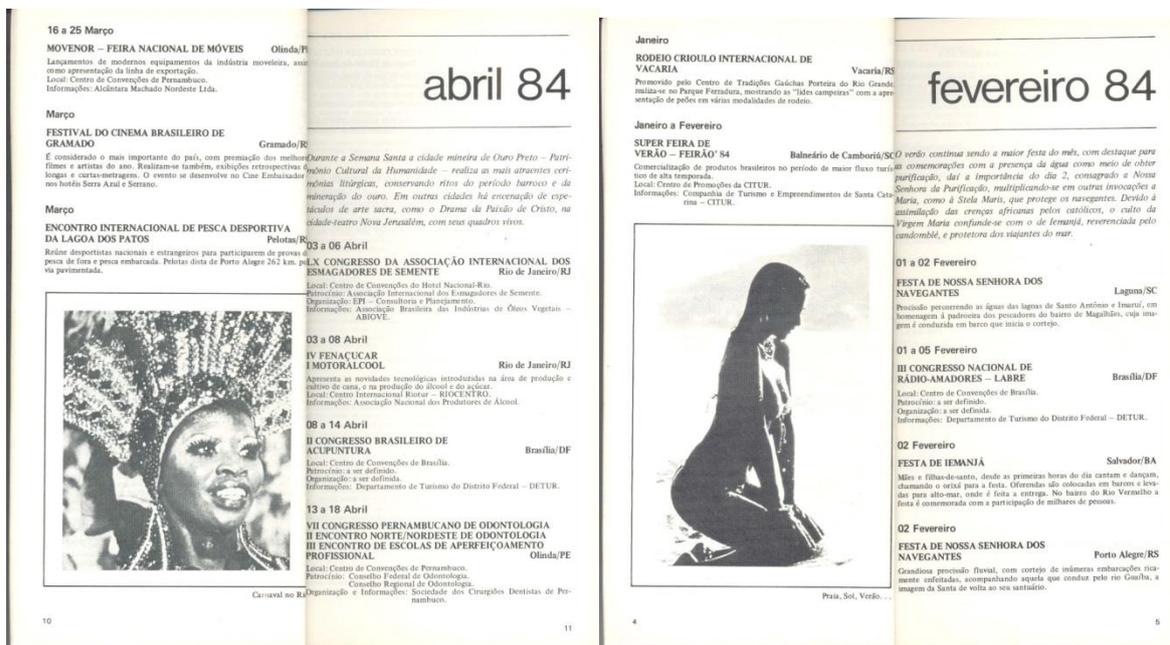


FIGURA 49 – Página interna de folder da EMBRATUR de 1984, com eventos.

Entre os meses de janeiro à abril⁵⁶, são citados eventos nas cidades de Gramado, Pelotas e Porto Alegre:

FESTIVAL DO CINEMA BRASILEIRO DE GRAMADO
Gramado/RS

É considerado o mais importante do país, com premiação dos melhores filmes e artistas do ano. Realizam-se também, exibições retrospectivas demônio longas e curtas-metragens. O evento se desenvolve no Cine Embaixador nos hotéis Serra Azul e Serrano (EMBRATUR, 1984).

ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESCA DESPORTIVA DA LAGOA DOS PATOS
Pelotas/RS

Reúne desportistas nacionais e estrangeiros para participarem de provas de pesca de fora e pesca embarcada. Pelotas dista de Porto Alegre 262 km. por via pavimentada (EMBRATUR, 1984).

FESTA DE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES
Porto Alegre/RS

Grandiosa procissão fluvial, com cortejo de inúmeras embarcações rica mente enfeitadas, acompanhando aquela que conduz pelo rio Guaíba, a imagem da Santa de volta ao seu santuário (EMBRATUR, 1984).

Desta vez, porém, o material é voltado para o público nacional por encontrar-se em língua portuguesa. Os materiais demonstram que o estado já se inseria no calendário nacional de eventos, buscando atrair visitantes de outros estados brasileiros nestas datas comemorativas.

⁵⁶ Não há registros das demais páginas dos materiais, portanto, não é possível afirmar se o material menciona eventos no Rio Grande do Sul em outros meses do ano.

Entre 1984 e 1986 porém, a EMBRATUR passou por uma crise financeira e todos os esforços da empresa foram direcionados para medidas administrativas. “Assim, as próximas campanhas significativas só retomaram o fôlego a partir de 1986, quando o publicitário e jornalista João Doria Jr. (ex-secretário de Turismo da prefeitura de São Paulo) assumiu a Presidência do Instituto, sendo o primeiro a traçar ações reais de marketing que realmente estruturaram a promoção e a divulgação da imagem turística do país” (ALFONSO, 2006, p.97).

No âmbito do estado, nesse mesmo ano (1984) a Secretaria de Turismo Estadual é extinta e a gestão do turismo é transferida para a Secretaria da Indústria e Comércio e reduzida a sua unidade executiva – a CRTUR. Assim cria-se a Divisão de Turismo subordinada ao patamar técnico da pasta. “Sua coordenação coube a Lourdes Fellini que havia tido destaque na organização de eventos na década de 1970, em Bento Gonçalves” (SILVA, 2017, p. 111).

Apesar da atuação do setor ficar bastante limitada, criou-se então, um Comitê de Turismo e a partir dele, em 1985, é lançado o documento “Turismo RS – Ações Básicas de Desenvolvimento”, que buscava identificar a graduação dos pólos turísticos (criados na gestão de Lessa) em seus distintos estágios de desenvolvimento.

Em 1986, Walter Seabra, que já havia dirigido o SETUR, assume a diretoria da CRTUR. Nesse ano, foi lançado pela Secretaria da Indústria e Comércio o documento "Subsídios para a Regionalização Turística do Estado", “resultado de trabalho desenvolvido pela Comissão de Regionalização Turística instalada em 1985 e que visava à realização de estudo de critérios, funções e institucionalização das regiões e pólos turísticos” (MACHADO; TOMAZZONI, 2010, s/p).

Além dos pólos turísticos, outra iniciativa de Barbosa Lessa voltadas ao ensino escolar, voltam a entrar em pauta: Walter Seabra “destina aos estudantes do ensino fundamental e médio públicos e privado do estado, a Cartilha Turística do RS, que se resume a explicar a importância econômica e cultural do turismo” (SILVA, 2017, p.111) e resgata as ações turísticas voltadas para a área educacional do ensino básico.

Também “em 1988, uma lei estadual instituiu, na disciplina de Estudos Sociais, o ensino do folclore em todas as escolas estaduais de primeiro e segundo graus do Rio Grande do Sul” (OLIVEN, 1991, s/p). Buscando inserir através de políticas públicas novas ações voltadas ao tradicionalismo no ensino público.

Além disso, dois anos antes, em 1986, são tombados o Museu Júlio de Castilhos; o Palácio Piratini juntamente com bens móveis integrados, enquanto que em 1987 é tombado o

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, todos bens relacionados ou que realizaram exposições voltadas à temática farroupilha e do gaúcho, sendo tombados pelo âmbito estadual pelo CPHAE.

A figura do gaúcho também volta a aparecer no material turístico produzido pela EMBRATUR, no folder produzido no mesmo ano:

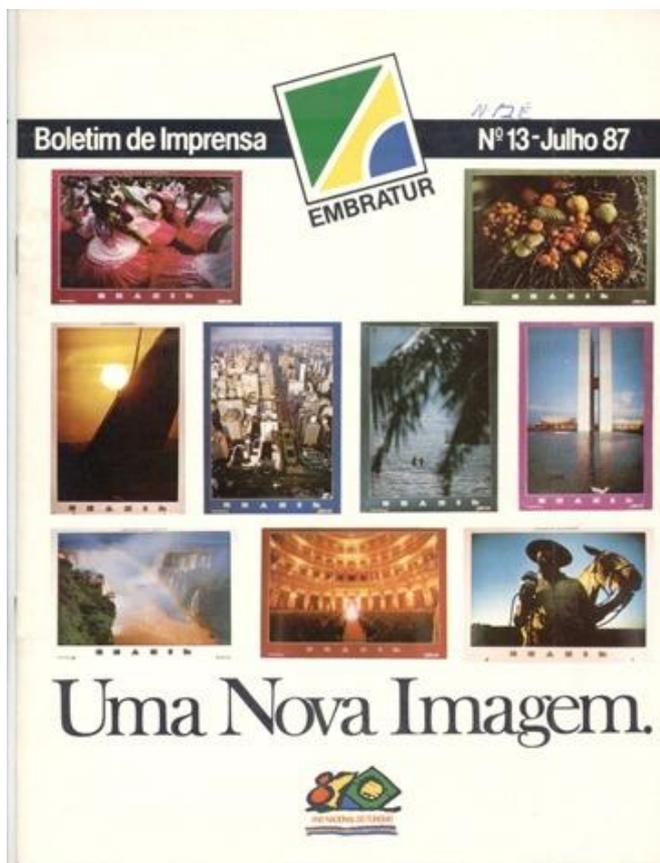


FIGURA 50 – Capa do folder produzido pela EMBRATUR em 1987.

A campanha da EMBRATUR neste ano traz “Uma Nova Imagem” (FIGURA 50) ao trazer na capa deste material imagens de diversos estados, nota-se que o Rio Grande do Sul é representado pelo gaúcho pilchado, tomando chimarrão em frente a um cavalo. O turismo interno passa a ser intensamente incentivado pela EMBRATUR.

Neste período a EMBRATUR buscou ajudar o Governo a construir um “Novo Brasil”, tentativa que influenciou toda a promoção turística do Instituto. O objetivo foi priorizar novos destinos, para mostrar um país mais diverso que não enfatizasse apenas os atrativos naturais, mas também atrações de diferentes regiões, incluindo a gastronomia (feijoada e frutas tropicais), esportes, “a fauna e a flora, o patrimônio histórico, a arquitetura, as manifestações culturais etc. [...] idéia era exibir um país de cores, sabores e paisagens, um país continental, tropical, exótico, hospitaleiro, unido, formado por várias raças e culturas e

repleto de mulheres sensuais. Um Brasil muito parecido com aquele idealizado por Gilberto Freyre na década de 30” (ALFONSO, 2006, p. 104-105).

Em 1987, quem assume o governo do estado é Pedro Jorge Simon (1987-1990). Através do Decreto nº 32.516, desse mesmo ano, a Secretaria de Turismo se mantém desativada e a Divisão de Turismo deixa de existir, permanecendo apenas a CRTUR, como órgão executor das políticas públicas de turismo (HALLAL, 2010, p.106).

Tal situação gera insatisfação à Associação Brasileira da Indústria Hoteleira – ABIH/RS, que no ano seguinte propõe a Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul, presidida por Flávio Cassacia, com o objetivo de unificar as reivindicações do setor privado junto ao governo (SILVA, 2017, p. 112).

A Câmara após sua fundação começou a atuar em atividades de representação no âmbito nacional e internacional, como entidade representativa da atividade turística tanto no legislativo quanto no executivo, na elaboração da nova Constituição Estadual, assim, sendo considerada uma das principais responsáveis pela inclusão do artigo 240 que definiu a política de turismo e que possibilitou a criação da Secretaria Estadual de Turismo (SILVA, 2017, p.115).

Assim, a partir disso, em 1989 o decreto n.º 33.314, de 29/09/1989, cria a Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, recebendo as seguintes áreas de competência:

- a) atividades culturais; patrimônio histórico, arqueológico, antropológico, científico, artístico e cultural; tradição e folclore;
- b) definição da política do turismo; promoção e divulgação das potencialidades turísticas do Estado; estímulo às atividades turísticas; intercâmbio com entidades ligadas ao turismo;
- c) esporte amador (RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS, 2006).

Silva explica ainda, que a Câmara de Turismo ao participar do Conselho Nacional garantiu o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil – PRODETUR SUL, enquanto que “no âmbito internacional o principal destaque foi que a Câmara de Turismo do RS foi aceita membro afiliada da Organização Mundial do Turismo - OMT em 1997”, e no ano de 1999 “foi eleita vice-presidente do Conselho Empresarial da OMT, posto nunca ocupado por uma organização brasileira. Em 2002 a entidade se desfilia da OMT por mudança de direção e questões financeiras”. Apesar de estar a frente das questões relacionadas ao turismo por vários anos, “a atuação da Câmara de Turismo começou a enfraquecer na medida em que o Poder Público entra na cena do Turismo novamente” (SILVA, 2017, p.115).

3.6. AÇÕES SUSPENSAS DA DÉCADA DE 1990 E AS POLÍTICAS DO SÉC. XXI (1990 – atual)

Os anos 1990 são marcados pelas relações público-privadas havendo muitos registros sobre as políticas públicas voltadas para as áreas da cultura e do turismo. Hallal explica que nesse período começa a haver a falta de interesse das autoridades, no sentido de considerar o turismo parte integrante da administração e economia do Estado (HALLAL, 2010, p.106).

A gestão da nova Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto criada em 1989, ficou a cargo de Adylson Motta (1989 a 1990), na qual durante sua gestão outras Lei voltadas ao tradicionalismo aparecem: “as *pilchas* (conjunto de vestes típicas dos antigos gaúchos, compreendendo a bombacha, botas, lenço e chapéu)” são oficializadas “como ‘traje de honra e de uso preferencial’ no estado, deixando sua caracterização a cargo ‘dos ditames e diretrizes do Movimento Tradicionalista Gaúcho’” (OLIVEN, 1991, grifo do autor). Além da Lei Nº: 8.814, de 1989 que fixa o dia 04 de dezembro como o "Dia do poeta repentista gaúcho e do artista regional gaúcho". Essas leis se mostram interessantes para pensarmos a influência exercida pelo tradicionalismo, no RS na invenção das tradições, ao definir além de modos de viver, também de vestir e de se portar, ao incorporar suas “regras” na legislação pública do setor cultural.

No âmbito nacional, durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), é aprovada a Lei nº 8.181, de 1991, que transforma a EMBRATUR em Instituto Brasileiro de Turismo, mantendo porém a mesma denominação “EMBRATUR”, mas com status de instituto, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República (HALLAL, 2010, p.73). O Instituto passa a ter como finalidade “formular, coordenar e fazer executar a Política Nacional de Turismo” (CRUZ, 2000, p.56). Para isso, é criado em 1992, o instrumento para operacionalizar esta política, o Plantur – Plano Nacional de Turismo (CRUZ, 2000).

O turismo aparece novamente como prioridade do governo nacional, havendo neste período um crescimento da atividade turística no Brasil, tanto na quantidade de visitantes estrangeiros se deslocando para o país, como também uma diversificação de serviços turísticos, demandando a capacitação de profissionais. O setor turístico passa a ser um segmento com grande potencial de desenvolvimento, considerado tendência. Passa a se divulgar cursos nos meios de comunicação, atraindo a atenção de estudantes, empresários e instituições de ensino (HALLAL, 2010, p.147).

Durante esse governo, o binômio FNPM/SPHAN é extinto, dando lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, ocorrendo a demissão de vários servidores e

operários. Manteve-se porém, o Conselho Consultivo que permitiu que a atuação do IPHAN se mantesse, mas de forma reduzida por conta dos servidores afastados. No caso do Rio Grande do Sul, houve mobilizações em São Miguel das Missões em favor dos servidores demitidos, que acabaram sendo contratados novamente (MEIRA, 2008, p.160). No caso do estado, ocorre uma mudança oposta, em que através da portaria nº 11/90 que altera a denominação das coordenadorias, o CPHAE é transformado em Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IPHAE, como hoje é conhecido (IPHAE, 2022).

Por conta das mudanças, após o tombamento do Conjunto arquitetônico de Antônio Prado, as ações de “Preservação e valorização dos núcleos urbanos nas áreas de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul” são suspensas durante toda a década de 1990 (MEIRA, 2008, p.308), tanto pelo IPHAN, quanto pelo turismo estadual.

O setor público da cultura tornou-se também independente em relação à Secretaria Estadual de Educação, no governo de Sinval Guazelli (1990-1991), sendo assim criada a Secretaria de Cultura, e no ano seguinte criado o SEDAC – Secretaria de Assuntos Culturais.

Vinculado a Secretaria é criado neste período o Sistema Estadual de Museus – SEM, através do Decreto nº33.791, de 21.01.91 com o objetivo de “sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus de todo o Estado, com diretrizes estabelecidas de forma democrática e participativa por estas instituições” (SECRETARIA DE CULTURA RS, 2022).

A criação desse sistema se dá através de estímulos nacionais realizados desde 1986, “com o estabelecimento do Sistema Nacional de Museus. Assim, em 1990 a fim de colocar o órgão em prática “foi definida a divisão regional do Rio Grande do Sul em sete Regiões Museológicas e encaminhado projeto ao executivo estadual”. (SECRETARIA DE CULTURA RS, 2022).

Como a capital ficava muito distante para o deslocamento, foi feito um estudo antropológico no RS para atender esses museus no interior do estado, e foi percebido que em todas essas regiões tinham universidades, com pessoal capacitado e que poderiam assessorar os museus por mais tempo. Primeiro pensaram em dividir em 12 regiões, ai depois baixaram para 8, e finalmente 7 regiões museológicas. Atualmente, as sedes das regiões museológicas estão respectivamente nos municípios: 1ª RM: Canoas; 2ª RM: Bento Gonçalves; 3ª RM: Carazinho; 4ª RM: Panambi; 5ª RM: Santa Maria; 6ª RM: Dom Pedrito; e 7ª RM: Rio Grande. (INTERLOCUTORA E).

Número de Museus por Região Museológica do Rio Grande Sul

| Regiões | Museus Cadastrados* | Museus Mapeados** | Total | Municípios |
|--------------|---------------------|-------------------|------------|------------|
| 1ª RM | 99 | 31 | 130 | 49 |
| 2ª RM | 82 | 71 | 153 | 125 |
| 3ª RM | 38 | 21 | 60 | 108 |
| 4ª RM | 42 | 22 | 64 | 97 |
| 5ª RM | 50 | 22 | 72 | 71 |
| 6ª RM | 24 | 11 | 35 | 19 |
| 7ª RM | 45 | 23 | 68 | 28 |
| TOTAL | 380 | 201 | 592 | 497 |

Fonte: Sistema Estadual de Museus RS, maio de 2022.

*São aqueles registrados no Sistema Estadual de Museus RS;

**São aqueles identificados, mas não registrados no cadastro do Sistema Estadual de Museus RS.

Atualmente, o SEM está subordinado ao Departamento de Memória e Patrimônio. A partir de sua aprovação, o órgão foi composto por “um coordenador geral, nomeado pelo Secretário da Cultura e por sete coordenadores regionais eleitos diretamente pelos representantes dos museus de cada região. O SEM/RS propicia às instituições museológicas participarem nas respectivas sedes das atividades (reuniões, exposições, cursos) promovidas periodicamente” (SECRETARIA DE CULTURA RS, 2022). Além de realizar o mapeamento das instituições museológicas. O sistema permitiu maior apoio direcionado as instituições museológicas a partir de então.

A interlocutora A lembra dessa época com bastante admiração, perceptível durante toda a sua fala sobre o período:

Quando eu cheguei aqui [Rio Grande do Sul] em 2002 uma coisa que me impressionou muito é que a área da cultura era muito movimentada, durante esse governo do PT que sempre deu recursos para isso então o que muito me pressionava naquela época era atuação do Sistema Estadual de Museus. Quem dirigia era o José de Nascimento Júnior, que depois veio a ser o diretor do Instituto Nacional de Museus. Isso incluía não só museus, mas os arquivos históricos, projetos que incluem um teatralização, pesquisas de departamento explicando como era o trabalho, o que que é um arquivo, como você pode fazer para conservar os seus documento, etc. Trabalho muito interessante com crianças e jovens. Então esse sistema tinha uma visão bastante sistêmica mesmo. Fizeram um grande mapeamento dos museus do Estado. E através daquela Divisão das regiões foi feito também debate da necessidade dos profissionais nas suas áreas de atuação. Quem muitas vezes fazia parte dessas instituições era alguém que já trabalhava no setor público e que gostava de “coisa antiga” então era direcionada para trabalhar com os Museus. Mas nessa época o grande foco foi a formação das pessoas, a formação dos profissionais, sendo organizadas inclusive, palestras que incluíam pessoas de vários lugares do país para fazer palestras em cidades do interior. Não existe um sistema dessa forma que eu conheço em outros estados do país. Fiquei impressionada! Se existe, não conheço! (INTERLOCUTORA A).

No setor turístico, no entanto, por iniciativa de Alceu Collares (1991-1995) a Secretaria de Turismo é extinta novamente por meio da Lei n.º 9.433, de 27 de novembro de 1991, mantendo apenas a CRTUR – cujo diretor-presidente foi o jornalista João Batista de Melo Filho⁵⁷ – o setor do turismo passa a ser vinculado novamente às políticas determinadas pela Secretaria de Indústria e Comércio, tendo como secretário o engenheiro Cláudio Ryff Moreira (MACHADO; TOMAZZI, 2010, s/p), que atuou também como Secretário de Desenvolvimento econômico e social em 1993. A CRTUR tinha por objetivo articular a política de Turismo do Estado e suas ações no período estiveram alinhadas à Câmara de Turismo.

O objetivo do CRTUR nesta gestão, foi formular a política de turismo do estado, sob coordenação do Conselho de Turismo. Essa política foi sistematizada em quatro programas pelo Plano de Desenvolvimento da Indústria do Turismo que incluía: ampliação da demanda turística; organização e desenvolvimento da oferta turística; manutenção da qualidade da matéria-prima e regionalização turística. Esse último, seguiu o modelo dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) criado pelo mesmo governo Collares. Sendo assim, foram criados 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento “com características e identidades locais, considerando as potencialidades comuns de desenvolvimento correspondendo aos mesmos critérios de organização político-administrativa dos COREDES” (SILVA, 2017, p.116). A autora ainda defende que os Coredes “representaram no plano da gestão pública, uma nova configuração regional, surgida da agregação de comunidades locais, objetivando um processo de desenvolvimento regional local ou endógeno” (SILVA, 2017, p.52).

Percebe-se a partir do COREDES o foco voltado para a cooperação com os municípios estaduais, característica que aparece também no âmbito nacional com a criação do Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT dois anos depois.

Na época, (1993) durante o governo de Itamar Franco (1992-1995), foi criado “o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, cuja Secretaria Nacional de Turismo e Serviços teve como seu único titular Caio Luiz de Carvalho, com a incumbência de planejar as ações do setor, enquanto que a EMBRATUR tinha como tarefa executar tais ações” (HALLAL, 2010, p.74). Assim, em 1994, foi instituído o Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT:

Um processo de construção de uma diretriz nacional para a política de turismo do país. O PNMT é um plano legal e referencial para todos os segmentos que atuam

⁵⁷ João Batista de Melo Filho foi jornalista, radialista, trabalhou na Fundação Cultural Piratini de Rádio e Televisão, foi presidente da TVE (1993-1994) e em 1985 assumiu a Empresa Porto-Alegrense de Turismo – Epatur, extinta em 2004.

com turismo no país e que tem como público-alvo o município. Como num efeito dominó, o turismo municipal influi sobre o desempenho do turismo estadual, que por sua vez determina a eficácia do turismo nacional e a consequente competitividade internacional do produto turístico brasileiro, através da busca da qualidade na prestação de serviços e no correto gerenciamento dos recursos naturais e culturais por parte de todos os atores envolvidos neste processo, quer sejam eles públicos ou privados (PEREIRA, 1999, p.17 citado por HALLAL, 2010, p.74).

No governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2003), o turismo é novamente pensado como um setor estratégico, com possibilidade de gerar renda e emprego. No documento “Mãos à Obra, Brasil”, o governo lança, em 1996, sob a responsabilidade do MICT – Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e da EMBRATUR (cuja presidência é assumida por Caio Luiz de Carvalho⁵⁸ entre 1995 e 2002), a “Política Nacional de Turismo”, para que complementasse as estratégias gerais do Plano Plurianual de Investimentos 1996-1999 (HALLAL, 2010, p.74). Essa política objetivava, “promover e incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e de desenvolvimento socioeconômico do país” (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO, 1996).

Nesta gestão são lançados materiais turísticos que mencionam o Rio Grande do Sul mais uma vez, buscando trazer um mosaico de imagens e cores de diferentes estados do Brasil (FIGURA 51) vemos na segunda página da figura abaixo, no canto inferior esquerdo, uma foto das ruínas de São Miguel das Missões:

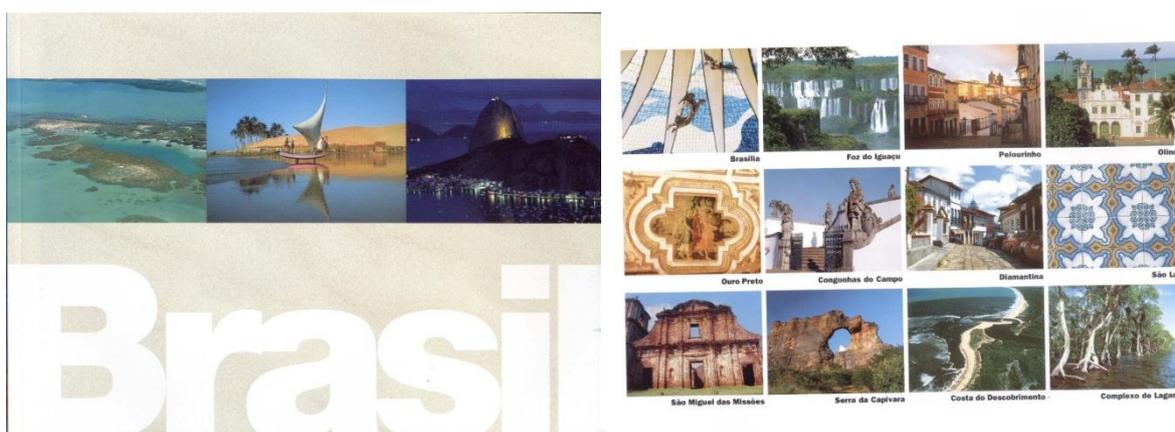
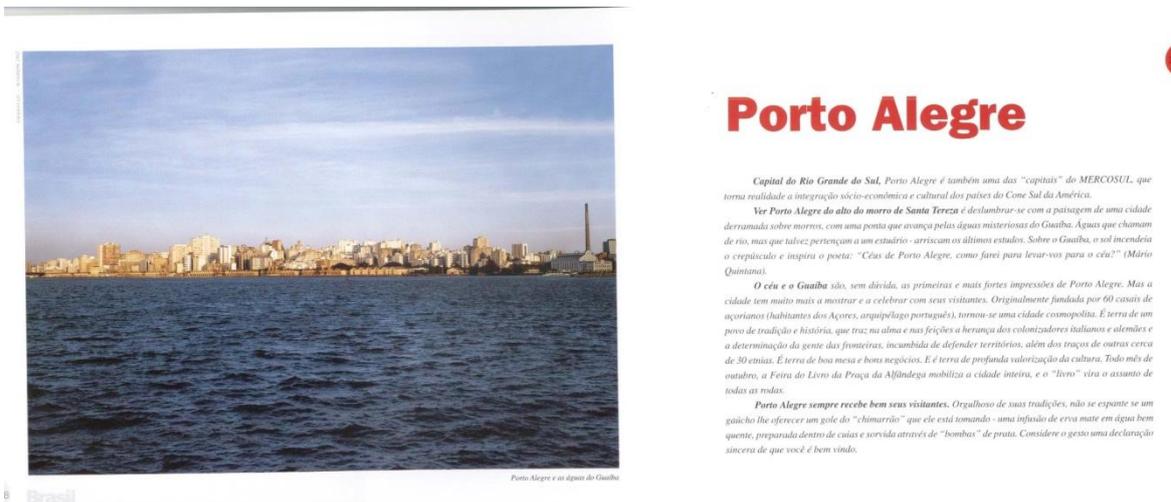


FIGURA 51 – Capa e página do folder turístico da EMBRATUR de produzido em 1996.

Com seções sobre várias capitais, há duas páginas dedicadas à capital Porto Alegre, com uma fotografia do Lago Guaíba e a cidade ao fundo e outra com texto sobre a capital e o estado (FIGURA 52):

⁵⁸ Nesse período presidiu também, de 1998 a 2000, o Conselho Executivo da OMT – Organização Mundial de Turismo. Em 2002 a 2003 foi ministro do Esporte e Turismo.



Porto Alegre

Capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre é também uma das "capitais" do MERCOSUL, que torna realidade a integração sócio-econômica e cultural dos países do Cone Sul da América.

Ver Porto Alegre do alto do morro de Santa Tereza é deslumbrar-se com a paisagem de uma cidade derramada sobre morros, com uma ponte que avança pelas águas misteriosas do Guaíba. Águas que chamam de rio, mas que talvez pertençam a um estuário - arriscam os últimos estudos. Sobre o Guaíba, o sol incendia o crepúsculo e inspira o poeta: "Céus de Porto Alegre, como farei para levar-vos para o céu?" (Mário Quintana).

O céu e o Guaíba são, sem dúvida, as primeiras e mais fortes impressões de Porto Alegre. Mas a cidade tem muito mais a mostrar e a celebrar com seus visitantes. Originalmente fundada por 60 casais de açorianos (habitantes dos Açores, arquipélago português), tornou-se uma cidade cosmopolita. É terra de um povo de tradição e história, que traz na alma e nas feições a herança dos colonizadores italianos e alemães e a determinação da gente das fronteiras, incumbida de defender territórios, além dos traços de outras cerca de 30 etnias. É terra de boa mesa e bons negócios. É terra de profunda valorização da cultura. Todo mês de outubro, a Feira do Livro da Praça da Alfândega mobiliza a cidade inteira, e o "livro" vira o assunto de todas as rodas.

Porto Alegre sempre recebe bem seus visitantes. Orgulhoso de suas tradições, não se espante se um gaúcho lhe oferecer um gole do "chimarrão" que ele está tomando - uma infusão de erva mate em água bem quente, preparada dentro de cuias e sorvida através de "bombas" de prata. Considere o gesto uma declaração sincera de que você é bem vindo.

FIGURA 52 – Páginas do folder turístico da EMBRATUR de produzido em 1996, trecho sobre Porto Alegre.

Capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre é também uma das "capitais" do MERCOSUL, que torna realidade a integração sócio-econômica e cultural dos países do Cone Sul da América.

[...] Originalmente fundada por 60 casais de açorianos (habitantes dos Açores, arquipélago português), tornou-se uma cidade cosmopolita. É terra de um povo de tradição e história, que traz na alma e nas feições a herança dos colonizadores italianos e alemães e a determinação da gente das fronteiras, incumbida de defender territórios, além dos traços de outras cerca de 30 etnias. É terra de boa mesa e bons negócios. É terra de profunda valorização da cultura [...].

Porto Alegre sempre recebe bem seus visitantes. Orgulhoso de suas tradições não se espante se um gaúcho lhe oferecer um gole do "chimarrão" que ele está tomando - uma infusão de erva mate em água bem quente, preparada dentro de cuias e sorvida de "bombas" de prata. Considere o gesto uma declaração sincera de que você é bem vindo (EMBRATUR, 1999).

O folder traz a narrativa sobre um povo “orgulhoso de suas tradições”. Apesar de mencionar uma possível contribuição de “cerca de 30 etnias”, na formação histórica da capital, estas são enfatizadas pelos açorianos, italianos, alemães e contribuição “das fronteiras”.

Neste período, não é apenas no âmbito nacional que o turismo volta a ser pensado como estratégico, mas também no estado. Quem assume o governo é Antônio Britto (1995-1999), que recria a Secretaria de Turismo Estadual através da Lei n.º 10.356 de 1995, e extingue a CRTUR (HALLAL, 2010, p.106), nomeando o contador e empresário Alberto Walter de Oliveira⁵⁹ como secretário, que foi sucedido no cargo pelo publicitário Gunther Staub⁶⁰. As áreas de competência da secretaria passam a ser a:

elaboração da política do turismo, com vista ao seu desenvolvimento; promoção e divulgação das potencialidades turísticas do Estado, em cooperação com os

⁵⁹ Alberto Walter Oliveira, ex-vereador e prefeito de Flores da Cunha, havendo sido também chefe de gabinete do Governador Pedro Simon (1987-1988).

⁶⁰ Gunther Reginaldo Staub, havido tido cargos em inúmeras empresas privadas, e também membro da Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil – ADBV (SILVA, 2017, p.131).

Municípios; estímulo às atividades turísticas, especialmente com os países signatários do Tratado de Assunção. (MERCOSUL); intercâmbio com entidades ligadas ao turismo, inclusive organismos internacionais (RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS, 2006)

Percebe-se que o foco voltado para a cooperação com os municípios estaduais permanece nesta gestão, direcionamento também a divulgação turística para países do exterior, especialmente latinos. O que explica a incorporação de outros idiomas na tradução do material turístico.

A partir desse governo, se estrutura um Plano de Desenvolvimento para o Turismo do Estado, sendo criado também o Calendário de Eventos Turísticos do Estado do Rio Grande do Sul daquele ano. No plano de governo de Britto, são apresentadas propostas para a área do turismo:

Percebe-se que entre os objetivos do Programa Estadual de Turismo, prevalece a relação econômica, na perspectiva do aumento do fluxo turístico para o Estado. Prevalece à relação poder público e iniciativa privada, excluindo a relação com os cidadãos, embora, no decorrer do texto e das ações propostas pela SETUR, tenha se notado um alinhamento do turismo na perspectiva de emprego e renda (SILVA, 2017, p.132).

Silva (2017) explica que o governo de Antônio Brito, na época, “possuía ligações com os setores empresariais locais, representados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), que abrange o setor comercial e o de serviços, e aos meios de comunicação”. Estabelecendo muitas várias privatizações” (p.51-52).

A FIERGS procurou articular a defesa de seus interesses com outras entidades representativas da burguesia gaúcha: a FEDERASUL e a Federação da Agricultura (FARSUL), representante dos grandes proprietários rurais — tradicionais e aqueles ligados ao “agribusiness” —, visando renovar, sob os novos tempos, o pacto conservador regional (WINCKLER; FARIA, 2010, p. 110).

Percebe-se a prioridade do governo pelas relações público-privadas e de grandes proprietários rurais nesta gestão, apresentando um caráter mais conservador. Não a toa que nesse período voltam a aparecer nos folderes nacionais a narrativa sobre “tradição”. Inclusive, neste período foi instaurado também um Memorial do Rio Grande do Sul (1996) em Porto Alegre, vinculado à Secretaria da Cultura, com o objetivo de “contar a história do Rio Grande do Sul”.

Quem assume o IGTF nesse período é Nico Fagundes, (compositor, apresentador do programa de televisão Galpão Criolo, historiador e tradicionalista) de 1995 até 1999, juntamente com Rodi Pedro Borghetti, que já haviam integrado o Instituto em 1987 até 1991, juntamente com Elton Saldanha (jornalista, cantor, tradicionalista, apresentador de TV e radialista). Aliás esse perfil voltado para a música tradicionalista e imprensa, se mostrou presente também no período entre essas duas gestões quando assume Bagre Fagundes (1991

até 1995), sendo também folclorista, compositor e cantor tradicionalista e colunista do jornal Diário Gaúcho.

No ano seguinte, vendo a necessidade de assessoramento ao secretário do estado é criado o Conselho Estadual de Turismo (CONETUR) pela Lei nº 10.782 de 07 de maio de 1996, sendo assim instituído um órgão superior de deliberação colegiada (POZZER, 2008, p.69). Também um conselho é criado, no âmbito nacional, se sobressaindo novamente as interações público-privadas com a criação do Conselho Consultivo do Turismo Nacional pela Deliberação Normativa n. 399, de 1998, que tinha “o objetivo de cooperar na formulação e no acompanhamento da implementação da Política Nacional de Turismo” (HALLAL, 2010, p. 75).

Os anos seguintes são marcados pelo governado de Olívio Dutra (1999-2002) as atribuições da Secretaria de Turismo são modificadas novamente, pela Lei n.º 11.690, de 20/11/2001, passando a mesma a denominar-se Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer. As atribuições da Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer passam a ser:

- a) elaboração da política do turismo, esporte e lazer, com vista ao seu desenvolvimento;
- b) promoção e divulgação das potencialidades turísticas, de esporte e lazer do Estado, em cooperação com os Municípios;
- c) estímulo às atividades turística, de esporte e lazer, especialmente com os países signatários do Tratado de Assunção (MERCOSUL);
- d) intercâmbio com entidades ligadas ao turismo, esporte e lazer, inclusive organismos internacionais;
- e) incremento ao turismo, esporte e lazer, e à prática do esporte amador e comunitário no Estado;
- f) coordenação do Sistema Estadual de Esporte e Lazer (RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS, 2006).

A política de turismo apresentada pela Frente Popular, está dividida quatro subitens, que mencionam os impactos do Turismo no Contexto Mundial, Nacional e Estadual, com números de emprego gerados e números de turistas internacionais com fluxo no Brasil no ano de 1996 baseando-se em dados da EMBRATUR (SILVA, 2017, p.36).

Nesse Plano também são feitas constatações sobre as características da atividade turística no Rio Grande do Sul:

- O turismo no Rio Grande do Sul é uma atividade híbrida, alcançando graus de importância distintos, dependendo da região. **Em algumas regiões – como na serra e no litoral – é uma das principais atividades econômicas.** Em outras – como na fronteira e no planalto – tem pouca expressão.
- Em linhas gerais, o desenvolvimento turístico gaúcho deixa a dever para os grandes centros receptores do país, como os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, que apresentam fluxos turísticos estrangeiros e provenientes das demais regiões brasileiras.
- **A atividade turística no Rio Grande do Sul depende fundamentalmente do fluxo interno do Estado e, em menor medida, do Uruguai e Argentina;**
- Segundo os dados da Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, o Estado tem servido de corredor de passagem de turistas do Prata, cujo destino são as praias catarinenses;

• **O mercado turístico gaúcho é diferenciado do brasileiro.** Enquanto no resto do país se sobressaem os atrativos naturais – associados ao clima tropical – no Rio Grande do Sul destacam-se as singularidades relacionadas ao clima temperado: **relevo acidentado, vegetação subtropical e a própria presença do frio (com possibilidade de neve na serra).** Isso garante uma fatia do mercado nacional a partir de um produto turístico diferenciado. Por outro lado, coloca o turismo gaúcho à margem do mercado nacional, transformando-se em um segmento isolado do restante do país (DUTRA, 1998, p.35 citado por SILVA, 2008, p.138, grifo meu).

É interessante que a partir desse documento são trazidas, constatações explícitas sobre um olhar do turismo do Rio Grande do Sul em relação ao restante do país. Conforme vimos no decorrer deste capítulo, apesar de ser um pensamento do estado há anos, esta é a primeira vez em que o discurso sobre a estratégia turística da diferença se mostra tão clara em um plano de governo.

A proposta turística da Frente Popular considera que o Rio Grande do Sul é um Estado privilegiado no sentido de atrair visitantes internacionais, já que a maioria dos turistas estrangeiros que vêm ao Brasil são da Argentina e do Uruguai. Por isso, seria necessária uma política de divulgação permanente em todo o estado, principalmente em Porto Alegre, capital do Brasileira do MERCOSUL (SILVA, 2008, p.173).

Alguns dos objetivos propostos pelo Governo de Olívio incluíam:

- Criar condições de infraestrutura básica para as regiões com potencial turístico, mas que ainda não dispõem de condições objetivas para acolher importantes massas de turistas, como é o caso da região das Missões, cujo potencial é extraordinário;
- Estimular a constituição de Câmaras Regionais de Turismo, a fim de colher projetos e sugestões sobre o encaminhamento da Política Estadual de Turismo, objetivando democratizar a formulação da política, e ao mesmo tempo, construir núcleos dinamizadores da atividade turística;
- Desenvolver o “turismo rural”, através de trabalhos de orientação e desenvolver incentivo a que essa atividade se incremente no interior do Estado;
- Promover viagens de familiarização (Famtur) com agentes de viagens e operadores turísticos com o objetivo de estimular a comercialização do Estado, tanto nacionalmente como junto aos países do MERCOSUL;
- Planejar, criar e veicular campanhas institucionais e publicitárias visando à conscientização turística – local – e fixação da imagem e venda do Estado enquanto destino turístico permanente; (trabalhar todas as estações do ano)
- Intensificar a participação de todas as regiões do Estado em missões comerciais, feiras e eventos do setor turístico, ou seja, em “workshops”, congressos da ABAV, ABRAJET, Festival de Turismo de Gramado e em outros eventos de importância, para a divulgação do Estado do Rio Grande do Sul;
- Consolidar a posição de Porto Alegre enquanto sede de grandes eventos nacionais e internacionais, incrementando o apoio institucional a eventos de terceiros sediados em Porto Alegre;
- Apoiar e consolidar a imagem turística da Serra Gaúcha, tanto Gramado e Canela, como Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul, Farroupilha, Nova Petrópolis. Divulgar os produtos turísticos já consolidados, tais como a “Rota Romântica” a “Rota da Uva e do Vinho” e outros roteiros que forem formatados;
- Apoio a formatação de produtos turísticos de todas as regiões do Estado;
- Ampliar a atuação de qualificação de recursos humanos envolvidos com a atividade turística do Estado. Tal ação deverá ser implementada em participação solidária com entidades ligadas à atividade e com os municípios;
- Consolidar o relacionamento com o mercado turístico e entidades afins, com o objetivo de realizar ações conjuntas, como intercâmbios, convênios, etc.;

- Municipalizar o sistema de informações turísticas do Estado, apoiando os municípios e possibilitando que os mesmos tenham materiais de divulgação do Estado (DUTRA, 1998, p.35, citado por SILVA, 2017, p.138-139).

Nessa gestão, que tinha como secretário Milton Zuanazzi (1999 a 2002), foi elaborado o plano estadual “Viajando pelo Rio Grande do Sul”, “composto por quatro programas básicos (oferta, demanda, treinamento e qualificação de recursos humanos e legislação turística) suas ações a serem implementadas e detalhou seu plano operacional que consistia basicamente no zoneamento turístico” (POZZER, 2008, p.66), o plano foi implementado pela secretaria com o intuito de incentivar o turismo interno do Estado e preparar os municípios para receber os turistas, assim o público alvo da promoção turística era o (a) próprio (a) gaúcho (a). Sendo produzidos materiais com “dicas do turismo” (FIGURA 53), realizando feiras de divulgação e campanha de conscientização (SILVA, 2017, p.139).

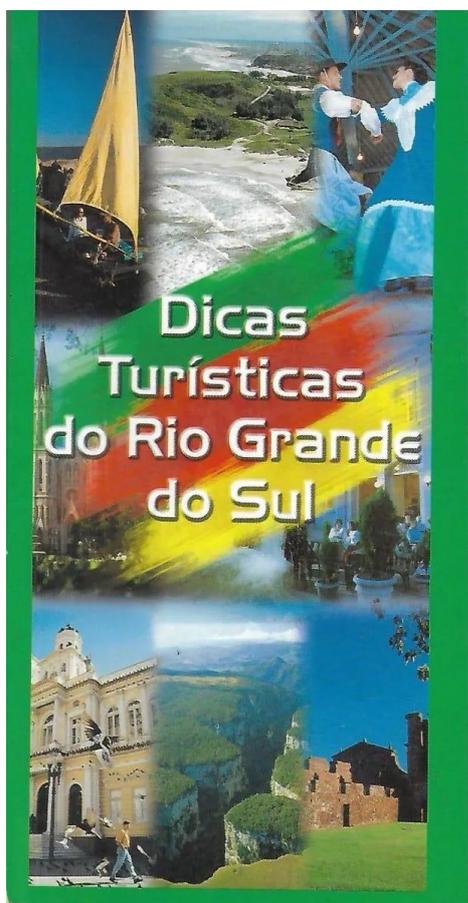


FIGURA 53: Capa do folder Dicas Turísticas do Rio Grande do Sul, 1999.

Os seus objetivos incluíam:

Geral: Promover a realização de ações conjuntas entre a iniciativa privada, parceiros institucionais estratégicos e o Governo do Estado, com vistas a formulação de proposições e implementação de programas necessários ao desenvolvimento do setor turístico gaúcho.

Específicos: Aumentar o fluxo turístico receptivo no Estado do Rio Grande do Sul, trazendo-o para os primeiros lugares do país; Qualificar e ampliar o produto turístico do Rio Grande do Sul; Projetar a imagem institucional do Rio Grande do Sul no

âmbito estadual, nacional e internacional; Desenvolver a cultura turística no Estado do Rio Grande do Sul; Buscar a auto sustentação e manutenção de nosso patrimônio cultural, social e natural; Democratizar as políticas públicas de turismo no Rio Grande do Sul; Desenvolver projetos de turismo interno no Rio Grande do Sul; Buscar investidores para empreendimentos no Estado; Disponibilizar informações e análises de dados sobre o setor turístico (SECRETARIA DO TURISMO RS, s.d., p.8).

Nota-se que são mencionadas as parcerias público-privadas mais uma vez; o desenvolvimento de projeto voltados ao turismo interno, apesar da divulgação voltar-se também para os âmbitos nacional e internacional e a manutenção do patrimônio (que volta a ser mencionada nas políticas turísticas).

Para Silva, o Plano Viajando pelo Rio Grande buscou “apresentar produtos turísticos de todas as regiões e não mais apenas a Serra Gaúcha. Ou seja, queriam apresentar o turismo do Rio Grande do Sul em sua totalidade, mesmo que os novos produtos também seriam parte da totalidade, mas contemplariam um universo mais abrangente do Estado” (2008, P.173).

Para isso surgiu a criação do Salão Gaúcho de Turismo do Rio Grande do Sul, evento que atingiu o público em geral, empresários e profissionais do setor. Apresentando através de feiras, seminários e palestras, uma mostra de todos os produtos turísticos organizados, “das 22 regiões turísticas formatos a partir dos Fóruns Regionais de Turismo e as reuniões preparatórias realizadas pelos técnicos da SETUR em cada uma das regiões” (SILVA, 2008, P.173).

Com a implementação do Plano Viajando pelo Rio Grande, foram instituídas, informalmente, as instâncias de governanças microrregionais específicas para o setor de turismo. Assim, como política pública estadual, a regionalização do turismo foi implantada articulando as regiões políticas do estado, agrupadas em nove zonas turísticas (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015).

As instâncias de governanças microrregionais alocadas em diferentes pontos do estado, permitiram um certo grau de autonomia das regiões para que tivessem espaço para expor suas demandas. Apesar do fato de que municípios mais desenvolvidos turisticamente acabam se sobressaindo.

Apesar do foco do governo estadual, ser voltado para a valorização de outras regiões que não apenas a Serra, conforme Silva (2008), o material turístico produzido pela EMBRATUR e distribuída no âmbito nacional tem exatamente esse foco (ALFONSO, 2006) (FIGURA 54):



FIGURA 54 – Capa e páginas de folder nacional sobre a Região Sul⁶¹.

O material desta época é voltado para a divulgação da Região Sul do país, abrangendo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Apesar da capa mostrar uma fotografia das ruínas de São Miguel das Missões. O material enfatiza o Sul a partir de suas características europeias.

Quem assume o governo estadual na sequência é o dentista e advogado Germano Rigotto (2002-2007), que nomeia para ocupar a Secretaria de Turismo, Luís Augusto Lara (2002-2004) que havia sido membro titular da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo e autor da proposição que criou a Subcomissão Mista dos Transgênicos, entre outras atividades ligadas ao meio político. Talvez por conta de sua experiência anterior, Lara promoveu enorme incentivo a temática do Turismo Rural e também aos desfiles do 20 de setembro. Durante sua gestão, foram aprovadas a que Lei inclui o Cavalinho Crioulo como animal-símbolo reconhecendo-o, juntamente com o Quero-Quero, como o patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Além de ser instituído também o "Dia do Cavalinho" no Estado do RS. Enquanto que em 2003, outra Lei institui o churrasco como "prato típico" e o chimarrão como "bebida símbolo" do Estado do RS. Quem assume a pasta da Secretaria de Cultura é o jornalista e cantor de música regional gaúcha Victor Hugo.

Nesse período o IGTF tem como presidente Luiz Carlos Borges (2003 a 2006), músico, tradicionalista, havendo tido experiência na Assessoria de Cultura e Turismo de São

⁶¹ Infelizmente não foram encontrados registros das demais páginas do folder sobre o Rio Grande do Sul.

Borja e em Santa Rosa. Em sua gestão, esteve com os diretores Ivo Benfato (também foi presidente da Comissão Gaúcha de Folclore), Vinicius Brum e Fabrício Coelho.

No âmbito nacional, em 2003, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva criou o Ministério do Turismo (MTur), também dando destaque para o setor. Sendo lançado no mesmo o “Plano Nacional de Turismo – Diretrizes, Metas e Programas”, criado pela nova Secretaria Nacional de Políticas de Turismo.

Neste período, o engenheiro gaúcho Milton Zuanazzi⁶² assumiu o cargo de Secretário Nacional de Políticas do Turismo no governo federal, acompanhando a criação do Ministério do Turismo. Parte da equipe de trabalho com a qual ele trabalhou quando ainda era Secretário de Turismo do Estado, o acompanha neste novo cargo (MACHADO; TOMAZZONI, 2010, s/p). Esse órgão lançou, um ano depois, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, como instrumento de execução das políticas (HALLAL, 2010, p.76).

O programa tinha como objetivo “transformar as ações, antes centradas nos municípios, em uma política pública mobilizadora regional, capaz de promover desenvolvimento por meio de um planejamento sistematizado e participativo, a fim de coordenar o processo de desenvolvimento turístico de forma regionalizada nos estados no Brasil” (POZZER, 2008, p.80). Segundo o Ministério do Turismo:

O que se busca com o Programa de Regionalização do Turismo é subsidiar a estruturação e qualificação dessas regiões para que elas possam assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento, possibilitando a consolidação de novos roteiros como produtos turísticos rentáveis e com competitividade nos mercados nacional e internacional (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

A ideia com essa estratégia é que os próprios municípios que integram a região possam pensar em alternativas de desenvolvimento, consolidando roteiros e destinos a partir dos elementos de identidade de cada região, em função da demanda.

Como resultado do Programa foram selecionados no Salão do Turismo - Roteiros do Brasil, (evento nacional) quase 90 roteiros de diferentes municípios e estado do Brasil para serem trabalhados para obtenção do padrão de qualidade internacional definido no Plano Nacional de Turismo.

No ano seguinte, foram realizadas no Estado, três “Oficinas de Planejamento do Programa de Regionalização do Turismo” com o objetivo de definir a estratégia de implantação do programa “Roteiros do Brasil”.

Na primeira, participaram os representantes das regiões turísticas, quando se discutiu o nome ou marca com que cada região se identificava, bem como se redefiniram os parceiros locais. Na segunda, participou a equipe técnica da SETUR/RS, e na

⁶² Zuanazzi foi ministro interino do Turismo e coordenou a elaboração do Plano Nacional de Turismo; foi também vereador no município de Porto Alegre e presidente da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT).

terceira, participaram os parceiros estratégicos do estado – Sebrae, Senac e instituições de ensino superior. O estado adotou os conceitos de Região e Microrregião, abolindo a ideia de Zonas Turísticas (MACHADO; TOMAZZONI,

Quem assume a Secretaria Estadual em 2005 é Heitor Goularte (2005 a 2009) que que no mesmo ano realizou uma “Oficina de Atualização do Mapeamento das Regiões Turísticas do Estado do Rio Grande do Sul”, contando com a presença de representantes das 24 microrregiões, em que eles puderam optar pela denominação que achassem mais coerente com organização local desses destinos turísticos (MACHADO, TOMAZZONI, 2010, s/p).

Além disso, durante sua gestão criou o Fundo Estadual de Desenvolvimento para o Turismo. Enfatizando o turismo interno, a partir da participação gaúcha em feiras internacionais; a criação de novas rotas turísticas e consolidação da Semana Farroupilha no calendário do turismo nacional. Goulart manteve o desenvolvimento do Turismo Rural como prioridade em sua gestão, considerado por ele a segmentação com grande potencial no Estado, especialmente se vinculada com a figura do gaúcho. “A ideia, segundo ele, é criar um vínculo do turismo rural com as comemorações da Semana Farroupilha” (GOVERNO RS, 2008).

Outras duas Leis relacionadas com a temática também marcaram 2005, como a Lei que reconhece como integrantes do patrimônio cultural imaterial do Estado, as danças tradicionais gaúchas e respectivas músicas e letras. Enquanto que em 2006, outra Lei Instituiu oficialmente o rodeio crioulo como um dos componentes da cultura popular sul-riograndense.

Ainda em 2005, iniciou-se uma campanha para trazer de volta os restos mortais do General David Canabarro para Santana do Livramento⁶³ - já que a promessa de 1947 sobre ser construído um monumento para abrigá-los não havia sido cumprida quase sessenta anos depois – que se encontravam em um túmulo no cemitério da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre. A proposta era colocar os restos em um mausoléu que seria construído na Praça central. Mas a prefeitura de Livramento, sugeriu oficialmente que fossem passados para o pátio da chamada Casa de David Canabarro, tombada em 1953 (NEVES, 2009, p.8). Neves ainda explica que:

Desde 2003 a Superintendência Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul (IPHAN/RS), planejava a implantação do Museu do Pampa na mesma Casa almejada pela prefeitura de Livramento. Tal Museu seria dedicado à cultura e aos hábitos campeiros, valorizando o artesanato em lã e em couro, a literatura a respeito da cultura gauchesca, etc.. A ideia inicial para o Museu assemelhava-se à estrutura do Museu Edson Carneiro, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), no Rio de Janeiro, ou seja, com um enfoque mais antropológico, etnográfico, e a Casa seria escolhida devido à sua representatividade enquanto testemunho da vida campeira. (NEVES, 2009, p.8).

⁶³ Levados pela primeira vez de Santana do Livramento à Porto Alegre, a partir da solenidade organizada pela Liga de Defesa Nacional e pela guarda do criadores do MTG.

Mas por conta de questões financeiras do IPHAN para a instalação do Museu e de disputas pela Casa por seus herdeiros – além do traslado dos restos mortais de Canabarro, que se concretizou em 2008 – houve a construção de um mausoléu no pátio da Casa tombada, onde foram armazenados os restos, mesmo sem autorização do IPHAN (NEVES, 2009, p.8).

Ainda em 2006, assume como presidente do Instituto de Tradição e Folclore Manoelito Carlos Savaris (atual diretor do MTG e da Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha) e os diretores Ivo Ladislau e Leandro Rafael Haag (que foi também secretário Municipal de Venâncio Aires). Sendo criado no mesmo ano ainda o Museu Histórico Municipal Barbosa Lessa. Sendo assim um ano cheio para o MTG.

Temos algumas pessoas como o sr. Manoelito Savaris que foi presidente eleito pela oitava vez do MTG, foi presidente do IGTF também. Nós temos funcionários do IGTF como a professora Paula Simão Ribeiro, a professora Lilian Argentina⁶⁴, tradicionalista, que foi presidente da Comissão Gaúcha de Folclore e se aposentou no IGTF (e nós comemoramos o centenário dela essa ano), para tu ver que como as coisas são intrincadas (INTERLOCUTORA F).

Voltando ao setor turístico nacional, no ano seguinte, é criado o “Plano Nacional do Turismo 2007-2010 — Uma Viagem de Inclusão”, de acordo com o Relatório Brasil (2007), que propõe a identificação de destinos com capacidade de induzir o desenvolvimento regional com base nos 87 roteiros citados definidos em 2006 pelo “Programa de Regionalização” apresentado no “Salão do Turismo — Roteiros do Brasil”.

Segundo Pozzer, os destinos foram refinados “com a base de concorrência e/ou competitividade entre destinos, (acesso e a infra-estrutura geral, os serviços e equipamentos turísticos, os atrativos turísticos e o marketing, política pública, cooperação regional, monitoramento, economia local, capacidade empresarial e aspectos sociais, ambientais e culturais)” (POZZER, 2008, p. 84). Sendo assim escolhidos 65 destinos turísticos, que fazem parte de 59 regiões turísticas em todos os estados. Para que esses destinos fossem “trabalhados até o ano de 2010 para a obtenção do padrão de qualidade internacional, constituindo, assim, modelos de destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, sendo essa uma das metas do PNT 2007-2010” (POZZER, 2008, p. 85). No Rio Grande do Sul localizavam-se três desses destinos: Bento Gonçalves (Microrregião Uva e Vinho), Gramado (Microrregião Hortênsias) e Porto Alegre (Microrregião Porto Alegre e Delta do Jacuí) que são destinos localizados na Mesorregião Nordeste do Estado (POZZER, 2008, p. 85). Incluindo mais uma vez as regiões da Serra e Metropolitana do estado.

⁶⁴ Lilian Argentina Braga Marques foi uma pesquisadora do IGTF e da Comissão Gaúcha de Folclore, membra da Comissão Nacional de Folclore e Conselheira Benemérita do MTG.

Em 2007, quem assume o governo do estado é Yeda Crusius (2007-2010) que a partir da Lei 12.697 de 2007, altera a estrutura administrativa do poder executivo do estado do Rio Grande do Sul e o setor do turismo passa a fazer parte da Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer (POZZER, 2008, p.69).

A partir desse ano, a cultura gaúcha é definida como um dos pontos fortes para o planejamento turístico estadual, especialmente a partir do Planejamento Estratégico do Turismo (2007-2010), realizado pela Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer. O Programa “Turismo Cultural” passa a ser priorizado pela secretaria como uma tipologia chave para o desenvolvimento do setor. Mesclando mais uma vez elementos essenciais da promoção turística gaúcha, a imigração europeia e a figura do gaúcho.

O programa possui “duas linhas de ações: 1ª) voltada para valorização e potencialização dos elementos culturais relacionados aos imigrantes europeus; 2ª) intenção de divulgar os elementos culturais ligados ao gaúcho” (PINTO, 2011, p. 73). É possível perceber a partir da análise do referido programa uma narrativa de integração da diversidade cultural em relação aos elementos culturais gaúchos (PINTO, 2011). “Apesar das iniciativas de Lessa haverem sido suspensas momentaneamente em 1990” (valorização da imigração, regionalização e tradicionalismo) “estas serviram como base para que mais tarde [...] essas regiões voltassem a ser valorizadas pelo Estado, já que a diversidade cultural do estado voltou a ser pensada como estratégia turística” (PINTO, 2011, p.68).

Conforme a SETUR (2010) “todo esse patrimônio, a diversidade, a integração num só povo são bens que a sociedade tem o dever de preservar, tanto os materiais como os imateriais. E de impedir a perda da identidade cultural e a degradação dos valores tão bravamente defendidos ao longo desses três séculos”.

Nota-se mais uma vez elementos voltados a repetição, envolvendo passado e continuidade, defendido por Hobsbawm (1997) como uma forma de estabelecer as tradições inventadas, tendo elas o objetivo de “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (p.9). Dessa forma, não apenas o MTG, mas o próprio Estado do RS tem se ocupado, em reviver e exaltar a figura do gaúcho e também trabalhar outros elementos do passado, com a tão mencionada Revolução Farroupilha, através desse nítido vínculo entre o Movimento e o Poder Público.

Inclusive, ainda em 2007, a Lei nº 12.748, de 11 de julho de 2007 declarou integrante do patrimônio histórico e cultural do estado do Rio Grande do Sul o Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG:

Art. 1º É declarado integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado, nos termos dos arts. 221, 222 e 223 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, o Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG -, que constitui a Federação dos Centros de Tradições Gaúchas - CTGs. Art. 2º O previsto no art. 1º desta Lei abrange, além dos Centros de Tradição Gaúcha - CTGs -, os Grupos Nativistas, Grupos de Arte Nativa, Piquetes de Laçadores, Grupos de Pesquisa Folclórica e demais organizações legalmente constituídas e filiadas ao Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Fazendo com que no ano seguinte, o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore se engajasse em constituir uma rede de pesquisadores voluntários no Rio Grande do Sul, ampliando a elaboração e divulgação de pesquisas nas áreas do folclore e da tradição em todo Estado e em alguns locais fora dele. Segundo o presidente do Instituto, Manoelito Savaris, o objetivo era haver ao menos um representante do Instituto, devidamente identificado, em cada município do estado, para auxiliar nas tarefas de pesquisa e de resgate das manifestações culturais. “É extremamente importante para identidade regional e para representar a direção da instituição que não tem condições de estar presente em todos os lugares para cumprir sua missão de apoiadora do tradicionalismo organizado” conforme Savaris (ESTADO DO RS, 2008).

Ainda nesta gestão, a denominação adotada até o momento como zonas turísticas passa a ser chamada de regiões turísticas. Em seguida “a então Região das Missões foi desmembrada a pedido da governança local, surgindo assim a décima região turística do estado intitulada Yucumã” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL, 2012). Passando de nove para dez regiões e de 22 para 24 microrregiões.

Machado e Tomazzoni, explicam que havia falta de pertencimento desses municípios com a divisão anterior, pois o principal atrativo da Região do Yucumã, usada para criar a unicidade, era o Salto do Yucumã, uma queda d’água no Rio Uruguai. “Independentemente da existência desse potencial turístico, os municípios que formariam a Região Yucumã, eram vendidos ao mercado como integrantes da Zona das Missões, mesmo sem trazer qualquer identificação com o passado missioneiro do Estado” (MACHADO, TOMAZZONI, 2010, s/p).

Nos anos seguintes, outras mudanças na divisão regional ocorreram. Em 2009 – durante a gestão de José Francisco Soares Sperotto (2009-2010) – a Região Central também foi desmembrada a pedido de governança local, sendo criada a 11ª região, denominada Rota das Terras. Ainda nesse ano, a Microrregião Jacuí-Centro foi agregada junto a Região Central. Assim, a partir dessas configurações, o estado ficou dividido em 11 regiões turísticas (observadas nos materiais já apresentados), subdivididas em 23 microrregiões. No que envolve os municípios individualmente, dos 496 municípios que constituem o Rio Grande do

Sul, 426 são considerados municípios turísticos que fazem parte de uma dessas microrregiões (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Durante essa gestão, o tema do turismo rural volta a aparecer. Em 2010 é criado um Guia de Turismo Rural, livreto inteiramente dedicado ao segmento (FIGURA 55):



FIGURA 55 – Livreto Turismo Rural 2010.

Nesse material são inserido Roteiros de Turismo Rural de todo o estado, dividido pelas regiões turísticas, com informações completas de contato dos empreendimentos rurais. O texto de introdução enfatiza:

*"Sem nenhuma dúvida, a iniciativa do Governo do Estado, através da sua Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer, de criar e divulgar um GUIA DE TURISMO RURAL RS é altamente elogiável, de vez que vem suprir a falta de informações que existem nesta área tão importante para o desenvolvimento do turismo no Estado. A obra, que tem caráter institucional, vem para mostrar as rotas e os roteiros gaúchos, **destacando propriedades rurais que oferecem atividades que resgatam as tradições locais**, tão ricas em seus núcleos sociais por menores que sejam, **onde se cultuam com autenticidade as manifestações próprias do nosso povo, quer nos usos e costumes de um modo geral e particularmente na música, na dança, nas artes espontâneas, na gastronomia, no campeirismo gaúcho, que identificam nossa gente e nosso Estado.**" (LIVRETO TURISMO RURAL, 2010).*

No governo seguinte, assumido por Governo Tarso Genro (2011-2015) se destacam a 1ª Conferência Estadual do Turismo, em 2011, a apresentação do Plano Diretor de Turismo ao trade gaúcho composto pelo Plano de Desenvolvimento e de Marketing para Turismo apoiado nas resoluções da Conferência, a ativação do Conselho Estadual de Turismo e a aprovação da Lei Estadual de Turismo nº. 14.371, de 27 de novembro de 2013 (SILVA, 2017, p. 118).

O Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul (2012-2015), que “entre outras ações, [...] apresenta os cinco desafios apontados pela Setur para o desenvolvimento do setor” a serem cumpridos até 2015, o que inclui:

implantar o sistema de gestão do turismo no RS, preparar o Estado para captar e realizar eventos; aumentar a competitividade das regiões turísticas, posicionar o produto turístico gaúcho no mercado nacional e internacional e fomentar o empreendedorismo, a inovação e a qualificação na iniciativa privada (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL, 2012).

O referido plano foi elaborado entre outras pessoas, pela titular da SETUR Abigail Pereira, que foi presidente e vice-presidente licenciada do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares e em Turismo e Hospitalidade de Caxias do Sul. Atuando como vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços. Fatos que explicam parte do direcionamento do plano para a iniciativa privada turística e mercado internacional.

A formulação desse Plano ocorreu com a organização de conferências regionais, em todas as regiões do Estado no ano de 2011, envolvendo diversos temas e ocasionando a Conferência Estadual de Turismo no mesmo ano em de Porto Alegre. Scherer e Fernandes, (2017) explicam que “como as conferências regionais formaram a base das sugestões de ações do plano, é possível que a participação de determinados atores tenha exercido essa força de pressão junto a algumas escolhas a serem contempladas pelos formuladores do plano” (s/p). O que pode ser notado pelas escolhas das temáticas propostas naquele ano que incluíam os seguintes segmentos: Turismo Rural, Turismo de Negócios e Eventos, Ecoturismo e Turismo de Aventura, Turismo Paleontológico e Turismo Étnico-Afro.

Apesar de trazerem temáticas novas como o turismo paleontológico e o turismo étnico-afro estes não possuíam roteiros e produtos turísticos sugeridos para a visitação. “Em relação ao turismo paleontológico, ao buscar informações sobre esse produto no Rio Grande do Sul, surge um informativo da Rota Paleontológica, na região entre os municípios de Santa Maria – São Pedro – Mata – São João do Polêsine. Não há informações sobre os produtos, roteiros, ou comercialização” (SCHERER; FERNANDES, 2017, s/p).

Enquanto no caso do segmento de turismo étnico-afro, “ao pesquisar sobre o segmento, não se encontra nenhuma indicação de roteiros, apenas uma divulgação sobre a importância do segmento em um Blog sobre a cultura afro e a divulgação de workshop sobre o assunto” (SCHERER; FERNANDES, 2017, s/p). O que demonstra que apesar das temáticas haverem sido inclusas nas discussões e na segmentação turística, não houve um planejamento e nem execução de propostas para desenvolvê-los, como estudos sobre os temas, criação de roteiros, listagem de atrativos, ou inclusão nos materiais turísticos.

Para as referidas autoras, “é possível que, na etapa de discussão das escolhas, tais segmentos fizeram-se mais representados, por meio de atores interessados especificamente na inserção desses segmentos na política, e a partir daí, por meio da metodologia de construção da política de forma participativa e democrática, foram contemplados” (SCHERER; FERNANDES, 2017, s.p.)

O material de divulgação turística produzida na época inclui um livreto (apresentado no início da pesquisa) e três mapas do estado: dois deles ilustrados com as atrações turísticas consideradas representativas de cada região um deles em português (FIGURA 56) e o outro em três idiomas (português, inglês e espanhol) seguindo um layout muito parecido, com diferenciação na capa e algumas diferenciações no texto apenas (FIGURA 57). Enquanto o terceiro mapa é inteiro na língua espanhola, com um mapa simplificado em comparação aos demais com breves informações dos principais municípios (FIGURA 58):



FIGURA 56 – Mapa turístico e rodoviário 2011-2015



FIGURA 57 – Mapa turístico e rodoviário em 3 idiomas 2011



FIGURA 58 – Mapa turístico e rodoviário em espanhol 2011-2015

Quem assume a Secretário da Cultura (Sedac) passa a ser Luiz Antônio Assis Brasil, e o secretário-adjunto da Cultura Jéferson Assunção⁶⁵. Durante essa gestão, ambas as secretarias trabalharam mais uma vez com a Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF), cujo diretor administrativo foi Rodi Pedro Borghetti – sua direção se estendeu por mais de 10 anos, foi também eleito mais de cinco vezes patrão do 35 CTG, duas vezes presidente do MTG e criador e primeiro presidente da Fundação Cultural Gaúcha (ESTADO DO RS, 2022) – e a diretora-administrativa foi Ana Cristina Froner (que já havia sido diretora artística e cultural da Sedac). Juntos trataram da organização dos Festejos Farroupilhas de 2011 na Semana Farroupilha (CULTURA RS, 2011).

No Governo de José Ivo Sartori (2015-2019), o Turismo passa por momentos de retrocesso, não havendo um direcionamento para a política de Turismo no Rio Grande do Sul, e a estrutura institucional da Secretaria foi agrupada com a de Cultura, Esporte e Lazer. Neste ano assume Juvir Costella (Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Estado) que defendeu como prioridade para sua gestão o esporte e também o turismo receptivo, buscando atrair os turistas dos outros Estados, bem como os turistas dos países próximos ao estado, como Argentina, Uruguai e Chile.

O material produzido nesta gestão inclui um novo Mapa Turístico e Rodoviário, apresentado no início deste estudo, vindo a ser muito semelhante ao material produzido posteriormente na próxima gestão.

Vemos a partir dos materiais apresentados no início deste estudo e a comparação aos anteriores que outras mudanças ocorrem na divisão das microrregiões. A Costa Doce que era dividida entre sul e centro sul, torna-se uma só microrregião, enquanto que o Alto da Serra do Botucarai; Carboníferas; Centro-Serra; Delta do Jacui e Vale do Jaguari são adicionadas a regionalização. Composto assim, 27 microrregiões turísticas, que apesar de apresentarem nomenclaturas e separações geográficas diferentes.

A divisão de 2015-atual apresentada em ordem alfabética inclui: Alto da serra do Botucarai; Campos de Cima da Serra; Carbonífera; Central; Centro-serra; Costa Doce; Cultura e Tradição; Delta do Jacuí; Fronteira; Hortênsias; Litoral Norte Gaúcho; Pampa Gaúcho; Porto Alegre; Rota Águas e Pedras; Rota das Araucárias; Rota das Terras Encantadas; Rota do Rio Uruguai; Rota do Yucumã; Rota das Missões; Termas e Lagos; Uva e Vinho; Vale do Caí; Vale do Jaguari; Vale do Paranhana; Vale do Rio dos Sinos; Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari.

⁶⁵ Assunção foi assessor e Coordenador-Geral de Livro e Leitura do Ministério da Cultura (MinC) (2006 a 2008), secretário municipal de Cultura de Canoas (2009-2010), foi Diretor de Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura em 2015 e conselheiro no Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), do Ministério da Cultura (em 2013 e 2014).

Nesta gestão, o Secretário Juvir Costella⁶⁶ (2015-2017), afirma mais uma vez a parceira com o Movimento Tradicionalista Gaúcho. Segundo Manoelito Savaris (atual diretor do MTG) em blog do MTG⁶⁷, a parceria se dá, por o secretário julgar importante para a sociedade os CTGs, tanto que, ele mesmo, faz parte de um e tem sua pilcha.

Apesar dessa parceria, a Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF) é extinta em 2017, sendo desmembrada e espalhada.

Em 2018, o IPHAE alcançou o número de 154 bens tombados, “individuais e coletivos, incluindo bens edificados, centros históricos, bens móveis e tombamentos ambientais (Mata Atlântica e quatro parques)” (IPHAE, 2010). Muitos desses bens ao serem tombados por um órgão como o IPHAE, tornam-se atrativos turísticos e passam (no caso das edificações) a receber visitas e ser incluídos em roteiros. Portanto a tipologia dos bens tombados pode influenciar a forma como é pensado e direcionado o planejamento turístico.

Essa valorização patrimonial transformou-se inclusive em evento, quando em 2019 com o decreto nº 54.608/19 foi instituído o Dia Estadual do Patrimônio Cultural no terceiro final de semana de agosto, convidando o estado a celebrar “suas raízes culturais”, com forte apelo à valorização e salvaguarda do patrimônio material e imaterial do Estado (IPHAE, 2019).

Muitas cidades do estado incluíram o Dia do Patrimônio em sua agenda de eventos, promovendo visitas à prédios tombados, palestras e exposições museológicas (já que muitos prédios tombados abrigavam museus) para diversos públicos. Apesar das temáticas se diversificarem todos os anos e em alguns casos se direcionarem ao patrimônio imaterial (voltado para as manifestações culturais locais), conforme vimos, a maior parte dos tombamentos do IPHAN envolve o patrimônio edificado. Fazendo com que o enfoque se volte para visita de interiores de prédios históricos tombados, que evidencia em sua arquitetura elementos colonizadores. Assim, a diversidade de manifestações culturais que poderia existir no evento não se mostra presente nas visitas e narrativas contadas sobre esses lugares.

Durante a finalização desta pesquisa, novos materiais de divulgação turística foram elaborados, incluindo um Mapa Turístico e Rodoviário (FIGURA 59), exatamente igual ao da gestão anterior, trazendo apenas os novos logos da gestão “Novas Façanhas” e nova capa, enquanto o novo livreto (FIGURA 60) substitui as as regiões apresentadas no livreto antigo (primeiros capítulos), pelas chamadas microrregiões, sendo composto assim, por 27 seções:

⁶⁶ Também foi secretário de Logística e Transportes em 2019 e deputado estadual.

⁶⁷ Disponível em: <<http://mtg-rs.blogspot.com/2015/01/>>. Acesso em 13/05/2022.

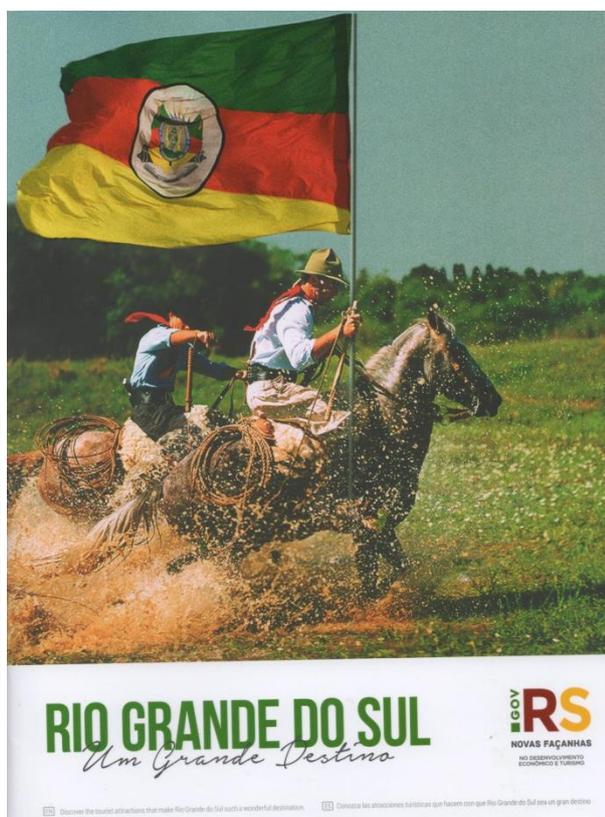


FIGURA 59 – Mapa turístico e rodoviário 2019 **FIGURA 60 – Livreto 2021**

A nova Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR, mescla a Secretaria de Turismo à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, ressaltando essa visão mais economicista voltada ao Turismo. Traz nesta gestão, o secretário Ronaldo Santini, ex-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Tradição e Cultura Gaúcha e vice-presidente de Políticas para a Região Sul da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Em 2020, quem assume a pasta de Desenvolvimento Econômico e Turismo é Rodrigo Lorenzoni⁶⁸, deixando o cargo em abril de 2021. A partir de então, Ronaldo Santini continua como secretário de Turismo e a Diretora do Turismo é Cláudia Mara Borges.

Ainda em 2020, com o objetivo de integrar as comemorações Farroupilha no no estado, o governador, Eduardo Leite, criou uma Comissão Especial, coordenada pela Secretaria de Estado da Cultura e formada por mais 14 entidades gaúchas (passando para 18 entidades parceiras em 2022). A missão da Comissão foi unificar os eventos mais importantes do ano em uma única grande programação, constituindo assim os “Festejos Farroupilhas” (CULTURA RS, 2022). Segundo a Secretaria de Cultura, “em alusão a esses episódios históricos marcantes, a Semana Farroupilha tornou-se um momento de culto às tradições gaúchas, envolvendo não só os Centros de Tradição Gaúcha (CTGs) e o Movimento

⁶⁸ Também foi secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Porto Alegre e fundou e presidiu a Frente Parlamentar da Agropecuária Gaúcha (FPA) e integrou a Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca e Cooperativismo

Tradicionalista Gaúcho (MTG), mas diversas instituições estaduais e segmentos sociais que participam ativamente das celebrações” (CULTURA RS, 2022).

Atualmente, os Festejos Farroupilhas são organizados a partir de “duas instâncias: o Estado define as diretrizes gerais, o tema básico e as atividades que envolvem as entidades públicas estaduais e, em âmbito local, os municípios programam e realizam suas manifestações culturais e artísticas” (CULTURA RS, 2022).

Por conta da pandemia da covid-19, inúmeras iniciativas que vinham ocorrendo no estado viram-se estagnadas, especialmente porque com as restrições de saúde e isolamento social, as atividades turísticas tiveram que esperar.

Uma das iniciativas que surgiu neste período como forma de prosseguir com o planejamento turístico, foi a realização de reuniões virtuais (lives) em 2021, transmitidas pelo *youtube* que debateram temas sobre a segmentação turística. Entre os objetivos estavam:

- Trazer conceitos sobre o segmentos do turismo presentes no Rio Grande do Sul;
- Possibilitar a troca de experiências;
- Inserir novas temáticas balizadoras das ações da SETUR-RS;
- Possibilitar o conhecimento difuso entre os municípios do Estado;
- Integrar ações público e privadas na organização, atuação e promoção dos segmentos de turismo;
- Disponibilizar conhecimento acadêmico e prático sobre os diferentes segmentos do turismo;
- Democratizar o conhecimento do turismo e de suas características
- Identificar novas tendências de mercado (RELATÓRIO DE SEGMENTAÇÃO, 2020/2021).

Segundo o relatório elaborado a partir dos eventos, as reuniões contaram com um total de 3.246 visualizações do público em geral. Os temas tratados em cada *live*, incluíram:

- Cicloturismo no dia 26 de maio e Cicloturismo II no dia 14 de julho, voltado o debate sobre a construção do Projeto “Sistema Estadual de Cicloturismo” que identifica 55 Rotas existentes ou em processo final de formatação para serem percorridas de bicicleta, sendo a ação vinculada à da Secretaria de Esporte e Assembleia Legislativa do Estado;
- Campismo/caravanismo no dia 06 de julho voltados a temática do acampamento e espaços de natureza;
- Turismo e Espiritualidade no dia 3 de agosto, que criou a Câmara Técnica de Turismo e Espiritualidade que busca “organizar o projeto de Turismo Espiritual no Estado a partir do planejamento de atividades nas visitas à grandes construções religiosas, ao patrimônio de religiões, ao uso do ecológico como sagrado, ao turismo de espetáculo religioso, ao turismo no espaço religioso e às peregrinações” (RELATÓRIO DE SEGMENTAÇÃO, 2020/2021).

- Turismo LGBTQIA+ no dia 17 de agosto, ocasionando o desenvolvimento de um Projeto focado no desenvolvimento do produto de Turismo LGBT no Estado e participação da SETUR em outros eventos com esse foco.
- Turismo a Cavalo no dia 31 de agosto, que ocasionou a organização da Câmara Técnica de Turismo à Cavalo. “A partir da Live é possível identificar ações conjuntas baseadas na promoção de cavalgadas tradicionalistas que possibilitem a vivência da experiência do ser gaúcho” (RELATÓRIO DE SEGMENTAÇÃO, 2020/2021).
- Turismo Cultural e Tradição no dia 07 de outubro buscando elencar “elencar experiências possíveis aos visitantes junto aos CTGs e Piquetes, na lida campeira, nas cavalgadas e na elaboração da gastronomia regional” (RELATÓRIO DE SEGMENTAÇÃO, 2020/2021).
- Turismo de Natureza no dia 14 de outubro, que discutiu sobre as parcerias para Concessões em Parques Naturais do Estado.
- Turismo Pet Friendly no dia 21 de outubro, com envolvimento do SEBRAE para promoção do segmento e proposta de criar um selo de empreendimentos *PET Friendly*, locais que aceitam e animais.
- Turismo em Cidades Históricas Portuguesas no dia 7 de dezembro, com foco na valorização do patrimônio luso açoriano no estado, sugerindo a organização de uma rota do Extremo Sul da Coroa, que incluiria as cidades gaúchas e Colônia do Sacramento no Uruguay, “transformando a mesma em um produto de integração e valorização do passado” (RELATÓRIO DE SEGMENTAÇÃO, 2020/2021).
- Turismo e Atividades Náuticas no dia 13 de dezembro, voltado para a discussão da organização de uma frente para auxiliar na formatação do produto náutico do Estado.
- Turismo e Museus no dia 14 de dezembro, voltado para a discussão de um programa de mapeamento de todos museus que possam integrar destinos turísticos.
- Turismo Étnico e Periférico no dia 15 de dezembro, que segundo o relatório, foi considerado o tema mais sensível a ser trabalhado, envolvendo o apoio a programas de turismo afro e em aldeias indígenas.

Apesar de trazer temas diferentes (em comparação aos outros anos) propostos para a segmentação, não é possível afirmar por enquanto a efetividade das propostas, e o quanto esses debates resultarão em ações mais efetivas, e inclusivas, se pensarmos no último tema do “turismo étnico e periférico”. Ou se continuaram tratando dos mesmos assuntos já conhecidos, como a “Tradição” e as “Cidades Históricas Portuguesas”.

4. A REDE E SUAS INTERSECÇÕES

Através desse histórico podemos perceber como inúmeras instituições distintas no Estado estão interligadas ao poder público e também entre si, atuando no decorrer dos anos como forma de instituir determinadas ideologias. Essas instituições quando pensadas a partir da teoria do ator-rede de Latour, são entendidas como atores constituintes de uma imensa rede sociotécnica, no Rio Grande do Sul, formada pelas intersecções dos atores no tocante ao tema do turismo e da cultura. Através da noção de redes, podemos compreender como os atores se comportam, conforme estabelecem algum tipo de poder ou identidade por propostas específicas, existindo até mesmo uma espécie de “força” acima do comportamento desses atores (LATOUR, 2012).

A noção de rede, é um conceito alternativo ao indivíduo, à estrutura, e tenta mostrar que a ação social deve ser analisada através do agente contextualizado. Ou seja, que a posição e a interação entre os atores, cristalizam relações, que não são tão fixas como a estabelecida no conceito de estrutura, ao mesmo tempo que não são soltos quanto a do indivíduo, mas que são a própria rede (ALMEIDA, 1997, p.3)

Nota-se a forma como a cultura e o turismo são usadas como áreas estratégicas de diferentes governos, especialmente durante o Estado Novo e a Ditadura Militar, sendo o turismo usado como ferramenta para construção do nacionalismo, criando uma ideia de país harmônico, unido e pacífico, livre de qualquer fator negativo.

O que vemos no decorrer desta dissertação é que o turismo não atuava sozinho: foi criada uma imensa rede composta por: instituições culturais, patrimoniais, museológicas, etc com o objetivo de fixar uma narrativa. Assim, através dos tombamentos patrimoniais, das exposições museológicas, das escolas de ensino público, da imprensa, das comemorações tradicionalistas, foi possível reafirmar narrativas como estratégia de manutenção de poder.

Pensando nisso, a rede é importantíssima para pensarmos a forma como a repetição dessa narrativa estereotipada foi possível, ao oscilar entre a sua presença constante nessas diferentes instâncias. Ao mesmo tempo em que houve a negação das possibilidades do diferente, ao balizar os limites simbólicos do significado e excluir tudo aquilo que não pertence ao estereótipo, que não interessa à rede (BHABHA, 1998).

Através das intersecções entre os atores, pertencentes a diferentes áreas e espaços dentro do Estado, tanto do poder público quando setor privado, foi possível repetir a narrativa, e fortalecer as relações de poder engendradas na rede. A teoria nos permite pensar a respeito do caráter influente dos atores, na medida em que cristalizam e fixam certas ideias a respeito do lugar. Explicando como chegamos as políticas turísticas e culturais que temos hoje no estado.

Tanto no âmbito nacional quanto estadual, inúmeras instituições foram criadas no decorrer dos anos com o objetivo de firmar interesses dessa rede. Conforme vemos, desde antes do século XX, instituições culturais (turísticas, patrimoniais, museológicas, etc) são criadas como estratégia dos governos para “fixar identidades”, associando passado e presente através de bens a história oficial. Como a criação do Museu Histórico Nacional (MHN), considerado um dos museus mais importantes do país e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja instalação de sua seção regional contou com o apoio do Presidente do Estado, Borges de Medeiros, e do deputado Getúlio Vargas cuja influência não se limitou a esse caso.

Um ator chave porém, passa a ser o SPHAN, havendo sido criado exatamente com esse propósito. Elegendo um acervo que representasse a tradição brasileira e conseqüentemente o Rio Grande do Sul. Entra também na rede, o Conselho do Patrimônio Histórico Cultural (Compahc), cuja rede de relações se estendeu ao próprio IHBR; IPHAN; DPHAE; Instituto de Arquitetos do Brasil, Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; Associação Rio-grandense de Imprensa e Ordem dos Advogados do Brasil e outros atores indicados pelo poder público. Mais tarde inclui também o Conselho Estadual de Cultura responsável pela política de preservação dos bens patrimoniais e culturais do Estado, integrando assim a rede, porque os seus interesses se aproximavam do objetivo do governo. É interessante ressaltar que a entrada de todas essas instituições não se deu ao mesmo tempo, apenas quando interesses comuns as aproximavam. Nem mesmo as instituições participam da mesma rede do início ao fim de sua existência. Apesar dos integrantes desta rede possuírem papéis distintos, no conjunto elas se transformam e se complementam, em função do seu interesse maior, que é a preservação do patrimônio histórico, estando desta forma diretamente relacionado com a cultura e turismo.

Um outro elemento a ser considerado, é que essas redes sócio-técnicas, dão muita atenção ao que é chamado de conteúdo híbrido das redes, ou seja, do fato delas serem ao mesmo tempo sociais e tecnológicas. Assim, procura explorar outros materiais técnicos, podem operar, no sentido de se infiltrar, de forma a reorganizar, enriquecer, ou até mesmo dissolver, o que mais usualmente é tratado de relações sociais. Esse conceito explica como coisas diferentes, como o social e o técnico, são mantidos juntos. Para ratar isto, considera-se que as relações entre os atores são cristalizadas, tendo como base, objetos e variáveis. É fundamentalmente, em função de manter os elementos materiais que intermediam as relações sociais que estabelecem a continuidade e a estabilidade das relações. Estes elementos técnicos, são chamados de híbridos (ALMEIDA, 1997, p.3).

Esses elementos materiais podem ser considerados os bens tombados; objetos expostos em museus; atrativos turísticos, etc. Elementos que carregam de uma forma ou de outra os princípios e objetivos da rede como um todo. No caso dos bens patrimoniais, Meira conta que entre:

1937 a 1967, foram tombados dezessete bens edificadas no Rio Grande do Sul, dos quais doze durante os períodos em que o gaúcho Getúlio Vargas foi presidente da República. Esses tombamentos vieram ao encontro da política pública instituída por Vargas no sentido de construir uma identidade nacional. O maior número de tombamentos no Rio Grande do Sul, no entanto, ocorreu na gestão do presidente maranhense José Sarney (1985-1990) devido ao acervo de Antônio Prado – foram cinquenta e um bens tombados (MEIRA, 2008, p.286).

A autora indica que “nos governos da ditadura militar foram tombados quinze bens, sendo cinco na gestão dos gaúchos Emílio Médici (1969-1974) e de João Figueiredo (1979-1985). [...] Foram contabilizados, no total, no século XX, oitenta e quatro bens edificadas e quatro coleções” (MEIRA, 2008, P.286)

Apesar de haver tombamentos em diferentes cidades do estado, conforme vimos e é reafirmado pela autora (2008, p. 427), a maior parcela dos bens tombados pelo Estado do Rio Grande do Sul localizam-se na região metropolitana e serra, demonstrando já através da localização dos bens, esse direcionamento que é dado aos bens patrimoniais a partir de interesses da rede:

A maior parte dos bens tombados no Rio Grande do Sul localiza-se na Região Metropolitana de Porto Alegre e na Região de Colonização Italiana. As escolhas valorizam a centralidade da Capital e a região Nordeste do estado. Há lacunas em relação à Fronteira Oeste, aos campos de Cima da Serra e à Região Central do estado, além do Litoral, sob o ponto de vista geográfico. Há necessidade da proteção aos bens representativos de outras etnias, além da italiana, as quais se distribuem em vários municípios gaúchos. O que se revela, ao final, é a falta de uma política de tombamentos que possa continuar realizando escolhas a partir de uma visão do conjunto do estado e de sua inserção no país (MEIRA, 2008, p. 427).

No mapa abaixo (FIGURA 61) é possível ver uma relação dos bens tombados pelo IPHAE e bens tombados pelo IPHAN e sua respectiva localização:

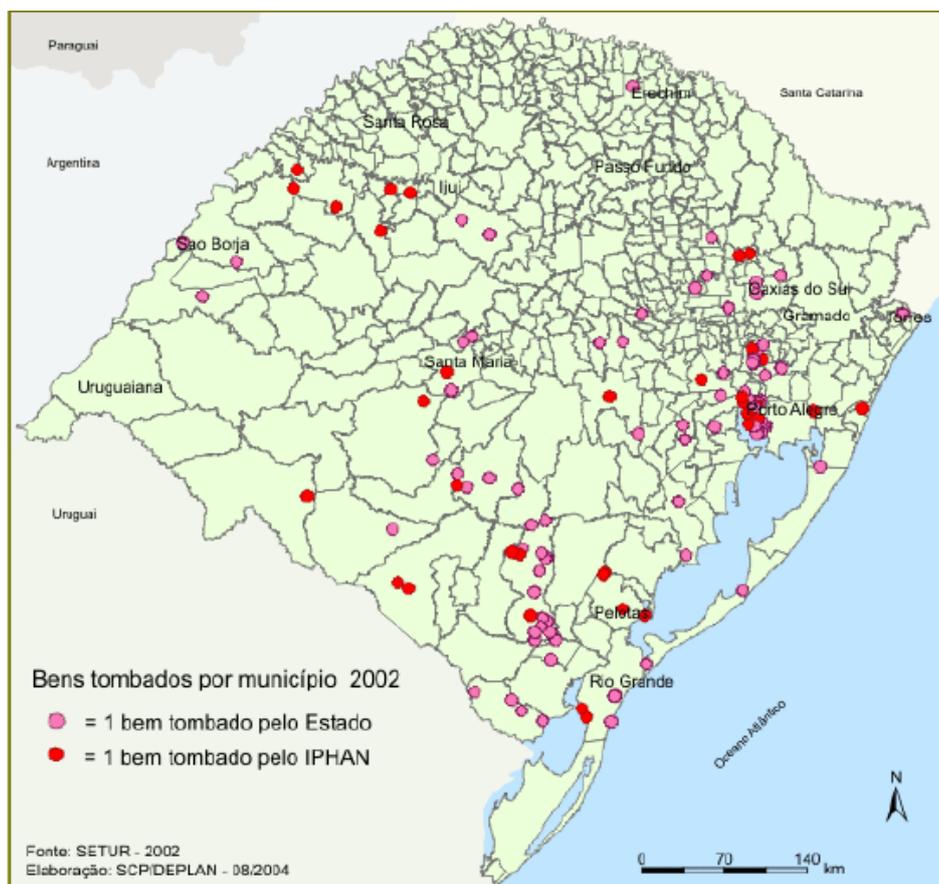


Figura 61: Bens tombados pelo IPHAN e IPHAE no RS
Fonte: SEPLAG, RS, 2010 citado por PINTO, 2011.

A quantidade maior de bens presentes na região da Serra se deve especialmente a partir da ação de “Preservação e valorização dos núcleos urbanos nas áreas de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul”, realizado a partir da década de 1980 que envolvia diferentes atores no processo: as secretarias da Educação e Cultura, do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, do Turismo, bem como o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore e o IPHAN regional, sendo coordenada pelo próprio IPHAN. Em partes também pela influência de Aloísio Magalhães, na época diretor do IPHAN e presidente da Fundação Nacional Pró Memória que via essas áreas como parte da diversidade cultural. Sem contar a museóloga Lygia Martins Costa do Museu Histórico Nacional e membra do IPHAN que também apoiou a preservação dos bens patrimoniais nas áreas de imigração em âmbito nacional.

No decorrer deste estudo vão aparecendo nomes de pessoas que estiveram a frente dessas instituições mencionadas. Nomes que se repetem a todo momento, enfatizando as fortes intersecções que estão presentes nessa rede, por se resumirem a administração das mesmas pessoas, pertencentes aos mesmo grupos, cujos ideais e propósitos são os mesmos, ou ora se relacionam/cruzam. Busco recaptular neste capítulo estes nomes, instituições e

ações desenvolvidas, para que se possa visualizar o “todo” e conseqüentemente a rede traçada, proposta neste estudo.

Ainda sobre o tema do patrimônio, Meira indentifica dois momentos em que o direcionamento de temáticas dos tombamentos de bens patrimoniais se mostrou mais decisivo nas políticas públicas do estado:

Nota-se que os tombamentos estavam relacionados à políticas públicas durante dois períodos da trajetória do IPHAN no Rio Grande do Sul. O primeiro foi durante o Estado Novo, quando houve um esforço de construção da nacionalidade por parte do governo federal e a preservação do patrimônio foi coerente com essa política. Nessa época, no Rio Grande do Sul, foram eleitos os bens edificados no período entre as Missões Jesuítico-Guarani e a Revolução Farroupilha para integrar o acervo do patrimônio nacional. O segundo momento nos anos 1970-1980, quando os tombamentos nas áreas da imigração ocorreram em decorrência da política da instituição que buscava reconhecer e promover o mosaico cultural brasileiro. No restante, foram tombamentos pontuais, isolados, e desvinculados de políticas públicas mais abrangentes (MEIRA, 2008, p. 427).

No primeiro período, ambos enfoques foram definidos pelo representante do SPHAN neste período, Augusto Meyer, muito provavelmente por influência mais uma vez do presidente gaúcho Getúlio Vargas, no caso das Missões Jesuítico-Guarani por conta do presidente ser missioneiro e no caso da Revolução Farroupilha o seu interesse pessoal pelo assunto, chegando a enviar um pesquisador para o Rio de Janeiro com o objetivo de estudar a história do estado e “abrasileirar” a Revolução Farroupilha.

Para compreender o processo de manutenção e criação das relações da rede é preciso considerar o conceito de tradução, que é definida a partir do momento em que um ator produz uma nova interpretação de seus interesses, divulgando e convencendo outros atores de suas ideias, ou seja, a tradução existe a partir da criação e imposição de determinadas ideias na sociedade por parte de um ator. Se a tradução for bem sucedida, uma rede se forma a partir das instituições que por ela se interessaram. Assim atores fazem parte da mesma rede em função da semelhança de seus interesses (LATOURET, 2012).

Esse direcionamento voltado para interesses específicos, se mostra presente especialmente quando se fala em patrimônio. Nota-se tanto a partir da temática dos bens tombados pela instituição, quanto por sua localização, o direcionamento voltado para elementos colonizadores e da Revolução Farroupilha.

Quando você pega a data dos tombamentos você se dá por conta de algumas coisas, por exemplo, os eventos de grandes nomes da História como por exemplo a Guerra dos Farrapos, um evento marcante da história do Rio Grande do Sul. Você tem sim muitos bens tombados, então você consegue perceber vendo o estágio dos bens tombados e vendo também as datas, que existe um direcionamento, dentro de uma certa visão de fora (INTERLOCUTORA A).

As Missões Jesuítico-Guarani são a única temática que se diferencia das mencionadas e também recebe maior foco das políticas de tombamento. No entanto, conforme

já vimos no material turístico, a narrativa que é trazida sobre a região é direcionada para a colonização, enquanto a comunidade indígena local é posta como figurante ou até mesmo inexistente.

Conforme explica Pinto, esse direcionamento é percebível também no órgão estadual, o IPHAE, defendendo que desde “1991, vêm ocorrendo em maior número, ações voltadas para a proteção de bens materiais Farroupilhas” (PINTO, 2011, p.67). Sobre os tombamentos do IPHAE:

Quanto à representação sobre o Estado como um todo, a Revolução Farroupilha é a marca mais fixada através do patrimônio cultural preservado. Só em Piratini – 1ª capital farroupilha - são 14 bens protegidos, mais [...] 04 em Caçapava do Sul – 2ª Capital Farroupilha, dois em Pelotas e um outro em Guaíba, fora os que já eram, desde a década de 1950, protegidos no nível nacional (a Casa de Garibaldi, o Palácio do Governo Farroupilha e o Quartel General Farroupilha, em Piratini; a casa de Bento Gonçalves em Triunfo; casa de David Canabarro, em Livramento). (ZAMIN, 2006, p. 134).

O direcionamento que se dá com relação ao tombamento é o estudo da relevância desse bem no nível que ele será tombado. Se será tombado a nível municipal, se busca a verificação do nível da relevância dele para a história da cultura do município, se é pelo estado, o estado, o nacional, o nacional. Pode ocorrer de termos um bem tombado a nível nacional que é tombado a nível estadual e a nível municipal. Porque tem relevância em todas as instâncias, e pode ocorrer de ter só um bem tombado a nível municipal, porque ele não tem relevância a nível estadual. Então se busca esse tipo de estudo. Claro que a gente sempre busca, fazer um tombamento, uma proteção de bens, que tenha relevância, cobrindo digamos que todo um percurso histórico e cultural da formação, do nível estadual, municipal, federal. Então tu sempre busca verificar assim, se tu tem dentro de determinada temática uma quantidade suficiente de bens tombados que possam expressar e demonstrar toda a importância daquele período, e do que aconteceu ali naquele período (INTERLOCUTOR B).

Um intervalo de trinta e quatro anos separa o primeiro tombamento do IPHAN relativo à Guerra dos Farrapos do último relacionado ao mesmo período histórico, sendo a casa de Bento Gonçalves, em 1940, e o Sobrado da Praça Fernando Abott, em 1974, o que demonstra a forte relação com os bens relacionados a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul. Mas também o quão seletiva essa relação se faz, já que o sítio de Porongos, que representa a participação dos negros no conflito, mas ainda não recebeu registro oficial e até hoje, se discute a traição de David Canabarro.

Porque o estado e toda a história oficial do Rio Grande do Sul enaltece a Guerra dos Farrapos como quase que um mito fundador do Estado do Rio Grande do Sul. Enaltece essas figuras dos líderes Farrapos e nenhuma palavra sobre a participação dos negros e em que condições eles lutaram e o que aconteceu nesse episódio absolutamente dramático. O que aconteceu que foi o massacre dos lanceiros negros (INTERLOCUTORA A).

Nos fazendo refletir mais uma vez sobre as relações de poder engendradas na rede, visto que estas temáticas são campo de disputas de outros grupos e por assim dizer de uma

outra rede, que muito provavelmente se articula paralelamente a rede trazida neste estudo, mas não a integra, por conta do conflito de interesses.

Há momentos em que diferentes propostas tecnológicas coexistirão, com diferentes ideias sendo discutidas. Ocorrendo maior valorização de algumas das propostas ou dos grupos que as criaram, existindo conseqüentemente disputas. Mas o que fica em jogo não é a eficiência da proposta, mas sim, os fatores culturais e políticos. Através da imposição de um sobre o outro e atração de outros atores (ALMEIDA, 2010,).

A partir de novos olhares para a história do RS “muitos outros bens patrimoniais poderiam ser identificados para tombamento, partindo-se, inclusive, dos mesmos períodos identificados anteriormente, mas dessa vez, em busca de uma história não-oficial [...]” (MEIRA, 2008, p.427).

De certa forma, podemos dizer que a política de preservação do patrimônio histórico e artístico do estado possui um papel estratégico na cristalização da identidade gaúcha. Ao definir aquilo que deve ser preservado. Esse processo deixa marcas profundas ao construir um passado homogêneo que busca definir uma herança histórica e estética da chamada cultura superior e civilizada, claramente de matriz luso-brasileira. “Os valores hegemônicos e a consagração oficial acabaram fortalecendo uma memória monumental em detrimento de outros elementos que constituem a memória coletiva, uma prática que vem aos poucos sendo modificada” (MEIRA, 2008, p. 19). A autora ainda defende que:

“ao escolher o que deve ser preservado como patrimônio, está-se definindo, também, o que pode ser descartado. A dicotomia entre preservar ou demolir, por decisão tanto do poder público quanto do proprietário de um bem, remete ao dilema entre passado e futuro e pressupõe uma consciência da temporalidade que reflete as relações do homem com a sua história” (MEIRA, 2008, p.21).

A redução do estado a esse repertório de bens de excepcional valor, traduzida pela exclusividade do tombamento, revela o caráter político da seleção de nosso legado cultural e acima de tudo as relações de poder engendradas nessa rede, priorizando interesses de quem a constitui.

Ao privilegiar as expressões culturais de uma determinada classe ou grupo social como a de tradição européia herança luso-colonial geralmente identificada com o poder constituído, a noção de patrimônio e a política oficial de preservação revelaram-se elitistas e conservadoras, principalmente num país caracterizado pela contradição e pluralidade étnico-cultural como o nosso. Uma gama enorme de bens significativos não foi preservada por não se encaixar nessa categorização engessada de patrimônio. Ficaram de fora ou foram destruídos ou relegados ao esquecimento como as senzalas, os quilombos e os terreiros, as primeiras fábricas, os cortiços e as vilas operárias (NOGUEIRA, 2008, p. 241)

Meira explica que “o que é considerado patrimônio por um grupo pode não ser para outro. Pode haver unanimidade ou discordância, e, nesse processo, deve-se levar em conta que a nomeação oficial como patrimônio é atribuição do Estado” (MEIRA, 2008, p. 19). O

patrimônio, porém, “não existe fora do campo das representações – pressupõe atribuição de significados e de valores que mudam com o tempo, com a sociedade” (MEIRA, 2008, p.21).

Por isso, desconstruir o patrimônio é importante para entender as dicotomias entre “popular e erudito”, “natureza e cultura”, “tangível e intangível”, e outras formas de polarização, especialmente no que envolve diversidade e inclusão (ALFONSO; FUNARI; SOUZA, 2021). Pois, o patrimônio não envolve apenas bens considerados importantes por um grupo específico e privilegiado, e assim também não devem ser as políticas patrimoniais. Promovendo tombamentos para além do material e edificado, sobre uma arquitetura da elite colonizadora. É necessário pensar também em outras comunidades e outros grupos constituintes do estado.

[...] por muito tempo compartilhamos a noção de que para um bem ser considerado patrimônio deveria possuir caráter histórico-arquitetônico. As convenções patrimoniais, legitimadas por políticas públicas, construíram-se privilegiando esses bens. Isso atribuiu hierarquia ao conceito de patrimônio estabelecendo fronteiras excludentes, em particular as noções de *bem cultural* partindo das classes dominantes. Quem pôde inscrever na materialidade, suas histórias? Será que tem ressonâncias nas pessoas os patrimônios tidos como coletivos? Talvez sejam questionamentos iniciais importantes para repensar o conceito *lato* de patrimônio. (CHAGAS, 2021).

No que se refere ao patrimônio, a atividade turística pode ser benéfica quando contribui para a divulgação dos bens patrimoniais, “sua identificação pela população local, sua valorização e reconhecimento, o que gera a consciência da necessidade de sua preservação, além de seu potencial de propiciar melhorias socioeconômicas para a comunidade” (ALFONSO, 2012, p.25).

A questão da preservação do patrimônio cultural, de certa forma está diretamente relacionada a questão turística, porque o patrimônio cultural é um dos focos principais da questão turística (INTERLOCUTOR B).

Para que esse processo beneficie, porém, as comunidades como um todo, é preciso que as políticas patrimoniais não sejam excludentes, mas pensem e incluam uma diversidade de grupos existente nos destinos. Caso contrário apenas acaba aprofundando mais a desigualdade e invisibilizando cada vez mais esses grupos.

Assim também devem ser pensadas as instituições museológicas e suas exposições. Conforme vimos, no decorrer dos anos, inúmeras instituições museológicas foram criadas para reforçar a narrativa oficial, o que se mostra evidente, a partir da quantidade de museus voltados a temática farroupilha ou formada por acervos compostos por objetos da elite do município que o abriga. Como o Museu Julio de Castilhos; o Museu Histórico Farroupilha; Parque Histórico General Bento Gonçalves; o Museu Histórico Municipal Barbosa Lessa; o Museu Municipal David Canabarro e diversos outros museus que apesar de não terem como

temática específica o tema da Revolução Farroupilha, abrigam exposições voltadas para a mesma, como o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa; o Museu Dom Diogo de Souza; Museu Histórico Municipal Capitão Henrique José Barbosa; o Museu Museu Dr Carlos Barbosa Gonçalves e o Museu Municipal Divino Alziro Beckel em Camaquã.

Estas exposições museológicas integram a rede, pois apenas reafirmam a narrativa que já vinha sendo contada pelo Estado. Pinto (2011, p.60) ao citar Fraga (2004, p. 59) defende que “esse modelo de representação da cultura, através de instituições culturais, pode ser considerado elitista e cristalizado, o que possibilitava a exposição de símbolos identificados com a classe dominante [...]”.

Assim como no caso dos tombamentos patrimoniais, a localização dos museus no mapa estadual (FIGURA 62) também demonstra concentração na região Metropolitana e Serra:

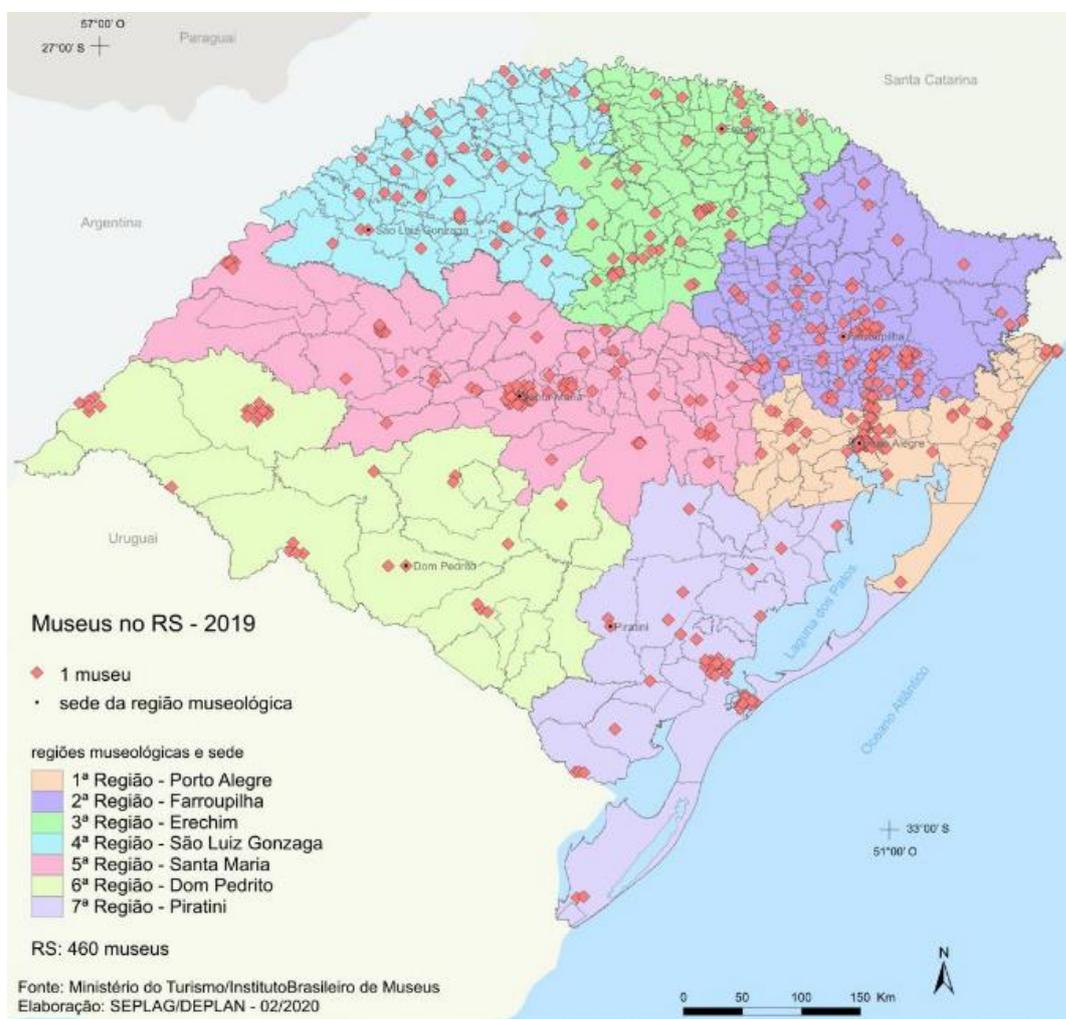


FIGURA 62: Mapa dos Museus no RS

Fonte: Atlas Socioeconômico do RS

A maior concentração de museus se encontra na primeira e na segunda Regiões Museológicas do Estado. A 1ª RM apresenta o maior número de museus cadastrados no Rio

Grande do Sul, enquanto a 2ª RM supera as demais regiões no quesito de museus mapeados. No somatório geral, a 2ª RM possui o maior número de museus identificados - cadastrados e mapeados - do Estado (INTERLOCUTORA E).

A 1ª RM corresponde a região Metropolitana e a 2ª RM corresponde a região da Serra. Segundo a Interlocutora E:

Como 80% das instituições museológicas são de tipologia histórica, vai de cada região, por exemplo, a Serra se direciona mais sobre a temática da imigração alemã e italiana, tratando sobre como as pessoas que vivem lá, começaram as suas vidas; os açorianos na parte de Mostardas. Piratini e Dom Pedrito tem o foco da Revolução Farroupilha, que são os lugares em que aconteceram a maioria dos fatos históricos dessa temática. A Secretaria de Cultura trabalha com campanhas, conforme o mês, é feito um trabalho interno com os museus enfatizando essas temáticas (INTERLOCUTORA E).

O que se percebe é que a área museológica assim como a patrimonial eram usadas já desde a criação das primeiras instituições voltadas para essas áreas, para direcionar os acervos a interesses da rede. Especialmente para reverenciar a temática farroupilha a partir de pessoas ligadas ao tradicionalismo gaúcho. Como o caso de Dante de Laytano, uma das figuras chaves na composição dessa rede. Havendo sido, juiz, professor, jornalista, historiador e escritor tradicionalista; estudante do Colégio Júlio de Castilhos (o mesmo que originou o primeiro CTG); foi representante legal do DPHAN (atual IPHAN) no estado e portanto contribuído para tombamentos de interesse tradicionalista; sócio do IHGBRS, e sócio honorário do IHGB nacional; foi do Conselho Estadual de Educação e do Conselho Estadual de Cultura; da Comissão Nacional do Folclore e da Comissão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco-Ibec) no Rio Grande do Sul; foi o primeiro diretor-presidente do jornal Zero Hora, expandindo sua influência para a área da imprensa; foi diretor do museu do estado, o Museu Julio de Castilhos, havendo por conta disso contribuído para a mudança tipológica do Museu passando a expor somente bens farroupilhas, especialmente por ser um grande incentivador do tradicionalismo, e um dos fundadores da Comissão Gaúcha de Folclore. A lista extensa e não esgotável de suas experiências profissionais nessas áreas, demonstram sua extensa influência.

Além de sua ligação direta com o jornalista, historiador e vereador Ivo Caggiani também membro efetivo do IHGBRS.

Essa ampla gama de intersecções entre uma mesma figura demonstram a fixidez dos ideais defendidos pela rede. Pois essa repetição dos mesmos “nomes” é algo percebido em todo o histórico apresentado, mostrando que as mesmas pessoas “caminham” por diferentes instituições, em diferentes cargos e em diferentes períodos, reafirmando em sua trajetória seus ideais defendidos, não abrindo muito espaço para que novas pessoas e grupos possam se inserir e modificar a narrativa construída.

Acho que tem já muito menos, mas ainda tem os museus que são brancos, héteros, católicos, tem toda essa trajetória que marca todas as instituições, não tem como sair fora disso só que eu acho que tem uma série de atividades, uma série de propostas que tentam ir quebrando essas narrativas monocromáticas sobre a história do Rio Grande do Sul. A própria a discussão sobre, se foi a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, já pode entrar dentro dessas instituições. O que se sabe é que os museus comunitários e a militância social tem forçado abertura de determinadas portas que acabam resultando de uma maneira ou de outra, apesar de todo o sistema que a gente tá vivendo, o que é desfavorável, mas mesmo assim, as portas que se abrem até agora não fecharam (INTERLOCUTORA G).

Os museus são entendidos aqui como instituições que respaldam e reforçam as narrativas turísticas, pois estão presentes nos roteiros e circuitos turísticos, reafirmando essa narrativa da qual a divulgação turística fala.

É claro que existe a visitação do público turista aos museus, inclusive, tivemos uma palestra recentemente falando dos museus para colocar eles nas rotas turísticas. Existe inclusive um mapa digital com a localização exata dos museus, em que o turista consegue encontrar o local exato, além de que o SEM vai lançar um guia de museus dos estado em formato ebook (INTERLOCUTORA E).

Além disso, não deixemos de considerar o caráter educacional dos museus, ao passo que seu maior público visitante, acaba sendo de alunos do ensino fundamental e médio:

Eu acho que os museus que eu trabalhei ele tem menos um atendimento voltado para menos uma política voltada para atendimento para turista e mais para público escolar. Acaba tendo uma estrutura mais elaborada para público escolar que é o grande número de visitação e menos para turista para estudante é que vem visitar (INTERLOCUTORA G).

Mas não só a partir da visitação museológica pelo público escolar que essa relação se firmou. Conforme vimos, no decorrer dos anos foram criadas inúmeras iniciativas relacionando a cultura e a museologia à educação, como a criação da Divisão de Cultura do Estado ligada à Secretaria de Educação, voltada para o trabalho com patrimônio arquitetônico e cultural do Estado e de incentivo à estudos e difusão do folclore – sendo que a Divisão era vinculada ao Instituto de Tradição e Folclore, instituição comandada por tradicionalistas.

De projetos como a Cartilha Turística do RS, distribuída na escolas por iniciativa de Walter Seabra (que foi presidente da SETUR e CRTUR) e também a lei estadual que instituiu, na disciplina de Estudos Sociais, o ensino do folclore em todas as escolas estaduais de primeiro e segundo grau do Rio Grande do Sul. Além das propostas vindas da Secretaria de Turismo Estadual que tiveram abrangência nacional, influenciando até mesmo no Compromisso de Brasília na mudança do currículo escolar. Ou mesmo o projeto "Museu Complementa a Escola", nos colégios da capital, sendo solicitadas exposições diárias de peças históricas de museus, com o objetivo de complementar o currículo escolar por iniciativa de Barbosa Lessa sendo ele da Secretaria de Turismo e Cultura e do MTG. Enquanto que no cenário atual das ações desenvolvidas pelo SEM:

No caso das ações educativas, tem o projeto Expográfico, nesse projeto, já é previsto as ações educativas e nas ações educativas são contempladas escolas, então o próprio museu já faz o contato direto com as escolas, para agendar as ações (INTERLOCUTORA E).

Ou mesmo ações que foram desenvolvidas através do IPHAN:

A sacada do Barbosa Lessa foi uma luz nos temas, foi uma primeira visão geral do estado e quando nós trabalhávamos no IPHAN materiais para a rede escolar, vamos completando a escola, porque isso não tem nos livros didáticos (INTERLOCUTOR C).

Em se tratando das políticas públicas museológicas, Anderson considera o museu, (além do censo e do mapa) como uma das ferramentas do Estado na estratégia de manutenção de poder (2008, p.30). O museu, segundo ele, é uma instituição que busca dar legitimidade a uma versão sobre o passado, a história oficial contada e legitimada pelo próprio Estado. O museu seria responsável, por desenterrar, reconstruir e fotografar essa versão histórica e colocá-la em exposição, para reafirmar e enfatizar a narrativa que se quer contar. Fazendo dos museus, atores importantes da rede que estamos pensando no estado.

É importante considerar que o processo de invenção não se fixa somente através da narrativa, mas através de processos de objetificação. A objetificação seria uma maneira de materializar a cultura, transformando coisas, pessoas, ideias e símbolos em elementos tangíveis, cuja função é satisfazer os desejos do outro. Isso inclui tanto objetos presentes em exposições museológicas, quanto bens patrimonializados ou mesmo atrativos turísticos. A objetificação também pode ser entendida como representação.

A invenção da cultura de Roy Wagner oferece mecanismos para se pensar a invenção do Rio Grande do Sul, seja em relação ao papel do antropólogo (a) em refletir criticamente sobre as construções de representações e imaginários, mas também a partir de diversas esferas que não somente a pesquisa em campo, permitindo entender a relação com inúmeros agentes que inventam a cultura no estado, criando novos significados e ideias.

Os contextos de cultura são perpetuados e estendidos por atos de objetificação, pela sua invenção uns a partir dos outros e uns por meio dos outros. Isso significa que não podemos apelar para força de algo chamado “tradição”, “educação” ou orientação espiritual para dar conta da continuidade cultural - ou, na verdade, da mudança cultural. As associações simbólicas que as pessoas compartilham, sua “moralidade”, “cultura”, “gramática” ou “costumes”, suas “tradições”, são tão dependentes de contínua reinvenção quanto as idiosincrasias, detalhes e cacótes que elas percebem em si mesmas ou no mundo que as cerca (WAGNER, 2017, p.86).

No turismo a objetificação ocorre através do processo de seleção de bens, grupos de pessoas e lugares para compor aquilo que será “ofertado” para o público turista, materializando as narrativas e imagens que constituem a publicidade turística nestes elementos, pois, para alcançar o público, é preciso dar vivacidade a essas narrativas, objetificando-as.

Da mesma forma que a cultura, os atrativos turísticos de um destino também são invenção, necessitam do poder inventivo para se fixar, sendo assim, fruto de amplos processos de objetificação. E para atender demandas simbólicas e identitárias, sendo apropriados para fins econômicos.

No caso específico do Rio Grande do Sul, as narrativas sobre o estado e seu habitante são objetificadas através de seus atrativos turísticos, que incluem: bens tombados, museus, e também eventos (como Dia do Patrimônio e o feriado da Revolução Farroupilha) e outras esferas que permitam que a narrativa oficial se materialize e fixe a história que se pretende contar.

[...] com a inserção gaúcha nas políticas culturais voltadas para o mercado, as ações públicas acabaram planejando e produzindo elementos materializados que pudessem atender e instigar o consumo cultural. A forma de consumo que mais vêm ofertando e vendendo os chamados “recursos culturais”, atualmente, é o turismo (PINTO, 2011, p.68).

Conforme vemos no mapa abaixo (FIGURA 63) baseada nos 150 melhores atrações do Rio Grande do Sul segundo o TripAdvisor⁶⁹, a localização da maioria das atrações fica nas regiões Metropolitana e Serra, assim como ocorreu com os museus e tombamentos patrimoniais:

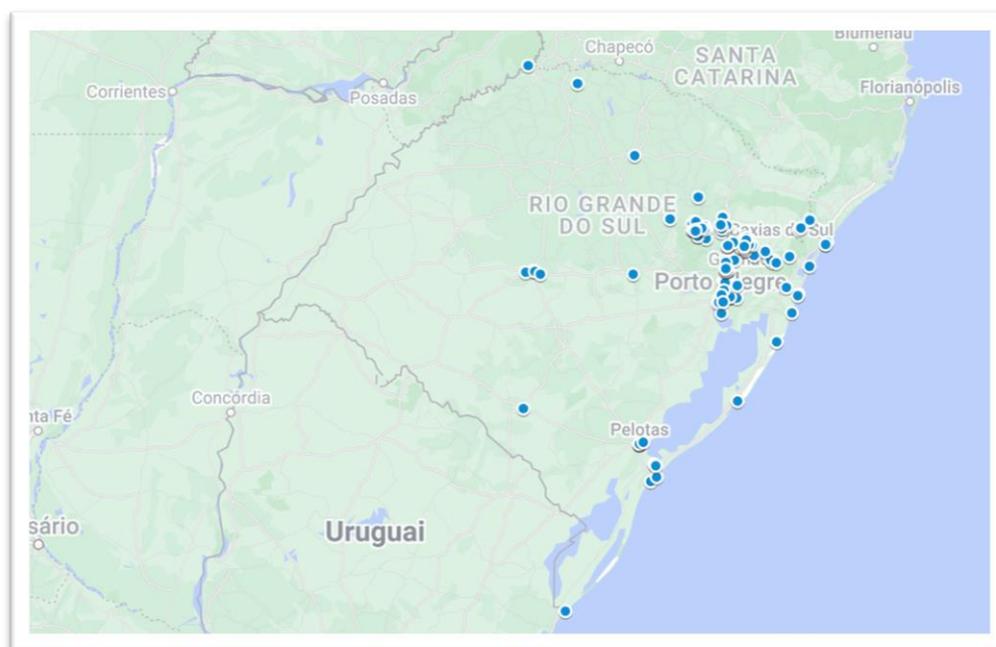


FIGURA 63: Mapa das melhores atrações do RS segundo o TripAdvisor
Fonte: criação própria através do Google Maps

⁶⁹ O TripAdvisor faz uma seleção em ordem hierárquica do 1 ao 3mil+ das melhores atrações do Rio Grande do Sul a partir dos “Favoritos dos Visitantes”, com base em algoritmo próprio que considera “atrações classificadas usando dados do Tripadvisor, incluindo avaliações, pontuações, fotos e popularidade”. O mapa foi montado a partir da classificação 1 ao 150, na ferramenta de criação de mapas do Google Maps.

O planejamento turístico de um destino contribui para imaginação sobre a comunidade e o lugar tornando visíveis suas redes de significados, invenções e disputas, através dos seus atrativos construídos e selecionados para compor a oferta turística. Esses atrativos são incorporados a divulgação turística que é impressa em materiais gráficos de grande circulação.

Uma importante esfera para o sucesso da tradução da rede, e da fixação dos estereótipos por meio da repetição (no caso do RS), é a imprensa e publicidade. Conforme vimos, desde as primeiras iniciativas de formalização do planejamento turístico do estado, a imprensa já atuava em apoio ao setor. Havendo sido criada a Divisão de Turismo, junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda. O próprio SETUR em sua criação ficou responsável principalmente pela propaganda e informações turísticas do estado no Brasil e nos países da Prata. Mas a relação se expande especialmente a partir de Oswaldo Goidanich, diretor responsável pela SETUR – havendo sido também presidente do Conselho Estadual de Turismo, conselheiro da Secretaria de Cultura, funcionário da Assembléia Legislativa do Estado e mais tarde parte da diretoria da EMBRATUR – foi também jornalista e produziu reportagens sobre o turismo no jornal Correio do Povo, período em que o apoio dos jornais, revistas, da imprensa e da iniciativa privada ao setor turístico no RS passou a ter um espaço significativo na imprensa regional. Relação que se torna ainda mais relevante para rede ao se considerar também o grande interesse de Goidanich pelas políticas patrimoniais do estado, havendo sido coordenador da Comissão Especial de Estudos de Levantamento e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Rio Grande do Sul.

Outros nomes também a aparecem na relação imprensa e turismo, como o jornalista Kleber Borges de Assis, que integrou mais tarde a EMBRATUR; o jornalista João Batista de Melo Filho da CRTUR e Mário Bernardino Ramos, que além de ter trabalhado junto a imprensa, foi prefeito de Caxias do Sul e também diretor da EMBRATUR. Além de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Augusto Meyer, ambos ligados ao IPHAN, havendo exercidos cargos de cunho jornalístico.

O turismo, como já enfatizado, não se articula sozinho e é esse detalhe que instiga esta pesquisa. As conexões, as redes sociotécnicas, é que permitem que todos esses setores, áreas e instituições atuem em conjunto, fazendo com que as representações oficiais pensadas pelo poder público efetivamente se transformem em estereótipos, porque essas relações permitem a repetição e conseqüentemente, aos poucos sua fixação. Característica fundamental do estereótipo defendido por Homi Bhabha (1998).

junto com a CNTUR e o Ministério das Relações Exteriores, como o objetivo de integração nacional.

A EMBRATUR teve como alguns de seus diretores/membros os já mencionados Oswaldo Goidanich, Kleber Borges de Assis, Mário Bernardino Ramos, Lauro Pereira Guimarães, Olavo Lyra Maia, Paulo Manoel Protásio (ligado a OMT), Caio Luiz de Carvalho (que integrou também, o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo) e o publicitário e jornalista João Doria Jr. (que já foi secretário de Turismo da prefeitura de São Paulo).

A EMBRATUR criou também a SUDESUL importantíssima na época, que contou em sua equipe com Edison Baptista Chaves, então diretor do Departamento Agrícola Industrial da SUDESUL – mais tarde diretor do SETUR, CITUR, primeiro secretário do Turismo Estadual e integrando depois a Secretaria de Indústria e do Comércio.

Com trajetória semelhante, Roberto Eduardo Xavier foi também secretário de turismo, havendo atuado também na mesma gestão de Barbosa Lessa; conselheiro do COMTUR-Conselho Municipal de Turismo e Secretário substituto da Secretaria da Indústria e Comércio. O que demonstra essa relação existente entre a Secretaria de Turismo Estadual e a Secretaria da Indústria e Comércio, (havendo a primeira já sido integrada a segunda, quando foi coordenada por Lourdes Fellini conhecida pela organização de eventos em Bento Gonçalves e por artigos no jornal Correio do Povo e novamente quando coordenada pelo engenheiro Cláudio Ryff Moreira.

Relação que também existiu no âmbito nacional com a Divisão de Turismo e Certames relacionada ao Ministério da Indústria e do Comércio, bem como a criação do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio.

O SETUR estabeleceu parceria com a COMBRATUR, a ABAV/RS; o Sindicato das Empresas de Turismo do Rio Grande do Sul; a FAMECOS/PUCRS e especialmente a CRTUR, que já teve como presidentes: Luiz Emilio Corrêa Meyer, João Romeu Dutra (direção da EMBRATUR), além de Walter Seabra com suas ações turísticas voltadas para a área educacional do ensino básico.

Outra figura interessante da rede é Victor Faccioni, que apesar de não ter integrado a Secretaria de Turismo diretamente, foi membro fundador da Academia Brasileira de Turismo e integrou a Comissão Especial de Turismo da Assembléia Legislativa do Estado que ele mesmo propôs quando Deputado Estadual, junto com Oswaldo Goidanich, Kleber Borges de Assis e Mário Gardelin (que atuou no Serviço Municipal de Caxiais do Sul, Secretário de Turismo e também membro do IHGRS). Faccioni também trabalhou como jornalista e advogado, foi assessor de imprensa da Secretaria de Agricultura do Estado, e foi um dos

membros fundadores do Instituto de Folclore do Rio Grande do Sul. Também foi convidado a chefiar mais tarde a Casa Civil do governo. Na mesma gestão em que foram criadas e instaladas a Secretaria Estadual de Turismo e a CRTUR – Companhia Riograndense de Turismo. Além de presidir a comissão do Biênio da Colonização e da Imigração mais uma vez com Oswaldo Goidanich. O que demonstra a provável relação estabelecida entre algumas pessoas deste setor, por integrarem as mesmas comissões em mais de um momento.

Outra relação que se faz necessária enfatizar novamente é a Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul, criada pela ABIH/RS com o objetivo de unificar as reivindicações do setor privado junto ao governo, havendo participado do Conselho Nacional e membra afiliada da OMT.

Outros nomes aparecem na Secretaria de Turismo como Norma Martini Moesch (consultora externa do Ministério de Turismo, servidora da Prefeitura de Santa Maria e de Porto Alegre), Heitor Goularte, Milton Zuanazzi (Secretário Nacional de Políticas do Turismo no governo federal), Adylson Motta, Horst Ernst Volk; Abgail Pereira, que foi presidente e vice-presidente licenciada do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares e Similares e em Turismo e Hospitalidade de Caxias do Sul; Luís Augusto Lara e Rodrigo Lorenzoni membros titulares da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo e autor da proposição que criou a Subcomissão Mista dos Transgênicos. Aliás, o setor agropecuário parece constante no currículo de vários gestores, como no caso de Ronaldo Santini, que já foi vice-presidente de Políticas para a Região Sul da Frente Parlamentar da Agropecuária (fundada por Rodrigo Lorenzoni) e também ex-presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Tradição e Cultura Gaúcha demonstrando o forte apoio que existe ao tradicionalismo no setor turístico e cultural público.

Também a Secretaria de Turismo firmou ligações com os setores empresariais locais ligados aos grandes agropecuaristas, como o FIERGS e a FEDERASUL, que abrange o setor comercial e o de serviços, e aos meios de comunicação, juntamente com a FARSUL, representante dos grandes proprietários rurais tradicionais.

Essa relação entre o turismo e o agronegócio, porém, não é a chave central para entender as relações de poder destes atores, e sim o tradicionalismo gaúcho, que se mostra como intersecção constante dessa rede: o ponto alto.

Desde Dante de Laytano, figura de destaque na rede – por haver integrado tantas instituições e áreas distintas sendo o mesmo importante escritor tradicionalista – até relações mais recentes como de Juvir Costella da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Estado firmando parceria direta o MTG. Conforme vimos no decorrer de toda a dissertação e

também no infográfico, as influências do tradicionalismo no planejamento turístico são claras. O tradicionalismo e o MTG (mesmo antes de sua real formalização como Movimento) tem andado lado a lado das políticas públicas turísticas e legislação através de seu envolvimento com os gestores do setor. A pauta farroupilha parece que esteve sempre presente, desde a própria instalação da primeira seção do Seção do Touring Club no RS com o objetivo de recepcionar e informar os turistas que participavam do Centenário Farroupilha.

Mas principalmente a partir do Instituto de Tradição e Folclore, órgão que desde a sua criação, sempre esteve vinculada à Divisão de Cultura e posteriormente às Secretarias de Cultura e Turismo, ao mesmo tempo havendo sido comandado por membros do MTG ou frequentadores de CTGs, incluindo o próprio Paixão Cortes e Glaucus Saraiva figuras importantíssimas e grandes idealizadores do MTG. Articulando e traduzindo assim, seus interesses através do poder público.

O primeiro presidente do Instituto inclusive, foi Hélio Moro Mariante, que foi Vice-presidente do MTG, Assessor Especial da Secretaria de Educação e Cultura e Secretário Geral do IHGRS; Paulo Juarez Pedroso Xavier (membro do IHGRS, diretor do Departamento de Cultura da SEC, membro fundador do Conselho Estadual de Cultura e jornalista do Correio do Povo) assessorado em sua gestão por Paixão Cortes; José Edson Gobbi Otto (membro do IHGB, do MTG, fundador e primeiro presidente da CBTG; fundador do Jornal Tradição, órgão oficial do MTG, e fundador da Califórnia da Canção Nativa de Uruguaiana); Elton Saldanha, Nico Fagundes, Bagre Fagundes, Ivo Ladislau, Luiz Carlos Borges (todos compositores tradicionalistas e/ou ligados à mídia, especialmente Nico, apresentador do programa de televisão Galpão Crioulo) e Manoelito Carlos Savaris (presidente do MTG).

Além da folclorista Lilian Argentina pesquisadora do IGTF e da Comissão Gaúcha de Folclore, membra da Comissão Nacional de Folclore e Conselheira do MTG.

A parceria entre a Secretaria de Cultura e a Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore - FIGTF se manteve durante toda a sua existência inclusive recentemente, durante a gestão de Luiz Antônio Assis Brasil, e Jéferson Assunção na SECULT e do diretor da FIGTF, Rodi Pedro Borghetti (um dos fundadores do 35 CTG e Conselheiro do MTG), com a diretora-administrativa Ana Cristina Froner, na organização dos Festejos Farroupilhas de 2011 na Semana Farroupilha.

Além de Dante de Laytano, a figura mais emblemática do Movimento que já esteve a frente da Secretaria de Turismo e Cultura é com certeza Barbosa Lessa, sendo a grande referência da intersecção entre o tradicionalismo e as políticas públicas culturais do estado. Havendo sido o grande criador do primeiro CTG, sua relação direta com Paixão Cortes para

juntos fundarem e serem futuramente as duas maiores referências do MTG. Atuou na articulação de diferentes instituições na propagação do tradicionalismo, a partir das exposições museológicas, das ações educacionais em escolas do estado, na publicidade produzida.

Na rede pensada neste estudo, nenhuma pessoa mais tem tantas intersecções relevantes em tantas diferentes instituições como a tem, Barbosa Lessa e Dante de Laytano, que não por coincidência são justamente grandes personalidades do tradicionalismo gaúcho.

Oliven (1992, p. 108) explica que já na década de 1980, a identidade gaúcha esteve ligada em debates sobre seu processo de construção, que voltados para a “figura do gaúcho, o modo de construí-la, os critérios para definir sua autenticidade, as instâncias de sua legitimidade e consagração etc”. Preocupações que são cumpridas por estes atores tradicionalistas, inseridas em todas as instâncias (patrimônio, museus, atrativos turísticos, etc) até mesmo na própria legislação. Pinto considera que “as devidas leis estaduais instigam a reflexão sobre as relações de poder na construção identitária gaúcha e as respectivas ações que vêm essencializando a cultura regional (2011, p.65).

Conforme Golin (1983, p. 77):

A história do tradicionalismo rio-grandense está ligada ao Estado com a mesma naturalidade que o couro do boi. O seu oficialismo decorre de sua natureza, nascido ao embalo dos braços do poder. Em muitos casos chega a ser a expressão cultural de órgãos ligados ao Estado. É totalmente impossível tentar ver o Tradicionalismo funcionalmente ativo sem a impulsão dos instrumentos de poder. Como no RS o aparelho do Estado jamais foi o resultado da luta política do povo, chega até ser pueril frisar, mais uma vez que ele expressa o governo da classe dominante.

Pinto (2011) enfatiza que como “durante muitos anos, a classe estancieira esteve no poder do governo do Rio Grande do Sul [...] os valores propostos por esta classe tornaram-se diretrizes para políticas públicas, ou seja, o Estado se responsabilizou pela invenção da tradição”. O fato é que demandas do Movimento Tradicionalista, direta ou indiretamente, sempre tiveram apoio do poder público para se concretizar, seja em ações mais pontuais, mas principalmente para a realização de seus eventos e atividades de promoção pública. A pergunta que fica é: será que outros movimentos, como o Movimento Negro, Movimento Indígena e outros movimentos sociais, conseguem se beneficiar da mesma forma com iniciativas e projetos do poder público voltados para suas expressões culturais e eventos? É possível receber esse mesmo incentivo mesmo não estando inserido nessa rede?

O que se percebe é que através das políticas públicas estaduais, os valores tradicionalistas aparecem, ora nos bens patrimonializados, nas exposições museológicas, no currículo escolar, na imprensa local e ao mesmo tempo na divulgação turística apresentada no início desta pesquisa. Levando a narrativa para fora do estado e inserindo a figura do gaúcho e

do branco europeu (como única raça presente no estado), no imaginário nacional, às vezes internacional. Explicando as intersecções que se fazem necessárias na articulação da rede entre o regional e o nacional (IPHAN, EMBRATUR, IHGB, etc).

Assim, essa diferenciação tão presente no material turístico do Rio Grande do Sul se mostra como estratégica. Oliven (1992, p. 108) explica que:

Manter a distinção entre o Rio Grande do Sul e o Brasil seria uma forma de preservar a identidade cultural do estado. Por isso, um elemento recorrente no discurso tradicionalista é a referência à ameaça que pairaria sobre a integridade gaúcha.

Isso explica porque a necessidade de buscar “congelar no tempo” bens através da patrimonialização; a criação de heróis para manter a narrativa viva e o carácter imutável almejado pelo tradicionalismo gaúcho inventado. Para Zalla (2010, p.40).

[...] Não é menos verdadeiro que toda essa literatura tem configurado mitos e signos que fundamentam identidades coletivas. No RS, onde gaúcho tornou-se sinônimo de gentílico, ela é um dos discursos que informa quem é, ou deveria ser, o habitante do Estado. E mais, não raro, tem sido a fonte para discursos e projetos políticos, sociais e culturais e/ ou a forma de dar vazão a visão de mundo e de intervir no debate público local.

O setor turístico através de seus materiais faz circular esses discursos, dando privilégio a alguns elementos, ao invés de outros conforme os interesses da rede. O que pôde ser evidenciado no início desta pesquisa.

Na construção dessa identidade gaúcha privilegiada, várias esferas, múltiplas e diferenciadas em suas ações e concepções, atuam. A partir de seus atores, o setor turístico organiza, fortalece e se apropria dessa imagem que fica sendo veiculada pelo tradicionalismo gaúcho, sendo assim, o poder público o seu grande disseminador. Portanto, essa rede sociotécnica tem um papel importantíssimo em reforçar essa imagem e fixar estereótipos, ao colocar essas narrativas em “todos” os lugares, como se estas sempre tivessem feito parte das exposições, dos eventos, dos livros didáticos e dos equipamentos de lazer, etc. Mas especialmente nos materiais de divulgação turística que leva a narrativa “organicamente” para fora do estado, alcançando um patamar para além do imaginado. Uma repetição promovida pelas relações de poder do discurso colonial, mas camuflada em elementos distintos espalhados pelo estado e fora dele (BHABHA, 1998), através dos folders turísticos.

Frizo aqui mais uma vez a relevância do turismo para a fixação desses estereótipos e para a manutenção dos interesses da rede. Apesar da importância individual de cada uma das ferramentas usadas pela rede, nenhuma mostrou ter maior alcance de disseminação como esse setor, especialmente através dos materiais de divulgação, ao se infiltrar na imaginário da população para além dos limites do próprio estado.

É claro, que há pessoas que estão tentando mudar a narrativa, porque percebem o quão seletiva e excludente ela é, mas dificilmente conseguem atingir essa transformação, por não deterem desse poder, ao não estarem inseridas nessa rede. Elas constituem uma outra rede que se articula paralelamente, mas não em conjunto com a rede tratada aqui

A visão que eu tenho é que os grupos sociais tentaram sim se inserir [...] em determinado momento uma conjuntura política pode ser favorável para que as propostas vindas dos grupos sociais pudessem ser pelo menos parcialmente abraçadas pelos órgãos públicos. [...] Isso foi uma coisa que foi surgindo nos municípios, inclusive no município de Pinheiro Machado, que é onde aconteceu o Massacre de Porongos, o Movimento Negro do município já tinha feito várias tentativas de ser ouvido pela prefeitura e a prefeitura ignorava. A partir do momento que a Rede Globo colocou A Casa das Sete Mulheres no ar, a prefeitura tomou consciência. Para você ver como são as coisas, estava lá o pessoal do Movimento Negro, esse pessoal indo lá na prefeitura pressionando, e a prefeitura nem aí. Quando apareceu na novela da Casa das Sete Mulheres, falando em Porongos, aí a prefeitura foi atrás deles. Aí a prefeitura entendeu que aquilo ali poderia ser um grande atrativo, que ia chamar bastante atenção para o município, e aí então sim a prefeitura concedeu condições. Inclusive colocou a rede de ensino à disposição. Pelo menos isso foi o que o pessoal do Movimento Negro me explicou durante o inventário “estamos aqui há bastante tempo, falamos sobre isso há muito tempo e nada”. Então eu acho que os órgãos públicos eles são provocados (INTERLOCUTORA A).

Bhabha explica que:

O discurso racista estereotípico, em seu momento colonial inscreve uma forma de governamentalidade que se baseia em uma cisão produtiva em sua constituição do saber e exercício do poder. Algumas de suas práticas reconhecem a diferença de raça, cultura e história como sendo elaborada por saberes estereotípicos, teorias raciais, experiência colonial administrativa, institucionaliza uma série de ideologias políticas e culturais [...]. Ao “conhecer” a população nativa nesses termos, formas discriminatórias e autoritárias de controle político são consideradas apropriadas. A população colonizada é tomada como causa e efeito do sistema presa no círculo de interpretação (BHABHA, 1998, p. 141-142) [grifo meu].

Além disso, os conflitos também estão inseridos dentro dessas redes e nem sempre existe um diálogo tão claro, que possam permitir mudanças de dentro para fora:

Nem sempre tem diálogo (entre os diferentes setores), quando se trabalha na questão pública tu ta diretamente relacionado a gestões políticas, a um período político, de uma gestão de determinado partido, então dependendo dessa gestão, tu pode ter mais ou menos dificuldade desse dialogo. Pode ter uma certa interferência superior não querendo esse dialogo. Mas o dialogo técnico acontece sempre dentro dessa instancia técnica. Todos os profissionais que trabalham nessa área técnica, todos se conhecem basicamente, então existe sempre um certo dialogo. As vezes esse dialogo dependendo dessa situação dessa gestão ele é reforçado e as vezes ele se torna um pouco mais dificultado, mas ele existe.[...] Esse dialogo ele se torna necessário, é fundamental e é muito saudável quando acontece, a gente nota que as ações elas aocntecem com mais qualidade. A gente que trabalha aqui com patrimônio, a gente sempre quer trabalhar de maneira técnica, a gente tem essa preocupação, e isso é muito importante. Tem bons profissionais em todos esse órgãos, profissionais qualificados. Então a gente sempre busca trocar ideias dependendo do assunto que estamos tratando um com o outro. As vezes se tem mais facilidade (INTERLOCUTOR B).

O conceito de tradução de Latour, anteriormente explicitado considera que sempre que técnicas diferentes são inseridas em determinado contexto, esta mudança define um novo corpo social e portanto, uma mudança na coletividade (LATOURE, 2012).

A dificuldade em manter continuidade nos setores públicos, por conta da troca de gestão, e dificuldade de diálogo com alguns desses setores/profissionais é uma característica mencionada pela maioria dos interlocutores(as):

Eu acho que existe uma inconsistência técnica nas instituições porque em cada gestão a pessoa fica quatro anos e depois sai, ela fica a próxima fica quatro anos depois não tem uma continuidade técnica nas instituições (INTERLOCUTORA A).

Esses relatos demonstram que existem diversas inconsistências administrativas, e falta de continuidade de projetos, o que faz com que uma ideia de determinada gestão só avance se estiver em consenso com os interesses da gestão que a sucede. O que também explica a rigidez da rede, mesmo com as trocas administrativas recorrentes. As pessoas trocam de cargos, os atores mudam, entrando e saindo da rede, mas os interesses gerais da rede permanecem os mesmos.

Considerações Finais

A partir do presente estudo, foi possível estabelecer um esboço sobre as relações de poder engendradas na narrativa turística e a forma como a mesma, é construída a partir da articulação com uma extensa gama de instituições público e privadas no estado do Rio Grande do Sul.

A narrativa turística, presente nos materiais de divulgação do estado, é excludente, seletiva e estereotipada ao definir como único tipo social, “o gaúcho”, e como territorialidade, o lugar da “Europa brasileira”. A partir do conceito de Homi Bhabha (1998, p.110) sobre o estereótipo ser “um modo de representação complexo, ambivalente e contraditório”, entendemos a forma como esse estereótipo opera no estado, ao passo em que na narrativa turística:

- Idealiza e essencializa a própria definição do que seria o habitante do estado, ignorando outras representações e perspectivas sobre o que seriam as características das pessoas que vivem no Rio Grande do Sul;
- Ao passo em que o gaúcho é constantemente deslocado da região da pampa para a serra gaúcha;
- Em que as referências europeias são demasiadamente mais valorizadas, mas se afirma que “o gaúcho autêntico é o da pampa”;
- Em que a região da pampa é enfatizada, mas são desconsideradas a geografia e grupos como um todo que ali habitam (pecuaristas e agricultores familiares, comunidades quilombolas e indígenas);
- Em que são enfatizadas a época das charqueadas e da Revolução Farroupilha mas é negada a grande participação negra e a relação destes temas com a escravidão, considerando apenas versões hegemônicas nessa construção;
- E no fato de que as fotografias dos materiais só transmitem parte da narrativa.

O material reforça os estereótipos que conforme Bhabha (1998) necessitam de constante repetição para se fixar, como se sempre estivessem estado ali, no lugar já conhecido. Essas representações portanto, se localizam em lugares estratégicos, utilizando uma série de outras ferramentas do estado para sua repetição desde: exposições museológicas, tombamentos patrimoniais, mídia, eventos, ações educacionais, etc. Os materiais turísticos acabam sendo desta forma, apenas uma das ferramentas utilizadas por essa imensa rede para articular seus interesses. Mas é com certeza uma das mais importantes, na tarefa de construir a imagem do estado, ao passo, que a divulgação turística estabelece estereótipos para além do

estado, mas para o público nacional e internacional, potente, portanto, para a construção dessa hegemonia.

A narrativa oficial, propagada pelo poder público, essencializa e naturaliza aspectos étnicos e raciais que tem se perpetuado no discurso do Estado brasileiro e gaúcho, assim como no senso comum, durante séculos (SÁ, 2009, p. 1), e reforça elementos históricos de construção do estado, que invisibilizam uma pluralidade de grupos demasiadamente participantes da historicidade do estado – como negros(as), indígenas, mulheres, quilombolas, trabalhadores(as), entre outros – priorizando interesses de uma classe estancieira e de elite.

Mas conforme Bhabha, mais importante do que julgar esses estereótipos como sendo positivos e negativos, é preciso compreender os processos em que estes são construídos (BHABHA, 1998 p.106) e também quem os constrói, sob quais práticas de manutenção de poder e articulação de interesses.

Através da teoria do ator-rede de Latour (2012), foi possível entender que esses interesses foram articulados a partir de uma relação direta entre o setor público e as instituições culturais, patrimoniais e museológicas, e também aos órgãos de fomento ao tradicionalismo gaúcho. Que permitiu que por quase um século, interesses tradicionalistas e/ou com foco farroupilha da classe estancieira fossem colocados em pauta nas políticas públicas, desde a legislação à projetos culturais específicos.

Assim, por meio da divulgação turística, das exposições museológicas, dos tombamentos patrimoniais, da imprensa (jornais, programas de televisão e rádio), eventos, ações educacionais, etc. foi possível inserir a narrativa estereotipada que se quis contar. Definindo inclusive a sua territorialidade, pois, apesar do discurso sobre diversidade e sobre as diferentes regiões que compõem o estado (presente na divulgação turística), tanto bens patrimoniais, instituições museológicas e atrações turísticas se localizam em sua maioria nas regiões Metropolitana e Serra, conforme visto no último capítulo, demonstrando também direcionamento territorial para os bens culturais.

Para Latour (2012) tanto, pessoas, coisas, e instituições podem ser entendidas como atores dentro da rede sociotécnica (representada pelas interconexões entre os atores), se relacionando conforme seus interesses em comum, relevantes para a relação que compõe a rede.

A teoria do ator-rede de Latour (2012) foi imprescindível para a compreensão dessa rede de relações que se estabelece entre essas pessoas e instituições públicas/privadas no estado do Rio Grande do Sul no que envolve a cultura. Não somente na compreensão sobre

como essa articulação de interesses influenciou na divulgação turística do estado, mas como se relaciona com a maioria das atividades culturais como um todo.

Como vimos, o Movimento Tradicionalista tem andado lado a lado (e dentro) do Poder Público, articulando a execução de suas demandas a partir de outras instituições e inserindo a “tradição” no discurso público. Restringindo as relações da rede para outros movimentos sociais que inclusive não aparecem nas narrativas turísticas estaduais e nem nas políticas públicas apresentadas (como o Movimento Negro, Movimento Indígena, entre outros). Especialmente por não estarem inseridas nessa rede, fato importante a ser considerado para trabalhos futuros, já que o estado é constituído por uma pluralidade de influências étnicas.

Ao que se percebe, os interesses da rede têm se mostrado excludentes ao priorizarem: raça, gênero, classe, território e temporalidade específicas.

É preciso admitir que esta pesquisa não se esgota aqui. O tema é amplo e possui uma infinidade de desdobramentos e ramificações. A partir do amadurecimento de algumas questões ao longo da elaboração desta pesquisa pude refletir sobre a possível continuidade deste trabalho, a partir de duas frentes: de um lado, trazer um comparativo mais aprofundado a respeito de todos os materiais turísticos já produzidos pelo estado, desmembrando-o e trazendo detalhes dos folderes produzidos por Barbosa Lessa. Além do uso de visões externas, com uma discussão a respeito da recepção de material publicitário turístico em outros estados brasileiros e talvez até mesmo nos países vizinhos com as percepções do material de divulgação gaúcho para pessoas “de fora” do estado.

Numa segunda perspectiva, traçar uma outra rede sociotécnica, a rede das pessoas que não estão inseridas na rede trabalhada neste estudo e que conseqüentemente não detém do mesmo poder para construir as narrativas e transformar as políticas públicas. A rede que engloba os grupos que não fazem parte ou aparecem como secundários nas narrativas dos materiais turísticos. Esses grupos não tem voz ativa frente as instituições públicas porque não lhes é dado o poder e espaço de fala. Não tendo suas reivindicações consideradas, pois elas muitas vezes conflitam com o pensamento daqueles que detém poder.

Seria interessante buscar entender como essa rede tem se organizado para tentar mudar esses estereótipos que são reforçados pelo turismo e instituições de apoio. Considerando os registros do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais no Rio Grande do Sul: da Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo; do Massacre de Porongos; das lidas campeiras do município de Bagé e da Produção dos doces tradicionais pelotenses. Para entender através de contra-narrativas como os movimentos estão atuando

para buscar maior representatividade nas narrativas, usando a patrimonialização como ferramenta na busca por direitos. Buscando também entender como essa rede se articula, se ambas se cruzam, ou se atuam em “caminhos” opostos, ou paralelos.

Espera-se acima de tudo que o presente estudo permita pensar políticas públicas mais inclusivas, em conjunto a comunidade, em abertura a essa fechada, e aparente impenetrável rede, para que os grupos invisibilizados pela narrativa oficial possam também reformulá-la, eliminando assim esses processos de seleção e exclusão. Pois a reflexão e a autocrítica sobre essas práticas, podem permitir a inclusão de novas versões de narrativas que representem outras pessoas e grupos.

As áreas aqui tratadas (turismo, cultura, patrimônio, museologia, etc) devem ser pensadas como ferramentas de ressignificações dos lugares, a partir da pluralidade de visões que existem sobre o estado. É preciso pensar o Rio Grande do Sul para além de seus limites administrativos ou de seus apagamentos sociais, como um lugar plural e repleto de pessoas de todo os jeitos.

Referências:

AGIER, Michel. *Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos*. Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ALFONSO, Louise Prado. *Embratur: formadora de imagens da nação brasileira*. Dissertação (mestrado em antropologia social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 1-150, mar. 2006.

ALFONSO, Louise Prado; FUNARI, Pedro Paulo; SOUZA, Newan Acacio. *Entre turismo e patrimônio: (re) visitando narrativas locais a partir do evento “Dia do Patrimônio” em Pelotas, RS*. *Historia*, Rio Grande, n. 1, v. 12, p. 10-38, 2021.

ALFONSO, Louise Prado; RIETH, Flavia. *Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural*. SCHIAVON, Camen Burget; PELEGRINI, Sandra de Cássia. (Org). *Patrimônios plurais: iniciativas e desafios*. Rio Grande: Editora da FURG, p. 131-147, 2016.

ALMEIDA, M. *Concepções de natureza e conflitos pelo uso do solo em Paraty/RJ: uma abordagem através da noção de redes sociotécnicas*. In: *II Encontro Nacional de Economia Ecológica*, 1997, São Paulo. *Anais do II Encontro Nacional de Economia Ecológica*, 1997.

ANDERSON, B. *Censo, mapa, museu. Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 226-255, 2008. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1eJDT_njDRELTCVgXQwjo5bZD_1_7Bxq_/view. Acesso em 15 de novembro de 2021.

BARCELLOS, Daisy Macedo de. *Família e ascensão social de negros em Porto Alegre*. 1996. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional, UFRJ.

BATISTA NETO, J. *Recepção Estética e turismo nas Ruínas Jesuíticas de São Miguel Arcanjo – RS*. Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte (LAPA) da Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lapa/versaoportugues/2c86a.pdf/>. Acesso em 20 out. 2021.

BERGMANN, Leopoldine Radtke. *Imagens e narrativas de Pelotas: Uma análise do discurso turístico de uma cidade (re) imaginada*. 2019. 102f. Monografia (Bacharel em Turismo) – Curso de Graduação em Turismo, Faculdade de Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. tradução de Myriam Avila, Eliane Livia reis, Glauce Gonçalves. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

BILHALVA, Liza; RODRIGUES, Marta Bonow. *Etnografando patrimônios: os reflexos da formação em Antropologia e Arqueologia no processo do Inventário Nacional de Referências Culturais /INRC – lidas campeiras na região de Bagé/RS*. In: *Cadernos do Lepaarq*, v. XVI, n.32., p. 7-27, Jul-Dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.14

BRAMBATTI, Luiz Ernesto. *Racionalização, cultura e turismo em meio rural na serra gaúcha*. 2005. 250 p. Tese - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

BUENO, E. Brasil: uma história. Segunda edição revista. São Paulo. Ática. 2003. p. 267.
CAMARA DE GRAMADO. Romeu Dutra receberá honraria do Legislativo. 2019. Disponível em: <<https://gramado.rs.leg.br/noticia/visualizar/idVereador/1015/id/6831/?romeu-dutra-recebera-honraria-do-legislativo.html>>. Acessado em: 27 de junho de 2022.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. O memorial dos lanceiros negros: disputas simbólicas, configurações de identidades e relações interétnicas no Sul do Brasil Sociedade e Cultura, vol. 8, núm. 2. Universidade Federal de Goiás, Goiania, Brasil. julho-dezembro, 2005, pp. 143-152.

CHAGAS, Pierre Donires dos Santos. As disputas e (re)invenções de uma política pública: as cidades do Dia do Patrimônio - Pelotas/RS. 2021. 179f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

CHAVES, Flávio Loureiro. O gaúcho: literatura e ideologia. O Estado de S. Paulo, Suplemento Cultura, ano IV, nº 177, 30/10, p. 2. 1983.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA. Cultura, Rio de Janeiro, n. 34, p. 112-113, abr. 1970.

CORRÊA, Maurício de Vargas; ROZADOSA, Helen Beatriz Frota. A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 22, n.49, p. 1-18, maio/ago., 2017.

CRUZ, Rita da Cássia. Política de Turismo e Território. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

DAMO, Arle Sande. Ah! Eu Sou Gaúcho! O Nacional e o Regional no Futebol Brasileiro. Estudos Históricos. 1999. P 87-117.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2003), “Narrativa”. Lisboa: Temas e Debates.

DULLES, John W. F. Getúlio Vargas: biografia política. Rio de Janeiro: Renes, 1967.

DUMANS, Adolpho. A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 29, p. 13-23, 1997. Trata-se de uma reedição. O artigo original foi publicado em 1942.

EMBRATUR. Organização turística: aspectos fundamentais. Documentação distribuída no I Seminário de Urbanização Turística. Rio de Janeiro, 1970. p. 3.

Equipe editorial de Conceito.de. (10 de Setembro de 2019). Conceito de centro histórico. Conceito.de. Disponível em: <<https://conceito.de/centro-historico>>. Acessado em 27 de jun de 2022.

ESTADO RS. IGTF forma rede de pesquisadores no Estado. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/igtf-forma-rede-de-pesquisadores-no-estado>>. Acessado em: 27 de junho de 2022.

ESTADO RS. Yeda Crusius recebe Cavalcada do Turismo Rural do Estado. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/yeda-crusius-recepciona-cavalcada-do-turismo-rural-do-estado>>. Acessado em: 27 de junho de 2022.

FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*, v. 53, n. 2, p. 565-610, 2010.

FERRAZ, C. P.; ALVES, A. P. Da Etnografia Virtual à Etnografia Online: Deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital. *Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambú, 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg10-4/10962-da-etnografia-virtual-a-etnografia-online-deslocamentos-dos-estudos-qualitativos-em-rede-digital/file>. Acesso em: 15 jan 2021.

FRAGA, Taís Gomes. Os Subterrâneos emergem: a institucionalização da cultura e a temporada de museus no Rio Grande do Sul (1987-1991). Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: IFCH-UFRGS, 2004.

FRAGOSO, Suely; RECUERO Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2011. 239 p.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação da Cultura*. Rio de Janeiro, LTC, 2008. 213p.

GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. *Locus: revista de história, Juiz de Fora*. 15, n. 1, p. 171-187, 2009.

GOIDANICH, Oswaldo. A saga do Turismo no Rio Grande do Sul. In: FLORES, Hilda Agnes Hübner (org). *Turismo no Rio Grande do Sul: 50 anos de pioneirismo no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p.11-117.

GOLDMAN, Márcio. O fim da antropologia. *Novos estudos, CEBRAP n° 89*, São Paulo, 195-211, Mar.2011.

GOLIN, Tau. *A ideologia do Gauchismo*. Porto Alegre: Tchê, 1983.

GOMES, Carina Sousa. Imagens e narrativas da Coimbra turística: Entre a cidade real e a cidade (re) imaginada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [online], n. 83, p. 55-78, dez. 2008. Disponível em: < <http://rccs.revues.org/448>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

GOVERNO RS. Yeda Crusius recepciona cavalgada do Turismo Rural do estado. 2008. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/yeda-crusius-recepciona-cavalgada-do-turismo-rural-do-estado>>. Acessado em: 26 de junho de 2022.

GRAVARI BARBAS, Maria; GRABURN, Nelson. *Imaginários turísticos*. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/viatourism/1189>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GRINOVER, Lucio. *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Aleph, 2007. LIMA, Venício Artur de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. Disponível em:< www.audilivro.com.br>. Acesso em 10 de maio de 2019.

GUERREIRO, Goli. A cidade imaginada: Salvador sob o olhar do turismo. In: *Revista Gestão e Planejamento*. Salvador: ano 6, n. 11, jan./jun. 2005, p. 06-22.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2.ed. 2001. 250 p.

HALL, Stuart. Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

HALLAL, Dalila Rosa. O curso de turismo da PUCRS: a trajetória dos seus 38 anos de existência do Bacharelado (1972) ao Tecnólogo (2010). 2010. 408 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

HOBBSAWM, Eric J. A invenção das tradições. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9-23.

HOHLFELDT, Antonio; VALLES, Rafael Rosinato. Dois pioneiros da comunicação no Rio Grande do Sul: Oswaldo Goidanich, Roberto Eduardo Xavier [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 131p. - (Coleção NUPECC)

IPHAE. Histórico. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=HistoricoAc&item=25>>. Acessado em 27 de junho de 2022.

IPHAN. Patrimônio Imaterial – RS. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/664/#:~:text=Para%20os%20Guarani%2DMby%C3%A1%2C%20a,s%C3%A3o%20relembadas%20as%20belas%20palavras>>. Acessado em 27 de jun de 2022.

KAIZER, Éverton Felipe. As influências das políticas públicas de turismo: um olhar sobre o Mercado Público Central de Pelotas, RS. Orientadora: Louise Prado Alfonso. 2019. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Faculdade de Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

KOSBY, Marília Floôr. Nós Cultuamos todas as doçuras: As religiões de matriz africana e a tradição doceira de Pelotas. Porto Alegre: Após Coup -Escola de Poesia, 124 páginas, 2015.

KOZINETS, Robert V. Netnografia: a arma secreta dos profissionais de marketing: como o conhecimento das mídias sociais gera inovação. 2010. Disponível em: <http://kozinets.net/wp-content/uploads/2010/11/netnografia_portugues.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2015.

LATOUR, Bruno. Reagregando o Social: Uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012. 399 p.

LIMA, Daniel Vaz. Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas: uma etnografia a pé na pampa brasileira. 2020. 335 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 140 p.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p.

MACHADO, Álvaro Luis; TOMAZZONI, Edegar Luis. De Pólos a Regiões: Iniciativas de Políticas Públicas de Regionalização Turística do Rio Grande do Sul como Modelo Para a

Gestão Regionalizada do Turismo do Brasil. Semintur 2010. Universidade de Caxias do Sul. 10 de julho de 2010. s/p.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS/Edusc, vol. 17, nº 49, 2002.

MARCON, E. 2007. O turismo como agente de desenvolvimento social e a comunidade Guarani nas "Ruínas Jesuíticas de São Miguel das missões". Pasos. Revista de turismo e Patrimônio cultural, v. 5, n 3. p. 343-352.

MARIANTE, Hélio Moro. (1976), "História do Tradicionalismo Gaúcho". Cadernos Gaúchos nº 1. Porto Alegre, Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore.

MASSUCATE, Yvonne Archanjo. O papel do IPHAN na construção da brasilidade. Virtú (UFJF), v. 8, p. www.virtu.ufjf., 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : Introdução à Regionalização do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília, 2007. 69 p. : il.

MOESCH, Norma Martini. Cortina de Cristal: Processo Imigratório, Identidade Cultural e Comunicação Turística. Faculdade dos Meios de Comunicação da PUCRS. Dissertação de Mestrado. porto Alegre, 1997.

NEVES, Marcia Pereira das. Casa de David Canabarro em Santana do Livramento: diferentes apropriações do patrimônio histórico-cultural. 2009. 53p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2009.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.233-255, jul. 2008.

NOGUEIRA, Carmen R. D; BURKHARD, Daniela. Políticas públicas de Turismo para o desenvolvimento Local/ Regional. In: Revista Eletrônica de Turismo Cultural/ Universidade de São Paulo. São Paulo, v.2. n.2, p. 1-32, 2008. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/turismocultural/Retc04_arquivos/Carmen_Missoes.pdf>. Acesso em: jun. 2010.

OLIVEIRA FILHO, R; Monteiro, M. 2009. Ecoturismo no Parque Nacional Serra da Capivara: trata-se de uma prática sustentável? Revista Turismo em Análise. v.20, n.2. p. 230-250.

OLIVEN, Ruben George. "A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul". In: LEITE, I. B. (org.). N.gM no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade. 1996.

OLIVEN, Ruben George. Em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho. Revista Brasileira de Ciências Sociais 6 (15), 40-52, 1991.

OLIVEN, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: Uma Relação Controvertida. Rev. bras. Ci. Soc. v.3 n.9 Rio de Janeiro fev. 1989.

OMT. Promotion and marketing – tourist image: relations between NTAs and tour operators. Manila, 1980. p. 2.

- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PEIRANO, Mariza. *Etnografia não é método*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.
- PEREIRA, Samira Cristina Silva; MENDES, Sérgio Procópio Carmona. *Um debate sobre o campo online e a etnografia virtual*. *TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, n. 21, jan./jun. 2020, p. 196-212.
- PINTO, Muriel. *A construção da identidade missioneira no Rio Grande do Sul e as políticas culturais no Sul do Brasil*. 2011. 154p. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul. 2011.
- POZZER, Giovana. *Rotas turísticas no Rio Grande do Sul: influências das políticas públicas, disparidades regionais e ambientes institucionais*. 2008. 193p. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2008.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Conselho do Patrimônio Histórico Cultural. Disponível em: <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=299>. Acessado em: 27 de junho de 2022.
- QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: _____. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO. 2005. p. 117-142.
- RECH, Carla; ROBERTT, Pedro. *Reconfigurando práticas sociais: as comunidades quilombolas e o fórum de agricultura familiar da região sul do rio grande do sul*. *Revista do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia [da] Universidade Federal de Pelotas*, v. 11, n. 22, p. 505-525, 2014.
- RIBEIRO, Cláudio Rezende; SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Relações e contradições: direito à cidade e patrimônio urbano*. III ENANPARQ - Arquitetura, Cidade e Projeto: uma construção coletiva, SÃO PAULO, v. 3, p. 1-12, out. 2014.
- RIO GRANDE DO SUL UM GRANDE DESTINO. Turismo RS. Disponível em: <https://www.sistur.rs.gov.br/multimedia_promocional/1547469358SD000717SEDACTEL_FldTurismo_Final>. Acesso em 20 de julho de 2021.
- RIO GRANDE DO SUL. LEI ORDINÁRIA Nº 12748, DE 11 DE JULHO DE 2007. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-12748-2007-rio-grande-do-sul-declara-integrante-do-patrimonio-historico-e-cultural-do-estado-do-rio-grande-do-sul-o-movimento-tradicionalista-gaucha-mtg>>. Acessado em: 27 de junho de 2022.
- RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do governador do Estado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Administração Amaral de Souza Ano IV. 1983. 424p.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Fontes para a história administrativa do Rio Grande do Sul : a trajetória das secretarias de estado (1890-2005) / Concepção e coordenação de Marcia Medeiros da Rocha e Valter Vanderlei Mendes Júnior*. – Porto Alegre: CORAG, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul: 2012-2015. Porto Alegre, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório de Segmentação 2020/21. Porto Alegre. 2021

RODRIGUES, Marta Bonow; ALFONSO, Louise Prado; RIETH, Flávia M. Silva. Ações Participativas com Trabalhadoras Domésticas: Fomentando debates para visibilizar a profissão desde o passado escravista até a atualidade em Pelotas/RS. Cadernos de Gênero e Diversidade. Bahia. Vol. 3, n. 4. p. 8-29, Out/Dez., 2017.

RUSCHMANN, Doris van Meene, SOLHA, Karina (orgs.). Planejamento turístico. 1 ed. Barueri: Editora Manole, 2014.

SÁ, Natalia Coimbra de. A Baianidade como Produto Turístico: uma análise da ação dos Órgãos Oficiais de Turismo na Bahia. In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2006, Brasília. Anais... do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Estado e Comunicação, 2006. Brasília, p. 1-15, 2006.

SÁ, Natalia Coimbra De. Cultura e Etnicidade no guia turístico da Bahia (2008-2009).V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, p. 1-17, mai. 2009. SABOIA, Patrícia. Brasilidade e Identidade Nacional. Revista Triádes: transversalidade, design, linguagens. 2 ed. PUC-Rio, 2013. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.revistatriades.com.br/blog/wp-content/uploads/2014/08/brasilidade.pdf>>. Acesso em dezembro de 2016.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS FILHO, J. Espelho da História: o fenômeno turístico no percurso da humanidade. Revista Espaço Acadêmico, Maringá/PR, V, 50. d. 2005. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br>. Acessado em 2011.

SANTOS, Clayton Marinho dos; PEREIRA, Jesus Marmanillo. Etnografia virtual: uma alternativa de campo em tempos de pandemia. Revista São Luis Orione, Araguaína - TO, v. 8, n. 2, p. 53-64, jul./dez. 2021.

SCHAWRCZ, Lilia M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 4. 1998, p. 173-244.

SCHERER, Luciana; FERNANDES, Sandra Beatriz. Da formulação aos resultados: abordagens críticas sobre o plano de desenvolvimento do turismo do Rio Grande do Sul. 2012-2015, Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 23, dezembro, 2017.

SECRETARIA DE CULTURA RS. Conheça em detalhes o Sistema Estadual de Museus. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/conheca-em-detalhes-o-sistema-estadual-de-museus-1>. >. Acessado em: 27 de junho de 2022.

SECRETARIA DE CULTURA RS. Festejos Farroupilhas 2022. Disponível em: <<https://cultura.rs.gov.br/festejosfarroupilhas2022>>. Acessado em: 27 de junho de 2022.

SECRETARIA DE CULTURA RS. Museu Histórico Farroupilha inaugura Coleção TcheVoni. 2021. Disponível em: <<https://cultura.rs.gov.br/museu-historico-farroupilha-inaugura-colecao-tchevoni#:~:text=Fundado%20em%201953%2C%20o%20Museu,forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20Rep%C3%ABlica%20Rio%2DGrandense>>. Acessado em: 27 de junho de 2022.

SECRETARIA DE CULTURA RS. Parque Histórico General Bento Gonçalves. Disponível em: <[https://cultura.rs.gov.br/parque-bento-goncalves#:~:text=No%20seu%20interior%20foi%20constru%C3%ADda,Farroupilha%20\(1835%E2%80%931845\).](https://cultura.rs.gov.br/parque-bento-goncalves#:~:text=No%20seu%20interior%20foi%20constru%C3%ADda,Farroupilha%20(1835%E2%80%931845).>)>. Acessado em: 27 de junho de 2022.

SECRETARIA DE TURISMO. Segmentação. Disponível em: <<https://setur.rs.gov.br/segmentacao>>. Acesso em 07 de janeiro de 2022.

SETUR, 2022. Segmentação. Disponível em: <<https://setur.rs.gov.br/segmentacao>>. Acesso em 07 de janeiro de 2022.

SILVA, Camila Luísa Mumbach da. As epistemologias fundantes das políticas públicas de turismo do Rio Grande do Sul. 2017. 202 p. il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Clarinda Aparecida Da; ALMEIDA, Maria Geralda De. Goiânia, “cidade sertaneja”, “capital country”: mídia, representações sociais e identidades. Goiânia: Habitus, v. 8, n. 1/2, p. 59-84, jan./dez. 2010.

SURITA, Rita; BUCHWEITZ, Susane. Descobri que tem raça negra aqui. 2. ed. Pelotas: [s. n.], 2007, p.50.

URCAMP. Dom Diogo de Souza - FAT//URCAMP. Disponível em: <<https://urcamp.edu.br/acao-comunitaria/museus/museu-dom-diogo-de-souza-faturcamp>>. Acessado em 27 de junho de 2022.

WAGNER, Roy. A invenção da Cultura. São Paulo, Cosac Naify, 2010. 254p.

WINCKLER, Carlos Roberto; FARIA, Luiz Augusto E. Uma nau à deriva: política, governabilidade e desenvolvimento no Rio Grande do Sul, desde 1980. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.). O ambiente regional. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha, 1) Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/3-decadas/downloads/volume1/3/carlos-winckler.pdf>> Acesso em: 07 out. 2016.

ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. Revista Brasileira de História, vol. 31, núm. 62, Associação Nacional de História. São Paulo, Brasil.. Dezembro 2011, pp. 49-70.

ZAMIM, Frinéia. Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul: A atribuição de valores a uma memória coletiva e edificada para o Estado. Porto Alegre: PPH- UFRGS, 2006. (Dissertação de Mestrado).